

Frederico Alves Costa

**Democratização social e pluralidade de sujeitos políticos:
uma leitura a partir da Teoria Democrática Radical e Plural**

Belo Horizonte

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

2010

Frederico Alves Costa

**Democratização social e pluralidade de sujeitos políticos:
uma leitura a partir da Teoria Democrática Radical e Plural**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Linha de Pesquisa: Política, Participação Social e Processos de Identificação

Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado

Belo Horizonte

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

2010

150 Costa, Frederico Alves
C837d Democratização social e pluralidade de sujeitos políticos [manuscrito] :
2010 uma leitura a partir da Teoria democrática radical e plural / Frederico
Alves Costa. -2010.

193 f.

Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Psicologia – Teses. 2. Democracia – Teses. 3. Hegemonia – Teses. 4.
Participação política – Teses 5. Psicologia social - Teses. I. Prado, Marco Aurélio
Máximo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Psicologia

A Dissertação *“Democratização social e pluralidade de sujeitos políticos: uma leitura a partir da Teoria Democrática Radical e Plural.”*

elaborada por **Frederico Alves Costa**

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM PSICOLOGIA

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

.....
Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado
(Orientador)

.....
Profa. Dra. Celi Regina Jardim Pinto

.....
Profa. Dra. Hana Mountian

Dedico esta dissertação a todos aqueles que lutam por um Brasil justo e àquela que infelizmente não pôde vivenciar a realização do curso de mestrado: Érica Arantes.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, ao qual hoje chegamos a um final, só pôde ser produzido mediante o aprendizado, o apoio, a confiança, a amizade de muitos com os quais tenho construído vínculos durante minha caminhada.

Agradeço, inicialmente, à minha mãe, ao meu pai, à minha irmã pelo apoio que me deram durante meus 26 anos de vida e que, com esforços, permitiram-me chegar até aqui. Aos meus familiares que também me acompanharam durante estes anos e sempre estavam dispostos a me auxiliar.

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para a minha formação acadêmica, desde os que me ensinaram as primeiras letras até os que despertaram e continuam a despertar meu interesse pelas Ciências Humanas. Dentre estes, agradeço especialmente àquele que tem sido meu orientador no Núcleo de Psicologia Política desde 2005, e com quem tenho construído uma relação de amizade: Marco Aurélio Máximo Prado. Esteja certo que você é um mestre por quem tenho muito reconhecimento, respeito e admiração. Foi em suas aulas, lá no quarto período de graduação, que descobri a importância do campo da psicologia social e da psicologia política na investigação científica e na construção de um mundo melhor. Muito Obrigado!

Agradeço, ainda, a todos meus companheiros e companheiras de pesquisa do NPP; muito do que sei é fruto das discussões, sobre diferentes temáticas de interesse da psicologia social e da psicologia política, que construímos juntos. Claudia Mayorga, com quem tenho realizado projetos e dividido disciplinas: muito obrigado pela confiança que tem em mim e pelo que tem me ensinado. Cornelis van Stralen, agradeço-lhe pela perspicácia em debater os projetos de pesquisa. Vanessa Andrade de Barros, obrigado pelo apoio e pela confiança nos projetos que pude partilhar com você. Otacílio de Oliveira, Frederico Machado, Marco Antônio Torres, Manuela Magalhães, Rafael Prosdocimi, Júlia Mesquita, Cristiano Rodrigues, Juliana Perucchi, Andréa Carmona, Cássia Beatriz, Ana Carolina Campagnole, Robson Nascimento, Thalles Ribeiro: foi e continua a ser muito boa a troca de textos e projetos com vocês, bem como nossas ótimas conversas. Agradeço também ao professor Salvador Sandoval por suas contribuições a esta dissertação no momento da qualificação, bem como no período em que lecionou uma disciplina no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG.

Não teria como deixar de agradecer aos amigos e amigas que também me ensinaram e me apoiaram neste percurso, seja na realização de bons debates, seja na descontração necessária à saúde psíquica: Júlia Machado, Cláudia Salum, Saulo Geber, Lucas Mello,

Ariana Lucero, Leonardo Poggialli, Flávia Torquetti, Ana Paula Leite, Camila Lima, Júnia Penido, Daniel Martins, Paulo Roberto Júnior, Cristiana Mazzini, Alina Gomide, Mariana Pôssas, Mayra Brancaglioni, Luciana Souza, Aline Martins, Nicole Lagazzi, Alexandre Magalhães, Laura Martelo. E também aos meus primos e primas que sempre estiveram perto de mim: Luciana Costa, Diego Silva, Priscila Silva, Ludmilla Jales, Renato Jales, Rodrigo Gonçalves, Regiane Gonçalves.

Agradeço ainda àqueles e àquelas para quem tive oportunidade de dar aulas (Isabella, Natália, Joyce, Lívia, Rander, Maria Carolina, Nadja, Ana, Sandro, Bárbara, Laíss, Alba, Vivane, Geíse...), uma vez que, na troca de saberes, contribuíram para meu aprendizado e me incentivaram a continuar trilhando o caminho rumo a um forte desejo: tornar-me um professor e um pesquisador universitário competente e dedicado, como muitos daqueles que fizeram parte da minha formação acadêmica.

E certamente, muito obrigado a todos e todas participantes deste trabalho que dedicaram a mim parte de seu tempo, muitas vezes escasso em função da luta constante e cotidiana que travam em direção a uma sociedade justa.

Agradeço também à CAPES pela bolsa de mestrado que muito auxiliou no desenvolvimento desta dissertação. Bem como à Aninha, secretária da FAFICH/UFMG, à Beth, secretária do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, ao Alessandro, chefe da Seção de Ensino de Pós-Graduação da FAFICH/UFMG, pelas vezes que me auxiliaram durante a realização das pesquisas que participei.

“Si por ‘fin de la historia’ se entiende el fin de un objeto conceptual inteligible, que pretendía abarcar en su espacialidad diacrónica a la totalidad de lo real, estamos claramente en el fin de la “historia” – pero en tal caso “historia” es una categoría cuasi-trascendental, un intento de inscribir la totalidad de los hechos y dislocaciones en formas conceptuales que los trascienden. Pero, en otro sentido, podemos decir que estamos en el *comienzo* de la historia, en el momento en que nuestra historicidad recibe por fin su pleno reconocimiento. Porque en la medida en que toda “trascendentalidad” es ella misma vulnerable, todo intento de espacializar el tiempo finalmente fracasa, y el espacio mismo pasa a ser un evento. La irrepresentabilidad en la última instancia de la historia es la condición de nuestra radical historicidad. Es en nuestra pura condición de evento, que se muestra en los bordes de toda representación, en las huellas de temporalidad que corrompen todo espacio, donde encontramos nuestro ser más propio, que se confunde con nuestra contingencia y con la dignidad inherente a nuestra índole perecedera”.

(Laclau, 1993a, p. 98-99)

RESUMO

Nas últimas décadas, uma pluralidade de sujeitos políticos emergiram nas sociedades contemporâneas; paralelamente, críticas à análise marxista de sociedade foram construídas. Dentre elas, a crítica à noção de espaço político unificado; à concepção de um sujeito histórico privilegiado; à compreensão de um movimento teleológico da história. Diante desse contexto, uma tensão se colocou no debate democrático contemporâneo: como construir estratégias de vínculos entre diferentes sujeitos políticos, de modo que estes não se dissipem na experiência das identidades, caindo no risco dos particularismos, mas também não se percam na afirmação de uma universalidade que negue a liberdade em nome da igualdade.

Concebendo esta tensão como ponto de partida, o objetivo desta dissertação é discutir possíveis estratégias de enfrentamento ao conjunto de lógicas hegemônicas presentes nas sociedades contemporâneas, que acarretam em múltiplas condições de desigualdade e exclusão, reproduzindo diferentes formas de subcidadania. Desta maneira, temos como problemas de pesquisa: que possibilidades de democratização social têm sido construídas diante do descentramento do espaço político e da pluralidade de sujeitos políticos? O que tem sido pensado sobre a unidade política da esquerda hoje? Que estratégias têm sido desenvolvidas a fim de se combater às diferentes formas de desigualdade e exclusão politizadas como formas de opressão na atualidade, de modo a se construir uma luta contra-hegemônica?

Estes problemas de pesquisa são analisados a partir de um diálogo entre a Teoria Democrática Radical e Plural - desenvolvida por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau desde meados da década de 1980 - e dados coletados junto a representantes de grupos de diferentes movimentos sociais e de espaços de vínculos entre sujeitos políticos, através da realização de entrevistas semi-estruturadas com os mesmos, de um processo de devolução de análises parciais aos entrevistados e da leitura de documentos relativos aos grupos e espaços de vínculos investigados.

Deste modo, utilizando de conceitos-chaves à Teoria Democrática Radical e Plural – como hegemonia, articulação, lógica da equivalência, lógica da diferença, deslocamento - discutimos duas possíveis estratégias de vínculos entre movimentos sociais na construção de enfrentamentos a lógicas hegemônicas que acarretam em condições de subcidadania, nomeadas: “estratégia de articulação” e “estratégia de aliança”. Também analisamos dois modos em que a hegemonia dominante enfraquece lutas políticas que buscam construir alternativas antagônicas de sociedade, modos estes denominados “expansão hegemônica” e

“expurgo à diferença”. Ademais, discutimos concepções dos grupos investigados quanto à noção de desenvolvimento da História e à concepção de sujeito histórico na compreensão do processo de democratização social da sociedade brasileira, bem como formas de ação que consideram fundamentais para se alcançar a sociedade almejada.

Palavras-chave: Democracia; Hegemonia; Participação Política; Movimentos Sociais.

ABSTRACT

With the emergence of a plurality of political subjects since the 1960s, along with the various theories, critics and critiques that have followed, a tension has arisen in the dialogue about the multiple identities held by political subjects. The debate asks the question of how strategies among different political subjects can be constructed in such a way that these subjects do not dissipate themselves in the experience of identities, neither segregating themselves due to their particularities nor losing their autonomy through the affirmation of a universality that denies liberty for the sake of equality.

Having this tension as a starting point, the objective of this dissertation is to discuss possible strategies to confront the set of hegemonic logics leading to those conditions of inequality and exclusion that continually reproduce sub-citizenship in its many forms. With this in mind, we have the following research problems to explore: what possibilities of social democratization have been built as a result of the de-centralization of the political space and the plurality of political subjects? How does the Left view its own political unity in this new political landscape? What strategies have been developed in order to fight the different forms of inequalities and politicized exclusions as means of oppression in the present time, so as to build a counter-hegemonic struggle?

These research problems have been analyzed within the theoretical framework of the Radical and Plural Democratic Theory developed by Chantal Mouffe and Ernesto Laclau; as well as through empirical data collected from group representatives of different social movements, including both semi-structured interviews and related documentation.

Using the key concepts of the Radical and Plural Democratic Theory – such as articulation, equivalence logic, difference logic, and displacement – we discuss two possible strategies for social movements to face the hegemonic logics leading to conditions of sub-citizenship: “articulation strategy” and “alliance strategy”. We also analyze two ways through which the dominant hegemony weakens political struggles aimed at building antagonistic alternatives for society, referred to as “expansion of the hegemony” and “exclusion by difference”.

Furthermore, we discuss the conceptual development of “History” and “historical subject” within the process of social democratization in Brazilian society, as well as the forms of action that are considered fundamental in order to achieve a more pluralistic and democratic society.

Key-words: Democracy; Hegemony; Political Participation; Social Movement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES¹

QUADRO 1 - Entrevistado/a por grupo/espço de vínculo respectivo (em ordem alfabética dos grupos/espços de vínculo).....	70
QUADRO 2 - Documentos coletados por grupo/espço de vínculo respectivo (em ordem alfabética dos grupos/espço de vínculo).....	71
QUADRO 3 - Documentos coletados relativo a lutas conjuntas entre grupos/espço de vínculo	72
FIGURA 1 – Estratégia de Articulação	96
FIGURA 2 – Estratégia de Aliança	107
QUADRO 4 – Caracterização Assembléia Popular Metropolitana de Belo Horizonte	APÊNDICE II
QUADRO 5 – Caracterização Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.....	APÊNDICE II
QUADRO 6 – Caracterização Brigadas Populares	APÊNDICE II
QUADRO 7 - Caracterização Central Única dos Trabalhadores	APÊNDICE II
QUADRO 8 - Caracterização Marcha Mundial das Mulheres.....	APÊNDICE II
QUADRO 9 - Caracterização Movimento dos Trabalhadores Desempregados	APÊNDICE II
QUADRO 10 - Caracterização Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	APÊNDICE II
QUADRO 11 - Caracterização Negras Ativas	APÊNDICE II

¹ Os apêndices, assim como os anexos desta dissertação, encontram-se no CD-ROM que acompanha a cópia impressa desta dissertação.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT = Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ALBA = Aliança Bolivariana para os Povos da nossa América
AP = Assembléia Popular Nacional
APAC = Associação de Proteção e Assistência ao Condenado
AP-MBH = Assembléia Popular Metropolitana de Belo Horizonte
BP = Brigadas Populares
CEB = Comunidades Eclesiais de Base
CNPJ = Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COMACON = Coordenadoria dos Assuntos da Comunidade Negra da Prefeitura de Belo Horizonte
CUT = Central Única dos Trabalhadores
FIEMG = Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
HSH = Homens que fazem sexo com homens
LGBT = Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MAB = Movimento dos Atingidos por Barragem
MMM = Marcha Mundial das Mulheres
MS = Movimentos Sociais
MST = Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSU = Movimento dos Sem Universidade
MTD = Movimento dos Trabalhadores Desempregados
NA = Negras Ativas
NPP = Núcleo de Psicologia Política FAFICH/UFMG
ONG = Organização Não-Governamental
PPA = Plano Plurianual
PSOL = Partido Socialismo e Liberdade
PSTU = Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT = Partido dos Trabalhadores
SEPPIR = Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial

LISTA DE NOTAÇÕES

Na transcrição das entrevistas foram utilizados os seguintes sinais:

(xxx) = uma palavra não entendida

(xxx) (xxx) = mais de uma palavra não entendida

sublinhado = dúvida quanto à palavra

... = continuação da palavra (Ex: aaa = a...)

! = palavra enfatizada durante a fala

rsss = risos

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo 1	
Pluralidade de movimentos sociais: politização de outras hierarquias sociais	20
1.1 Movimentos sociais contemporâneos e suas condições de possibilidade	22
1.1.1 O contexto brasileiro e a emergência dos movimentos sociais contemporâneos	27
1.2 Teoria democrática radical e plural: importantes aspectos na análise dos movimentos sociais contemporâneos	37
1.2.1. Negatividade como constitutiva da identidade	40
1.2.2. Relações sociais como relações de poder	42
1.2.3. Primazia do campo político e o caráter histórico das relações sociais	48
1.2.4. Passagem de antagonismos democráticos para luta democrática: democracia radical e plural	48
Capítulo 2	
Dos caminhos da pesquisa	54
2.1. Procedimentos metodológicos.....	57
2.2. Caracterização dos grupos investigados.....	73
2.2.1 Assembléia Popular Metropolitana de Belo Horizonte (AP-MBH).....	73
2.2.2 Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).....	76
2.2.3. Brigadas Populares (BP).....	77
2.2.4 Central Única dos Trabalhadores (CUT).....	80
2.2.5 Marcha Mundial das Mulheres (MMM).....	82
2.2.6 Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD).....	84
2.2.7 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).....	85
2.2.8 Negras Ativas (NA).....	87
Capítulo 3	
Construindo a mudança social: movimentos sociais e seus vínculos	89
3.1. Construção de vínculos entre os movimentos sociais	93
3.1.1. Estratégia de Articulação.....	95
3.1.2. Estratégia de Aliança	107
Capítulo 4	
Resistências da hegemonia a possibilidades de “outro mundo possível”: expansão hegemônica e expurgo à diferença	119
4.1. Expansão hegemônica	120
4.2 Expurgo à diferença.....	143
Capítulo 5	
Concepções de luta e o processo de democratização social: indeterminação da história, pluralidade de sujeitos políticos, formas de ação	149
5.1. Democratização social: formas de ação salientadas pelos movimentos sociais.....	167
Considerações finais	183
Referência	189

Introdução

Desigualdade e exclusão: fenômenos psicossociais, vivenciados nas sociedades ocidentais, que se apresentam no interior de um sistema hierarquizado, acarretando em diferentes modos de subordinação, que foram amplamente ressignificados com o advento da revolução democrática no século XVIII. Ao romper com uma lógica política-teológica que definia posições diferenciais fixas para cada indivíduo na sociedade, e afirmar a universalidade da igualdade e da liberdade, a emergência da democracia moderna fez do poder “um lugar vazio”, permitindo que desigualdades e exclusões, até então justificadas como naturais, pudessem ser questionadas como formas de opressão e, portanto, como construídas injustamente, a fim de privilegiar alguns (Mouffe, 2000a).

Assim, o rei foi “enforcado” e o imaginário democrático, perseguido por muitos daqueles que – mesmo diante do ideal político de universalidade da igualdade e da liberdade - continuavam a ser considerados seres humanos inferiores. Eles serão chamados de subcidadãos² nesta dissertação, pelo fato de a condição a que se encontram subjugados implicar na negação deles como participantes na construção dos direitos de cidadania, em condições de igualdade, bem como no reconhecimento dos mesmos como pessoas dignas daqueles direitos³.

Diante da influência deste imaginário possibilitador da politização de diferentes formas de subcidadania, reivindicações de uma diversidade de sujeitos políticos emergiram, a partir do século XIX, a fim de ampliarem os fundamentos democráticos de igualdade e liberdade.

Em função da luta dos trabalhadores frente ao processo de industrialização das sociedades ocidentais contemporâneas, bem como da análise marxista de sociedade, a luta de classe fora tratada, por teóricos e militantes, como a luta central na construção da mudança social até meados do século XX. Contudo, nas últimas décadas, emergiram na cena política movimentos sociais que expandiram os valores democráticos para diferentes âmbitos sociais

² O termo subcidadania, ao ser utilizado aqui, pretende sinalizar a ausência de reconhecimento de direitos a alguns indivíduos ou grupos em uma determinada sociedade em um determinado momento histórico, seja a direitos já existentes, seja ao direito de se ter novos direitos. Uma análise da construção da subcidadania em sociedades periféricas como o Brasil, a partir do conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu, e do conceito de *dignidade*, de Charles Taylor, pode ser encontrada em Souza (2003).

³ Poderíamos dizer que há, desta forma, uma retroalimentação da subcidadania. Na medida em que não são reconhecidas como pessoas dignas dos direitos de cidadania, justifica-se sua menor legitimidade na construção dos mesmos, e esta menor legitimidade reproduz condições de desigualdade e exclusão no interior da comunidade política.

até então considerados privados, culturais, não-políticos: movimento feminista⁴, movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais), movimento negro, movimentos populares urbanos. Estes movimentos sociais colocaram em questão a noção de um espaço político unificado, definido pela contradição relações de produção X força produtiva; a idéia de um sujeito unitário, determinado por sua localização nas relações econômicas; bem como a concepção de um movimento teleológico da história, marcado por um fundamento subjacente que a determina, a luta de classe (Laclau, 1996).

Em conseqüência do deslocamento do imaginário democrático, outros sujeitos coletivos se constituíram no intuito de impedir a ampliação dos direitos democráticos. É neste sentido que Laclau e Mouffe (1985) denunciam a emergência de um neo-conservadorismo, que compreende a busca pela ampliação da revolução democrática como um ‘excesso de democracia’, e como uma onda de igualitarismo que tem feito a sociedade ingovernável. Tal perspectiva afirma que se está colocando em risco o verdadeiro ideal de igualdade das revoluções democráticas ao se substituir a noção de igualdade de oportunidades pela noção de igualdade de resultado, de igualdade entre indivíduos pela de igualdade entre grupos, vivendo a sociedade uma “crise dos valores democráticos”.

A pluralidade de sujeitos políticos na esfera pública⁵, portanto, acarretou num grande debate sobre a democratização das sociedades ocidentais contemporâneas. Dicotomias como: esfera pública e esfera privada; indivíduo e sociedade; demandas por redistribuição e por

⁴ Deve-se ressaltar que algumas autoras analisam que o movimento feminista pode ser compreendido a partir da sua mobilização em três momentos distintos, denominados “ondas” do movimento feminista. Assim, ao apontarmos que o movimento feminista emergiu nas últimas décadas, fazemos referência à segunda “onda” que ocorreu na década de 1960, em torno do lema “o pessoal é político” e à terceira “onda”, que emerge na década de 1980, na qual “mulheres do Terceiro Mundo” passam a questionar o caráter elitista, racista e heteronormativo do movimento feminista. A primeira “onda” caracteriza-se pela luta das mulheres pelo sufrágio universal em fins do século XIX e início do século XX.

⁵ É importante salientar que a noção de pluralidade de sujeitos políticos aqui trabalhada não é compreendida a partir da idéia de uma sociedade atomizada, entendida como um conjunto de sujeitos coletivos essencializados e fixos. É neste sentido que a esta noção deve-se articular à compreensão da identidade como descentrada, precária e não-essencialista. Nas palavras de Mouffe (1995):

minhas reflexões estão inscritas dentro de um modelo teórico anti-essencialista de acordo com o qual o agente social é constituído por um conjunto de “posições de sujeito” que nunca podem ser totalmente fixadas em um sistema fechado de diferenças. É construído por uma diversidade de discursos, entre os quais não existe relação necessária, mas um constante movimento de sobredeterminação e deslocamento. A ‘identidade’ deste múltiplo e contraditório sujeito é desta forma sempre contingente e precária, temporariamente fixada na intersecção daquelas posições de sujeito e dependente de formas específicas de identificação. Esta pluralidade, entretanto, não envolve a ‘coexistência’, uma por uma, de uma pluralidade de posições de sujeito, mas a constante subversão e sobredeterminação de umas pelas outras, o que faz possível a geração de ‘efeitos de totalização’ dentro de um campo caracterizado por fronteiras abertas e determinadas (p. 33-34, tradução nossa).

reconhecimento tiveram de ser repensadas. O “grito” não poderia mais ser simplesmente “proletários de todo o mundo, uni-vos!”, era necessário reconhecer outras desigualdades e exclusões que não se pautavam diretamente na luta econômica nem no âmbito da produção e que, portanto, exigiam rever o caráter ontológico tanto do sujeito da história (a classe trabalhadora) quanto da centralidade das relações de produção na luta da esquerda. Não era suficiente a distribuição das riquezas, o combate à mais-valia, a alternativa economicista marxista, a centralidade do espaço da produção. Reivindicava-se a necessidade de enfrentar desigualdades e exclusões referentes à crescente urbanização das cidades e escassez de bens e serviços coletivos, bem como outras formas de subcidadania decorrentes de lógicas hegemônicas como o patriarcado, a heteronormatividade, o racismo - que não se faziam presentes somente no *lado de lá* da esquerda, mas também eram reproduzidos no interior da própria esquerda.

Todavia, se, por um lado, esta pluralidade permitiu a politização de diferentes formas de desigualdade e exclusão, por outro lado, trouxe para a luta política a necessidade de se enfrentar uma tensão: a de construir estratégias de vínculos entre diferentes sujeitos políticos, de modo que estes não se dissipem na experiência das identidades, caindo no risco dos particularismos, mas não se percam na afirmação de uma universalidade que negue a liberdade em nome da igualdade.

É frente a esta tensão colocada no debate democrático que cabe compreender: que possibilidades de democratização social têm sido construídas diante do descentramento do espaço político e da pluralidade de sujeitos políticos? O que tem sido pensado sobre a unidade política da esquerda hoje? Que estratégias têm sido desenvolvidas a fim de combater às diferentes formas de desigualdade e exclusão politizadas como formas de opressão na atualidade, de modo a se construir uma luta contra-hegemônica⁶?

São estes problemas que guiam a construção desta dissertação e que se justificam pela importância de se compreender como as práticas e os discursos que acarretam em desigualdade e exclusão de seres humanos têm sido problematizados, articulados e enfrentados hoje. Pensar a existência e as possibilidades de vínculos entre diferentes antagonismos democráticos⁷ permite não só compreender possíveis estratégias de luta – foco

⁶ Nesta dissertação, ao trabalhar com a compreensão de Laclau e Mouffe que a luta política é uma luta caracterizada pelo enfrentamento de projetos hegemônicos, utilizaremos o termo “contra-hegemonia” para nos referir a projetos de enfrentamento à hegemonia dominante (ao que Laclau e Mouffe compreenderiam como um momento de “reativação” da dinâmica social) – o momento de “reativação” e o momento de “sedimentação”, concebidos pelos autores na análise da dinâmica social, serão mais bem explicados no Capítulo 1.

⁷ Antagonismos democráticos são entendidos como formas de enfrentamento a determinadas práticas e discursos hegemônicos específicos, a partir da visibilidade de condições de subcidadania como relações de poder, ou seja,

central deste trabalho –, mas também dialogar com questões concernentes a dualidades como lutas por reconhecimento/lutas por redistribuição, lutas reformistas/lutas revolucionárias, e escapar destes dualismos e de explicações essencialistas sobre a mudança social. Além disso, espera-se que as discussões referentes aos problemas de pesquisa apresentados possam servir de ferramentas para diferentes sujeitos que se encontram na luta por sociedades igualitárias e justas.

No capítulo 1, *Pluralidade de movimentos sociais: politização de outras hierarquias sociais*, expomos, de maneira mais detalhada, o contexto de emergência da pluralidade de sujeitos políticos nas sociedades ocidentais contemporâneas. Além disso, apresentamos aspectos fundamentais à teoria democrática radical e plural, desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, desde meados da década de 1980, para a análise dos movimentos sociais contemporâneos.

No capítulo 2, *Percursos metodológicos: construções e reconstruções*, apresentamos os caminhos percorridos na construção desta dissertação, bem como o modo escolhido para se analisar o problema de pesquisa proposto. Ademais, caracterizamos, brevemente, cada um dos grupos investigados nesta dissertação.

No capítulo 3, *Construindo a mudança social: movimentos sociais e seus vínculos*, distinguimos possíveis estratégias de vínculos entre movimentos sociais contemporâneos e apresentamos implicações destas na construção da mudança social, a partir de um debate entre a teoria democrática radical e plural desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e posicionamentos de representantes de grupos investigados nesta dissertação, referentes às principais reivindicações de cada um destes grupos e os modos como cada grupo busca se relacionar com outros movimentos sociais.

No capítulo 4, *Resistências da hegemonia a possibilidades de “outro mundo possível”: expansão hegemônica e expurgo à diferença*, desenvolvemos um debate sobre modos de atuação da hegemonia que, frente a sujeitos políticos que lutam por alternativas antagônicas de sociedade, objetivam enfraquecer possibilidades de democratização social, distinguindo as conseqüências de cada um destes modos na construção da luta política.

No capítulo 5, *Concepções de luta e o processo de democratização social: pluralidade de sujeitos políticos, indeterminação da história, formas de ação*, discutimos concepções dos grupos investigados relativas ao “sujeito da história” e ao “desenvolvimento

como não naturais e sim como reprodução de lógicas de desigualdade e exclusão construídas a fim de reproduzir o privilégio de alguns, mantendo a hegemonia sedimentada. É a articulação entre diferentes antagonismos democráticos em direção a uma ampla democratização da vida social que constitui um projeto contra-hegemônico, uma luta democrática (Mouffe, 1988).

da história” na construção da mudança social, bem como formas de ação apontadas por estes grupos como importantes para se conquistar a sociedade almejada.

Por fim, nas *Considerações Finais*, elaboramos uma síntese de nossas discussões e apresentamos possibilidades de aprofundamento dos problemas de pesquisa trabalhados nesta dissertação, uma vez que novas pesquisas poderão analisar outras facetas destes problemas que aqui não puderam ser investigadas.

Capítulo 1

Pluralidade de movimentos sociais: politização de *outras* hierarquias sociais

Segundo Doimo (1993, p.17), o termo *movimento social* foi cunhado por volta de 1840 para designar o movimento operário europeu e, posteriormente, foi desenvolvido no marxismo para representar “a possibilidade de transformação *racional* das relações econômicas privadas do sistema capitalista”. Entretanto, antes mesmo da crise do Leste Europeu e da queda do muro de Berlim, o termo movimento social já designava novas formas de participação contrárias à lógica capitalista, organizadas *espontaneamente* no âmbito da cultura e não a partir da racionalidade pregada pelos marcos marxistas, colocando em questão o significado do próprio termo.

Assim, até o início dos anos de 1960, segundo Doimo (1993, p.17), falar em movimento social significava dizer da virtualidade revolucionária do proletariado – “entendido como classe determinada pelas relações capitalistas de exploração do trabalho pelo capital” – e de uma organização racional, que apresentava metas previamente definidas, sendo os sindicatos e os partidos políticos de orientação socialista e comunista reconhecidos como a forma mais acabada deste tipo de organização. Desta maneira, a leitura mais comum na esquerda brasileira era a de que, ainda segundo Doimo (1993, p.49) “a história dos homens em sociedade é a história da luta de classes e que a sociedade capitalista é formada por duas classes fundamentais, a burguesia e o proletariado, cabendo a esta última o papel de verdadeiro motor da transformação social rumo ao socialismo”.

Entretanto, rápidas mudanças desde os fins da década de 1960 levaram, por um lado, a crítica à primazia das relações de produção capitalista, ao lugar do proletariado como a classe emancipatória *per se*, à premissa da homogeneidade de classe; e, por outro, à afirmação da importância da cultura e do cotidiano como *locus* de emergência de importantes contestações e à emergência de uma pluralidade de sujeitos políticos que apresentavam uma variedade de reivindicações com fins a ampliação democrática e a uma renovação da vida política.

Estas reivindicações tinham como pauta a ampliação de bens e serviços coletivos (moradia, educação, saúde, etc.) e a afirmação do direito a se ter direitos⁸. Construía-se a

⁸ Dagnino (2000), em sua análise dos movimentos sociais contemporâneos que emergiram na América Latina, a partir da década de 1970, aponta que estes instituíram uma nova noção de cidadania, caracterizada pela transformação de necessidades em direitos e pela construção de reivindicações que não se reduziam a inclusão

partir de lutas em torno de demandas locais e da politização de formas de subordinação invisibilizadas ou desconsideradas na luta política, mediante a ênfase atribuída até então às relações de produção capitalista e à construção do socialismo nos moldes da concepção marxista tradicional.

A politização da cultura e do cotidiano, a emergência daquela pluralidade de sujeitos políticos em torno de diferentes reivindicações e a busca por diferentes teóricos em compreender o que de “novo” havia no cenário dos movimentos sociais levou a revisões teóricas e a uma variedade de formas de interpretação destes sujeitos, tanto na Europa quanto na América Latina. Assim, segundo Doimo (1993), é revelada, junto à crise do marxismo, uma crise do conceito de movimento social, marcada pela polaridade analítica entre o desejo de “unidade” dos diferentes movimentos sociais e a inexorável fragmentação⁹ destes movimentos.

Neste contexto, diversas denominações foram cunhadas para designar os sujeitos políticos que emergiram a partir da década de 1970 na luta contra diferentes formas de injustiça¹⁰. Ademais, reinterpretações relativas à noção de transformação social, à relação entre Estado e sociedade, entre cultura e política foram realizadas a fim de se entender o contexto de pluralidade de movimentos sociais.

num sistema já constituído, colocando em questão a própria forma de constituição deste sistema e a necessidade de transformá-lo numa luta pelo direito a se ter direitos. Assim, a cidadania é compreendida como participação direta ou indireta dos cidadãos na busca não só pela resolução dos problemas sentidos, mas também na busca de radicalização da democracia, no intuito de transformar a própria ordem social (BAIERLE, 2000).

⁹ É importante ressaltar novamente o apontamento feito em nota anterior sobre a noção de pluralidade de sujeitos políticos nas sociedades contemporâneas, de modo a se compreender que o termo “fragmentação”, aqui, não condiz com uma concepção de sujeitos coletivos essencializados e fixos, mas sim como identidades precárias que se constituem frente à também precariedade inerente à ordem social a fim de ressignificar esta ordem. Assim, fragmentação é entendida como uma multiplicidade de sujeitos coletivos em torno de diferentes lógicas hegemônicas de desigualdade e exclusão que, em decorrência do descentramento do espaço público e da disputa pela significação da ordem social, diante do reconhecimento da inexistência de um significado último e subjacente à ordem social, acaba por promover isolamentos entre os movimentos sociais e rupturas internas aos mesmos.

¹⁰ Doimo (1993) apresenta algumas destas denominações: movimentos sociais urbanos, lutas urbanas, movimentos populares, “o” Movimento Popular, ou movimentos sociais simplesmente, numa diferenciação do movimento operário-sindical, no caso latino-americano; ou como na Europa, novos movimentos sociais de protesto, novo populismo, comportamento político não-ortodoxo, novos movimentos sociais. Nesta dissertação nos referiremos a estes diferentes sujeitos políticos que emergiram a partir da segunda metade do século XX como movimentos sociais contemporâneos, de maneira a compreendê-los, como melhor descreveremos no decorrer do capítulo, não no interior da dicotomia “novos” movimentos sociais / “velhos” movimentos sociais, mas através de uma continuidade e descontinuidade relativa à ampliação do imaginário democrático.

1.1 Movimentos sociais contemporâneos e suas condições de possibilidade

Apesar de existirem especificidades referentes aos países de capitalismo avançado e aos países latino-americanos¹¹, a emergência dos movimentos sociais contemporâneos em ambos pode ser inserida no interior das possibilidades oferecidas pela revolução democrática em direção à politização de diferentes relações sociais, possibilidades estas inclusive que colocam em questão a dicotomia entre “velhos” movimentos sociais (“movimento operário-sindical”) e “novos” movimentos sociais (emergentes a partir da segunda metade do século XX), já muito reproduzida e criticada no campo de estudo dos movimentos sociais¹².

Segundo Laclau e Mouffe (1985), a revolução democrática possibilitou uma condição discursiva fundamental para o questionamento de diferentes formas de desigualdade e exclusão como ilegítimas e anti-naturais, favorecendo o surgimento de antagonismos democráticos diante da compreensão daquelas relações como formas de opressão. Diante do imaginário da democracia moderna, originado na Revolução Francesa, é que, de acordo com Laclau e Mouffe (1985), foi possível se constituírem as lutas socialistas, sendo estas proporcionadas pelo deslocamento da igualdade e da liberdade do domínio político para o domínio econômico. Elas decorrem, portanto, da revolução democrática. É também somente na presença deste imaginário - que rompe com a reprodução da subordinação num sistema fechado de diferenças - que se faz inteligível compreender, no contexto de pós-Segunda Guerra Mundial, a emergência de uma pluralidade de sujeitos políticos contrários a diversas

¹¹ Especificidades referentes, por exemplo, à forma de implementação de um Estado de Bem Estar Social nestes países, trabalhada ao longo do capítulo.

¹² “Velhos” movimentos sociais foram caracterizados, em geral, por aspectos econômico-estruturais (Cf. MACHADO & PRADO, 2005), pela utopia de uma sociedade ideal, pela defesa do interesse de um grupo, por objetivos revolucionários (Cf. JAVALOY; RODRÍGUEZ & ESPELT, 2001); enquanto os chamados “novos” movimentos sociais, por questões simbólico-culturais (Cf. MACHADO & PRADO, 2005), pela preocupação com a identidade coletiva, com a supremacia da sociedade civil (Cf. SZTOMPKA, 1998), pelo pluralismo ideológico, por interesses não exclusivos a um grupo, pelo estabelecimento de reformas limitadas na sociedade (Cf. JAVALOY et al., 2001), pela ampliação da noção de dominação e opressão, pela compreensão dos participantes como agentes ativos de transformação dos meios de opressão (Cf. MAHEIRIE, 1997). No entanto, tal distinção é criticada por diferentes autores, como Machado e Prado (2005), Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), Maheirie (1997), Butler (2000), Fraser (1997), os quais enfatizam que a postura dualista é promotora de reducionismos na análise de ações coletivas, levando a um empobrecimento teórico. Para estes autores os movimentos sociais devem ser compreendidos no campo da complexidade em que se apresentam (Cf. MACHADO & PRADO, 2005), sendo vistos como “sínteses dialéticas inacabadas entre subjetividades e objetividades (...) [envolvendo] tanto aspectos macroestruturais histórico-político-econômicos, quanto aspectos microestruturais como relações intergrupais, interpessoais, consciência, linguagem, emoções, identidade” (MAGEIRIE, 1997, p.164).

formas de subordinação que não se reduziam às relações de produção capitalistas, politizando outras hierarquias sociais (escassez de bens e serviços, patriarcado, homofobia, racismo, etc.).

A politização de diferentes hierarquias sociais e consolidação de novas formas de se fazer política no contexto de pós-Segunda Guerra Mundial acarretou, segundo Laclau e Mouffe (1985), em se conceber os agentes destas novas demandas democráticas como “novos” movimentos sociais¹³, sendo os autores contrários a este termo em decorrência de ele agrupar uma série de lutas muito diferentes em torno de um denominador comum: sua diferenciação em relação às lutas dos trabalhadores, concebidas como lutas de classe, colocando à parte diferentes lutas construídas no nível das relações de produção. De acordo com estes autores, o que há de inovador nos “novos” movimentos sociais não se encontra na oposição dos mesmos ao movimento de classe (“velhos” movimentos sociais), mas sim na expansão, propiciada por eles, do imaginário democrático a um conjunto de novas relações sociais características das sociedades industriais avançadas.

Neste sentido, Laclau e Mouffe (1985) analisam a relação entre as lutas dos movimentos sociais contemporâneos e as lutas políticas emergentes no século XIX a partir de uma noção de continuidade e de uma noção de descontinuidade. Por um lado, as lutas dos movimentos sociais contemporâneos apresentam uma continuidade com as emergentes no século XIX, uma vez que mantêm o imaginário igualitário da revolução democrática, reivindicando igualdade de condições. Por outro lado, possuem uma descontinuidade em relação a elas por se caracterizarem como uma ampliação da revolução democrática, politizando novas formas de subordinação, “derivadas da implantação e expansão das relações capitalistas de produção e do crescimento da intervenção do Estado” (p. 160, tradução nossa).

Esta reorganização das relações sociais pode ser entendida como decorrente de uma série de mudanças pós-Segunda Guerra Mundial nas relações de trabalho, no formato do Estado e nos modos de difusão cultural (Cf. LACLAU & MOUFFE, 1985)¹⁴. A partir do ponto de vista econômico, esta reorganização foi caracterizada pela “expansão das relações de produção para o conjunto das relações sociais, bem como pela subordinação destas relações pela lógica de produção para o bem-estar [*profit*]” (LACLAU & MOUFFE, 1985, p. 160, tradução nossa). Segundo Laclau e Mouffe (1985), Aglietta afirma que o momento

¹³ Ver nota anterior sobre a dicotomia entre “novos” movimentos sociais e “velhos” movimentos sociais.

¹⁴ Esta nova conjuntura de emergência e politização de diferentes hierarquias sociais pode ser compreendida, segundo Laclau e Mouffe (1985), a partir de três aspectos: a) “mercantilização” das diferentes esferas sociais; b) construção do Estado de Bem-Estar Social; c) expansão dos meios de comunicação de massa.

fundamental desta reorganização foi a introdução do Fordismo¹⁵, no início do século XX, e sua intensificação, na década de 1940, transformando a sociedade num vasto mercado. Esta transformação se deu a partir da criação incessante de novas necessidades, acarretando em uma penetração da lógica de acumulação capitalista em diferentes âmbitos sociais. Assim, os indivíduos encontravam-se subordinados ao capital, não mais somente nas relações de venda da força de trabalho, mas em diferentes relações sociais: cultura, educação, lazer, doença etc.

Esta “mercantilização” da vida social propiciou a emergência de lutas que buscavam resistir às conseqüências geradas por esta reordenação social, como a destruição do meio-ambiente - devido à intensa produção - ou aos novos problemas para as classes populares, decorrentes da transferência das mesmas para periferias urbanas, diante da crescente urbanização das cidades, da escassez de bens e serviços coletivos como habitação, saúde etc.¹⁶ (LACLAU & MOUFFE, 1985). Assim, outras relações sociais, não só as relações de produção, passaram a ser politizadas, sendo construídas lutas contra diferentes formas de desigualdade e pela reivindicação de novos direitos.

Segundo Doimo (1993), a intervenção do Estado nas sociedades ocidentais contemporâneas, a fim de garantir e repor relações de troca entre atores incapazes de se manter nestas relações, acarretou na seguinte condição: “em vez de ser somente um Estado dentro da sociedade capitalista, agora é a dinâmica capitalista que passa necessariamente por dentro dele [do Estado]” (p. 32). Desta maneira, o fundo público do Estado passa a financiar tanto a acumulação do capital quanto a força de trabalho, e, ao se instituir o Estado de Bem Estar Social, a natureza dos conflitos sociais é alterada, passando estes a se articular em torno do Estado.

De acordo com Laclau e Mouffe (1985), por um lado, o Estado de Bem Estar Social foi necessário para a acomodação do novo regime capitalista de produção, de modo a construir acordos entre capital-trabalho, intervindo o Estado na reprodução da força de trabalho em função das necessidades do capital. Por outro lado, o Estado de Bem Estar Social proporcionou a emergência de lutas contrárias a mudanças provocadas pelo capitalismo nas relações sociais, como nas redes tradicionais de solidariedade de uma comunidade ou de tipo familiar. Assim, sob pressão destas lutas, o Estado foi forçado a suprir diferentes demandas

¹⁵ Compreendido por Aglietta como produtor da “articulação entre um processo de trabalho organizado em torno de uma linha de produção semi-automática, e um modo de consumo caracterizado pela aquisição individual de mercadorias produzidas em larga escala para consumo privado” (LACLAU & MOUFFE, 1985, p. 160, tradução nossa)

¹⁶ Estes movimentos que tinham como pauta a escassez de bens e serviços, o direito à cidade pelas classes populares, entre as diferentes denominações concebidas, foram tratados na América Latina como movimentos populares urbanos (DOIMO, 1993; SADER, 1988; DAGNINO, 2000; BAIERLE, 2000).

relativas a serviços sociais em relação à saúde, ao desemprego e, diante de lutas dos trabalhadores, assegurar alguns benefícios para a classe trabalhadora referentes a salário mínimo, duração da jornada de trabalho, etc.

Além disso, ressaltam Laclau e Mouffe (1985), a intervenção do Estado em diferentes níveis da reprodução social foi acompanhada por um crescimento da burocratização do Estado e, assim, de múltiplas formas de vigilância e regulação em relações sociais concebidas como privadas. Esta alteração na demarcação entre público e privado produziu efeitos ambíguos: por um lado, revelou o caráter político das relações privadas, por outro lado, impôs novas formas de subordinação, propiciando a emergência de numerosas lutas contra a burocratização do Estado (LACLAU & MOUFFE, 1985).

Ademais, esta reformulação na fronteira entre público e privado e a afirmação de direitos sociais acarretaram na necessidade de uma redefinição da noção liberal de cidadania, legitimando demandas por igualdade econômica e por novos direitos sociais, possibilitando, assim, um aprofundamento da revolução democrática.

No intuito de salientar esta redefinição na noção liberal de cidadania, Dagnino (2000) aponta que, se existem semelhanças de vocabulário entre a definição de cidadania na tradição liberal e a definição de cidadania construída pelos movimentos sociais contemporâneos – caracterizada pela luta pelo “direito a se ter direito” -, como no uso dos termos democracia e direito, há também distinções significativas entre estas duas noções.

Primeiramente, a nova noção de cidadania rompe com uma essência universal dada e afirma a construção histórica do significado e conteúdo da cidadania, não estando estes previamente definidos e delimitados como na perspectiva liberal.

Também, promove uma redefinição na idéia de direitos, na medida em que seu ponto de partida é a concepção de um direito a ter direitos, não se limitando a conquista de direitos previamente definidos ou à efetiva implementação de direitos formais abstratos, incluindo a invenção/criação de novos direitos a partir da construção de lutas políticas. Ademais, esta redefinição da noção de direitos se pauta não só no direito à igualdade, mas também no direito à diferença, na busca por aprofundar e ampliar o direito à igualdade.

Além disso, de acordo com Dagnino (2000), a nova noção de cidadania está vinculada não a uma estratégia das classes dominantes ou do Estado de uma incorporação gradual dos setores excluídos, como uma condição legal e política necessária para a instalação do capitalismo, mas sim é fundada por aqueles considerados como subcidadãos e que passam a decidir quais devem ser seus direitos e lutar pelo reconhecimento destes.

A redefinição da noção de cidadania diferencia-se da noção liberal também por transcender à idéia de inclusão num sistema político já dado, no sentido em que coloca em questão a própria definição deste sistema e o direito a participar na invenção de uma nova sociedade, apontando o reconhecimento dos direitos de cidadania para transformações radicais nas sociedades e na estrutura das relações de poder.

Por fim, segundo Dagnino (2000), a ênfase no “tornar-se cidadão”, diante da difusão de uma “cultura de direitos”, aponta para mais uma distinção com a noção liberal: a nova cidadania não se limita à aquisição formal e legal de um conjunto de direitos, é também um projeto para uma nova sociabilidade, buscando construir relações igualitárias em todos os níveis, inclusive novas regras para viver em sociedade. Desta maneira, implica em reconhecer o outro como portador de interesses válidos e direitos legítimos. Para Dagnino (2000), na constituição de uma dimensão pública de cidadania, na qual os direitos se consolidam como parâmetros públicos de interlocução, questiona-se não só o autoritarismo social presente na sociedade, mas também o discurso liberal que estabelece o interesse privado como a medida de tudo, negando a alteridade e, assim, a dimensão ética da vida social.

Junto a esta redefinição na noção de cidadania fez-se necessário também uma ampliação da noção de política, devendo esta ser compreendida para além

das atividades específicas (votar, fazer campanha ou lobby) que ocorrem em espaços institucionais claramente delimitados [...]; ela deve ser vista como abrangendo também lutas de poder realizadas em uma ampla gama de espaços culturalmente definidos como privados, sociais, econômicos, culturais e assim por diante (ALVAREZ et al., 2000, p.29).

Outro aspecto importante a se considerar na análise da emergência dos movimentos sociais contemporâneos são os modos de difusão cultural, segundo Laclau e Mouffe (1985). De um lado, a expansão dos meios de comunicação de massa acarretou na massificação e uniformização social; de outro lado, possibilitou o abalo de identidades tradicionais ao propiciar o questionamento da naturalização destas identidades, a partir da compreensão da contingência das relações sociais e da aparente igualdade pregada pela sociedade de consumo, possibilitando a diferentes grupos politizarem diferentes formas de subordinação.

Portanto, a emergência de novas lutas e radicalização de lutas antigas, como aquelas realizadas pelas minorias étnicas e pelas mulheres, precisa ser entendida a partir da “transformação das relações sociais característica da nova formação hegemônica do período pós-guerra, e dos efeitos do deslocamento em novas áreas da vida social do imaginário igualitário constituído em torno do discurso democrático-liberal” (LACLAU & MOUFFE,

1985, p. 165, tradução nossa). Deslocamento este compreendido por neo-conservadores como um “excesso de democracia” e uma “onda de igualitarismo” que acarreta numa sobrecarga dos sistemas políticos ocidentais.

Os aspectos salientados por Laclau e Mouffe (1985) – “mercantilização” da vida social, implementação do Estado de bem-estar social, expansão dos meios de comunicação de massa - auxiliam a compreender a conjuntura política das sociedades ocidentais contemporâneas pós-Segunda Guerra Mundial. Contudo, por se focarem, sobretudo, na análise dos países de capitalismo avançado, tratar tais aspectos na compreensão da emergência dos movimentos sociais contemporâneos em países como o Brasil requer reconhecer algumas especificidades.

1.1.1 O contexto brasileiro e a emergência dos movimentos sociais contemporâneos

Ao analisar “movimentos populares urbanos” brasileiros, Doimo (1993) ressalta a necessidade de se reconhecer a construção de um “Estado de mal-estar-social” no país. Em países em que um “Estado de bem-estar social” foi constituído, o Estado ampliou suas ações para diferentes âmbitos da sociedade e criou uma base própria de acumulação. Entretanto, diferente do que ocorreu naqueles países, tal expansão do Estado em sociedades em que se constituiu um “Estado de mal-estar social” não foi acompanhada pela construção de instituições democráticas estáveis e pelo combate a desigualdades sociais proeminentes. Esta expansão do Estado no Brasil não só fez dele um ator estruturante das relações sócio-econômicas, como também o colocou como gestor do desenvolvimento e produtor direto, acarretando numa dinâmica onde as políticas públicas decorriam muito mais de decisões de poder do que de conflitos de classe, resultando numa burocracia forte e poderosa e numa sociedade marcada por uma “desarticulação social” – ou seja, numa intervenção estatal que financia a reprodução do capital sem financiar a reprodução da força de trabalho. Desta forma, de acordo com Doimo (1993), Oliveira afirma que o Estado se expandiu através de uma “regulação truncada”, marcada pela ausência de regras estáveis e pela ausência de direitos, persistindo profundas desigualdades no país.

Assim, ressalta a autora, a cultura política brasileira fundou-se sobre uma concepção hierárquica do mundo, imprimindo relações clientelistas intensas em detrimento da cidadania política que jamais consolidou uma verdadeira esfera pública. A versão brasileira do Estado

de bem-estar social, segundo Doimo (1993), desta maneira, não alterou os conflitos de classe, como se observou nas sociedades européias, e sim serviu para descaracterizar e corromper as relações de classe.

Entretanto, apesar da construção deste “Estado de mal-estar social” no Brasil, Doimo (1993) afirma que isso não significou a inexistência de uma “socialização da política” e de uma posição liminar entre Estado e mercado na construção dos conflitos de ação-direta, sendo a diferença com relação aos países de capitalismo avançado, marcada pelo fato de que enquanto nestes “as carências são visivelmente dotadas de maior sofisticação – como, por exemplo, proteção ao meio ambiente, liberação sexual, direito ao aborto e paz mundial -, no Brasil elas passam pela sobrevivência imediata” (DOIMO, 1993, p. 36). O desemprego é, talvez, a única coincidência relevante em ambos os contextos¹⁷.

Neste sentido, Doimo (1993) ressalta que seja “bem-estar social” ou “mal-estar social”, o importante a se ressaltar nesta conjuntura de emergência dos movimentos sociais contemporâneos é a construção de uma nova estrutura de direito, não mais ligada diretamente ao trabalho, mas ao fundo público do Estado nas sociedades ocidentais contemporâneas a partir da década de 1970.

Outra consideração importante, relativa à emergência dos movimentos sociais contemporâneos no Brasil, são as matrizes discursivas (Cf. SADER, 1988) que serviram de fonte para estes novos sujeitos políticos interpretarem e politizarem suas experiências cotidianas, mesclando-as, transformando-as a fim de fazerem visíveis subordinações

¹⁷ É importante salientar, entretanto, que, na década de 1970, se observa também no Brasil a emergência de movimentos sociais LGBT, movimento feminista, movimento ecológico, etc. os quais trazem para a esfera pública pautas apresentadas por Doimo (1993) como características de movimentos sociais que emergiram nos países de capitalismo avançado – meio ambiente, liberação sexual, direito ao aborto. Assim, os movimentos sociais que emergem no Brasil, no contexto das décadas de 1970 e 1980, não se reduzem à luta pela sobrevivência imediata. Entretanto, diante do “Estado de mal-estar social” implementado no Brasil, as desigualdades sócio-econômicas e a necessidade de se lutar por bens e serviços básicos (moradia, educação, saúde, etc.) se configurou de forma muito mais acirrada do que nos países onde se constituiu um Estado de bem-estar social. Além disso, cabe considerar que vivíamos no país um quadro de ditadura militar, o que levou a reivindicações por reconhecimento (feminista, LGBT, racial, etc.) serem sobrepostas, na época, pelo combate ao regime autoritário e pela redemocratização do Brasil, bem como a dificuldades na organização dos movimentos sociais. No que tange ao movimento LGBT brasileiro, por exemplo, segundo Green (2000), a repressão e a ampliação da censura no Brasil, a partir do Ato Institucional Número 5 (AI-5), é um fator fundamental a se considerar quanto à primeira organização duradoura e bem-sucedida de defesa dos direitos homossexuais, denominada “SOMOS: Grupo de Afirmação Homossexual”, que surgiu apenas em 1978, quando já havia condições propícias para a construção de movimentos politizados pelos direitos dos homossexuais no Brasil, no fim dos anos 1960. Podemos citar como algumas destas condições: o aparecimento de uma subcultura homossexual no Rio de Janeiro e em São Paulo na virada do século XIX para o século XX, a ampliação da apropriação do espaço público por homossexuais no decorrer do século XX, a crítica aos padrões tradicionais de gênero, publicação de jornais caseiros por alguns homossexuais e tentativas de construção de grupos de discussão sobre a homossexualidade, a influência do movimento gay internacional, a auto-afirmação de uma nova identidade gay marcada pelo questionamento das noções hegemônicas da homossexualidade, que a consideravam um comportamento pervertido e doentio (GREEN, 2000).

invisibilizadas e reivindicarem como direitos, e não mais como favores, mudanças nas condições de desigualdade e exclusão experienciadas na vida cotidiana.

As experiências da ‘voragem do progresso’ – com a remodelação incessante da paisagem urbana e as mudanças repetidas de casas e trajetos, as longas distâncias, a casa própria como sonho e/ou como realidade, o acesso a novos bens de consumo e a linguagem da televisão, o ritmo fabril de cada dia -; as experiências de aculturação dos migrantes na selva urbana e da mobilização das relações informais para enfrentar os desafios; as experiências do desemprego e do despotismo fabril, das diferenças de exploração entre profissionais e peões, jovens e velhos, homens e mulheres, já vividas carregadas dos significados culturais instituídos, foram reelaborados através dos movimentos sociais (SADER, 1988, p. 142).

Sader (1988) apresenta matrizes discursivas promovidas por “três instituições em crise” que influenciaram na organização dos movimentos sociais que emergiram no país nas décadas de 1970 e 1980: 1) a Igreja Católica, que sofria a perda da influência sobre o povo, sendo criadas as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), a partir da matriz discursiva da Teologia da Libertação, a qual apresentava raízes profundas na cultura popular e se apoiava na organização da Igreja; 2) os grupos de esquerda, desarticulados por derrotas políticas, buscando novas formas de integração com os trabalhadores, através da matriz marxista, teoricamente consistente no que tange aos temas da exploração e da luta sob e contra o capitalismo; 3) a estrutura sindical, esvaziada por falta de função, sendo criado o “novo sindicalismo”, pautado no papel sindical de agenciar os conflitos trabalhistas.

Diante do contexto de perda de influência da Igreja junto à população mais pobre, a partir da década de 1950, frente ao crescimento do pentecostalismo e da umbanda, iniciativas progressistas começaram a emergir de dentro da Igreja a fim de se aproximar da população marginalizada, denunciando as injustiças vigentes e promovendo uma contestação política conjuntamente com o “povo”. Estas ações foram estimuladas pelo Concílio Vaticano II, que falava da Igreja como “povo de Deus”, referindo-se à participação ativa de grupos comunitários, e pela Conferência de Medellín, organizada para aplicar as diretrizes daquele Concílio ao continente latino-americano, fazendo um chamado para uma presença mais intensa da Igreja na transformação da América Latina. Esta parte da Igreja buscava construir uma “nova Igreja”, pautada na matriz discursiva da teologia da libertação e marcada pela criação das Comunidades Eclesiais de Base, tendo como fim, a partir de reflexões sobre valores do cristianismo, que o “povo” deixasse de tratar as privações vividas como fatalidades e, assim, constituíssem reivindicações não no campo do “favor”, e sim como um direito, tendo a Igreja aberto, deste modo, um espaço de legitimidade por onde protestos de mudança sufocados puderam ser proclamados.

Nesta “nova Igreja”, a “salvação” é anunciada na construção de uma vida mais humana, caracterizada por atributos cristãos de humanidade, “entre eles o ‘espírito de pobreza’, o reconhecimento de valores supremos e a fé em Deus, a caridade de Cristo” (SADER, 1988, p. 154). Ademais, é afirmada não como uma conquista passível de ser alcançada individualmente, mas pela construção de comunidades que tivessem como centro a eucaristia, mantendo a Igreja viva.

Desta maneira, se a Igreja se abre para o reconhecimento das lutas “humanas”, ela também normatiza o que é “verdadeiramente humano”, julgando os atos humanos a partir de sua doutrina, reafirmando o papel central da “família cristã” na preservação da moralidade e no combate a “uniões ilegais”, ao “divórcio”, às “desordens sexuais”, ao “hedonismo”, ao “erotismo”, reproduzindo diferentes formas de opressão.

Assim, por um lado, a Igreja se apresenta como um ator importante na emergência de sujeitos políticos no Brasil, tendo as CEB reformulado a estratégia de caridade da Igreja em direção a uma estratégia de libertação do povo. Buscava não só mitigar a fome dos humildes, mas atacar os fundamentos que reproduziam a injustiça social, vendo nos pobres a possibilidade de serem conscientes na luta por sua própria libertação.

Por outro lado, a valorização do cotidiano e da cultura na luta política pelos movimentos sociais contemporâneos - sendo as relações de reprodução da existência o mais novo *locus* de conflito político para a transformação social - serviu à Igreja como possibilidade de reprodução de seus interesses frente a efeitos da modernidade do mundo urbano industrial:

desenraizamento das massas e a atomização da existência, a complexa divisão do trabalho e a fragmentação dos papéis sociais, o apego a práticas seculares e o desencantamento do mundo, a monetarização das relações e a perda do sentimento de solidariedade, o avanço da racionalidade das instituições e o desapego às relações do tipo primário, especialmente às referidas à família e à religião (DOIMO, 1993, p. 55).

No que toca a matriz discursiva da esquerda política, segundo Sader (1988), a esquerda revolucionária dos anos 1960 - contemporânea da revolução cubana, da revolução cultural chinesa, da guerra do Vietnã, do maio de 68, das guerrilhas latino-americanas - havia colocado a revolução como tema da atualidade. Desta maneira, revivia o dualismo condições objetivas/condições subjetivas, considerando que diante das primeiras só faltava a organização de um partido ou de uma vanguarda que viesse tirar o sujeito revolucionário do seu “torpor”.

Esta “nova esquerda”, de acordo com Sader (1988), se alcançou seu apogeu a partir da construção de lutas de rua, em 1968, e de lutas armadas, em 1969 (como no seqüestro do embaixador norte-americano), e em 1971, em oposição a lutas reformistas, foram estes mesmos enfrentamentos que acarretaram em sua derrota. Tal derrota se consolidou não apenas pela repressão cada vez mais pesada das salas de tortura da polícia e das forças armadas; mas também por aquilo que toca na própria identidade da esquerda: os “sujeitos revolucionários” não tiveram participação naqueles enfrentamentos produzidos pela esquerda, quando o que se esperava era que diante da abertura do caminho pela vanguarda, as massas populares iriam intervir na construção do processo revolucionário. A ligação entre as “vanguardas revolucionárias” e as “massas trabalhadoras” não se fazia presente, gerando, assim, um processo de auto-crítica pela esquerda, referente a como mobilizar aquelas massas, buscando os militantes atuar em pequenos círculos, na tentativa de aglutinar os trabalhadores, colocando-se uma dualidade entre estratégias revolucionárias e a realização de pequenas atividades junto aos trabalhadores.

Segundo Sader (1988), este momento de crise da esquerda brasileira ocorreu no mesmo momento em que teses marxistas estavam a ser criticadas internacionalmente, não só por razões teóricas, mas também pelo “desencantamento” com o “socialismo real”; e num momento histórico do Brasil no qual, diante da ditadura militar, as possibilidades de comunicação da esquerda com aqueles que objetivava mobilizar para a luta política se faziam escassas. As idéias da esquerda atravessaram a reelaboração das experiências populares a partir, sobretudo, do espaço das pastorais católicas, de maneira a proporcionar aos discursos destas pastorais uma compreensão das lutas de classe e das condições da sociedade capitalista.

[a] situação de clandestinidade [das organizações de esquerda] definia um “público” quase conspirativo: eram os próprios militantes e, dentre suas áreas de influência, aqueles restritos setores nos quais se poderia ter confiança para entregar um documento clandestino. Essa relação com seu “público” definia sua linguagem, referida a um universo de significados decifrado apenas por essa franja reduzida de leitores. É certo que haviam também os jornais clandestinos voltados para um público mais amplo [...] Mas, obrigados à clandestinidade, tampouco puderam constituir verdadeiramente um público. Procurando referir as questões da atualidade à luta revolucionária contra o regime, tinham por público os setores que de algum modo reconheciam tal problemática. [...] Mas mesmo essa ressonância foi diminuída na medida em que as mensagens manifestavam uma enorme falta de aderência à realidade vivida pela população. [...] E por isso mesmo os aspectos das formulações marxistas que circularam mais fluentemente e desempenharam importante papel nas elaborações dos movimentos sociais não foram os referidos às diretrizes estratégicas e nem mesmo às palavras de ordem; foram principalmente os que falavam do funcionamento do capitalismo, da exploração da classe operária, das suas formas de luta, das experiências da sua história (SADER, 1988, 176-177).

Segundo Dagnino (2000), uma das principais contribuições na reformulação do pensamento da esquerda latino-americana, durante as décadas de 1970 e 1980, foram aquelas desenvolvidas por Gramsci referentes a uma imbricação entre cultura, política e economia¹⁸. Esta influência de Gramsci decorreu, segundo a autora, da possibilidade de a esquerda em crise revisar seu pensamento, sem que isso acarretasse numa ruptura traumática com os ideais socialistas e com a capacidade crítica do marxismo. De igual modo, as idéias de Gramsci permitiram examinar a especificidade histórica das sociedades latino-americanas, sobretudo as relações entre Estado e sociedade, e também possibilitaram enfrentar desafios políticos decorrentes de novos processos políticos que estavam tomando forma, por exemplo, a identificação da democracia como um conceito unificador da luta política contra os regimes autoritários vigentes nos países latino-americanos.

Assim, mediante o conceito de hegemonia e da noção de transformação social, não como decorrência de um ato insurrecional de tomada de poder do Estado ou como um processo fatalista e predeterminado; e sim como uma construção histórica em que se privilegia o papel da agência e se concebe o poder não como uma “coisa”, mas como uma relação entre forças sociais que necessita ser transformada, foi consolidada na esquerda latino-americana uma concepção alternativa ao marxismo clássico.

Até então, se a esquerda na América Latina se pautava no conceito de ideologia - tratando a cultura, sobretudo a cultura popular, como domínio da alienação -, e no conceito de Estado - entendido “como uma condensação das relações de poder e como o *locus* específico da dominação na sociedade” (DAGNINO, 2000, p. 64-65), sendo o lugar e o alvo relevante da luta política -, a leitura predominante da esquerda a partir da influência gramsciana confluía em torno de três tendências diferentes: “a crítica renovadora do marxismo tradicional, a ênfase na construção da democracia, com seu correlato fortalecimento da sociedade civil, e – nos interstícios das duas – uma nova abordagem da relação entre cultura e política” (DAGNINO, 2000, p. 70), não subordinando as relações culturais e considerando cultura e política como constitutivas¹⁹.

Deste modo, parte da esquerda desdobrou a luta contra o Estado autoritário numa luta contra todas as formas de autoritarismo, e a introdução da noção de hegemonia no pensamento da esquerda colocou como questão e buscou responder ao desafio de como fazer

¹⁸ Foi também sob a influência da concepção de hegemonia de Gramsci que Laclau e Mouffe desenvolveram a Teoria Democrática Radical e Plural.

¹⁹ Por um lado, a cultura, como um conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser analisada sem se considerar as relações de poder embutidas nestas práticas; por outro lado, a análise das relações de poder não se faz possível sem a compreensão do caráter cultural ativo, já que expressam, produzem e comunicam significados (Cf. DAGNINO, 2000).

com que lutas com objetivos distintos convergissem na formação de vínculos, de maneira a não permitir com que elas se dispersassem ou se esgotassem no particularismo.

O ‘objetivo único’ e a ‘concepção de mundo comum’ não são pontos de partida, assegurados por sujeitos e conteúdos pré-definidos, mas uma construção em processo, uma articulação sempre submetida à reelaboração e renovação, concebida como base para uma ação política coletiva na direção da transformação social. Além disso, essa concepção de hegemonia como articulação permite a consideração da autonomia dos diferentes sujeitos e dos processos de construção de suas próprias identidades coletivas [...]. Para seus defensores, essa visão expressa várias motivações, entre elas o desejo de romper com o reducionismo econômico sem cair no pluralismo liberal e a necessidade de dar conta da diferença sem deixar de lado a preocupação histórica com a igualdade. Ademais, o tratamento desses novos atores [movimentos sociais contemporâneos] estava intimamente ligado à expectativa de fazer avançar a socialização da política na sociedade civil como base de uma socialização radicalmente democrática de poder (DAGNINO, 2000, p. 73)²⁰.

Em relação ao “novo sindicalismo”, Sader (1988) afirma que diante do contexto de repressão e controle sobre os sindicatos pela ditadura militar, estes acabaram por ficar esvaziados no que tange ao seu caráter reivindicativo, passando a exercer somente funções meramente assistenciais. Entretanto, se a maioria dos sindicalistas apenas reproduzia esta situação, em categorias em que conflitos fabris localizados geravam maiores pressões sobre os sindicatos, ocorreram ou mobilizações fabris das bases contrárias às direções sindicais ou a absorção pelos dirigentes das inquietações das bases sindicais, o que alterou a prática sindical. É neste contexto que emerge, na década de 1970, uma corrente sindical renovadora denominada de “novo sindicalismo” ou ‘sindicalismo autêntico’, que buscava assumir as lutas reivindicativas das bases.

Deste modo, se, por um lado, o discurso emitido pelo novo sindicalismo se localiza no interior dos sindicatos portanto de dentro da institucionalidade estatal, o que impunha sérias limitações a suas falas e movimentos; por outro lado, assumia o papel – institucionalmente definido – de agenciadores dos conflitos trabalhistas, o que tornava legítimas as suas ações em defesa dos interesses específicos dos trabalhadores, gerando “discursos capazes de interpelar as mentalidades formadas pelos discursos dominantes” (SADER, 1988, p. 184). Deste modo, absorvia as pressões da base de maneira a exigir o respeito aos trabalhadores, a dignidade dos mesmos, o recebimento (material e moral) daquilo que mereciam, a partir de brechas legais, objetivos e formas de ação consideradas legítimas para confrontar as autoridades.

²⁰ Segundo Dagnino (2000), é importante salientar que a leitura da hegemonia pelos autores latinos foi realizada mediante interesses teóricos que correspondiam àquelas motivações. Desta forma, eles deixaram de lado aspectos das contribuições de Gramsci que fossem problemáticos para a afirmação da pluralidade de sujeitos políticos e para a crítica ao reducionismo econômico.

Nesta conjuntura política, caracterizada por estas matrizes discursivas, que emergem os movimentos sociais contemporâneos brasileiros. Segundo Dagnino (2000), se estes movimentos foram vistos como participantes da luta pela democratização desde o seu início, na resistência ao regime autoritário, após 1985 passaram a ter seu papel de sujeitos políticos na expansão e aprofundamento da democracia questionado por alguns teóricos. Para a autora, este questionamento encontra-se pautado no privilégio da dimensão institucional do processo democrático, não conseguindo tais analistas reconhecerem exatamente a existência de disputas entre concepções alternativas de democracia e de arena política, invisibilizando dimensões do processo de democratização historicamente valorizados por aqueles excluídos da democracia representativa tradicional.

Neste mesmo sentido, segundo Baierle (2000), a centralidade conferida por alguns autores aos âmbitos institucionais e técnicos da política parece se pautar na idéia de que fosse preciso primeiro transformar as populações marginalizadas, pela força do Estado, em clientes, para só depois conquistarem a condição de cidadãos:

o argumento básico aqui é de que os setores populares organizados – o campo popular – representam uma parcela muito pequena da população, estando ainda eivados de contradições internas e sendo incapazes, devido ao seu corporativismo atávico, de atingir um nível de ação voltado para a sociedade como um todo, com soluções objetivas e ágeis sobre os problemas diagnosticados (p. 186).

Diante disso, segundo Dagnino (2000), é importante enfatizar as implicações culturais na análise política da luta dos movimentos sociais contemporâneos de modo à visibilizar dimensões negligenciadas na luta política e reconhecer

a capacidade dos movimentos sociais de produzir novas visões de uma sociedade democrática, na medida em que eles identificam a ordem social existente como limitadora e excludente com relação a seus valores e interesses. Embora possam ser fragmentárias, plurais e contraditórias, essas contestações culturais não devem ser vistas como subprodutos das lutas políticas, mas como constitutivas dos esforços dos movimentos sociais para redefinir o significado e os limites da própria política (p. 81).

O reconhecimento de mudanças culturais como fundamentais para o processo de democratização foi de suma importância para os movimentos de mulheres, negros e outros, dirigindo suas lutas no enfrentamento da cultura autoritária brasileira que demarca espaços específicos nos diferentes âmbitos sociais a partir de diferenças de raça, classe, gênero e outros. O que pouco se reconhece, segundo Dagnino (2000), é que também os movimentos populares urbanos produziram esta compreensão da imbricação entre cultura e política ao

perceberem que não tinham que lutar apenas por seus direitos sociais – moradia, saúde, educação, etc. – mas pelo próprio direito a ter direitos [...] [na medida em que] ser pobre significa não apenas privação econômica e material, mas também ser submetido a regras culturais que implicam uma completa falta de reconhecimento das pessoas pobres como sujeitos, como portadores de direitos. [...] Essa privação cultural imposta pela ausência absoluta de direitos, que em última instância se expressa como uma supressão da dignidade humana, torna-se então constitutiva da privação material e da exclusão política (p. 82).

Esta conexão entre cultura e política, segundo Dagnino (2000), realizada pelos movimentos populares urbanos, possibilitou a estes estabelecer um campo comum de articulação com outros movimentos sociais mais culturais como étnicos, de mulheres, de homossexuais, ecológicos e de direitos humanos²¹ na busca de se construir relações mais igualitárias em todos os níveis sociais.

É importante ressaltar que “a ênfase na sociedade civil e nas práticas culturais que subjazem às relações sociais como arenas de luta dos movimentos sociais pela democratização não deve ser entendida como uma opção restritiva que excluiria, novamente, o Estado e a institucionalidade política como arenas secundárias.” (DAGNINO, 2000, p. 93). Condição que, segundo a autora, pode ser visualizada no fato de que tanto movimentos populares urbanos quanto “movimentos sociais mais amplos” (mulheres, negros, homossexuais, etc.) encontram-se vinculados a partidos políticos e consideram o voto como instrumento importante de participação na sociedade²². Entretanto, ressalta a autora, esta visão positiva não ocorre de modo complacente, coexistindo com uma clara demanda pela ampliação do conteúdo democrático desses mecanismos.

A politização de diferentes formas de subordinação por diferentes sujeitos políticos, observadas nas últimas décadas nas sociedades contemporâneas, encontra-se, segundo Dagnino (2000), articulada a uma redefinição da noção de cidadania, construída a partir da compreensão pelos movimentos populares urbanos das suas reivindicações como direitos e da afirmação da luta dos movimentos sociais - como o de mulheres, negros, homossexuais – como uma luta pelo direito à igualdade e à diferença. Esta redefinição da noção de cidadania

²¹ É importante salientar este campo comum de luta entre os diferentes movimentos sociais contemporâneos frente à importância de se questionar dicotomias entre movimentos sociais por redistribuição e movimentos sociais por reconhecimento, na medida em que, como apontado por diferentes autores (BUTLER, 2000; FRASER, 1997; MACHADO e PRADO, 2005; SOUZA, 2003), observa-se uma retroalimentação entre “injustiças econômicas” e “injustiças culturais”, bem como uma mistura de ambas nas reivindicações de diferentes movimentos sociais contemporâneos.

²² Considero que, no caso brasileiro, após a “desesperança” produzida pelo governo Lula, parte dos movimentos sociais contemporâneos apresentam uma visão menos positiva quanto à possibilidade de, pelo sistema eleitoral, se construir uma sociedade mais igualitária, na qual se implementem políticas em direção às reivindicações dos movimentos sociais. Contudo, isso não significa a exclusão da atuação por vias institucionais, ainda que alguns grupos critiquem esta forma de atuação.

acarretou a construção de novas identidades como sujeitos portadores de direitos e significou uma ruptura com estratégias políticas caracterizadas por relações de favor, clientelismo, tutela e subordinação, muito presentes na história brasileira - e ainda hoje observadas - que reforçam a cultura autoritária do país, na medida em que não questionam os sistemas de classificação e exclusão existentes.

De acordo com Baierle (2000), após a década de 1930, a cidadania das classes populares deixou de ser, gradativamente, apenas questão de polícia, passando a ser tratada num jogo de barganha que, por um lado, se caracterizava pela proteção social e, por outro, pela subordinação política em troca de direitos sociais. A partir de 1980, esta lógica foi redefinida em razão de duas crises: “crise de expansão da arena política”, caracterizada pela interpelação de setores excluídos pelo regime militar; “crise do modo de regulação”, pautada no estrangulamento externo da economia e insuficiência do Estado em manter o ritmo de investimentos e absorver os custos da dívida externa. Segundo o autor, a opção pelo Consenso de Washington e a defesa da idéia, pelas classes dominantes, de que fora do ajuste monetário não haveria salvação (idéia esta consolidada nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso), se, por um lado, aquietou as tensões dos grandes empresários internacionalizados e estava amparada no controle dos meios de comunicação, por outro, deixou em aberto a questão da ampliação social da base política do sistema, tendo as políticas sociais produzido nada mais do que a ampliação do *apartheid* social.

Neste contexto de implementação do neoliberalismo, a partir do final da década de 1980, a noção redefinida de cidadania pelos movimentos sociais – “direito a ter direitos” – continuou presente nas lutas populares e práticas políticas de alguns partidos políticos como o PT. Contudo, versões neoliberais de cidadania se tornaram predominantes em toda América Latina, redefinindo o domínio político e seus participantes, através de uma concepção minimalista de Estado e de democracia. Estas versões trabalham, por um lado,

com uma visão de cidadania como uma sedutora integração individual ao mercado. Por outro lado, [atuam] sistematicamente para a eliminação dos direitos consolidados, transformando seus portadores/cidadãos nos novos vilões da nação, inimigos privilegiados das reformas políticas que pretendem diminuir as responsabilidades do Estado. Ademais, os gastos sociais são dirigidos na reversão daquilo que foi o grande passo na organização dos movimentos sociais, que tornou possível o próprio surgimento da nova cidadania, a definição de necessidades como direitos (DAGNINO, 2000, p. 84),

sendo estes transformados em caridades públicas para carentes, e, assim, definidos à margem da participação da sociedade civil.

Apesar de inúmeras dificuldades enfrentadas e em enfrentamento, os movimentos sociais “ao politizar o que não é concebido como político, ao apresentar como público e coletivo o que é concebido como privado e individual, desafiam a arena política a alargar seus limites e ampliar sua agenda” (DAGNINO, 2000, p. 95).

1.2 Teoria democrática radical e plural: importantes aspectos na análise dos movimentos sociais contemporâneos

De acordo com Laclau (1993b), nas últimas décadas, observamos a emergência e politização de diferentes hierarquias sociais; o declínio da classe trabalhadora como um sujeito político nos países pós-industriais, devido mudanças estruturais do capitalismo; a crise e descrédito do modelo de sociedade implantado nos países socialistas, incluindo a promoção de novas formas de dominação, estabelecidas em decorrência da ditadura do proletariado. Estas transformações históricas acarretaram a necessidade, para se intervir na história de nosso tempo, de se repensar a teoria marxista, rompendo com elementos-chave como a noção de uma sociedade suturada e de um agente necessário e privilegiado da História.

Desta maneira, Laclau e Mouffe (1985) propõem a (re)construção de um projeto para a esquerda num terreno pós-marxista, ou seja, num terreno caracterizado pela consideração de que a teoria marxista pode auxiliar na construção de um novo pensamento para a esquerda através da “preservação de alguns de seus conceitos, transformação ou abandono de outros, e diluição de outros na infinita intertextualidade de discursos emancipatórios que a pluralidade do social tem modelado” (p. 05, tradução nossa).

Este novo projeto, denominado pelos autores de projeto de democracia radical e plural²³, afirma a necessidade de se construir uma nova positividade do social, baseada no respeito ao direito de igualdade de todos os grupos subordinados e, ao mesmo tempo, na compreensão de que esta nova positividade do social nunca pode ser plena, pois é continuamente penetrada por uma precariedade constitutiva, não existindo um fundamento transcendente ou subjacente a ela, devendo a *igualdade* sempre ser limitada e complementada pela demanda da *liberdade* (Cf. LACLAU & MOUFFE, 1985). De acordo com Mouffe (1996):

²³ *Hegemonia e Estratégia Socialista: em direção a uma Teoria Democrática Radical e Plural* (1985) é o principal livro no qual Laclau e Mouffe desenvolvem os pressupostos de sua Teoria Democrática Radical e Plural.

Fundamental nesta abordagem é a consciência de que uma democracia pluralista contém um paradoxo: o próprio momento da sua realização seria também o início da sua desintegração. [...]. Portanto, uma tal democracia será sempre uma democracia ‘futura’, uma vez que o conflito e o antagonismo são simultaneamente condição de possibilidade e condição de impossibilidade de sua total realização (p. 19).

Segundo Laclau (1993a), na obra de Marx, mais especificamente em *O Prefácio à Contribuição Crítica da Economia Política* e no *Manifesto Comunista*, observa-se, por um lado, uma teoria da história baseada na contradição entre forças produtivas e relações de produção; por outro lado, uma descrição que *pressupõe* a natureza antagônica das relações de produção nas sociedades de classe, ou seja, a luta de classe.

A coerência lógica do esquema marxista depende, segundo Laclau (1993a), da possibilidade teórica de integrar a luta de classes à teoria geral da mudança histórica, sendo possível, a partir deste ponto, pressupor três saídas teóricas:

a) Redução do antagonismo (luta de classes) à contradição força produtiva / relações de produção. Esta redução se faz impossível pelo fato da luta de classes caracterizar-se por ser um *antagonismo sem contradição*, ou seja, a luta de poder entre grupos não tem como ser compreendida como inerente à contradição entre força produtiva e relações de produção, pois, apesar de esta contradição implicar necessariamente num colapso interno às relações de produção, ela não acarreta automaticamente num enfrentamento entre grupos (sendo, assim, uma *contradição sem antagonismo*);

b) Compreensão da luta de classes como inerente a forma das relações de produção, não por ser determinada pela contradição entre força produtiva e relações de produção, mas por existir um antagonismo necessário no capitalismo entre trabalhador assalariado e capitalista. Esta consideração é impossível, segundo Laclau (1993a), pelo fato das relações capitalistas serem relações entre categorias econômicas, ou seja, entre vendedor da força de trabalho e comprador da força de trabalho, sendo as pessoas de carne-e-osso apenas sustentadoras destas relações. Assim, o antagonismo, ao invés de ser intrínseco às relações capitalistas, só é possível quando o trabalhador resiste à extração da mais-valia por parte do capitalista, sendo este ato dependente de algo que exista na exterioridade da relação comprador-vendedor (por exemplo, o imaginário democrático, que postula a igualdade como um princípio fundamental a ser perseguido), pois não há nada nesta relação que sugira ser aquela resistência uma condição lógica;

c) Afirmção da presença irreduzível de um “exterior” à relação entre força produtiva e relações de produção, mas compreendendo este “exterior” na sua relação com o interior de modo preciso e racional, por exemplo, introduzindo o pressuposto da subjetividade do agente de maneira a possibilitar a afirmação de que “o antagonismo é inerente às relações de produção, já que aquele tem se tornado um jogo de soma-zero entre o trabalhador e o capitalista” (Laclau, 1993a, p. 27, tradução nossa). Esta saída implica em pressupor que as motivações dos trabalhadores se guiam, assim como a do capitalista, pela maximização da ganância, naturalizando a motivação dos mesmos e, além disso, contrariando qualquer relação entre classe trabalhadora e socialismo. Também implica em não reconhecer que o antagonismo não se constrói como interno à lógica do contrato entre trabalhador e capitalista, e sim na crítica a este contrato, de modo a demonstrar as desigualdades que ele pressupõe, negando o trabalhador a reproduzir o papel de trabalhador que lhe é atribuído por este contrato, condição que só é possível a partir da existência de um elemento exterior à própria relação de produção.

Diante da insuficiência destas três alternativas de articulação entre a teoria geral da história e a luta de classe, Laclau (1993a) enfatiza que é possível afirmar que o antagonismo entre trabalhador e capitalista não é inerente à relação de produção, mas sim proveniente de uma relação entre as relações de produção e algo que o agente é fora dela, dependendo, portanto, as relações antagônicas de relações contingentes de poder entre forças que não podem ser submetidas a nenhum tipo de lógica unificada. Desse modo, a compreensão do antagonismo implica em analisá-lo não a partir de critérios abstratos e racionalistas, e sim no interior das possibilidades e condições históricas específicas - nas sociedades democráticas contemporâneas a revolução democrática, caracterizada pelo questionamento dos marcos de certeza e pelo discurso de igualdade e liberdade para todos, é uma condição histórica importante para a construção das diferentes lutas contrárias à subordinação que emergiram na sociedade desde o século XIX.

Em *Hegemonia e Estratégia Socialista: em direção a uma política democrática radical*, Laclau e Mouffe (1985) demonstram que mesmo os autores marxistas que buscaram superar o economicismo da teoria - como Rosa Luxemburgo, através da “teoria da espontaneidade”; como Lênin, a partir da noção de “aliança de classes”; e Gramsci, com a noção de “bloco histórico” – reconhecendo a contingencialidade das condições históricas, seja pela necessidade da classe trabalhadora em assumir o papel da classe burguesa no contexto da

Rússia dos fins do século XIX e início do XX; seja pela observação da emergência de diferentes antagonismos não reduzidos à esfera econômica, acabaram por manter a idéia da esfera econômica como fundamento último da prática política. Assim, tais autores acabaram por utilizar a contingência como uma forma de preencher um vazio na confirmação de uma “necessidade histórica”, reduzindo, assim, seu efeito nas articulações hegemônicas.

Esta preservação do postulado ontológico da luta de classes no debate marxista se pauta na manutenção de três teses básicas da teoria marxista que, segundo Laclau e Mouffe (1985), não se sustentam diante da contingencialidade do social aberta pela revolução democrática: a) tese da neutralidade das forças produtivas, ou seja, que as relações de produção respeitam leis necessárias alheias à intervenção consciente; b) tese da simplificação da estrutura social, acarretando numa divisão transparente entre os agentes a partir das relações de produção; c) tese do interesse histórico da classe trabalhadora no socialismo em decorrência da posição dos trabalhadores na estrutura social.

Na busca de se compreender os antagonismos contemporâneos e as possibilidades de se construir um projeto socialista e democrático, através das condições históricas presentes, e não a partir de categorias abstratas como aquelas mantidas pelos teóricos marxistas, quatro aspectos fundamentais à análise social contemporânea são discutidos por Laclau (1993a): 1) a negatividade é constitutiva da identidade, apresentando toda objetividade um caráter contingente e precário. Portanto, ao se basear na determinação de um sentido objetivo ou positivo dos processos sociais, o projeto racionalista estava destinado ao fracasso; 2) relações sociais são relações de poder, pois a construção de qualquer objetividade decorre, necessariamente, da exclusão de outras alternativas sociais presentes no campo político; 3) há uma primazia do político sobre o social, sendo o campo político aquele que, através da emergência dos antagonismos, visibiliza a contingência de toda objetividade e o caráter indecível de toda alternativa, fazendo com que qualquer decisão seja um ato de poder; 4) relações sociais são sempre relações históricas, pois decorrem do caráter contingente de determinada condição de existência social.

1.2.1. Negatividade como constitutiva da identidade

A compreensão de que a negatividade é inerente a toda identidade, como constitutiva do social, implica em reconhecer a impossibilidade de uma objetividade plena, sendo o antagonismo o limite de toda objetividade, uma vez que ele não tem sentido objetivo senão o de impedir que a objetividade se constitua como tal.

É importante esclarecer que a noção de antagonismo difere-se da noção de contradição. Essa distinção decorre, sobretudo, de a contradição fundamentar-se em um processo dialético no qual a negação é um momento interno e necessário ao próprio sistema, sendo ela absorvida numa síntese superior já contida nos elementos da tese e da antítese. Diferentemente, a noção de antagonismo implica em um elemento de negação externo e contingente ao sistema, mas que, ao mesmo tempo, interage com o sistema, pois funciona como um “exterior constitutivo”. Assim, este elemento impede a totalidade da identidade do “interior” do sistema, ao mesmo tempo, que é a condição de existência desta identidade, não podendo ser dialeticamente recuperado pelo fato de possuir uma exterioridade em relação ao sistema²⁴.

Outro ponto importante a se considerar, com relação ao caráter contingente de toda objetividade, é que a contingência não significa completa ausência da necessidade; caso contrário, teríamos uma totalidade vazia e encontraríamos apenas pura indeterminação e impossibilidade de um discurso coerente. Portanto, a contingência não é tratada como uma *negação frontal* à necessidade, e sim como uma *subversão* desta, de modo que, para que o antagonismo possa mostrar o caráter contingente de uma identidade, esta tem de existir, tem de se pressupor a afirmação desta identidade²⁵. Para Laclau e Mouffe (1985), a afirmação da plena contingência é uma ameaça à democracia, pois implicaria na ausência de qualquer referência à unidade do social, quando esta, apesar de impossível, necessita ser mantida como um horizonte a fim de impedir a implosão social, ou seja, a ausência de alguma referência comum entre os sujeitos sociais. Nesse sentido afirmar que tudo é contingente seria um absurdo, segundo Laclau (1993a), estando as fronteiras entre o contingente e o necessário constantemente em deslocamento.

²⁴ Neste sentido, a identidade do trabalhador, como um sujeito político, só se faz possível mediante o reconhecimento por parte dos trabalhadores de que o capitalista impede que eles sejam trabalhadores (tenham direito aos frutos do seu próprio trabalho) e alcancem seus interesses, e que este bloqueio é decorrente de uma condição de opressão, desvelando a contingência da relação de subordinação a partir da mediação discursiva propiciada pela universalidade dos princípios de igualdade e liberdade. Assim, o capitalista não é uma oposição externa ao trabalhador que acarretaria numa negação direta entre estes dois agentes com identidades e interesses totalmente constituídos (noção de contradição), mas um outro que, se impede a existência do trabalhador, ao mesmo tempo, possibilita - mediante o imaginário democrático - que o trabalhador emergja como um sujeito político (desvelando a contingencialidade da relação de subordinação) e afirme uma nova positividade do social.

²⁵ Neste sentido, para que os trabalhadores emergjam como sujeito político, faz-se necessário que reconheçam a existência do capitalista como um outro (“eles”) que impede a existência deles (“nós”), subvertendo o caráter hegemônico da relação capitalista-trabalhador.

1.2.2. Relações sociais como relações de poder

O caráter contingente de toda objetividade acarreta em compreender uma segunda característica fundamental às relações sociais: a institucionalização de uma objetividade é sempre um ato de poder, pois acarreta na exclusão de alternativas que lhe eram antagônicas e, exatamente por serem antagônicas, tiveram de ser suprimidas para que esta objetividade pudesse se afirmar como “universal”.

Dessa maneira, a precariedade de qualquer objetividade decorre: 1) da impossibilidade de sua plenitude, uma vez que sua constituição depende da existência de um exterior constitutivo; 2) dessa impossibilidade se caracterizar como uma relação de poder, no sentido em que outras alternativas que são antagônicas à objetividade, apesar de existirem, devem ser continuamente reprimidas para que a objetividade se mantenha sedimentada.

A manutenção de uma objetividade e a conseqüente supressão do que lhe antagoniza depende de contínuos deslocamentos das relações sociais e da possibilidade desta objetividade ser decorrência da articulação de um número cada vez maior de significantes, de modo a permitir uma unificação simbólica que abarque a heterogeneidade das diferentes demandas sociais.

Esta unificação simbólica, segundo Laclau (2005), só é possível pela articulação destas demandas sociais, não em torno de um significante que represente um significado apriorístico e fixo, e sim em torno de um significante “vazio” que ganha significação a partir de um processo de “nomeação”, decorrente da articulação das diferentes demandas que constituem a objetividade hegemônica, funcionando como um “ponto nodal”. Este “nome” que busca significar o significante “vazio” não representa nenhuma das demandas em sua particularidade, e sim é um elemento “singular”, construído no processo de articulação das diferentes demandas, e que pretende abranger toda heterogeneidade, convertendo-se, assim, no fundamento da “Coisa”, ou seja, da objetividade que é sempre precária por ser contingente e por existir numa relação de poder.

Assim, a hegemonia, apesar de resultar das possibilidades da estrutura, não é determinada por esta, mas é o resultado de uma articulação contingente que, desde o início, encontra-se marcada pela ambigüidade e pela incompletude da objetividade e que, necessariamente, implica na repressão de alternativas também contingentes, constituindo-se, portanto, como uma relação de poder. Deste modo, o conceito de hegemonia entendido por Laclau e Mouffe é definido pela interação entre a objetividade - inerentemente incompleta, pois está fundada sob a condição de um exterior constitutivo que a possibilita e, ao mesmo

tempo, a nega - e as relações de poder inerentes à relação mútua entre diferentes alternativas antagônicas de sociedade, uma vez que a afirmação de uma objetividade, necessariamente, implica na exclusão das outras alternativas.

Esta compreensão do processo hegemônico possibilita entender os sujeitos, portanto, não como determinados por uma estrutura unificada e homogênea, e sim como a distância entre a estrutura indecível, pois é sempre incompleta e contingente, e a tomada de decisão entre as diferentes possibilidades oferecidas pela estrutura, que sempre implica na repressão de alternativas antagônicas a esta decisão.

É neste sentido que é possível entender a afirmação de Mouffe (1996) de que para se compreender a democracia moderna se faz

indispensável desenvolver uma teoria de sujeito como um agente descentrado e não total, um sujeito construído no ponto de intersecção de uma multiplicidade de posições subjetivas, entre as quais não existe uma prioridade ou relação necessária e cuja articulação é o resultado de práticas hegemônicas. Conseqüentemente, nenhuma identidade é alguma vez definitivamente estabelecida, havendo sempre certo grau de abertura e de ambigüidade na forma como as diferentes posições de sujeito são articuladas (p. 26).

A afirmação de uma identidade é sempre a afirmação de uma objetividade ameaçada, por se constituir a partir da repressão daquilo que a ameaça, ou seja, por ser sempre um ato de poder. A “essência” de uma identidade, desse modo, não se remete a um elemento interno e natural da própria identidade, e sim é decorrência da contingência da articulação de um conjunto de *elementos* em torno de um significante vazio, a partir da exclusão daquilo que o ameaça.

Cabe ainda ressaltar, referindo-se novamente ao debate sobre a relação entre necessidade e contingência, que o projeto hegemônico democrático radical, segundo Laclau e Mouffe (1985), implica não só na lógica democrática de deslocamento equivalencial do imaginário democrático entre diferentes espaços sociais, que acarreta na possibilidade de politização das relações de subordinação. Faz-se necessária também, à construção deste projeto, a afirmação da lógica da positividade do social que, através de um processo de nomeação, funda um “senso comum” entre as diferentes demandas sociais, a partir do qual o social será reconstituído.

Desta maneira, o sucesso de um projeto hegemônico democrático radical depende “de um ponto de equilíbrio entre um avanço máximo da revolução democrática num largo campo de esferas, e a capacidade da direção hegemônica e reconstrução positiva destas esferas por parte dos grupos subordinados” (Laclau & Mouffe, 1985, p. 189, tradução nossa), sendo a

articulação entre estes dois momentos sempre contingente, pelo fato de não existir nenhum fundamento antropológico que os una. Esta tensão entre a lógica subversiva da democracia e a lógica da positividade do social, inerente à construção hegemônica, aponta para a condição primária e constitutiva da *descontinuidade* discursiva no projeto democrático radical e plural.

Antes de caminharmos para o terceiro aspecto característico das relações sociais, é importante ainda fazermos um parêntese com relação à forma que entendemos a construção hegemônica na Teoria Democrática Radical e Plural de Laclau e Mouffe. Compreendemos a construção hegemônica, sobretudo, a partir de três livros de Laclau e Mouffe: *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985), escrito em conjunto pelos dois autores, no qual apresentam os principais aspectos da teoria desenvolvida por eles; *Nuevas Reflexiones sobre la Revolución de Nuestro Tiempo* (1993), no qual Laclau debate a teoria marxista, diferenciando as noções de contradição e antagonismo na construção da luta política; *La Razón Populista* (2005), escrito por Laclau, em que o autor analisa a formação da identidade popular a partir da construção de projetos hegemônicos. Deste modo, nos utilizamos aqui de obras que constituiriam, segundo Howarth (2008), os dois últimos modelos de hegemonia da obra de Laclau.

Para Howarth (2008), Laclau, em sua obra, tem desenvolvido três modelos de hegemonia. Nos seus primeiros escritos, na década de 1970, ao buscar criticar e reelaborar as teorias marxistas da política e da ideologia, “argumenta que as práticas hegemônicas são conduzidas por ‘classes sociais fundamentais’ que ambicionam transformar a sociedade de acordo com seus interesses” (p. 320, tradução nossa, aspas no original). Em *Hegemonia e Estratégia Socialista*, nos anos de 1980, apresentaria, junto com Mouffe, um segundo modelo de hegemonia, reformulando sua perspectiva política em torno do projeto de democracia radical:

As práticas hegemônicas pressupõem um campo social cindido por relações antagônicas e pela presença de elementos contingentes – ou “significantes flutuantes” – que podem ser articulados por projetos políticos opostos. A prática da hegemonia se concebe como uma operação metonímica que implica o deslocamento de um conjunto de demandas de um lugar social a outro, ou de um grupo a outro. [...] A maior aspiração dos projetos hegemônicos é construir e estabilizar sistemas de sentido ou ‘formações hegemônicas’ que, no nível social, se organizam em torno da articulação de *puntos nodais*. Estes pontos se definem como condensações privilegiadas de sentido que fixam parcialmente as identidades de um conjunto particular de significantes (HOWARTH, 2008, p. 321, tradução nossa).

Já, na década de 1990, de acordo com Howarth (2008), estruturando seu trabalho em torno da psicanálise e frente à fragmentação das políticas de esquerda, Laclau desenvolve um

terceiro modelo de hegemonia, em parte como resposta às críticas de Zizek, referentes à noção de posição de sujeito de Laclau e Mouffe, baseada na argumentação de que “os sujeitos sociais não são antagonizados por um ‘outro’ que ameaça sua identidade. Ao contrário, o sujeito é inerente e ontologicamente dividido [...] as diversas identificações do sujeito com objetos externos se baseiam numa falta original ou vazio no núcleo mesmo da subjetividade” (p. 323, tradução nossa).

Assim, em *Nuevas Reflexiones sobre la Revolución de Nuestro Tiempo*, Laclau, segundo Howarth (2008), “estende a contingência dos elementos discursivos aos sujeitos dos projetos hegemônicos e às estruturas sociais” (p. 323, tradução nossa), concebendo estas últimas como “entidades ‘indecidíveis’ constituídas e, ao mesmo tempo, ameaçadas por um exterior discursivo, e enfoca o problema da subjetividade introduzindo uma cisão entre as posições de sujeito *dentro* da formação discursiva e os sujeitos políticos que *constituem* ativamente as estruturas²⁶” (p. 323-324, tradução nossa, itálico no original), introduzindo o conceito de deslocamento, de modo a expressar a interrupção e a desestabilização das ordens simbólicas. Além disso, neste terceiro modelo, de acordo com Howarth (2008), Laclau introduz o conceito de *significantes vazios*. Ao contrastar este conceito com o conceito de *significantes flutuantes*, os significantes vazios se diferenciam na medida em que se os

²⁶ Assim como definido por Mouffe (1995), em nota anterior, em *Hegemonia e Estratégia Socialista* Laclau e Mouffe (1985) afirmam que a categoria de sujeito é entendida como *posições de sujeito* no interior de uma estrutura discursiva, na crítica à concepção de sujeito como transparente e racional, como origem e base das relações sociais, que supõe unidade e homogeneidade de suas posições. Assim, entendem que “Como toda posição de sujeito é uma posição discursiva, ela compartilha do caráter aberto de todo discurso; conseqüentemente as várias posições não podem ser totalmente fixadas em um sistema fechado de diferenças” (LACLAU & MOUFFE, 1985, p. 115, tradução nossa). Portanto, na busca de evitarem a substituição do essencialismo da totalidade pelo essencialismo dos elementos, afirmam que a noção de posição de sujeito necessita estar articulada à noção de sobredeterminação, devendo o sujeito ser entendido como “penetrado pelo mesmo caráter ambíguo, incompleto e polissêmico que a sobredeterminação assinala para toda identidade discursiva” (p. 121, tradução nossa). Assim, o agente pode encontrar-se posicionado simultaneamente em torno de diferentes posições de sujeito, mas nenhuma destas posições apresenta um caráter pleno, sendo a falha destas identificações o que proporciona a ele se identificar as novas posições. Cabe ressaltar que não se afirma, com isso, uma perspectiva completamente voluntarista, reconhecendo os autores que estas identificações são limitadas pelas posições em que o sujeito foi posicionado na estrutura social, a qual, apesar de não determiná-lo, lhe é anterior.

Já em *Nuevas Reflexiones sobre La Revolución de Nuestro Tiempo*, de acordo com Laclau (1993a), o sujeito é concebido como “a forma pura de deslocamento da estrutura, de sua inerradicável distância a respeito de si mesma” (p. 76, tradução nossa), ocupando o espaço da dialética entre ausência (deslocamento da estrutura) e presença (identificação com uma nova plenitude, sempre impossível de ser alcançada). Na diferenciação com *posição de sujeito*, concebe: “À parte do *sujeito*, neste sentido radical, somente existe *posições de sujeito* no campo geral da objetividade” (p. 77, tradução nossa). Para Laclau (1993a), no momento em que o sujeito é reabsorvido pela estrutura ele passa a ser reduzido à posição de sujeito. Desta forma, a noção de *sujeito* difere aqui da noção de *posição de sujeito*, no sentido em que a primeira concerne à ação do agente social frente ao reconhecimento da negatividade da formação hegemônica, enquanto a segunda está relacionada a identificações do sujeito no interior da ordem social. Podemos dizer, assim, que a introdução do conceito de *sujeito* busca deixar mais clara a distinção da forma como os agentes sociais se comportam no momento de sedimentação e no momento de reativação da dinâmica social, ressaltando que a formação social nunca é completa, sendo o deslocamento da estrutura um processo constante.

significantes flutuantes se definem “como elementos ambíguos sempre ‘sobredeterminados’ por uma pluralidade de sentidos no campo discursivo, o significante vazio é ‘um significante sem significado’; se se desenvolve o conceito de pontos nodais, os significantes vazios não são possíveis por um superávit de sentido, mas sim pela impossibilidade estrutural da significação como tal” (p. 324, tradução nossa). Para Howarth (2008), Laclau considera que a presença de significantes vazios é a condição para a hegemonia, uma vez que “‘a relação hegemônica’ alude à maneira em que um significante particular (‘povo’, ‘nação’, ‘revolução’) se esvazia do seu sentido particular e passa a representar a ‘plenitude ausente’ de uma ordem simbólica” (p. 325, tradução nossa).

Consideramos que estes dois últimos modelos de hegemonia, mais do que uma ruptura, seriam modelos que se complementam, na medida em que o terceiro modelo permite evidenciar a cisão intrínseca às formações sociais e, assim, a contingencialidade e incompletude das mesmas, que exige um deslocamento constante dos projetos hegemônicos. Ainda, ele apresenta de maneira mais clara a emergência do sujeito político ao distinguir *posição de sujeito* e *sujeito*. Podemos dizer que a introdução do conceito de *sujeito* busca distinguir a forma como os agentes sociais se comportam no interior de uma formação hegemônica e no momento de subversão da ordem social, ressaltando que a formação social nunca é completa, sendo o deslocamento da estrutura um processo constante.

Apesar disso, cabe ressaltar que o próprio Howarth (2008) aponta ambigüidades na obra de Laclau. Uma delas é a imprecisão na relação entre os pontos nodais e os significantes vazios na transição entre o segundo e o terceiro modelo de hegemonia, importante nesta dissertação, na medida em que temos como problema de pesquisa as estratégias de vínculo entre diferentes movimentos sociais na construção de uma contra-hegemonia:

não está claro se o significante vazio é simplesmente um sinônimo de ponto nodal, um refinamento do conceito original ou bem seleciona e captura diferentes aspectos da realidade social. Mais ainda, a distinção acarreta em [*conllewa*] importantes implicações para sua ontologia social geral: se bem o segundo modelo parece implicar numa pluralidade de pontos nodais vinculados pelas práticas hegemônicas em uma estrutura discursiva ou bloco histórico, o terceiro modelo sugere que a unidade de uma estrutura social se constitui por um significante vazio que estabelece o sentido dos outros significantes, isto é, que desempenha a função totalizadora de vincular os elementos do sistema (p. 333-334, tradução nossa).

Diante desta imprecisão, sem a pretensão de resolvê-la nesta dissertação, trabalhamos a possibilidade da construção contra-hegemônica a partir do posicionamento de que esta construção depende da articulação das reivindicações dos diferentes movimentos sociais, em torno de um significante que ganha significação a partir de um processo de “nomeação”. Este

“nome” deve englobar o maior número possível de demandas sociais, de modo a diminuir as possibilidades de significação do social, dividindo o campo social em dois blocos antagônicos (comportando aquele significante como um significante vazio). Neste sentido, o “nome” converte-se no fundamento da “Coisa”, ou seja, da objetividade social que é sempre precária por ser contingente e por existir numa relação de poder, sendo este “nome”, portanto, nunca pleno, já que: a) para se hegemonizar, depende de excluir aquilo que lhe antagoniza – seja o conjunto de práticas e discursos que constituem a hegemonia sedimentada; sejam outras possíveis cadeias de equivalência, que buscam se constituir contra-hegemônicas, existindo nesta situação uma disputa pelo significado da “Coisa” (isto é, pelo significado da “plenitude ausente” da sociedade) fazendo-se visível uma dimensão “flutuante” do projeto contra-hegemônico; b) o processo de nomeação não representa o fim das particularidades entre os sujeitos que o constitui, mas sim o estabelecimento de um ponto de equivalência entre os mesmos, em torno da construção de uma nova positividade do social, implicando numa ressignificação de cada um destes sujeitos.

Ainda, cabe apontar uma distinção realizada por Laclau (2005) entre significante vazio e significante flutuante:

as categorias de significantes ‘vazios’ e ‘flutuantes’ são estruturalmente diferentes. A primeira tem a ver com a construção de uma identidade popular, uma vez que faz presente uma fronteira estável; a segunda tenta apreender conceitualmente as lógicas do deslocamento desta fronteira. Na prática, no entanto, a distância entre ambas não é tão grande. As duas são operações hegemônicas e, o mais importante, os referentes em grande medida se sobrepõem. Uma situação na qual somente a categoria de significante vazio fosse relevante, com exclusão total do momento flutuante, seria uma situação na qual haveria uma fronteira completamente imóvel, algo difícil de imaginar. Inversamente, um universo puramente psicótico em que tivéssemos um flutuamento puro sem nenhuma fixação parcial, é também impensável. Portanto, significantes vazios e flutuantes devem ser concebidos como dimensões parciais – e, portanto, analiticamente delimitáveis – em qualquer processo de construção hegemônica do ‘povo’(p. 167, tradução nossa).

Nesta dissertação, portanto, concebemos a construção de projetos hegemônicos na maneira acima apontada e utilizaremos as noções de significante vazio e significante flutuante a partir desta diferenciação proposta por Laclau (2005). Feito este parêntese, retornemos aos dois últimos dos quatro aspectos característicos das relações sociais apontados por Laclau (1993a).

1.2.3. Primazia do campo político e o caráter histórico das relações sociais

O terceiro aspecto fundamental à análise social contemporânea é a primazia do campo político sobre o campo social. Laclau (1993a) compreende o campo social como aquele no qual uma objetivação se hegemoniza, produzindo um ocultamento da sua condição contingencial, assumindo, assim, uma forma de presença objetiva. Este momento é denominado de *sedimentação*. Já o campo político é entendido como aquele em que se verifica o momento de *reativação*, o qual não consiste em retornar ao momento de origem de institucionalização do instituído, e sim visibilizar a sua contingencialidade, através da emergência de novos antagonismos. Deste modo, demonstrar-se-á que a hegemonia é um ato de poder e que uma sociedade reconciliada e transparente é um mito.

A primazia do político, portanto, decorre da crítica de Laclau e Mouffe à noção de uma sociedade portadora de uma identidade orgânica, descrita a partir de um ponto de vista universal, explicitando ambos, ao contrário desta perspectiva, que toda objetividade se constitui pela contingência e, diante da impossibilidade da plenitude, é sempre uma “nomeação” resultante de um processo hegemônico.

Por fim, afirma Laclau (1993a) que toda estrutura social é uma estrutura histórica, em decorrência do caráter contingente de suas condições de existência, bem como o são todos os objetos, pelo fato de serem socialmente construídos e estruturados em sistemas de significação. Assim, não se faz possível afirmar uma objetividade estrutural básica que guiaria toda a história, devendo uma análise histórica desconstruir todo sentido, de modo a reconstituir as condições contingentes da emergência de toda objetividade, ao invés de buscar um sentido objetivo da história.

1.2.4. Passagem de antagonismos democráticos para luta democrática: democracia radical e plural

É diante das quatro características das relações sociais – contingência, poder, primazia do político e historicidade – que podemos compreender a construção de um projeto socialista como decorrência da passagem da pluralidade de antagonismos democráticos para a constituição de lutas democráticas. Os antagonismos democráticos são entendidos como formas de resistência à subordinação e à desigualdade, mas que não necessariamente conduzem a lutas democráticas, visto que podem ser articulados no interior de projetos da direita. As lutas democráticas são definidas como lutas políticas dirigidas a uma ampla democratização da vida social: “Somente se a luta dos desempregados estiver articulada com

a luta dos negros, das mulheres, de todos os oprimidos, podemos nós falar da criação de uma luta democrática” (MOUFFE, 1988, p. 96, tradução nossa).

Esta passagem de antagonismos para lutas democráticas caracteriza-se, portanto, não pela redução da luta política a um sentido linear da história e a um sujeito histórico privilegiado, como pressupunha a teoria marxista clássica. Ela se configura pelas articulações constantes e contingentes entre diferentes antagonismos democráticos, a partir da construção de cadeias de equivalência.

Neste sentido, cabe discutir dois outros conceitos fundamentais à obra de Laclau e Mouffe: os conceitos de articulação e de lógica da equivalência. O conceito de articulação é entendido como uma relação entre *elementos* - ou seja, diferenças que não apresentam ligações prévias a nenhum projeto hegemônico - em torno de um ponto de referência, denominado por Laclau e Mouffe de “ponto nodal”, que possibilita uma amarração destas diferenças, acarretando na modificação das identidades de cada uma delas. Recorremos aos autores para uma melhor definição de alguns conceitos importantes à prática articulatória:

Nós chamaremos *articulação* qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de modo que a identidade de cada um seja modificada como um resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória, nós chamaremos *discurso*. As posições diferenciais, na medida em que elas apareçam articuladas dentro de um discurso, nós chamaremos *momentos*. Por contraste, nós chamaremos *elemento* qualquer diferença que não está articulada discursivamente (LACLAU & MOUFFE, 1985, p. 105, tradução nossa).

É diante da noção de articulação que se faz possível compreender a lógica de equivalência, remetendo-se esta não a uma mera aliança entre diferentes antagonismos democráticos. A lógica de equivalência implica em uma redefinição dos antagonismos democráticos na construção de um projeto contra-hegemônico, que expressa uma negação do sistema discursivo hegemônico, dividindo o campo social e condensando significados em torno de dois pólos antagônicos. Diferente da lógica da equivalência, Laclau e Mouffe definem a lógica da diferença, a qual se caracteriza pela afirmação da particularidade, sendo os únicos laços existentes entre as particularidades de natureza diferencial, e não antagônica. Assim, a particularidade é incorporada dentro de um sistema social em expansão, colocando à margem a divisão do espaço social (HOWARTH & STAVRAKAKIS, 2000; LACLAU, 2005), permanecendo a luta política no âmbito dos antagonismos democráticos.

A defesa pela necessária construção de lutas democráticas para se construir um projeto socialista, portanto, baseia-se na compreensão de que enquanto os antagonismos democráticos referem-se à resistência a subordinações e desigualdades específicas, sendo possível

articulem-se dentro de uma grande amplitude de discursos - desde a nova direita até os discursos da nova esquerda -; as lutas democráticas buscam construir uma nova hegemonia pautada na ampla democratização da vida social. Cabe ressaltar que a ampla democratização da vida social não implica em suturar o espaço social deslocado, pois o ideal de uma sociedade harmônica, na qual todo poder tenha sido eliminado, não é nada mais que um mito. Trata-se de subverter a lógica hegemônica sedimentada, mediante a visibilidade de sua contingência e a articulação de todas as forças democráticas contrárias à subordinação.

A construção de uma cadeia de equivalência entre todos os antagonismos democráticos contrários à subordinação deve, segundo Mouffe (1988), questionar não só as relações estruturais da produção capitalista, mas também o modo de racionalidade da produção capitalista responsável pelas numerosas formas de subordinação e desigualdade, interpeladas pelos novos movimentos sociais. Assim, a luta política não pode se limitar à esfera da produção, precisa abranger também novos direitos e demandas reivindicadas por diferentes minorias sociais.

Cabe ressaltar também que, pelo fato de a cadeia de equivalência constituir-se através de uma articulação contingente entre os diferentes antagonismos, não há nada *a priori* que garanta que os antagonismos democráticos articulem-se em torno de um ponto nodal favorável a um projeto socialista e progressista, caracterizado pelo combate a toda forma de opressão. Podem, diferente disto, ser absorvidos ou neutralizados por projetos da direita.

Além disso, segundo Mouffe (1988), a proliferação de antagonismos democráticos nas últimas décadas exige uma reformulação da própria noção de democracia, no intuito de radicalizar a revolução democrática. Dessa maneira, não é suficiente criar diferentes estratégias democráticas através das quais os cidadãos possam participar do mundo público, como defendem aqueles aliados a uma perspectiva parlamentar liberal de democracia. Faz-se necessário, para a radicalização da revolução democrática, o reconhecimento e a institucionalização da existência de um verdadeiro pluralismo, o que Mouffe (1988) define como *pluralismo de sujeitos*, que exige o respeito e a autonomia das diferentes minorias sociais.

Esta compreensão da noção de democracia também requer que se transcenda a uma concepção individualista de direitos e que se elabore uma noção central de *solidariedade*, de modo que o direito de uns não seja defendido em detrimento do direito de outros. Este aspecto da redefinição da noção de democracia, segundo Mouffe (1988), demarca uma clara separação entre o projeto da esquerda e um projeto da direita: enquanto o primeiro sustenta-se num sistema de equivalências entre um maior número de antagonismos possíveis, a fim de

reduzir todas as desigualdades, o projeto da direita satisfaz demandas de alguns grupos, criando novas desigualdades, uma vez que promove sempre um distanciamento entre privilegiados e não-privilegiados.

O papel central da noção de solidariedade é importante também para a compreensão de que o caráter emancipatório da luta democrática não depende da origem dos antagonismos, mas sim da articulação de diferentes antagonismos democráticos numa cadeia de equivalência, em direção a uma ampla democratização da vida social, condição importante para dificultar a assimilação e neutralização destes antagonismos dentro do projeto da direita²⁷. Assim, segundo Mouffe (1988), o fato de algum grupo social jogar um papel central na luta política decorre não de uma razão ontológica, mas da capacidade política do grupo e de condições históricas favoráveis a ele no momento da articulação entre os antagonismos. Por fim, de acordo com Mouffe (1988), a construção de lutas democráticas exige uma redefinição dos conceitos de liberdade e igualdade dentro de uma perspectiva de democracia radical, libertária e plural, baseando-se no seguinte imperativo: “as pessoas serão perfeitamente livres devido serem inteiramente iguais, e perfeitamente iguais devido serem inteiramente livres” (MOUFFE, 1988, p. 101, tradução nossa).

Este projeto socialista, baseado na construção de cadeias de equivalência, ao afirmar a contingência das relações sociais, o caráter permanente (não-erradicável) das relações de poder e a impossibilidade de se alcançar uma sociedade reconciliada, não necessariamente implica em pessimismo; estas afirmações podem ser a base para um otimismo radical, pois:

se as relações sociais são contingentes, isso significa que podem ser radicalmente transformadas através da luta, em lugar de conceber esta transformação como uma autotransformação de caráter objetivo; se o poder não é erradicável é porque existe também uma radical *liberdade* que não está limitada por nenhuma essência; se a opacidade é constitutiva do social, isto é precisamente o que faz possível o acesso a verdade concebida como desvelamento (LACLAU, 1993a, p. 52, tradução nossa).

Nesta perspectiva da democracia radical, a categoria *deslocamento* conquista uma centralidade crescente, segundo Laclau (1993a), tanto no que tange ao caráter deslocado de toda identidade - no sentido desta se construir na dependência de um exterior que é, ao mesmo tempo, possibilidade e impossibilidade de sua existência -, quanto no que diz respeito à condição de deslocamento de toda objetividade - ao exigir rápidas e contínuas rearticulações por estar sempre sob uma ameaça constante. A centralidade desta categoria propicia uma

²⁷ Contudo, se esta articulação dificulta a absorção ou neutralização dos antagonismos democráticos no interior de um projeto da direita, não significa que a impossibilite, visto o deslocamento contínuo de qualquer cadeia de equivalência no enfrentamento a alternativas antagônicas de sociedade.

maior consciência da contingencialidade dos discursos, um crescimento do papel dos sujeitos na história - já que esta não apresenta um fundamento subjacente que a determina -, e também a compreensão da estrutura como descentrada, o que não significa a ausência de um centro, muito pelo contrário, significa a proliferação de centros de poder com distintas capacidades de influência e estruturação.

Assim, segundo Mouffe (2000a), a tarefa da democracia radical não deve ser a de eliminar o poder, de negar o caráter não-erradicável do antagonismo, visando um consenso racional universal. A tarefa deve ser a de constituir formas de poder compatíveis com os valores democráticos, de modo a construir instituições que permitam limitar a dominação e a violência. O conflito e o antagonismo, nesta perspectiva democrática, não são compreendidos como um distúrbio que não pode ser completamente eliminado, nem como um impedimento empírico que obstrui a realização plena de uma sociedade ordenada e harmônica. Mas como uma condição de possibilidade e, ao mesmo tempo, de impossibilidade da constituição de qualquer objetividade (MOUFFE, 2000a).

Diante disso, segundo Laclau (1993a), a democracia radical distingue-se da teoria marxista clássica em dois aspectos: a) apesar de ambas focarem nos desajustes e deslocamentos produzidos pelo desenvolvimento capitalista, enquanto para o marxismo clássico os deslocamentos têm um sentido objetivo, sendo parte de um processo que apresenta uma direção determinada – deste modo, o sujeito da mudança é sempre predeterminado por este processo -; para a democracia radical, o lugar do sujeito é o lugar do deslocamento, sendo não uma determinação da estrutura, e sim resultante da impossibilidade de se constituir a estrutura como tal; b) para o marxismo clássico, a condição para se transcender o capitalismo era a simplificação da estrutura social e a emergência de um agente privilegiado de mudança histórica, enquanto para a democracia radical, a transformação socialista e democrática só se faz possível diante da proliferação de novos sujeitos de mudança, somente propiciada se houver condições de existência no capitalismo que permitam uma pluralidade de novos antagonismos.

A crítica ao marxismo, segundo Laclau (1993b), não somente auxilia na compreensão das lutas políticas que emergiram pós-II Guerra Mundial, mas também garante ao marxismo sua dignidade teórica, reconhecendo suas limitações e sua historicidade, de modo a permitir que ele permaneça assim presente em nossa cultura política.

Além disso, a crítica ao sujeito universal no marxismo e a defesa do necessário reconhecimento da pluralidade de antagonismos políticos na construção democrática não significa opor radicalmente as lutas operárias e as lutas dos novos movimentos sociais. Ambas

as lutas pautam-se na busca de obtenção de novos direitos ou na luta contra a negação de alguns direitos, sendo partes da expansão do imaginário democrático. Ademais, a dicotomia entre classe trabalhadora e movimentos sociais é uma dicotomia estéril, desde que se reconheça “que os trabalhadores não podem ser reduzidos a sua posição de classe e estão inseridos em outros tipos de relações sociais que formam outras posições de sujeito” (MOUFFE, 1988, p. 98, tradução nossa); bem como que o desenvolvimento do capitalismo e o aumento da intervenção do Estado em todos os âmbitos da vida social ampliaram as possibilidades da luta política e estenderam os efeitos da revolução democrática para diferentes relações sociais (MOUFFE, 1988).

Desta maneira, se as ambições escatológicas e epistemológicas contemporâneas são mais modestas, de acordo com Laclau (1993a), as aspirações de libertação são mais amplas e profundas, sendo as lutas democráticas caracterizadas não pelo jugo de um universal e de um sujeito histórico unificado e privilegiado, ou pela construção de um consenso público neutro e racional, mas sob articulações e rearticulações constantes entre demandas plurais em torno de pontos nodais contingentes e vazios, a fim de se constituir um novo projeto hegemônico. Assim, ao contrário de negar os ideais democráticos, a democracia radical busca garantir que o processo democrático mantenha-se sempre vivo, opondo-se ao fechamento do hiato entre justiça e lei e reconhecendo que a “incerteza” é a “maior condição de possibilidade de decisão e, portanto, de liberdade e pluralismo” (MOUFFE, 2000a, p. 34, tradução nossa).

Capítulo 2

Dos caminhos da pesquisa

A dissertação apresentada é decorrência de um caminho de pesquisa que se iniciou no ano de 2005 com minha inserção no Núcleo de Psicologia Política (NPP) da Universidade Federal de Minas Gerais. Neste caminho, participei de diferentes pesquisas referentes ao campo de estudo de movimentos sociais, tendo me concentrado, sobretudo, nos dois primeiros anos, na análise da participação política no movimento social LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) de Belo Horizonte²⁸ e, posteriormente, compreendido a importância de se pensar a relação entre diferentes formas de hierarquização social na análise da participação política nos movimentos sociais, bem como da construção de um “outro mundo possível”.

Durante o desenvolvimento destas pesquisas e constantes debates com outros integrantes do NPP que o anteprojeto enviado à seleção para o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG foi construído. Neste, o objetivo era compreender a articulação entre orientação sexual, gênero, raça e classe social nas possibilidades e dificuldades da participação política de LGBT no movimento social LGBT de Belo Horizonte. O anteprojeto era uma continuidade das Iniciações Científicas realizadas anteriormente, que apontavam para a ocorrência de uma interrelação entre diferentes hierarquizações sociais no cotidiano de LGBT, colocando como questão os motivos pelos quais estes indivíduos se inseriam ou não no movimento social LGBT, bem como o modo que tentavam articular as múltiplas hierarquizações sociais sobre as quais estavam subjugados.

Entretanto, no processo de reflexão sobre o próprio projeto inicial, outra pergunta emergiu: diante da politização de diferentes formas de subordinação nas últimas décadas do século XX, quais seriam as possibilidades de construção de uma luta contra-hegemônica? Esta pergunta foi colocada no interior do debate sobre a emergência dos *novos* movimentos

²⁸Entre estas pesquisas ressalto dois estudos quantitativos realizados nas Paradas do Orgulho LGBT de Belo Horizonte nos anos de 2005 e 2006, nos quais se buscou analisar diferentes aspectos relativos aos participantes destas Paradas; a realização de duas Iniciações Científicas, a primeira referente à dinâmica da participação política de LGBT, em grupos do movimento social LGBT na cidade de Belo Horizonte (com bolsa de pesquisa do CNPq), a segunda relativa à articulação de diferentes categorias sociais na dinâmica interna do movimento social LGBT de Belo Horizonte (com bolsa de pesquisa FAPEMIG). Ademais, no ano de 2007, inseri-me numa pesquisa, ainda em desenvolvimento, realizada no NPP, intitulada “Alquimia de Categorias Sociais: gênero e suas relações com classe, raça e orientação sexual na agenda política de movimentos sociais”, na qual se busca compreender como a categoria social “gênero” se relaciona a outras categorias sociais em diferentes movimentos sociais.

sociais, no qual se ressaltava o descentramento do espaço político e a pluralidade dos sujeitos políticos nos processos de democratização social. Debate este que apresentava divergências com relação à centralidade da luta de classe nos processos de democratização social das sociedades contemporâneas.

Desta maneira, uma mudança foi realizada no projeto de mestrado: deixava-se o campo empírico do movimento social LGBT de Belo Horizonte, inseria-me no debate teórico sobre como as lutas por democratização social vinham sendo analisadas em teorias democráticas contemporâneas, no intuito de discutir estratégias políticas que propiciassem a construção de uma luta contra-hegemônica. Assim, os seguintes problemas de pesquisas foram propostos: como a relação entre a pluralidade de sujeitos políticos e o descentramento do espaço político e as lutas por democratização social têm sido debatida nas teorias democráticas contemporâneas? Quais estratégias têm sido pensadas para a construção de sociedades mais justas e igualitárias diante desta conjuntura política?

Desta maneira, para o projeto de qualificação, apresentado à banca de qualificação em dezembro de 2008²⁹, requisito parcial para a obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, foi realizada uma revisão bibliográfica que apresentava como foco compreender como teóricos contemporâneos ressignificavam a noção de classe social na teoria marxista (Jessé de Souza, Basílio Salum³⁰; Nancy Fraser, Judith Butler³¹; Ernesto Laclau, Chantal Mouffe³²), de maneira a discutirem os antagonismos atuais presentes nas sociedades ocidentais contemporâneas, diante da emergência de uma pluralidade de sujeitos políticos e, assim, da crítica a noções como ontologia do sujeito e teleologia da história.

Esta revisão bibliográfica se fazia importante, uma vez que se, por um lado, a teoria marxista é uma importante teoria de análise dos conflitos sociais, tendo trazido para o centro

²⁹ Banca de qualificação composta pelos professores Doutor Marco Aurélio Máximo Prado (UFMG - orientador), Doutor Salvador Sandoval (PUC-SP), Doutor Cornelis Johan van Stralen (UFMG).

³⁰ Autores que apresentam como um elemento central em sua discussão a noção de *habitus* utilizada por Pierre Bourdieu na análise sobre a *distinção* nas sociedades contemporâneas. Jessé de Souza articula a noção de *habitus* à noção de *dignidade* discutida por Charles Taylor, bem como utiliza do debate de Florestan Fernandes sobre a integração do negro na sociedade brasileira, no intuito de compreender a construção da subcidadania no Brasil. Basílio Sallum defende a importância de se articular a noção de *habitus* à noção de contradição em Marx no sentido de ligar as implicações do debate de Bourdieu relativas à ressignificação da noção de classe social à contribuição da teoria marxista sobre o conflito nas sociedades capitalistas.

³¹ Autoras que trabalham a discussão de classe a partir do rompimento com a dicotomia entre lutas por redistribuição e lutas por reconhecimento, dicotomia esta muito presente na análise dos movimentos sociais desde a emergência dos *novos* movimentos sociais.

³² Autores que debatem a reconfiguração da análise das ações políticas diante da emergência dos novos movimentos sociais, a partir de uma compreensão “com e contra” a teoria marxista, abandonando noções ontológicas e teleológicas marxistas, mas também ressignificando outras noções importantes à tradição marxista como a de hegemonia.

da luta política o debate sobre a configuração desigualitária de classes nas sociedades capitalistas, visibilizando a necessidade de se construir uma sociedade que tenha a igualdade como princípio fundamental; por outro lado, a emergência dos chamados *novos* movimentos sociais colocaram a teoria marxista em questão exatamente no que tange à centralidade atribuída por ela à luta de classe e à determinação estrutural dos sujeitos políticos, mediante a divisão do social em proletários e detentores dos meios de produção. Assim, uma reconfiguração na análise das ações políticas nas sociedades contemporâneas se fez necessária, já que outras hierarquias sociais, que não se reduziam às relações de produção, passaram a ser politizadas no espaço público.

O debate realizado durante a qualificação permitiu visualizar a importância de se analisar aqueles problemas de pesquisa, não somente através de uma análise teórica, mas também da coleta de informações junto a movimentos sociais, de maneira a se construir um diálogo com estas teorias na análise do problema de pesquisa proposto. Foi nesta direção que decidimos dar encaminhamento à pesquisa e que reformulamos um pouco os problemas a serem pesquisados: que possibilidades de democratização social têm sido construídas diante do descentramento do espaço político e da pluralidade de sujeitos políticos? O que tem sido pensado sobre a unidade política da esquerda hoje? Que estratégias têm sido desenvolvidas a fim de combater às diferentes formas de desigualdade e exclusão politizadas como formas de opressão na atualidade, de modo a se construir uma luta contra-hegemônica?

Desta forma, resolvemos por nos concentrar teoricamente em uma teoria democrática específica, denominada de Teoria Democrática Radical e Plural, desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe desde meados da década de 1980; e realizar entrevistas semi-estruturadas com representantes de grupos de diferentes movimentos sociais que atuam em Belo Horizonte, sendo um grupo de cada um destes movimentos, bem como com representantes de espaços de construção de vínculos entre diferentes sujeitos políticos. Ademais, foram coletados, junto aos grupos, materiais referentes a ações desenvolvidas por eles, à história dos grupos, às suas bandeiras políticas. Também participamos de reuniões da Assembléia Popular Metropolitana de Belo Horizonte, da Marcha Mundial das Mulheres e de manifestações que tinham como organizadores a Assembléia Popular Metropolitana de Belo Horizonte e o Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial. E, ainda, fizemos um procedimento de devolução referente a dados parciais que já haviam sido coletados a cada um dos entrevistados para esta pesquisa.

2.1. Procedimentos metodológicos

A escolha pela Teoria Democrática Radical e Plural decorreu de esta ser uma teoria que busca se focar exatamente no dilema referente a como se pensar a construção de um projeto contra-hegemônico da esquerda, na conjuntura das sociedades contemporâneas, caracterizada pela pluralidade de sujeitos políticos e pelo descentramento do espaço político, a partir de concepções de sujeito e de mudança social que vão ao encontro do campo da psicologia social, ao interpelar o hiato indivíduo/sociedade na análise da dinâmica social, possibilitando reconhecer uma intrínseca relação entre subjetividade e objetividade.

Diferentes autores (SANDOVAL, 1989; MELUCCI, 2001; PRADO, 2001; DOMINGUES, 2004) têm apontado que, desde os finais do século XIX, o estudo das ações coletivas caracterizou-se por análises que ora enfocavam aspectos psicológicos ora enfocavam aspectos estruturais, criando, assim, um hiato na análise da dinâmica social e uma concepção essencialista do sujeito coletivo, seja psicológica seja sociológica. Desta forma, nenhum dos lados da dicotomia permitiam compreender processos intermediários na formação do “NÓS”.

De acordo com Sandoval (1997), “Inicialmente a Sociologia e a Política partiram do pressuposto de que, em matéria de ordem causal do comportamento político, as forças e estruturas sociais eram superiores ou estavam acima dos indivíduos” (p. 13), tendo o estruturalismo determinista de ótica marxista compreendido o mundo social como ordenado por “poderosas estruturas sociais e as pessoas como indivíduos plenamente sujeitos aos caprichos das ideologias e manobras das classes dominantes” (p. 13); e o determinismo categorial atribuído ao “indivíduo interesses e disposições psicossociológicas conforme a categoria social a qual pertencia” (p. 14).

Já a Psicologia Social, ao contrário da Sociologia, “encarava o coletivo com suspeita, uma vez que este subvertia as melhores qualidades dos indivíduos” (SANDOVAL, 1997, p. 14), seguindo a noção proposta por Le Bon, no estudo das “massas”, que a coletividade tornava o indivíduo irracional; ou ainda, outra linha da Psicologia Social compreendia o comportamento social através de traços inerentes ao indivíduo, como se fosse determinado por traços de personalidade.

Segundo Prado e Rodrigues (2008), ao menos dois elementos são fundamentais para a reinserção da Psicologia Social no campo de análise das ações coletivas a partir de uma perspectiva psicossociológica que busca relacionar a constituição dos atores sociais com as formações dos sistemas e suas rupturas: a) a crise da experiência do sujeito coletivo único e privilegiado, na medida em que a emergência dos movimentos sociais contemporâneos

colocou em questão o modelo de ator único, a determinação estrutural do sujeito coletivo a partir das relações de produção; b) a redimensão do político, comportando práticas e discursos que interpelam a institucionalidade da política e questionam a separação entre experiências públicas e privadas. Estes elementos são centrais às análises de Laclau e Mouffe.

É de forma a afirmar a necessidade de se explicar e sistematizar os processos de interação na análise dos fenômenos sociais, e de romper com aquele hiato entre agência/estrutura, que Moscovici (2003) considera que o campo específico da Psicologia Social é o campo do

estudo dos processos culturais que são responsáveis pela organização do conhecimento em uma sociedade, pelo estabelecimento das relações interindividuais no contexto do ambiente social e físico, pela formação dos movimentos sociais (grupos, partidos, instituições), através dos quais os homens agem e interagem, pela codificação da conduta interindividual e intergrupal que cria uma realidade social comum com suas normas e valores, cuja origem deve ser novamente buscada no contexto social (p. 154).

E mais à frente afirma:

A pergunta principal que os psicólogos sociais faziam era: Quem socializa o indivíduo? Os psicólogos negligenciaram o segundo aspecto do problema contido na sua pergunta: Quem socializa a sociedade? Um novo enfoque com respeito à relação entre indivíduo e sociedade deveria tomar em consideração dois fenômenos básicos. O primeiro é o de que o indivíduo não é apenas um produto biológico, mas um produto social; e o segundo é o de que a sociedade não é um ambiente destinado a treinar o indivíduo e a reduzir suas incertezas, mas um sistema de relações entre ‘indivíduos coletivos’. Esta visão da dinâmica social possui implicações científicas imediatas, assim como importância psicológica e política; ela nos obriga a encarar o controle social e a mudança social em uma perspectiva comum e a não tratá-los separadamente como aconteceu no passado. Não existe razão nenhuma para conceder prioridade aos aspectos da socialização que tendem para a transmissão das tradições existentes e da estabilidade do *status quo*; as tendências opostas, que possibilitam reformas e revoluções, são igualmente importantes (p. 158, itálico e aspas no original).

É diante da concepção de indivíduo e sociedade, a partir da ruptura com o hiato agência/estrutura, e da compreensão da dinâmica social, através de uma relação de subversão entre o que Laclau e Mouffe (1985) chamam de “momento de sedimentação” e “momento de reativação” na análise das formações hegemônicas, que concebemos a Teoria Democrática Radical e Plural como uma teoria democrática que converge com o campo da psicologia social. O processo de subjetivação e a articulação entre os sujeitos políticos, fundamentais na análise da construção de projetos hegemônicos, só podem ser entendidos a partir da noção proposta por Laclau e Mouffe de que a constituição identitária não decorre de uma

determinação direta da estrutura sobre o indivíduo ou tampouco de uma escolha livre e auto-determinada pelos indivíduos. Ela decorre, sim, de um processo de subjetivação construído a partir da mediação entre a posição estrutural do indivíduo e as diferentes possibilidades de discurso existente em determinado contexto histórico que funcionam como um modelo interpretativo, através do qual o indivíduo pode interpretar a sua posição estrutural na ordem simbólica em que se encontra inserido (Cf. SMITH, 1998). Como afirmam Howarth e Stavrakakis (2000), a partir da distinção apontada no capítulo anterior entre posição de sujeito e sujeito,

o sujeito político nem é simplesmente *determinado* pela estrutura, nem *constitui* a estrutura. Pelo contrário, o sujeito político é forçado a tomar decisões – ou identificar com certos projetos políticos e com os discursos que eles articulam – quando identidades sociais estão em crise e estruturas precisam ser recriadas (p. 14, tradução nossa).

As relações entre o indivíduo e a sociedade são compreendidas, desta maneira, como relações simbólicas, sendo abandonadas concepções essencialistas referentes à sociedade ou ao indivíduo, e ressaltado o caráter contingente e precário daquelas relações.

Assim, se, por um lado, a prática articulatória exige que os indivíduos reconheçam sua condição de subordinação em determinada ordem simbólica como uma condição de opressão - reconhecimento necessário para a emergência de antagonismos democráticos -, e compreendam que diferentes formas de opressão decorrem da impossibilidade de existência de alguns grupos sociais diante da hegemonia dominante -condição necessária ao estabelecimento da equivalência entre diferentes antagonismos políticos -; por outro lado, Laclau e Mouffe defendem que os indivíduos se encontram “posicionados estruturalmente no interior de sistemas hierárquicos sociais, culturais, políticos e econômicos, por forças e instituições que antecedem a vontade deles mesmo” (SMITH, 1998, p. 56, tradução nossa). Sistemas estes que limitam as possibilidades de interpretação do mundo pelos indivíduos, sem que isso signifique, contudo, a existência de um interesse “autêntico” ao indivíduo em decorrência da sua posição estrutural ou a afirmação de um discurso como privilegiado sobre outros, sendo a disputa entre os discursos um modo de demonstração da configuração das relações de poder em determinado momento histórico.

A teoria democrática radical e plural de Laclau e Mouffe localiza-se num campo de discussão “com e contra” duas importantes teorias: o marxismo e o liberalismo. Deste modo, esta teoria se reconhece como pós-marxista, ao se afastar de concepções como a de sujeito unitário e privilegiado e de teleologia da história, e, ao mesmo tempo, ao assumir noções

marxistas como hegemonia e manter a importância de se defender a *igualdade* como um pilar fundamental de uma sociedade justa; sem, entretanto, negar a importância do liberalismo político - no sentido em que afirma que a *liberdade* evidenciada por esta corrente teórica é outro pilar fundamental de uma sociedade caracterizada pela pluralidade de sujeitos e, assim, pela necessidade de se abandonar a idéia de um sujeito ontológico - de modo que isso não implique na afirmação de uma noção individualista de sujeito.

De acordo com Mouffe (2000a), faz-se necessário reconhecermos que a democracia moderna encontra-se fundada num paradoxo entre liberdade e igualdade, devendo a construção de uma democracia radical e plural buscar a articulação de ambos os valores de maneira que liberdade e igualdade possam coexistir:

A novidade da democracia moderna, que a faz propriamente ‘moderna’, é que, com o advento da ‘revolução democrática’, o velho princípio democrático que ‘o poder deve ser exercido pelo povo’ emerge novamente, mas, desta vez, dentro de um modelo simbólico informado pelo discurso liberal, com sua forte ênfase no valor da liberdade individual e nos direitos humanos. [...] É, dessa forma, crucial afirmar que, com a democracia moderna, nós estamos lidando com uma nova forma política de sociedade cuja especificidade emerge da articulação entre duas diferentes tradições. De um lado, nós temos a tradição liberal constituída pela regra da lei, a defesa dos direitos humanos e o respeito à liberdade individual; de outro lado, a tradição democrática, cujas principais idéias são aquelas de igualdade, identidade entre governante e governado e soberania popular. Não existe relação entre aquelas duas tradições distintas, mas somente uma articulação histórica contingente (p. 02-03, tradução nossa).

Mais à frente continua:

liberdade perfeita e igualdade perfeita tornam-se impossíveis. Mas esta é a principal condição de possibilidade para uma forma pluralística de coexistência humana, na qual direitos podem existir e serão exercidos, na qual liberdade e igualdade podem de algum modo coexistir (MOUFFE, 2000a, p. 10-11, tradução nossa).

A teoria democrática radical e plural ainda se afasta de outra corrente de pensamento, de maneira geral, denominada de pós-moderna, que se caracteriza pela afirmação de um “pluralismo extremo” ao não reconhecer a possibilidade da construção de um denominador comum possível entre as diferentes identidades políticas no interior das políticas democráticas. Nas palavras de Mouffe (1996):

Defendo que, a fim de radicalizarmos a idéia de pluralismo, de forma a transformá-lo num meio de aprofundamento da revolução democrática, temos de romper com o racionalismo, o individualismo e o universalismo. [...] Isto não implica a rejeição de qualquer idéia de racionalidade, individualidade ou universalidade, mas afirmar que elas são necessariamente plurais, racionalmente construídas e comprometidas com

relações de poder. [...]. É por isso que este pluralismo deve igualmente distinguir-se da concepção pós-moderna de fragmentação do social, que se recusa a conceder aos fragmentos qualquer tipo de identidade relacional. A perspectiva que tenho mantido consistentemente rejeita qualquer gênero de essencialismo – quer do todo, quer dos seus elementos – e afirma que nem o todo nem os fragmentos possuem qualquer tipo de identidade fixa, anterior à sua forma de articulação contingente e pragmática (p. 18-19).

Ademais, segundo Mouffe (1995), esta compreensão pós-moderna, que nega qualquer possibilidade de denominador comum entre as demandas contra os diferentes modos de subordinação, “torna impossível distinguir entre diferenças que existem, mas não devem existir e diferenças que não existem, mas devem existir. [...]. Relações de poder e antagonismos são apagadas, e nós ficamos com a típica ilusão liberal de um pluralismo sem antagonismo” (p. 39, tradução nossa).

No que tange às entrevistas semi-estruturadas realizadas, como já ressaltado, elas foram feitas no intuito de se estabelecer um diálogo entre as considerações da Teoria Democrática Radical e Plural referente à construção da luta política nas sociedades contemporâneas e os posicionamentos de representantes de grupos de diferentes movimentos sociais, e de espaços de vínculos entre sujeitos políticos que lutam pela garantia de direitos já existentes e pela construção de novos direitos democráticos. O uso de entrevistas semi-estruturadas é uma ferramenta metodológica que tem sido muito utilizada nas pesquisas de movimentos sociais, sendo úteis para a “exploração, descoberta e interpretação de processos e eventos sociais complexos” (BLEE & TAYLOR, 2002, p.93, tradução nossa). De acordo com estes autores, as entrevistas semi-estruturadas possibilitam um aprofundamento de informações, uma compreensão da história do movimento social, *insights* do pesquisador quanto a esperanças, expectativas críticas do presente, bem como com relação a projeções para o futuro no que diz respeito às ações coletivas e ao formato dos movimentos sociais, além de trazer para o centro da análise os representantes dos movimentos sociais, reconhecendo a voz dos mesmos no processo da pesquisa (Cf. BLEE & TAYLOR, 2002).

Assim, as entrevistas realizadas para esta pesquisa foram motivadas pela tentativa de se compreender como movimentos sociais que apresentam diferentes bandeiras políticas se posicionam diante do debate sobre as possibilidades de democratização social, num contexto de pluralidade de sujeitos políticos e descentramento do espaço político. Neste sentido que se resolveu investigar não um movimento social específico, mas abranger grupos de diferentes movimentos sociais. Nestas entrevistas, buscamos focar na história do grupo, nas estratégias políticas desenvolvidas pelo grupo, nos seus vínculos com outros movimentos sociais, na

noção de mudança social desenvolvida pelo grupo, nas suas bandeiras políticas, nas principais dificuldades de se alcançar a mudança social desejada.

Foram entrevistados representantes do movimento feminista (Marcha Mundial das Mulheres), do movimento negro (Negras Ativas), do movimento camponês (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), do movimento sindical (Central Única dos Trabalhadores), do Movimento dos Trabalhadores Desempregados e da Brigadas Populares³³. Além disso, foram entrevistadas a secretária da Assembléia Popular Metropolitana de Belo Horizonte e a vice-presidente “Trans” da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais³⁴.

A escolha por entrevistar “lideranças” foi decorrente de a pesquisa apresentar como problema as estratégias de vínculo que os movimentos sociais vêm desenvolvendo diante da emergência de uma pluralidade de sujeitos políticos e do descentramento do espaço político nas últimas décadas, na tentativa de se articularem no enfrentamento de seus adversários e construir possibilidades mais democráticas de organização social. Problema este, portanto, que dependia do conhecimento dos entrevistados sobre a história do grupo, das lógicas de

³³ Inicialmente havíamos caracterizado a Brigadas Populares como um grupo do Movimento de Moradia Urbana. Entretanto, durante a devolução realizada com Joviano (BP), este ressaltou que a luta pela moradia urbana é um elemento central somente de uma das Frentes de Trabalho da Brigadas Populares (Frente pela reforma urbana), sendo a Brigadas Populares não um movimento social, mas uma organização política. O entrevistado diferenciou movimento social e organização política no sentido em que enquanto o primeiro, apesar de também ter um projeto de sociedade, se vincula a determinadas bandeiras (como exemplos cita: movimento sem teto = luta pela moradia; movimento sem terra = luta pela reforma agrária), a organização política (no sentido da Brigadas Populares, que não é uma organização política partidária) se dá em torno da disputa pela hegemonia na sociedade, sendo a conquista do poder pelos trabalhadores e trabalhadoras o elemento central, construindo lutas em diferentes frentes de trabalho, mas tendo como foco a proposição de uma alternativa de projeto de sociedade a partir da convergência de diversas bandeiras políticas (elementos centrais a este projeto: construção do poder popular; compreensão das cidades como o local privilegiado para a luta política; socialismo).

Com relação ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados este se posiciona como um movimento social que se encontra em um momento de definição estratégica, não estando clara sua definição em torno de um campo de luta mais ampla, no sentido em que se encontra indefinida sua localização no interior do campo dos movimentos sociais. Por exemplo, apesar de hoje o grupo desenvolver ações no campo dos movimentos sindicais, não se reconhece de modo pleno como um grupo do movimento sindical, apontando ser reconhecido de modo diferenciado em regiões distintas do país – como movimento de moradia, como movimento de educação e juventude, como movimento de luta pela terra. O entrevistado do MTD afirma a importância de se construir esta definição do MTD, estando o grupo a debater sobre isso, de modo a deixar claras suas prioridades.

³⁴ Também realizamos uma entrevista com a gerente da COMACON (Coordenadoria dos Assuntos da Comunidade Negra da Prefeitura de Belo Horizonte). Entretanto, esta entrevista não foi utilizada na pesquisa em decorrência da sua especificidade com relação às outras entrevistas, no sentido em que se localiza no interior da esfera institucional. Apesar da reivindicação por movimentos sociais pela construção de Secretarias e Coordenadorias no interior do Estado, que sejam coordenadas, inclusive, por militantes dos próprios movimentos sociais, ser um elemento importante para a compreensão das estratégias dos movimentos sociais hoje, já que visualiza a ambigüidade na delimitação na fronteira entre movimento social e Estado, optou-se por não se analisar esta entrevista com a gerente da COMACON. Isto se deu diante da impossibilidade de entrevistar representantes de outros movimentos sociais investigados que ocupam cargos institucionais, bem como do foco desta pesquisa se concentrar na compreensão por parte de movimentos sociais quanto à construção de vínculos entre movimentos sociais, conjuntamente com as considerações da teoria democrática radical e plural,

subcidadania, das possibilidades de vínculos com outros movimentos sociais, da razão das bandeiras políticas do grupo, de como as estratégias políticas dos grupos eram definidas.

É importante deixarmos claro o modo como definimos “lideranças”: estas são compreendidas como informantes reconhecidas, tanto pelo grupo quanto por outros movimentos sociais, como referências daquele grupo entrevistado. De igual modo, era necessário que apresentassem uma participação freqüente na organização das ações desenvolvidas pelo grupo. Assim, nem todos entrevistados ocupam cargos formais de representação institucionalizados pelo movimento (Presidente, Secretário, etc.), inclusive em alguns dos grupos entrevistados não há cargos formais estabelecidos. Desta forma, o termo “liderança” é concebido aqui como uma forma de salientar um conhecimento amplo do entrevistado sobre o grupo e o fato de este ser reconhecido como referência deste grupo por parte de outros entrevistados.

Deste modo, no que tange a NA e a BP, estes são grupos com atuação regional (região metropolitana de BH) e não existem especificações claras de cargos no interior dos grupos; contudo, os entrevistados destes grupos (Cássia e Flávia – NA; Joviano – BP) são reconhecidos como pessoas de referência dos mesmos. Uma segunda consideração é no que se refere aos grupos que apresentam representações nacionais e/ou internacionais. Com exceção de Edith (MST) - representante da Direção Nacional do MST - e de Liliane (ABGLT) – vice-presidente Trans da ABGLBT -, os entrevistados não ocupavam, no momento da entrevista, cargos nacionais em relação ao grupo: Temístocles (CUT) já foi da Executiva Nacional da CUT, tendo ficado à frente da Secretária de Meio Ambiente durante nove anos, hoje voltou a atuar no cargo que ocupava na Fundação Ezequiel Dias antes de entrar na militância sindical; Bernadete (AP-MBH) é Secretária Estadual da AP e Secretária da AP-MBH, também é Secretária Nacional da MMM (entretanto, a entrevista relativa à MMM foi feita com outra participante da MMM, estando Bernadete presente, contudo, no momento da devolução da entrevista para a MMM); a entrevistada da MMM, o entrevistado do MTD e o entrevistado do MST são militantes que atuam na região metropolitana de Belo Horizonte e são reconhecidos como pessoas de referência dos grupos dos quais fazem parte por outros entrevistados. No núcleo BH do MTD, do qual Bruno é membro, não há uma divisão de cargos. A entrevistada da MMM também não possui um cargo e sim uma função: construção de vínculos da MMM com outros grupos de movimentos sociais da região metropolitana de Belo Horizonte.

Ressalta-se que estávamos cômicos de que a escolha por uma variedade de grupos impossibilitaria uma análise aprofundada de suas dinâmicas interna e externa no tempo

exíguo para a realização do trabalho de campo. Esta análise exigiria além das entrevistas realizadas, entrevistas com outros participantes dos grupos, bem como métodos que propiciassem uma interação mais próxima com estes grupos, como a observação participante, e, assim, acompanhamento de reuniões e ações construídas por cada um dos grupos, tanto na qualidade de observador quanto na de participante nestas ações. Neste sentido, cabe salientar que buscamos investigar, sobretudo, a forma que os grupos compreendem o estabelecimento de vínculos com outros movimentos sociais na construção de suas estratégias políticas.

Ademais, é importante considerar que a pressuposição de que as “lideranças” dos grupos poderiam falar de maneira mais ampla e aprofundada sobre os aspectos a serem analisados do que outros militantes destes grupos também foi construída tendo nós consciência de que podem existir hiatos entre o discurso das “lideranças” e as idéias e ações dos grupos que elas representam. Deste modo, as análises se concentraram na exposição das “lideranças” no decorrer das entrevistas realizadas, sendo elas complementadas pelo procedimento de devolução das entrevistas e pela coleta de materiais produzidos pelos grupos entrevistados.

Foram realizadas oito entrevistas semi-estruturadas, sendo seis com lideranças de grupos de movimentos sociais³⁵ e duas com representantes de espaços de construção de vínculos entre sujeitos políticos. O contato com os representantes dos grupos de movimentos sociais foi, inicialmente, realizado por telefone. Os entrevistados foram identificados a partir de entrevistas que já haviam sido realizadas anteriormente³⁶, considerando que pedíamos aos entrevistados que informassem quais movimentos sociais e quais representantes destes eles consideravam importantes de serem entrevistados diante do problema de pesquisa exposto.

No que tange à entrevista com a representante da Assembléia Popular Metropolitana de Belo Horizonte e com a representante da ABGLT, tivemos contato com a primeira a partir da participação em uma plenária da Assembléia Popular Metropolitana de BH, cuja realização nos havia sido informada por uma entrevistada. Com relação à vice-presidente Trans da ABGLT, esta tem atuado junto ao Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG, do qual também faço parte como pesquisador.

Infelizmente não foi possível entrevistar todas as pessoas indicadas pelos entrevistados, em decorrência do curto tempo para a realização de trabalho de campo e para análise dos dados coletados, e também por distâncias geográficas ou por problemas de

³⁵ Ver consideração sobre a Brigadas Populares em nota anterior.

³⁶ A primeira entrevista realizada foi exatamente a que não fizemos uso nesta dissertação, com a gerente da COMACON, a qual indicou o grupo NA. Daí em diante, fomos conseguindo o contato dos outros entrevistados (MMM, MTD, BP, MST, CUT).

agenda. Desse modo, resolvemos por nos concentrar, sobretudo, nos grupos de movimentos sociais que faziam parte da Assembléia Popular Metropolitana de BH, já que estávamos acompanhando as reuniões periódicas da AP-MBH, espaço caracterizado pelo estabelecimento de vínculos entre movimentos sociais, importante, portanto, para nosso problema de pesquisa. Consideramos que a escolha pelos grupos que compunham a AP-MBH nos possibilitaria ter maior contato e maiores informações sobre os movimentos sociais entrevistados³⁷.

Blee e Taylor (2002) ressaltam que se a força dos estudos em movimentos sociais que utilizam da técnica de entrevista semi-estruturada encontra-se em obter em profundidade alguns aspectos dos grupos investigados, essa condição é também um dos limites destes estudos, pois

quando se começa a analisar os dados de entrevistas qualitativas, pesquisadores percebem que gastam a maior parte do seu tempo *in file work* do que no trabalho de campo. Essa é uma das razões que estudos baseados em entrevistas semi-estruturadas são geralmente baseados num pequeno número nítido de entrevistas (p. 110, tradução nossa).

Todas as entrevistas foram gravadas com consentimento dos entrevistados, transcritas e categorizadas. Para todos os entrevistados, informamos que preservaríamos o anonimato dos mesmos, a menos que autorizassem a divulgação dos seus nomes. Utilizamos para a realização destas entrevistas um guia de entrevista³⁸ (APÊNDICE I), não em vista de estabelecer uma relação rígida de perguntas e respostas, mas no intuito de abordar aspectos importantes para a investigação do problema de pesquisa proposto.

Após a realização e transcrição das entrevistas, todas foram lidas exaustivamente na busca por semelhanças e diferenças na exposição dos entrevistados com relação aos aspectos de interesse desta pesquisa, de modo a se construir algumas categorias para análise do problema de pesquisa proposto. De acordo com Blee e Taylor (2002)

³⁷ Todos os grupos de movimentos sociais entrevistados faziam parte da AP-MBH na época em que as entrevistas foram realizadas, com exceção de NA e CUT, não existindo nenhum grupo do movimento negro, do movimento LGBT e nenhuma Central Sindical no espaço da AP-MBH naquela época. Ademais, dois grupos de movimentos sociais que fazem parte da AP-MBH não foram entrevistados, sobretudo, em decorrência do número de entrevistas que já haviam sido realizadas, as quais já tinham gerado um grande número de elementos a serem analisados no curto espaço de tempo da pesquisa, e também por dificuldades para se agendar entrevistas. Estes grupos foram: o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e o Movimento dos Sem Universidade (MSU). A partir daqui, utilizaremos o termo “grupo” para nos referir tanto aos grupos de movimentos sociais entrevistados quanto aos espaços de vínculos entre sujeitos políticos investigados.

³⁸ Este guia de entrevista foi realizado conjuntamente com Frederico Viana Machado, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG e também integrante do NPP, o qual participou comigo na realização de algumas das entrevistas realizadas para esta dissertação.

pesquisadores desenvolvem interpretações dos dados de entrevistas através de procedimentos sistemáticos de codificação, categorização e análise. Métodos qualitativos são usados em pesquisa de movimento social para descobrir os fatores essenciais de um caso ou de um número de casos, e pesquisadores qualitativos tipicamente usam um caso ou casos para exemplificar um ou mais processos teóricos gerais pertinentes aos movimentos sociais. A codificação de entrevistas depende, mais do que tudo, dos objetivos do estudo [...] Através da codificação, categorização e análise de entrevistas semi-estruturadas pesquisadores desenvolvem conceitos que reforçam teorias, mas que também são consistentes com as colocações individuais. Ao mesmo tempo, métodos qualitativos são holísticos, o que significa que aspectos dos movimentos são percebidos no contexto dos movimentos como um todo. Na análise, pesquisadores qualitativos fazem grande esforço para ancorar suas interpretações na compreensão da vida cotidiana e na linguagem de seus sujeitos (p. 111-112, tradução nossa).

Deste modo, focamos durante a leitura das entrevistas na relação dos grupos com outros movimentos sociais, nas concepções de sujeito e de desenvolvimento da história, nas bandeiras de luta, no papel dos movimentos sociais nas sociedades contemporâneas, nas formas de ação do grupo, nas potencialidades e dificuldades relativas à construção da luta política. Ademais, pelo fato de a Teoria Democrática Radical e Plural ser a nossa teoria de referência na compreensão dos processos de democratização nas sociedades contemporâneas, tínhamos como “pano de fundo”, no processo de categorização, noções fundamentais a esta teoria: articulação, lógica da equivalência, lógica da diferença, hegemonia, deslocamento. Desta maneira, buscamos construir categorias que nos possibilitassem debater nosso problema de pesquisa a partir de um enlaçamento entre a teoria democrática radical e plural, e o que diziam aqueles que estavam cotidianamente lutando por um mundo melhor, de modo a não sobrepor um a outro, mas sim buscar maneiras em que a teoria contribuísse para se analisar os grupos e os grupos contribuíssem para trabalharmos a teoria.

O processo de categorização das entrevistas foi realizado com o uso do programa Nvivo8, o qual permite selecionar trechos das entrevistas e vinculá-los a categorias construídas a partir da leitura das mesmas, bem como relacionar os trechos categorizados nas diferentes entrevistas, facilitando o processo de comparação destas. Das categorias construídas no decorrer do processo de categorização, diante da leitura exaustiva das entrevistas, após uma revisão e enlaçamentos entre elas, concebemos quatro categorias para serem analisadas nesta pesquisa. A elaboração destas quatro categorias decorreu do fato delas propiciarem a compreensão das principais reivindicações dos movimentos investigados; dos modos como cada movimento busca se relacionar com outros movimentos no intuito de conquistar suas bandeiras de luta; do papel atribuído aos movimentos sociais na construção da luta política; da concepção de mudança social; das possibilidades e dificuldades de efetivar tal mudança.

As categorias construídas foram intituladas:

- *Bandeiras de luta*: compreende as reivindicações que os grupos têm construído no desenvolvimento de suas ações, apontando para a necessidade de reconfigurações do campo social;

- *Construção de Vínculos entre os Movimentos Sociais*: compreende os modos como os grupos se relacionam a outros movimentos sociais na construção da luta política, possibilitando compreender formas de vínculo estabelecidas ou desejadas pelos grupos;

- *Papel dos Movimentos Sociais e Resistências Hegemônicas*: compreende o entendimento dos grupos em questão sobre qual deve ser o papel dos movimentos sociais no momento presente, e implicações de outros atores (ONG, Estado, imprensa) na tentativa de manutenção da hegemonia sedimentada;

- *Mudança Social*: compreende concepções dos grupos sobre o processo de democratização social, bem como formas de ação que eles consideram importantes para se alcançar a sociedade almejada.

Com relação aos documentos coletados nesta pesquisa, estes foram conseguidos junto aos entrevistados no momento da entrevista ou da devolução feita ao grupo pesquisado, nas manifestações e reuniões das quais participamos, e em sites indicados pelos entrevistados. Estes documentos serviram como fontes auxiliares às entrevistas, sendo nosso foco na leitura dos mesmos igual ao que tivemos naquelas. Contudo, diferente das entrevistas, não fizemos uso do programa NVivo 8 no que tange aos documentos, tendo os categorizado manualmente. Foi também a partir das entrevistas e dos documentos que descrevemos a origem dos grupos entrevistados e a forma de organização dos mesmos.

O procedimento de devolução feito aos grupos pesquisados foi realizado após leitura das entrevistas, leitura parcial dos documentos que já haviam sido coletados e de textos referentes à Teoria Democrática Radical e Plural em torno do problema de pesquisa proposto. O objetivo deste procedimento foi debater com cada grupo a sua concordância ou discordância com relação às descrições que já havíamos construído sobre ele, bem como sua compreensão da distinção que já tínhamos desenvolvido sobre estratégia de vínculos entre movimentos sociais: estratégia de articulação e estratégia de aliança³⁹.

Desta maneira, lemos e discutimos, ponto a ponto, um quadro que elencava uma caracterização do respectivo grupo em torno dos seguintes itens: *origem do grupo, estrutura do grupo, bandeiras de luta, adversários, papel dos movimentos sociais, vínculos entre os*

³⁹ Estas estratégias de vínculos serão debatidas a partir do próximo capítulo.

movimentos sociais, mudança social, problemas enfrentados (APÊNDICE II)⁴⁰. No decorrer do processo de devolução, esclarecemos alguns aspectos que haviam ficado pouco explícitos nas entrevistas e alteramos alguns elementos, no intuito de aproximar a descrição apresentada com a compreensão dos grupos sobre esta mesma descrição.

Este processo de devolução demonstrou sua importância por nos ter permitido aprofundarmos em alguns aspectos que não estavam claros, bem como por ter possibilitado àqueles que nos “falavam” sobre suas lutas tomar ciência do que “dizíamos” sobre eles, permitindo a ambos construir conhecimentos mais “verdadeiros”. Estes concebidos aqui como conhecimentos que se constroem sob problematizações, permitindo tanto ao pesquisador quanto aos pesquisados refletirem sobre suas próprias concepções e práticas, a partir da interação entre os mesmos. Assim, possibilitam chegar não a saberes últimos, mas a interpretações consideradas por ambos como legítimas para se compreender aquela realidade.

Cabe considerar que entendemos a relação entre pesquisador e pesquisado não como uma relação entre sujeito (pesquisador, ativo, pensante, racional) e objeto (pesquisado, passivo, alienado, não-racional), e sim como uma relação entre sujeito e sujeito em torno da reflexão sobre um determinado objeto: o problema de pesquisa a ser investigado. Portanto, a relação pesquisador e pesquisado é entendida como uma relação entre sujeitos que podem apresentar saberes distintos sobre a realidade, mas que de maneira alguma a simples adjetivação de um dos saberes como “científico” o faz, *a priori*, uma forma superior de compreensão da realidade e de outro como “popular”, “militante” inferior na reflexão sobre o objeto analisado. Assim, o conhecimento é entendido como um conhecimento co-construído, sendo pesquisador e pesquisado sujeitos na interpretação sobre aquele objeto pesquisado.

Diante destas considerações sobre a produção do conhecimento e a relação pesquisador/pesquisado, concordamos com Ranci (2005) no que tange a compreender que

o ator social não tem uma função neutra de informações colocadas à disposição do pesquisador, mas desenvolve um papel ativo que condiciona o processo cognoscitivo. Ele assume, no curso de uma pesquisa empírica, um duplo papel: de um lado é parte do objeto de estudo do pesquisador, e de outro, enquanto sujeito discursivo, age também como *médium* entre o pesquisador e a realidade social mais ampla que ele está investigando (p. 44).

⁴⁰ Os quadros presentes no APÊNDICE II mantêm a organização apresentada no procedimento de devolução realizado com os grupos, assim, estão formatados em torno das categorias expostas naquele procedimento (com exceção daquelas denominadas *Origem e Estrutura*, pela razão de que estas serão descritas no próximo tópico). Foi a partir de enlaçamentos destas categorias que, construímos as quatro categorias analisadas na dissertação, explicitadas anteriormente. Os quadros se mantêm a estrutura apresentada aos grupos, seu conteúdo já se remete ao processo de revisão realizado após a devolução com cada grupo e à leitura dos documentos respectivos a cada grupo coletados para esta pesquisa.

Por outro lado, complementamos, o pesquisador não se encontra também no lugar de produção de um conhecimento neutro, no sentido de uma neutralidade significada como afastamento completo de seus valores, de sua empatia, afeto, amizade estabelecida com os pesquisados. Deve-se ressaltar que diante da consideração do pesquisado como um co-construtor do conhecimento, e não como um objeto a se pesquisar, como se fosse um informante que deva estar a nosso serviço, a realização da pesquisa depende que o pesquisado aceite o pesquisador e que se estabeleça uma relação de confiança e empatia entre eles.

Segundo Martins (2004), “Para os positivistas, essa referência a sentimentos é motivo para dúvidas a respeito do caráter científico do conhecimento produzido” (p. 294), quando para nós os sentimentos são elementos dos quais não podemos nos eximir. O que não deve, contudo, significar a equivalência do conhecimento científico à militância, mas sim em afirmar que pesquisadores constroem interpretações e não *verdade* neutra, no intuito de fornecer ferramentas que contribuam para análise do problema investigado. Nesta dissertação pretendemos contribuir para a análise das possibilidades de lutas contra-hegemônicas e, assim, para a construção de sociedades mais radicais e plurais.

Ademais, é importante ressaltar aqui proposições como aquelas de Santos (2002) sobre a “tradução de saberes” e a noção de “saberes localizados” apresentada por Haraway (1995), no sentido em que possibilitam reconhecer a importância de se romper com a dicotomia sujeito-objeto e de desmistificar a neutralidade e universalidade de qualquer conhecimento. Tais proposições permitem salientar que a construção do conhecimento não deve se pautar na reprodução de uma “razão indolente” (Cf. SANTOS, 2002), de saberes universais e neutros (Cf. HARAWAY, 1995), mas no reconhecimento de uma pluralidade de saberes, construídos sob diferentes modos de racionalidade, sendo sempre localizados e parciais. Estas formas de se abordar o conhecimento não implica em afirmar uma postura relativista: “O relativismo é uma maneira de não estar em lugar nenhum, mas alegando-se que se está igualmente em toda parte. [...]. Nas ideologias da objetividade, o relativismo é o perfeito gêmeo invertido da totalização; ambos negam interesse na posição, na corporificação e na perspectiva parcial” (HARAWAY, 1995, p. 24).

Foi na busca de se romper com a dicotomia sujeito-objeto, desmistificar a neutralidade de qualquer conhecimento e construir saberes que contribuíssem para a democratização das sociedades latino-americanas que psicólogos sociais latino-americanos, após a década de 1970, passaram a enfatizar a importância das ciências sociais reconsiderarem as dimensões ontológica, epistemológica e metodológica do cânone científico e introduzir outras dimensões

na produção do conhecimento: dimensões relacional, ética e política (Cf. LANE & SAWAIA, 1991; LANE, 2002; MONTERO, 2002).

Diante dos procedimentos e concepções metodológicas expostas, buscamos estabelecer laços entre a Teoria Democrática Radical e Plural e os dados coletados junto aos grupos, no intuito de trabalhar nossos problemas de pesquisa. Segundo Martins (2004), a capacidade integrativa e analítica dos dados em pesquisas qualitativas “depende do desenvolvimento de uma capacidade criativa e intuitiva. [...]. A intuição aqui mencionada não é um dom, mas uma resultante da formação teórica e dos exercícios práticos do pesquisador” (p. 292).

Listamos, nos quadros abaixo, os entrevistados e as entrevistadas e seus respectivos grupos, bem como os materiais coletados junto aos grupos:

QUADRO 1

Entrevistado/a por grupo/espço de vínculo respectivo (em ordem alfabética dos grupos/espços de vínculo)

Grupo/espço de vínculo	Entrevistado/a
Assembléia Popular Metropolitana de Belo Horizonte	Bernadete
Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais	Liliane
Brigadas Populares	Joviano
Central Única dos Trabalhadores	Temístocles
Marcha Mundial das Mulheres ⁴¹	-
Movimento dos Trabalhadores Desempregados	Bruno
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Edith / Chumbinho
Negras Ativas	Cássia / Flávia

⁴¹ A entrevistada solicitou que seu nome não fosse divulgado.

QUADRO 2

Documentos coletados por grupo/espço de vínculo respectivo (em ordem alfabética dos grupos/espço de vínculo)

Grupos/espço de vínculo	Documentos coletados
Assembléia Popular Metropolitana de Belo Horizonte (AP-MBH)	<p>ANEXO I (AP-MBH): “Assembléia Popular. De onde vem? Para onde vai?”</p> <p>ANEXO II (AP-MBH): “Encaminhamentos realizados na Plenária Nacional da Assembléia Popular (out. 2009)”</p> <p>ANEXO III (AP-MBH): “Repasse Encontro Nacional da Assembléia Popular (nov. 2008)”</p> <p>ANEXO IV (AP-MBH): “O Brasil que queremos. Assembléia Popular Mutirão por um Novo Brasil (out. 2005)”⁴²</p> <p>ANEXO V (AP-MBH): “Jornal da Assembléia Popular Mutirão por um novo Brasil (maio 2009)”</p>
Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT)	<p>ANEXO I (ABGLT): “Carta de Princípios da ABGLT (jan. 1995)”</p> <p>ANEXO II (ABGLT): “Resoluções do I Congresso da ABGLT (2006)”</p> <p>ANEXO III (ABGLT): “Carta de Belém – III Congresso da ABGLT (abr. 2009)”</p> <p>ANEXO IV (ABGLT): “Plano Nacional de Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania LGBT (2009)”</p> <p>ANEXO V (ABGLT): “Projeto Somos. Desenvolvimento Organizacional, Advocacy e Intervenção para ONGs que trabalham com gays e outros HSH (2005)”</p>
Brigadas Populares (BP)	<p>ANEXO I (BP): “Estrutura organizativa das Brigadas Populares (abr. 2009)”</p> <p>ANEXO II (BP): “Correio Brigadista 2009 – Boletim Especial”</p> <p>ANEXO III (BP): “A Plataforma Brigadista (maio 2008)”</p> <p>ANEXO IV (BP): “Cartilha Preparatória do III Encontro de Comunidades de Resistência – Organização Popular: Alternativa Brigadista (out. 2009)”</p> <p>ANEXO V (BP): “A linha política (maio 2008)”</p> <p>ANEXO VI (BP): “Histórico Dandara (abr. 2009)”</p>
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	<p>ANEXO I (CUT): “Histórico (ago. 2008)”</p> <p>ANEXO II (CUT): “Central Única dos Trabalhadores (dez. 2007)”</p> <p>ANEXO III (CUT): “Cronologia das Lutas (março 2009)”</p> <p>ANEXO IV (CUT): “Nota da CUT Sobre o Congresso da Contag (março 2009)”</p> <p>ANEXO V (CUT): “Correntes políticas avaliam mandato 2006-2009 e destacam combatividade da Central (agosto 2009)”</p> <p>ANEXO VI (CUT): “Ato político (agosto 2009)”</p>
Marcha Mundial das	<p>ANEXO I (MMM): “Jornal da Marcha (out.2005)”</p>

⁴² Deste documento colocamos em anexo apenas as partes referentes à Apresentação e à Introdução. Foram estas as partes utilizadas nesta dissertação.

Mulheres (MMM)	ANEXO II (MMM): “Cadernos MMM 2008” ANEXO III (MMM): “Jornal da MMM – Ação 2010 (agosto 2009)” ANEXO IV (MMM): “Marcha Mundial de las Mujeres 1998-2008 Uma década de lucha internacional feminista”
Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD)	ANEXO I (MTD): “Curso Levante Juventude” ANEXO II (MTD): “MTD no Conjunto Jardim Felicidade conquista títulos de moradia” ANEXO III (MTD): “Assembléia Popular dos/as Desempregados/as (abril 2009)” ANEXO IV (MTD): “MTD do Bairro Jardim Felicidade exige Títulos de Moradia”
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	ANEXO I (MST): “Nota de esclarecimento sobre os recentes acontecimentos (out. 2009)” ANEXO II (MST): “Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Edição Especial (Jan-Fev 2009)” ANEXO III (MST): “Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (maio 2009)” ANEXO IV (MST): “Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Abr. 2009)” ANEXO V (MST): “Nossa proposta de Reforma Agrária Popular (julho 2009)” ANEXO VI (MST): “Em defesa da democracia e do MST (set. 2009)” ANEXO VII (MST): “Governo ampara invasões do MST (out. 2009)” ⁴³
Negras Ativas (NA)	ANEXO I (NA): “Portifólio Negras Ativas” ANEXO II (NA): “Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e pela vida (nov.1995)”

QUADRO 3

Documentos coletados relativo a lutas conjuntas entre grupos/espaco de vínculo

ANEXO I Lutas Conjuntas (LC): “Dia de luta! 30 de abril. Manifestação do dia do trabalhador e da trabalhadora”

ANEXO II Lutas Conjuntas (LC): “Jornal Brasil de Fato – Edição Especial Crise (julho 2009)”

ANEXO III Lutas Conjuntas (LC): “Grito dos/as Excluídos/as 7 de setembro de 2009”

ANEXO IV Lutas Conjuntas (LC): “O Petróleo tem que ser nosso”

⁴³ Este anexo não foi nos indicado pelo MST, tendo sido retirado por nós do site do Partido Democratas (www.democratas.org.br). Contudo, como se trata de um tema referente ao MST, nós o colocamos nos anexos referentes ao MST.

2.2. Caracterização dos grupos investigados

Caracterizamos aqui, brevemente, cada um dos grupos investigados nesta dissertação, no intuito de apresentar a origem destes grupos e a forma como se organizam internamente. Esta caracterização é decorrente das entrevistas, de documentos coletados junto aos grupos e do processo de devolução com os mesmos. Ressaltamos que no APÊNDICE II há uma caracterização dos grupos em torno das categorias *Bandeiras de Luta, Adversários, Papel dos Movimentos Sociais, Vínculos entre Movimentos Sociais, Mudança Social, Problemas Enfrentados*.

2.2.1 Assembléia Popular Metropolitana de Belo Horizonte (AP-MBH)

- ✚ Constituição: A Assembléia Popular (AP) segundo o Documento “Assembléia Popular. De onde vem? Para onde vai?” (ANEXO I AP-MBH) surgiu nacionalmente em 2005, através da junção entre dois processos já existentes: Semanas Sociais Brasileiras e a “Campanha Jubileu Sul”. O primeiro processo era promovido pela CNBB e na 4ª Semana Social – “Mutirão para um novo Brasil” – seus integrantes decidiram construir no final de 2005 um momento nacional, no qual se reuniria todas as contribuições destes integrantes sobre “o Brasil que queremos”. Já o segundo processo, organizado em 1998, durante o Simpósio da Dívida Externa, decorrente da 3ª Semana Social da CNBB, objetivava agrupar todas as campanhas contra a dívida da América Latina, África e Ásia (realizando, por exemplo, a Campanha Continental contra a ALCA), e programou para o ano de 2005 assembleias populares em todos os níveis, no intuito de realizar no final do ano uma Assembléia Nacional.

A crise política com a revelação dos casos de corrupção, a coincidência dos dois eventos nacionais programados para o final do ano 2005, a oportunidade de reagrupar as forças sociais algo dispersas, levou a juntar os dois eventos. A primeira Assembléia Popular Nacional aconteceu em Brasília com a presença de aproximadamente 8000 participantes (Documento “Assembléia Popular. De onde vem? Para onde vai?” – ANEXO I AP-MBH –, não paginado).

Esta Assembléia Popular Nacional elaborou um documento: “O Brasil que queremos. Assembléia Popular Mutirão por um Novo Brasil”, de modo a favorecer a elaboração de um projeto popular para a nação. O objetivo da AP é construir um projeto de rompimento com o sistema hegemônico que vá para além das demandas

particulares de cada movimento social, como “uma forma da luta do povo para responder aos embates do capitalismo, para defender os seus direitos, a sua dignidade e os da nação” (Documento “Assembléia Popular. De onde vem? Para onde vai?” – ANEXO I AP-MBH –, não paginado).

Segundo Bernadete (AP-MBH), na região metropolitana de Belo Horizonte a AP se constituiu a partir de um Comitê Metropolitano, em 2005, organizado diante da orientação da Assembléia Nacional da AP de se construir AP locais em todo o Brasil. Entretanto, nesta mesma época foi organizado o Fórum das Articulações⁴⁴, ocorrendo uma desmobilização em torno da AP-MBH, tendo os movimentos de bairro e movimentos sociais se organizado em outros espaços. Em 2008, após nova plenária nacional da AP, o Comitê Metropolitano de BH foi rearticulado, promovendo uma aproximação entre bairros e movimentos sociais, entre demandas locais e demandas nacionais.

- Bandieras que aglutinaram a AP: a AP surge como forma de resistência e de proposição de uma alternativa à globalização neoliberal que acarretou não somente no aumento do número de excluídos e na deterioração das condições de vida de muitos, mas também numa concepção de que não havia alternativas possíveis. Ela nasce num contexto de frustração de grande parte da esquerda com o governo Lula que se, por um lado, “se mostrou mais firme nas negociações comerciais internacionais, por outro continua a política do governo anterior, dando a prioridade aos privilégios do capital sobre o atendimento das necessidades básicas da maioria da população” (Documento “Assembléia Popular. De onde vem? Para onde vai?” – ANEXO I AP-MBH –, não paginado), não tendo realizado as reformas prometidas e ignorado a força transformadora dos movimentos sociais.

⁴⁴ O Fórum das Articulações, segundo a entrevistada, surgiu com o objetivo de criar vínculos entre espaços de vínculos entre movimentos sociais já existentes, no âmbito estadual. Estavam presentes neste Fórum das Articulações o Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial, a Via Campesina, a Articulação Mineira de Agroecologia, entre outras. Contudo, como grande parte dos movimentos sociais presentes no Fórum das Articulações localizavam-se na região metropolitana de Belo Horizonte, muitas das pessoas que se reuniam em torno deste Fórum eram as mesmas que se reuniam em torno da AP-MBH. O Fórum das Articulações organizou o I e o II Encontro dos Movimentos Sociais; contudo, entre o I e o II Encontros começou a se desmobilizar, diante da compreensão dos movimentos sociais que se fazia necessário fortalecer um espaço mais permanente de luta, que buscasse construir vínculos entre os movimentos sociais, mas também construir trabalho de base, iniciativa esta que já estava sendo desenvolvida como Assembléia Popular. Esta desmobilização do Fórum das Articulações, entretanto, trouxe como perda a diminuição de entidades vinculadas, na medida em que nem todas que estavam no Fórum das Articulações passaram a compor a AP-MBH.

- ✚ Organização: a AP é uma organização nacional, e seus cargos são preenchidos, durante as Plenárias (Nacional, Metropolitana, Estadual), por indicação dos movimentos sociais e organizações sociais (pastorais sociais da Igreja Católica, Rede de Educação Cidadã, por exemplo) que a constituem. Bernadete aponta que apesar de os membros da AP se vincularem a ela a partir dos movimentos sociais específicos, ou seja, como militantes destes movimentos, na construção do trabalho de base os moradores dos bairros se aglutinam, muitas vezes, em torno da AP, não necessariamente em torno de movimentos sociais específicos, isto é, como um militante da AP.

No documento “Encaminhamentos realizados na Plenária Nacional da Assembléia Popular” (out. 2009) – ANEXO II AP-MBH – aponta-se que a AP se organiza atualmente da seguinte maneira:

- a) Secretaria Operativa da Assembléia Popular Nacional:

tem por objetivo reunir-se periodicamente para a partir das definições da plenária ou conforme a realidade e as demandas dar encaminhamento político e operativo. Composição atual: Pastorais Sociais/CNBB, Cáritas Brasileira; INESC; MST; MAB; Jubileu Sul; Grito dos Excluídos Continental e Nacional; Consulta Popular; Pastoral Operária (p.06);

- b) Plenária Nacional da AP: “é o espaço de coordenação nacional da Assembléia Popular e é composto por UM representante de cada movimento, entidade, pastoral social em âmbito nacional e DOIS representantes de cada articulação da Assembléia Popular estadual/regional” (p. 06);

- c) Assembléia Popular Nacional:

seria a instância maior para as definições, encaminhamentos sobre a AP e o projeto popular O Brasil que Queremos, por ser um espaço mais representativo, não tem uma periodicidade definida, é realizada conforme a demanda e a necessidade do processo de articulação (p. 06).

Além disso, deve-se observar a existência da Plenária Metropolitana, no âmbito regional (na AP-MBH tenta-se organizar uma plenária por mês), e da Plenária Estadual da AP (a última Plenária Estadual da AP-Minas Gerais ocorreu em dezembro de 2009).

- ✚ Financiamento: apresenta como fonte de financiamento os movimentos sociais que fazem parte da AP; Igreja Católica (pastorais sociais).

No documento “Encaminhamentos realizados na Plenária Nacional da Assembléia Popular” (out. 2009) – ANEXO II AP-MBH –, afirma-se que para a realização da II Assembléia Popular Nacional se buscará recursos através de projetos – locais, internacionais, estatais – e outras possibilidades. Também se afirma neste documento que, no que tange à sustentabilidade financeira da AP, deve-se priorizar “a auto-sustentação da Assembléia Popular pelos movimentos/entidades/pastorais e estados” (p. 06), tendo sido estabelecido um valor de cotização anual com diferenciação por Estados (mais organizados / em fase de organização) e pelo tamanho dos movimentos sociais e entidades (grande, médio, pequeno).

2.2.2 Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT)

- ✚ Constituição: surge em 1995, durante o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, mediante a compreensão de uma intensa discriminação de gays, lésbicas e travestis na sociedade brasileira, no intuito de se lutar pelos direitos humanos e civis dos mesmos. Neste momento de fundação, redigiu-se a “Carta de Princípios da ABGLT (jan. 1995)” (ANEXO I ABGLT), assinada por 31 grupos de gays, lésbicas e travestis brasileiros que participaram de sua fundação.
- ✚ Bandeiras que aglutinaram a ABGLT: Na “Carta de Princípios da ABGLT (jan. 1995)” (ANEXO I ABGLT) consta que “a ABGLT se forma para lutar pela promoção da livre orientação sexual, pela liberdade, justiça social, democracia, pluralidade e diversidade de gêneros” (não paginado), bem como aponta que a

ABGLT pretende: 1) fomento à criação de novos grupos e fortalecimento dos já existentes, sobretudo aos de lésbicas e travestis, pois entende que estes são alvo de uma discriminação ainda mais contundente; 2) promoção do intercâmbio e solidariedade entre todos os grupos e indivíduos que lutam pela livre orientação sexual; 3) conscientização dos homossexuais da sua importância enquanto seres humanos e de seu papel na sociedade em geral; 4) pressão pela criação de leis que se posicionem claramente contra a discriminação e garantam a plena igualdade de oportunidades; 5) ação visando à interferência na elaboração de políticas públicas de saúde e afins; 6) luta pela liberação de gays, lésbicas e travestis da discriminação legal, social, cultural e econômica. (não paginado)

- ✚ Organização: a ABGLT é uma organização nacional composta por 220 organizações afiliadas, sendo a maior rede LGBT na América Latina. Apresenta a seguinte estrutura: um presidente, dois vice-presidentes, uma Secretaria Geral, uma Secretaria

de Finanças, uma Secretaria de Comunicação, uma Secretaria de Direitos Humanos, cinco Secretarias Regionais. Os cargos são eleitos na Assembléia Geral da ABGLT, órgão soberano da instituição. A articulação entre os níveis nacional, estadual e municipal ocorre através da relação entre estas três instâncias e com redes formadas por grupos filiados à ABGLT.

No documento “Resoluções do I Congresso da ABGLT (2006)” – ANEXO II ABGLT –, a ABGLT afirma ser fundamental a autonomia política, não devendo o movimento “se submeter às decisões ou às necessidades de nenhuma tendência política ou grupo social” (p. 30).

- ✚ Financiamento: ocorre através de recursos via aprovação de projetos financiados pelo Estado (Ministério da Saúde, Ministério da Cultura, por exemplo) e também por verbas decorrentes de emendas parlamentares.

2.2.3. Brigadas Populares (BP)

- ✚ Constituição: organização política constituída em 2005, a partir da dissolução do Núcleo de Estudos Marxistas, a qual se deu em decorrência de alguns integrantes deste Núcleo terem decidido se dedicar a uma atuação prática pautada na construção de um projeto de poder popular, ao invés de continuarem apenas como membros de um Núcleo de formação teórico marxista. Este Núcleo se reunia em Belo Horizonte na FAFICH/UFMG, na Faculdade de Direito/UFMG, na PUC-São Gabriel, num espaço externo às universidades, no centro da cidade, sendo que, neste último, participavam mais trabalhadores e menos estudantes. Este Núcleo também se reunia em Ouro Preto. A Brigadas Populares apresenta como objetivo a atuação dentro de comunidades periféricas, realizando ações em torno de um projeto de poder popular, na busca de disputar a hegemonia na sociedade, sendo a conquista do poder pelos trabalhadores e trabalhadoras um elemento central. Defende a autonomia política e financeira da organização (considerando a autonomia financeira inclusive como condição para a autonomia política), não se articulando em torno nem de partidos políticos nem de sindicatos, e não buscando financiamento do Estado para evitar o atrelamento e a cooptação da organização pelo Estado. Também não busca financiamento junto a fundações e ONGs que atuam dentro da lógica neo-liberal do Consenso de

Washington, por conceber que estas servem de “barreira de contenção” para a construção da luta popular.

- ✚ Bandeiras que aglutinaram o grupo: organização da periferia em torno da construção de um projeto de poder popular, na busca de construir um bloco histórico contra-hegemônico (contrário às elites, ao projeto neoliberal). A organização não pretende ser a vanguarda que vai apontar o caminho da transformação social, mas contribuir na construção do projeto popular.
- ✚ Organização: é um grupo de atuação regional (região metropolitana de Belo Horizonte), composto por um número de militantes, segundo Joviano (BP), relativamente reduzido, existindo em torno de 50 a 60 brigadistas orgânicos. O grupo não apresenta cargos específicos, e sim distribuição de funções entre os militantes. Inicialmente organizava-se somente em torno das Brigadas Territoriais, contudo, diante do objetivo de fortalecer o trabalho político nas comunidades foram criadas as Frentes de Trabalho, os Núcleos Brigadistas, os Secretariados, as Brigadas Especiais, a Assembléia Brigadista, bem como o Encontro de Comunidades de Resistência e o Círculo Brigadista. A partir do documento “Estrutura organizativa das Brigadas Populares (abr. 2009)” (ANEXO I BP), as instâncias organizativas podem ser definidas:
 - Brigadas Territoriais: traço característico da BP, devido o foco na construção de poder popular. Encontram-se vinculadas a determinados territórios de atuação da BP, sendo constituídas a partir de uma vinculação prévia com alguma entidade ou liderança da área. A partir do método de Assembléia Popular, militantes orgânicos da BP buscam contribuir na organização de lutas pela conquista das demandas locais, bem como elevar as pautas específicas e imediatas das Brigadas Territoriais a um patamar político mais amplo. Considera-se importante que o território em que atua a Brigada Territorial reconheça esta como uma ferramenta para a transformação da realidade, e não como um grupo de pessoas voltadas para a assistência ou para a caridade. Atualmente, existem seis Brigadas Territoriais organizadas.
 - Frentes de Trabalho: são agrupamentos de militantes voltados para alguma demanda, sendo que o que une a atuação de cada Frente é o projeto político da Brigadas Populares, o qual vai para além de cada demanda específica. Considera importante a conexão entre as diferentes Frentes de Trabalho na atuação das mesmas. Atualmente existem cinco Frentes de Trabalho.

- Núcleos Brigadistas: se organizam em torno de temas específicos, podendo ser constituídos por qualquer militante nos territórios que a BP atua (comunidades, ocupações, presídios, universidades, escolas), apresentando uma diferença com relação às Brigadas Territoriais, no que tange a tais Núcleos não estarem, necessariamente, vinculados às deliberações da BP, apesar de se considerar importante que tenham como perspectiva se tornarem Brigadas Territoriais. Esta estrutura serve, portanto, como uma forma de entrada de mais pessoas na BP. No documento “Estrutura organizativa das Brigadas Populares (abr. 2009)” - ANEXO I BP –, expressa-se a existência de dois Núcleos; contudo, no documento “Correio Brigadista 2009 – Boletim Especial” (ANEXO II BP - documento mais recente que o anterior), são apresentados cinco Núcleos Brigadistas, estando os dois anteriores incluídos nestes.
- Brigadas Especiais: diferente das Brigadas Territoriais, não estão vinculadas a um território, e sim a temas específicos considerados importantes dentro da linha política da BP. Atualmente há duas Brigadas Especiais.
- Secretariados: compreende secretários políticos, organizativos e financeiros, sendo estes nomeados por cada uma das outras instâncias da BP (Brigadas Territoriais, Brigadas Especiais, Frentes de Trabalho, Núcleos Brigadistas), compondo, assim, o Secretariado da BP. O Secretariado é entendido como um espaço de interconexão entre aquelas outras instâncias. Segundo Joviano (BP), o secretário político apresenta como função a articulação das BP com outras organizações; o secretário organizativo, o mapeamento da militância, organização de reuniões, da memória da organização – inteligência da organização; e o secretário financeiro é responsável pela política de auto-financiamento da organização.
- Assembléia Brigadista: instância máxima de organização política, espaço onde se estabelecem as definições políticas mais amplas da organização: concepções gerais, definição de aliados, construção da estratégia e da linha política.
- Encontro de Comunidades de Resistência: evento anual que busca reunir todas as pessoas dos territórios em que a BP atua, mais apoiadores e outras organizações e movimentos de esquerda, na busca de construir análises sobre a conjuntura política, construir vínculos entre lutas e bandeiras, promover interação entre as bases de influência da BP.

- **Círculo Brigadista:** espaço de apresentação da estrutura e do trabalho das BP para pessoas que se interessam em se incorporar à organização ou contribuir nas atividades desenvolvidas por esta.
- ✚ **Financiamento:** a auto-sustentação financeira é um princípio central das Brigadas Populares, não recebendo dinheiro de instâncias estatais para evitar atrelamento da organização ao Estado, nem de fundações e ONGs que atuam dentro da lógica neoliberal do Consenso de Washington, concebidas como uma “barreira de contenção” da luta popular. Esta posição decorre do fato de considerar que a autonomia política encontra-se atrelada à autonomia financeira, pois como nos disse Joviano (BP), “quem paga a banda escolhe a música”. Desta maneira, a BP busca se sustentar com contribuições dos militantes, arrecadação decorrente da realização de festas, venda de materiais, e também com contribuição de parceiros (como sindicatos). Ressalta, contudo, que esta contribuição de parceiros deve atender a três requisitos básicos: a) o dinheiro não deve ser para manutenção de estrutura ou liberação de militante, apenas para ações pontuais concretas, pois se no futuro o apoio for retirado, isso não influenciará no andamento do trabalho da BP; b) o recurso tem que partir de uma solidariedade incondicional, baseada no critério da verdade, ou seja, no compromisso da BP de que o dinheiro será utilizado exatamente para o que foi solicitado; c) necessidade da organização que propicia o apoio financeiro se encontrar no mesmo campo contra-hegemônico que a BP.

2.2.4 Central Única dos Trabalhadores (CUT)

- ✚ **Constituição:** Central Sindical organizada em 1983, período de redemocratização do Brasil, em oposição aos sindicatos “pelegos”, no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, no intuito de ser uma frente única dos trabalhadores, englobando todo o conjunto dos trabalhadores em torno de seus objetivos imediatos e históricos. Diferente do PT, forte aliado na construção da CUT, esta não se configura como um partido político, no sentido que busca representar não uma parte da população, mas todo o conjunto dos trabalhadores. Na sua fundação a CUT, assim como o PT, apresentava como referência para a luta a construção do socialismo. Entretanto, segundo Temístocles (CUT), infelizmente esta concepção ideológica-política tem se enfraquecido nos últimos anos, devido transformações históricas que levaram a novas

configurações políticas vivenciadas nas sociedades contemporâneas. Contudo, o entrevistado ressalta que a CUT não é defensora dos valores capitalistas, atuando no interior do jogo capitalista pelo fato de vivermos numa sociedade capitalista. Hoje é a maior Central Sindical da América Latina e a quinta maior do mundo.

No documento “Histórico (ago. 2008)” – ANEXO I CUT –, afirma-se que a CUT, baseada em princípios de igualdade e solidariedade, tem como objetivos “organizar, representar sindicalmente e dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática”⁴⁵ (não paginado).

- ✚ Bandeiras que aglutinaram o grupo: construção de uma frente unitária dos trabalhadores, incorporando, além das bandeiras econômica e trabalhista, a luta pela redemocratização da sociedade, por eleições diretas, pela anistia, devendo-se considerar que a CUT foi fundada no momento de redemocratização do Brasil (1983). Desde seus primeiros anos, segundo Temístocles, a CUT defende a integração entre as dimensões econômica, social e ambiental na concepção de desenvolvimento, tendo sido Chico Mendes, importante ativista ambiental brasileiro, por exemplo, um dos fundadores da CUT.

No documento “Cronologia das Lutas (março 2009)” – ANEXO III CUT –, afirma-se que no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (1983), no qual foi aprovada a criação da CUT, exigiu-se o fim da Lei de Segurança Nacional e Eleições Diretas para Presidente da República, bem como foi aprovado “o combate às políticas econômica e salarial do governo, a luta contra o desemprego, pela reforma agrária, em defesa da liberdade e autonomia sindical” (não paginado). No 1º Congresso Nacional da CUT (1984), as principais resoluções foram “organização de uma campanha nacional de luta em torno de reivindicações imediatas, a luta pelas Diretas Já e a definição da greve como principal instrumento de luta dos trabalhadores” (não paginado).

- ✚ Organização: grupo de atuação nacional que apresenta uma Direção Nacional e Direções Estaduais, sendo a eleição para os cargos e as diretrizes da organização definidas no Congresso Nacional da CUT (ocorre a cada três anos). Possui como princípio a autonomia frente a partidos políticos, governo e empresas e defende que sindicato deve ser “frente ampla”, incorporando todo o conjunto dos trabalhadores,

⁴⁵ Observa-se que neste documento, diferente de um documento anterior também presente no site da CUT Nacional, e muito semelhante a este, mas publicado oito meses antes (ANEXO II CUT – “Central Única dos Trabalhadores (dez. 2007)”), não se faz uso em nenhum momento do termo “socialismo”, sendo utilizada a noção de construção de uma sociedade justa e democrática.

inclusive as oposições sindicais, de maneira a construir uma frente única, impedindo a fragmentação do movimento sindical. A CUT é composta por sindicatos filiados.

No documento “Histórico (ago. 2008)” – ANEXO I CUT –, afirma-se que a CUT se estrutura em dois níveis: a) Organização Horizontal: organização dos trabalhadores em âmbito regional, estadual e nacional, existindo, além da estrutura nacional, CUT estaduais (26 estados e no Distrito Federal); b) Organização Vertical: “organizações sindicais de base e entidades sindicais por ramo de atividade econômica: sindicatos, federações e confederações” (não paginado). Neste mesmo documento explicita-se que a

CUT defende a liberdade e autonomia sindical com o compromisso e o entendimento de que os trabalhadores têm o direito de decidir livremente sobre suas formas de organização, filiação e sustentação financeira, com total independência frente ao Estado, governos, patronato, partidos e agrupamentos políticos, credos e instituições religiosas e a quaisquer organismos de caráter programático ou institucional (não paginado).

- ✚ Financiamento: o entrevistado afirma que quem sustenta a CUT são os sindicatos filiados à CUT, sendo o imposto sindical apenas um componente das taxas de sindicalização. Ressalta a importância de autonomia do movimento com relação a governos, a partidos políticos e a empresas.

2.2.5 Marcha Mundial das Mulheres (MMM)

- ✚ Constituição: movimento social feminista e anti-capitalista que começou a ser organizado por grupos de mulheres no Canadá, em 1995, e que surgiu como um Fórum de Articulação de movimentos de mulheres em 2000 com a realização de uma marcha internacional – *2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista* -, na qual mulheres se colocaram contra a violência, a pobreza e a sociedade de mercado e entregaram um documento com dezessete pontos de reivindicações à ONU. Em 2005, realizou sua segunda ação internacional – na qual se construiu a *Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade*⁴⁶ – e deixou de ser um Fórum de

⁴⁶ Segundo o “Jornal da Marcha (out. 2005)” – ANEXO I MMM –, a passeata em torno da *Carta das Mulheres para a Humanidade* iniciou-se no Brasil, tendo sido organizada em alas conforme os valores expressos na Carta:

a ala da *igualdade* apresentou a campanha de valorização do salário mínimo, a luta pela reforma agrária; a ala da *liberdade* mostrou a legalização do aborto, o respeito

Articulação para se tornar um movimento social de âmbito internacional, composto por mulheres sindicalistas e de movimentos populares, abarcando uma grande diversidade de mulheres. Em 2010, realizará a terceira ação internacional com o tema *Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres*.

A MMM consolidou-se no Brasil em 2005, a partir de uma marcha nacional, apesar de as mulheres brasileiras participarem da MMM desde 2000, tendo, neste ano, construído a *Carta das Mulheres Brasileiras*. Em 2006 a MMM brasileira passou a abrigar o Secretariado Internacional da MMM.

A MMM se constitui como um movimento social que busca romper com o processo de institucionalização do movimento feminista, proporcionado desde o final da década de 1980, caracterizado pela constituição de ONGs e pela criação de estruturas governamentais referentes à temática feminista. Além disso, busca construir alternativas de mudanças estruturais da sociedade diante de um contexto, iniciado no início dos anos de 1990, de hegemonia do neoliberalismo.

No Brasil e na América Latina, a MMM é uma alternativa à institucionalização e perda de radicalidade do movimento de mulheres, afirmando a centralidade da auto-organização das mulheres, da mobilização e da luta feminista articulada à luta anti-capitalista na construção da mudança social.

- ✚ Bandeiras que aglutinaram a MMM: apresenta como insígnia “mudar o mundo para mudar a vida das mulheres, mudar a vida das mulheres para mudar o mundo”, afirmando a necessidade de se romper com o patriarcado e com o capitalismo na construção de uma sociedade justa. Segundo a entrevistada, como o patriarcado está fortemente presente tanto no ocidente quanto no oriente, por maior que seja a diversidade entre as mulheres, todo lugar do mundo é lugar de luta das mulheres.
- ✚ Organização: é um grupo de atuação internacional que apresenta a seguinte estrutura: Coordenação Internacional, composta por representantes de cada um dos continentes; Secretariado Internacional, assumido por um país, estando no Brasil desde 2006, sendo composto por quatro mulheres da MMM brasileira; Secretaria Executiva Nacional, composta pelas entidades que desde o início estão na MMM; Coordenação Nacional, composta por representantes dos estados do país no qual a MMM atua;

às lésbicas e o fim das imposições sobre o corpo das mulheres. Na ala da *justiça* foi apresentado o fim das discriminações raciais ou contra as pessoas com deficiência, o direito à moradia e reforma urbana. A ala *paz e solidariedade* mostrou nosso não à guerra, ao imperialismo, à ALCA e por outra integração das Américas (p. 04, itálico nosso).

Comitês Estaduais, compostos por representantes dos núcleos locais; Núcleos Locais, a organização destes núcleos depende de cada região – no caso de BH não há cargos definidos entre os membros. Os campos de ação da MMM são definidos internacionalmente, sendo transversais às bandeiras das mulheres da MMM ao redor do mundo. Há diretrizes nacionais, mas a forma de construção da luta depende do espaço em que as mulheres da MMM estão (sindicatos, partidos políticos, Assembléia Popular, ONG, grupos autônomos de mulheres, local de trabalho - saúde, educação, etc.). A MMM é composta por mulheres urbanas e rurais, que atuam ao redor de vários países do mundo, a partir da auto-organização ou junto a movimentos populares e sindicais.

No documento “Jornal da MMM – Ação 2010 (agosto 2009)” – ANEXO III MMM –, aponta-se que

Entre os princípios da MMM estão a organização das mulheres urbanas e rurais a partir da base e as alianças com movimentos sociais. Defendemos a visão de que as mulheres são sujeitos ativos na luta pela transformação de suas vidas e que ela está vinculada à necessidade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente (p. 01).

- ✚ Financiamento: apresenta dificuldades para sua auto-sustentabilidade, de acordo com a entrevistada. Como fontes de financiamento apresenta, atualmente, a ONG Sempre Viva Organização Feminista, o Centro Feminista 08 de Março, a partir da captação de verbas decorrente da aprovação de projetos governamentais nacionais e internacionais por estas entidades.

2.2.6 Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD)

- ✚ Constituição: o grupo surgiu no fim da década de 1990, no Rio Grande do Sul, a partir do MST, da Consulta Popular e da CUT, diante da crise econômica que emergira naquele momento, que acarretou num grande número de demissões. O MTD atua no Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. Em Minas Gerais, constituiu-se há aproximadamente três anos, através do MST e da Consulta Popular.
- ✚ Bandeiras que aglutinaram o grupo: contradições urbanas decorrentes do processo de desemprego. Num primeiro momento (antes da crise econômica de 2008), as pautas eram por teto, terra e educação (campo das lutas populares, interferindo indiretamente

nas contradições dos trabalhadores desempregados). No momento pós-crise 2008, foi introduzida na pauta do MTD a construção de ações diretas com os trabalhadores demitidos das fábricas (campo das lutas sindicais).

- ✚ Organização: é um grupo de atuação nacional, que apresenta a seguinte estrutura: coordenação nacional, coordenações estaduais e núcleos políticos locais. O núcleo do MTD em Belo Horizonte não apresenta uma divisão por cargos (não tendo ainda o grupo entendido como necessária esta divisão, devido ao pequeno número de militantes), mas ressalta que esta configuração não é uma linha política do MTD, existindo esta divisão em outros locais. Os núcleos políticos constroem trabalhos de base, sendo os Grupos de Produção uma das frentes de trabalho de base (existem três Grupos de Produção em BH: Morro das Pedras, Conjunto Felicidade, Barreiro). O MTD, no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, é composto por pessoas da periferia urbana; na Bahia, apresenta um perfil rural; em Minas Gerais, seus integrantes são pessoas da periferia urbana e militantes da Consulta Popular.
- ✚ Financiamento: as fontes de financiamento do grupo são recursos gerados pelo próprio movimento (através de realização de festas, contribuição de militantes); projetos financiados por ONGs e outras instituições (como a CNBB, através do Fundo Nacional de Solidariedade); projetos governamentais. Defende que é legítima a conquista de financiamento através do Estado para a sustentação e ação do movimento social, desde que isso não interfira na autonomia do movimento, pois o dinheiro do Estado é dinheiro do povo brasileiro e, se os movimentos não lutarem por ele, vai servir apenas para financiar a burguesia (adversária do MTD).

2.2.7 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)

- ✚ Constituição: fundado em 1984, no Rio Grande do Sul, tendo como objetivo a geração de conflito em torno da luta pela terra, no intuito de fazer o Estado cumprir com a Constituição Brasileira⁴⁷. Hoje se encontra em 24 estados brasileiros, o que significa

⁴⁷ Segundo o documento “Nota de esclarecimento sobre os recentes acontecimentos (out. 2009)” - ANEXO I MST: o MST faz

pressão por meio da ocupação de latifúndios improdutivos e grandes propriedades, que não cumprem a função social, como determina a Constituição de 1988. A Constituição Federal estabelece que devem ser desapropriadas propriedades que estão abaixo da produtividade, não respeitam o ambiente, não respeitam os direitos trabalhistas e são usadas para contrabando ou cultivo de drogas. Também ocupamos

que há ocupações do MST nestes 24 estados. Apresenta como um princípio a importância da unidade interna do movimento, reconhecendo, ao mesmo tempo, a riqueza da pluralidade de idéias. O principal parceiro, no momento de fundação, era a igreja, voltada para a teologia da libertação, sendo hoje ainda compreendida como uma importante aliada. O PT também foi um aliado desde o início.

- ✚ Bandeiras que aglutinaram o grupo: surge com a bandeira da luta pela terra, a qual se amplia já no início das ações do MST, passando a reivindicar pela Reforma Agrária abranger saúde, educação, assistência técnica, política para agricultura, na busca de se defender outro modelo de desenvolvimento que propicie condições de vida digna pra a classe trabalhadora do campo e da cidade. Assim, a luta pela reforma agrária passou a ser caracterizada por outras demandas para além da luta pela terra.

No “Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Edição Especial (Jan-Fev 2009)” – ANEXO II MST –, a Direção Nacional do MST afirma:

nosso Movimento não apenas sobreviveu nestes 25 anos – um feito inédito para um movimento camponês no Brasil -, como estabelecemos uma nova concepção de Reforma Agrária. Muito mais ampla do que apenas democratizar o acesso a terra e extinguir o latifúndio. Nossa luta construiu na prática a democratização do acesso à educação, à saúde, à comunicação e à própria efetivação da democracia (p. 02).

- ✚ Organização: é um grupo de atuação nacional, que apresenta a seguinte estrutura: Congresso Nacional, Coordenação Nacional, Direção Nacional, Encontros Estaduais, Coordenação Estadual, Direções Estaduais (esta mesma organização é reproduzida nas regiões e nos locais de assentamento). O Congresso Nacional ocorre de 5 em 5 anos, nele se define as grandes linhas do MST para os próximos 5 anos. A Coordenação Nacional se reúne de 2 em 2 anos e a Direção Nacional se reúne periodicamente, sendo composta por uma mulher e por um homem de cada estado brasileiro. O MST reúne mais de 12 mil pessoas, havendo hoje 100 mil famílias em acampamentos do MST, já tendo sido organizadas pelo MST, nos seus 25 anos, mais de 300 mil famílias.
- ✚ Financiamento: não há um “caixa central”, sendo a lógica de financiamento uma lógica descentrada, composta por auto-financiamento dos assentados e por aqueles que

as fazendas que têm origem na grilagem de terras públicas, como acontece, por exemplo, no Pontal do Paranapanema e em Iaras (empresa Cutrale), no Pará (Banco Opportunity) e no sul da Bahia (Veracel/Stora Enso). São áreas que pertencem à União e estão indevidamente apropriadas por grandes empresas, enquanto se alega que há falta de terras para assentar trabalhadores rurais sem terras (não paginado).

vão fazer uma ocupação (só depois da ocupação realizada é que os ocupantes se organizam para conseguir direitos sociais); convênio com o governo (para prestação de serviços que o governo deveria prestar, mas que no governo FHC, diante do sucateamento dos serviços de saúde, educação, assistência técnica, foram terceirizados para ONG); solidariedade da sociedade: igreja (manutenção de sedes), entidades internacionais (processos de educação e formação política).

2.2.8 Negras Ativas (NA)

✚ Constituição: surge em 2003 com o objetivo de empoderar mulheres negras, jovens, de periferia e favelas, sendo as bandeiras raciais, feminista e da juventude centrais ao grupo. As primeiras militantes, dentre as quais se encontrava Flávia (NA), já haviam sido integrantes de grupos mistos do movimento negro (Movimento Negro Unificado; Agente Pastoral Negro), tendo optado por fundar o grupo Negras Ativas, no intuito de criar um grupo específico de mulheres negras jovens para debater suas bandeiras de luta, na busca de ter mais autonomia na organização de suas ações. Entretanto, suas integrantes ressaltam que a criação do grupo não significou a não tentativa de se construir a discussão sobre mulheres negras jovens de periferia e favela no interior de grupos mistos do movimento negro. Contudo, apontam a presença do machismo e do adultocentrismo nos grupos mistos. Também apontam dificuldades na construção de debates sobre a especificidade das mulheres negras no movimento feminista, não tendo conhecimento de grupos feministas, em Belo Horizonte, na época de criação do Negras Ativa. Entretanto, atualmente, têm se aproximado de grupos como a Marcha Mundial das Mulheres.

No início, o grupo concentrava suas ações em torno das mulheres do Hip Hop. Com o tempo, passou a observar a importância de atuar em outros espaços não formais ou institucionais da luta política – como organização de ações comunitárias, rodas de conversa -, bem como ocupar alguns espaços mais institucionais e formais já ocupados por militantes de gerações anteriores (Conferências, Conselhos, por exemplo). Cássia entrou no grupo em 2006, na mesma época em que Negras Ativas, junto com outros grupos de mulheres da região metropolitana de BH, organizaram o grupo Atitude de Mulher, a fim de dar visibilidade às mulheres dos movimentos culturais da região metropolitana de BH. Cássia já participava de um grupo que apresentava como foco a

discussão sobre igualdade racial; neste grupo, entretanto, encontrava dificuldade em discutir a especificidade da mulher negra. A integrante mais recente do grupo já participava anteriormente no movimento Hip Hop.

- ✚ Bandeiras que aglutinaram o grupo: anseio de organizar um grupo específico de mulheres negras jovens de periferia e favela, que possibilitasse espaço para se debater demandas de mulheres negras jovens de periferia e favelas.
- ✚ Organização: é um grupo de atuação regional (região metropolitana de Belo Horizonte), composto por um pequeno número de militantes, atualmente cinco mulheres negras da periferia/favelas de BH. Afirma priorizar ações em espaços mais informais e menos institucionalizados, apesar de também transitar por estes espaços (Conferências, Conselhos).
- ✚ Financiamento: apresenta dificuldades referentes à escassez de recursos financeiros e estruturais, visto que não possui financiamento permanente, apenas financiamentos pontuais. Considera que uma dificuldade de captação de recursos financeiros decorre do fato de não possuir CNPJ, condição necessária muitas vezes para se participar de editais. Afirma que, há cinco anos, tem discutido internamente sobre o grupo se tornar uma ONG, mas apresentam receio quanto a esta institucionalização do grupo. As integrantes informaram como fontes de financiamento do grupo: Fundo Ângela Borba; Fundação Friedrich Ebert; produção de materiais para venda; prestação de serviços.

Capítulo 3

Construindo a mudança social: movimentos sociais e seus vínculos

Neste capítulo focaremos no diálogo entre a Teoria Democrática Radical e Plural e duas das quatro categorias consideradas importantes de se analisar nesta pesquisa: *bandeiras de luta* e *construção de vínculos entre os movimentos sociais*. Estas categorias permitem compreender tanto as reivindicações que têm sido construídas pelos diferentes grupos entrevistados, bem como as formas de vínculos que têm sido estabelecidas ou desejadas por estes diferentes grupos na construção da mudança social. Neste sentido, apontam tanto para o reconhecimento da *negatividade* da hegemonia quanto para uma reconfiguração do campo social.

Diferentes entrevistados ressaltam a reivindicação pela construção de um novo modelo de sociedade, baseado na concepção de “projeto popular”⁴⁸, como elemento fundamental para a luta política. Este modelo encontra-se pautado na importância da organização popular (mobilização social daqueles reconhecidos como subcidadãos) e, apesar de não negar as lutas por via institucional⁴⁹, considera estas como insuficientes na construção de conquistas em direção a uma sociedade justa e igualitária.

Além disso, a construção deste modelo requer alterações na lógica econômica, uma vez que exige uma reconfiguração na distribuição de renda e de bens e serviços (moradia, educação, saúde, terra, trabalho, etc.) no país, considerando a democratização econômica como um elemento importante de justiça social. Contudo, não se pauta na unilateralidade da luta econômica, no sentido em que aponta para a insuficiência desta na promoção da mudança

⁴⁸ A concepção de “projeto popular” está pautada na unidade entre classe operária e classes populares, juntamente com o apoio de setores da pequena burguesia, na busca de se construir um bloco contra-hegemônico para disputar a hegemonia da sociedade, sendo salientada a importância da organização popular. Esta concepção é ressaltada, sobretudo, pela AP-MBH e por movimentos sociais que fazem parte desta, devendo-se lembrar que a construção do “Projeto Popular para o Brasil” é um elemento fundamental à constituição da Assembléia Popular. Contudo, a concepção de projeto popular também se faz presente nas entrevistas dos grupos que não são membros da AP-MBH (CUT, NA, ABGLT), sendo enfatizada a necessidade de construção de vínculos entre os diferentes movimentos sociais e a necessidade de se compreender lógicas de opressão que não se reduzem ao âmbito da produção e à dimensão econômica da luta política, no enfrentamento às diferentes formas de desigualdade e exclusão. O entrevistado da CUT faz referência à CUT ser parte da construção do projeto democrático popular construído em torno do PT, na década de 1980, projeto este que a Assembléia Popular considera enfraquecido na atualidade, sendo esta uma razão de se construir o “Projeto Popular para o Brasil”.

⁴⁹ Ações pautadas na via eleitoral, na ocupação de cargos no Estado, na criação de instâncias estatais como Secretarias, Coordenadorias relativas a pautas de movimentos sociais específicos, na participação em Conselhos e Conferências de Políticas Públicas.

social, exigindo o reconhecimento da legitimidade e da necessidade de se alterar sistemas opressivos baseados em hierarquias sexuais, raciais; de se lutar pelo reconhecimento dos subcidadãos como sujeitos que possuem direito a ter direito⁵⁰; de abarcar a dimensão ambiental no interior de um novo modelo de desenvolvimento econômico. Assim, o modelo de sociedade baseado na concepção de “projeto popular”, salienta a necessidade de se estabelecer vínculos entre diferentes movimentos sociais, de modo a se lutar contra distintos sistemas de desigualdade e exclusão.

Neste sentido, se o capitalismo é compreendido por todos os entrevistados como um adversário fundamental à efetivação de um projeto popular, o enfrentamento a diferentes sistemas opressivos é abordado pelos entrevistados - sendo enfatizado, sobretudo, o sistema patriarcal - bem como salientam a importância de se considerar a dimensão ambiental no quadro de mudança social.

Os entrevistados do MST ressaltam a defesa pela emancipação e libertação das mulheres, e a reconfiguração do modelo de desenvolvimento a partir da ênfase na agroecologia e não no agronegócio⁵¹.

A entrevistada da MMM concebe o patriarcado como um sistema hierárquico transversal ao sistema capitalista, sendo este dependente do trabalho reprodutivo, garantindo às mulheres a escassez de autonomia sobre o seu corpo e uma inserção subjugada no espaço público e produtivo, bem como enfatizam a luta pela soberania alimentar, posicionando-se

⁵⁰ Cabe lembrar a redefinição da noção de cidadania proporcionada pelos movimentos sociais contemporâneos, apresentada por Dagnino (2000), e a resignificação das demandas populares como a construção de um direito e não como um pedido de favor ou caridade, presente na organização dos movimentos populares brasileiros desde a década de 1970, a partir da matriz discursiva da Teologia da Libertação (SADER, 1988). Estas reconstruções discursivas podem ser observadas em documentos dos grupos entrevistados para esta dissertação, em afirmações como: “O Título saiu porque o povo se uniu! Não se trata de favor, mas de direito!” (Documento “MTD no conjunto Jardim Felicidade conquista títulos de moradia!” - ANEXO II MTD, não paginado); “é importante que o território (comunidades, ocupações etc.) tenha nas Brigadas Territoriais uma referência, que vejam na organização uma importante ferramenta para a transformação da realidade e não um grupo “pessoas boas” voltadas para a assistência ou caridade” (Documento “Estrutura organizativa das Brigadas Populares” - ANEXO I BP-).

⁵¹ No “Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (maio 2009)” – ANEXO III MST -, o agronegócio é definido pela Direção Nacional do MST como um modelo de agricultura que

se baseia em grandes lavouras extensivas. Cada fazenda se especializa num produto, na forma de monocultivo, da cana, café, soja, milho, algodão, cacau... Todo o processo é muito mecanizado. Expulsam a mão de obra e agridem o meio ambiente com a utilização de agrotóxicos para manter a escala de produtividade. É uma agricultura sem agricultores. Uma agricultura que está preocupada apenas em produzir lucros e não comida. E, assim, o Brasil se transformou no maior consumidor mundial de venenos na agricultura (p. 02).

Diferente deste modelo, a agroecologia é compreendida pelo MST como um modelo que leva em conta fatores ambientais, a diversidade de cultivos e a agricultura familiar.

contrariamente ao modelo do agronegócio e do monopólio das transnacionais na produção de alimentos.

O grupo NA salienta a necessidade de se alterar as hierarquias sexuais, raciais e adultocêntricas, reconhecendo que a alteração do sistema econômico não garante a alteração nestes outros sistemas, a fim de que se reconheça a legitimidade de uma pluralidade de sujeitos políticos na cena pública, possibilitando uma inserção e participação equânime dos mesmos.

A BP se afirma como uma organização classista e compreende o patriarcado como uma das dimensões centrais a ser enfrentada para a construção de outro modelo de sociedade, não se restringindo à luta econômica.

O MTD concebe as lutas feminista, racial, LGBT como lutas democráticas e, assim, importantes de serem consideradas na promoção de uma sociedade socialista, também não se restringindo à luta econômica.

O entrevistado da CUT aponta para o fato de que, desde os primeiros anos, esta Central Sindical reconhece a luta feminista, LGBT, da juventude como lutas pela democratização da sociedade e, assim, necessárias ao processo de mudança social. Além disso, aponta a necessidade de um modelo de desenvolvimento integrar a dimensão econômica, a dimensão social e a dimensão ambiental, de maneira a compreender que este modelo deve se pautar na sustentabilidade destas e não no predomínio do lucro.

Além disso, a AP se constitui exatamente no intuito de construir vínculos entre diferentes atores sociais, de modo a integrar bandeiras distintas e elaborar o Projeto Popular para o Brasil, reconhecendo que a mudança social não se reduz à luta econômica.

A representante da ABGLT ressalta a necessidade de se integrar diferentes dimensões na luta política e construir projetos que visem a luta contra a homofobia, de modo a possibilitar a democratização de diferentes âmbitos sociais (escola, mercado de trabalho, saúde, etc.).

As principais bandeiras apontadas, e sob as quais se observa uma similaridade entre diferentes grupos, são: a) a ampliação de direitos sociais como acesso à moradia, sendo necessárias a reforma urbana e a reforma agrária – ademais, o MST e o NA abordam a luta quilombola pela demarcação das áreas quilombolas pelo Estado -; acesso à educação e a saúde de qualidade; construção de programas pelo Estado, como a tarifa social de energia; cumprimento dos direitos trabalhistas; b) a reestruturação do modelo energético para o Brasil,

como a luta pelo Pré-Sal⁵² e a necessidade de se pensar formas mais sustentáveis de produção de energia; c) a reconfiguração da dimensão ambiental no interior de um modelo de desenvolvimento, tanto no que se refere à pauta da agroecologia - modelo para o campo contrário ao modelo do agronegócio - quanto no que tange a pauta da soberania alimentar e da preservação do meio ambiente; d) ao enfrentamento do machismo, da homofobia, do racismo, como processos de democratização da sociedade; e) à construção de um projeto popular, o que aponta para a compreensão da importância de se romper com a fragmentação entre os movimentos sociais, ocorrida nas últimas décadas no campo dos movimentos sociais, reconhecendo os diferentes entrevistados que esta fragmentação é prejudicial para a luta política da esquerda, na medida em que enfraquece as possibilidades de enfrentamento destes movimentos.

Contudo, a integração de diferentes bandeiras na luta dos diferentes movimentos sociais não ocorre de modo simples, sendo ressaltado, sobretudo nas entrevistas com o MTD e com a BP, por exemplo, a compreensão de que, se, por um lado, as bandeiras dos “novos” movimentos sociais devem ser consideradas como importantes em todo projeto de mudança social, por outro lado, necessitam, para tanto, de apresentar um “recorte de classe”, ou seja, ter como “horizonte estratégico” a superação do capitalismo; caso contrário acabariam por se reduzir a lutas “atomistas” que não possibilitam a construção da mudança social. O que aponta para a tensão decorrente da politização de diferentes formas de desigualdade e exclusão na construção da luta política: como construir vínculos entre diferentes sujeitos políticos, de modo que estes não se dissipem na experiência das identidades, caindo no risco dos particularismos, mas não se percam na afirmação de uma universalidade que negue a liberdade em nome da igualdade.

Tendo consciência deste desafio que buscamos discutir as possibilidades de vínculos entre os movimentos sociais, a partir da noção de articulação apresentada pela Teoria

⁵² A campanha de luta em torno da defesa do Pré-Sal (região em que a Petrobrás descobriu grande quantidade de petróleo) foi nomeada “O Petróleo tem que ser nosso”, sendo as reivindicações as seguintes:

Fim do modelo de concessão e das rodadas de licitação dos blocos petrolíferos. Monopólio do Estado na exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural no Brasil, através de uma Petrobrás 100% pública. Controle social da destinação dos recursos gerados pela produção de petróleo e gás natural, através de instrumentos que garantam ao povo brasileiro os benefícios destas riquezas. Reincorporação à Petrobrás das atividades de operação e construção de dutos, terminais marítimos e embarcações para o transporte de petróleo, derivados e gás natural, acabando com a segregação imposta pelo Artigo 65 da Lei 9478/97, que resultou na criação da Transpetro S.A. (Documento “O Petróleo tem que ser nosso” – ANEXO IV LC).

Democrática Radical e Plural e por uma diferenciação destes vínculos entre o que denominamos “estratégia de articulação” e “estratégia de aliança”.

3.1. Construção de vínculos entre os movimentos sociais

Os vínculos entre movimentos sociais foram trabalhados, a partir da sua divisão, em dois tipos: “estratégia de articulação” e “estratégia de aliança”. Compreendendo o conceito de “articulação” como o estabelecimento de uma relação de equivalência entre *elementos*, “de modo que a identidade de cada um é modificada como resultado da prática articulatória” (LACLAU & MOUFFE, 1985, p. 105, tradução nossa), consistindo esta prática na construção de pontos nodais que parcialmente fixam sentido no interior do campo da discursividade (LACLAU & MOUFFE, 1985), utilizamos este conceito para tratar apenas de uma das duas formas de vínculos observadas nos relatos dos entrevistados: para a forma de *estratégia de articulação*. Para a outra forma, utilizaremos o termo “aliança”, concebendo-o como vínculos em torno de bandeiras específicas entre os movimentos sociais na construção de ações conjuntas, sem que isso implique, necessariamente, numa relação de equivalência entre os grupos.

Esta distinção é feita no sentido de enfatizar que se a *estratégia de articulação* diz respeito à construção de um “nós” (como relação de equivalência) entre os diferentes movimentos sociais, produzindo-se, assim, uma ressignificação da identidade de cada um destes movimentos e a identificação de um centro em torno do qual se construir um projeto contra-hegemônico; a *estratégia de aliança*, apesar de também se pautar no estabelecimento de vínculos entre diferentes movimentos, diferencia-se da subcategoria anterior, já que seu foco de ação não se encontra na localização de um centro comum da luta política que divide o campo social em dois blocos hegemônicos, mas na tentativa de fortalecer bandeiras específicas dos movimentos sociais presentes na relação, sem que com isso, necessariamente, ocorra uma ressignificação da identidade de cada um dos movimentos.

Ressalta-se que estas alianças podem contribuir, mesmo que parcialmente, para a construção da utopia⁵³ de um “outro mundo possível”, ou seja, para a construção de um

⁵³ Utopia é entendida neste trabalho não como sinônimo de ilusão, nem como pautada em categorias abstratas e pré-determinadas, mas sim como um horizonte que se constrói em termos das possibilidades oferecidas no presente, a fim de se lutar para a afirmação daquele horizonte como um futuro concreto. Tal compreensão baseia-se em considerações como aquela de Laclau e Mouffe, referente à criação de uma nova positividade do social por aqueles em condição de subordinação, sendo esta positividade decorrente do reconhecimento pelos mesmos da negatividade da hegemonia sedimentada e da construção de uma luta contra-hegemônica,

projeto contra-hegemônico, ao possibilitar conquistas parciais para os movimentos sociais; ao colaborar para o fortalecimento e para a legitimidade de bandeiras políticas a serem reconhecidas na significação do projeto contra-hegemônico; ao favorecer um reconhecimento mútuo entre diferentes movimentos, proporcionando uma compreensão mais ampla sobre a negatividade da hegemonia. Deste modo, ao invés de se compreender estes dois tipos de vínculos como opostos, eles podem ser mais bem entendidos como modos complementares de se construir a mudança social. Assim, a estratégia de aliança não apresenta um sentido, *a priori*, pejorativo no que tange à luta política, podendo vínculos constituídos em torno dela contribuir para a constituição de lógicas de equivalência.

Neste sentido, a entrevistada da MMM, por exemplo, considera que existe uma relação bidirecional entre estratégia de aliança e estratégia de articulação na construção da luta política: por um lado, a construção de alianças permite aprofundar pautas comuns entre os movimentos sociais, na medida em que focos distintos, relativos a uma mesma bandeira, podem ser compartilhados; possibilita que bandeiras específicas de cada um dos movimentos sociais aliados sejam reconhecidas por outros movimentos sociais, ainda que em uma ação pontual, e, assim, fortalecidas; propicia condições de troca de experiências de luta entre os movimentos, auxiliando a construção de um projeto comum de luta política; por outro lado, a estratégia de articulação constrói uma alternativa comum de sociedade, na qual novos grupos possam se integrar a fim de fortalecer a luta contra-hegemônica.

A complementariedade entre estas duas formas de vínculos também pode ser observada no posicionamento do entrevistado da CUT de que, provavelmente, a concepção de mudança social para a CUT não inclui a luta armada, a tomada do poder, mas certamente a radicalização da democracia, sendo importante o acúmulo de conquistas parciais. Também pode ser observada na compreensão de Bernadete (AP-MBH), de que a mudança social ocorrerá através do trabalho de base e da conquista de reivindicações específicas, e não de uma ruptura radical. E ainda nas considerações do grupo NA e da ABGLT, de que a mudança social deve ser entendida como um processo contínuo de luta, devido à impossibilidade de se

caracterizada não por uma ruptura radical com a sociedade existente, mas pela radicalização do princípio de igualdade e de liberdade, decorrentes da revolução democrática do século XVIII, buscando na insatisfação com o presente afirmar alternativas de sociedade a partir das próprias condições existentes; ou como aquela de Boaventura Sousa Santos (2002), relativa às noções de sociologia da ausência e sociologia da emergência, a partir das quais o autor ressalta ser fundamental para pensarmos um projeto futuro de sociedade ampliarmos o presente, de modo a focarmos ações que têm sido desenvolvidas neste tempo, e contrair o futuro, de maneira que o imaginemos não a partir de conceitos abstratos, mas através das ações do presente. Ou ainda, como aquela de François Houtart (2006), de que o conceito de utopia deve ser entendido como aquilo que apesar de não existir hoje, poderá ser realidade amanhã, devendo ser uma construção coletiva e permanente.

romper plenamente com relações de poder (NA), ou devido à politização de novas relações sociais pelas gerações futuras (ABGLT). Na colocação de Bruno (MTD), sobre a importância do acúmulo de forças e de vitórias reais, mesmo que parciais, para a promoção da mudança social.

A preocupação em se construir vínculos entre os diferentes movimentos sociais - visto que a fragmentação entre os mesmos é compreendida por todos os entrevistados como um elemento enfraquecedor na conquista das bandeiras de luta - é muito influenciada por uma conjuntura atual: a crise econômica mundial que emergiu no final do ano de 2008, a qual, por decorrer de um colapso interno ao sistema hegemônico, é compreendida como uma possibilidade de fortalecimento de outra alternativa de sociedade.

3.1.1. Estratégia de Articulação

Esta estratégia de vínculo entre movimentos sociais caracteriza-se pela articulação destes em torno de um projeto político que ressignifique⁵⁴ as especificidades dos diferentes movimentos - o que poderíamos compreender como um “ponto nodal” - de modo a minimizar as possibilidades de significação do campo da discursividade, ou seja, as alternativas de significação do social, constituindo um bloco contra-hegemônico na disputa com a hegemonia até então sedimentada.

De acordo com Pinto (1999),

o sucesso do projeto hegemônico se traduz na capacidade de articular em uma cadeia de equivalências um conjunto de lutas dispersas. Esta absorção mútua não é simplesmente uma adição que conserva conteúdos originais [neste caso, nesta dissertação afirmariamos que isso se trataria apenas de estratégia de aliança] [...] Aí talvez resida a maior dificuldade na construção de novos projetos democráticos-hegemônicos: abrir mão de identidades protegidas ou reformular demandas que se tornaram canônicas em certos movimentos (p. 90-91).

Uma representação sintética do que definimos como *estratégia de articulação* poderia ser:

⁵⁴ Cabe lembrar que a construção de um ponto nodal não significa o fim da particularidade dos antagonismos democráticos que se articulam em torno dele, contudo, implica uma ressignificação da identidade de cada um destes antagonismos (Cf. LACLAU & MOUFFE, 1985).

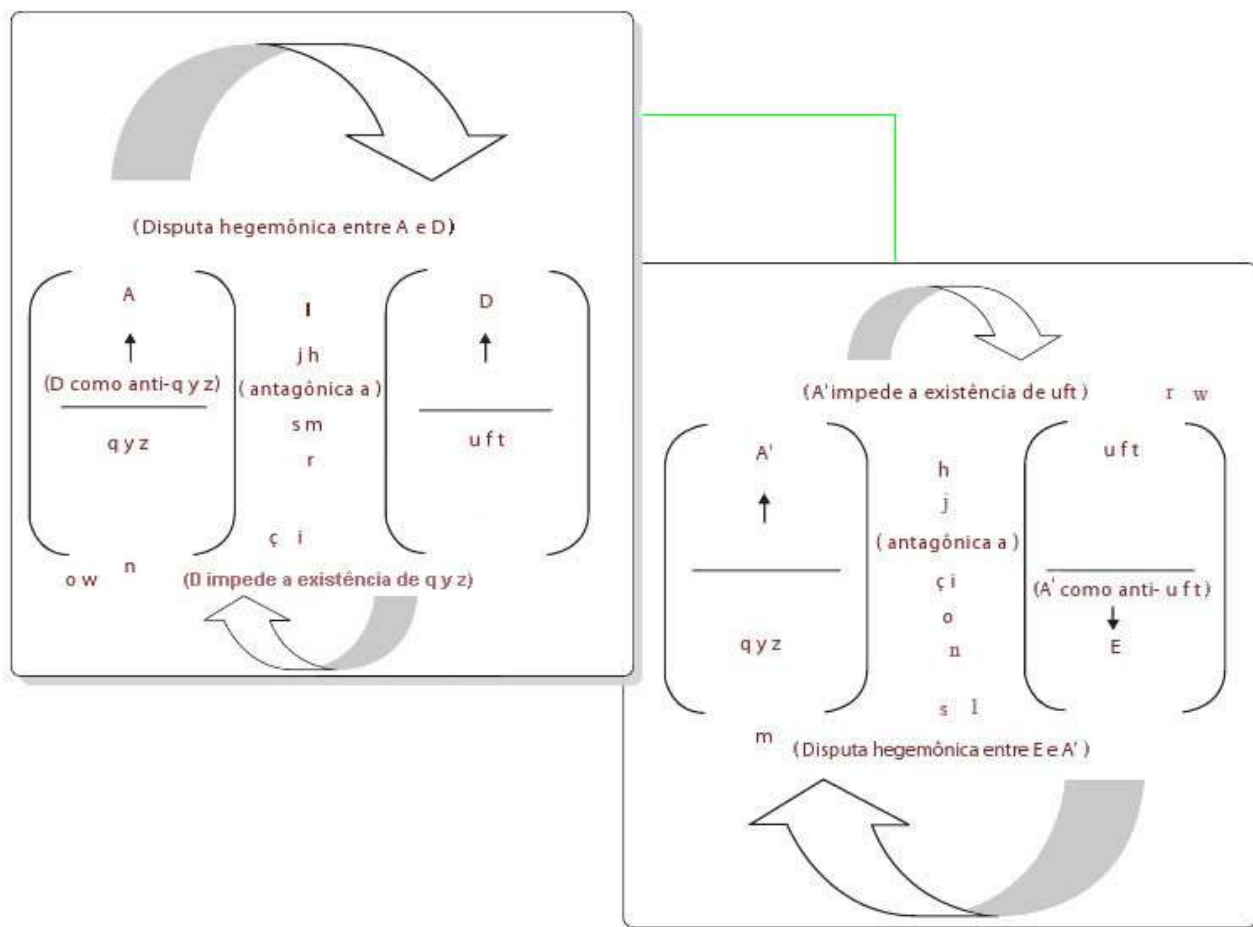


FIGURA 1 – Estratégia de Articulação

Nesta figura, as letras maiúsculas (A, D, A', E) representam projetos hegemônicos (conjunto de práticas e discursos que, para se sustentar, precisa excluir outras possibilidades de existência) e as letras minúsculas, internas à chave, antagonismos específicos que se encontram articulados numa cadeia de equivalência (“*momentos*”). As letras minúsculas externas às chaves remetem-se a *elementos* do Campo da Discursividade (representado pelo retângulo que engloba as chaves e o que está para fora das chaves). A linha verde que liga os dois quadros da figura 1 diz respeito ao êxito do projeto contra-hegemônico A sobre a hegemonia D. Assim:

- 1) No quadro à esquerda, observa-se que A é construído num processo de antagonismo dirigido a D, a partir do reconhecimento de D (projeto hegemônico) por q, y e z, como aquele que nega a existência de ambos (“negatividade” da hegemonia), sendo D visto como “anti-q y z”, ou seja, como uma objetividade parcial. Este

reconhecimento de D como não-universal (“momento de reativação”) é o que permite a construção da equivalência entre q, y e z, constituindo, desta forma, A (nova “positividade” do social).

2) A, ao conseguir ser um projeto exitoso na disputa hegemônica com D, se constitui como uma nova objetividade que tenta continuamente se afirmar universal (quadro à direita). Contudo, como D fizera anteriormente, para A se colocar como universal necessita excluir outras possibilidades de existência e incorporar cada vez mais novos *elementos* no interior da hegemonia. Por isso A, após o êxito, é representado como A', já que necessita promover deslocamentos contínuos no Campo da Discursividade para se fazer hegemônico. Desta maneira, aqueles que são subordinados, diante de determinadas contingências, reconhecem, como fizeram q, y e z anteriormente, A' como aquele que nega a existência de ambos, compreendendo A' como anti- subordinados (anti-u f t), desnaturalizando a condição de universalidade deste projeto e constituindo, desta maneira, o projeto E para disputar a hegemonia com A'.

Utilizamos E, e não D, assim como A', e não A, exatamente para realçar a dinamicidade das relações sociais; na disputa entre hegemonia e contra-hegemonia, *elementos* (letras minúsculas que se encontram fora das chaves na figura 1) e cadeias de equivalência alternativas à cadeia hegemônica ou contra-hegemônica (cadeias que se constituem a partir da articulação entre demandas existentes na cadeia equivalencial contra-hegemônica e demandas que fazem parte da hegemonia dominante) existentes no Campo da Discursividade precisam ser considerados, já que também impedem a plenitude dos projetos hegemônicos. Os primeiros (*elementos*) podem ser assimilados pelos projetos hegemônicos, através da lógica da diferença; além disso, podem construir vínculo com *momentos* de cadeias de equivalência existentes, alterando a configuração das mesmas. As cadeias de equivalência alternativas podem se constituir antagônicas aos projetos hegemônicos, disputando o significado que visa fundamentar a “universalidade” da objetividade social⁵⁵. Portanto, os projetos hegemônicos encontram-se em constante instabilidade, sendo precários e contingentes.

Para Laclau e Mouffe (1985), o “conteúdo equivalente” sob o qual se dá a prática articulatória se define pela significação de todos os traços positivos de um adversário, em sua

⁵⁵ Discutiremos estes deslocamentos que impedem a plenitude dos projetos hegemônicos no capítulo 4 desta dissertação, servindo os mesmos como formas de resistência hegemônica.

oposição aos grupos subordinados, como traços contrários a existência destes grupos subordinados, sendo o adversário constituído discursivamente como anti-subordinado (“anti-q y z”; “anti-u f t”). Assim, a identidade do adversário é representada de maneira puramente negativa⁵⁶, visibilizando sua contingencialidade (“momento de reativação”). Desta forma, a relação de equivalência não ocorre por uma determinação plena subjacente a todos os traços que buscam afirmar a presença dominante do adversário, e nem pela referência comum dos grupos subordinados a alguma coisa tomada positivamente. Decorre do fato de que a prática articulatória não se dá por uma relação entre pólos plenamente constituídos. Somente existe articulação diante do ato de subversão do caráter diferencial dos termos antagônicos, ou seja, da demonstração da precariedade final de toda diferença, já que a relação equivalencial mostra o que cada um destes pólos não é⁵⁷. O que não significa, segundo Laclau e Mouffe (1985), a banalidade de se afirmar que ser “A” implica não ser “B”, mas que, se por um lado, o pólo dominante é aquele que impede a existência dos grupos subordinados, não podendo estes serem uma presença plena para si mesmos, por outro lado, a lógica do antagonismo, através da equivalência, revela também que o pólo dominante nunca poderá ser uma objetividade plena, pois é transbordado por uma pluralidade de sentidos existentes no campo da discursividade, dando uma “real existência para a negatividade” (LACLAU & MOUFFE, 1985, p. 128-129, tradução nossa), visibilizando as possibilidades a todo tempo excluídas pelo sistema hegemônico para se sustentar.

Assim, uma prática articulatória contra-hegemônica só se constitui no estabelecimento da relação de equivalência elaborada na confrontação com forças antagônicas (práticas articulatórias hegemônicas), que estão em constante redefinição, pois não se estabelecem como pólos positivos, mas na presença da subversão do caráter necessário de cada uma, diante da evidência da contingencialidade de ambas. Com isso, a relação entre hegemonia e contra-hegemonia não se caracteriza por ser uma relação objetiva de fronteiras, mas como uma subversão recíproca daquelas posições: é a partir do reconhecimento da *negatividade* do pólo dominante que os diferentes antagonismos democráticos, que se articulam na formação de um projeto contra-hegemônico, se estabelecem como a alternativa de um “outro mundo

⁵⁶ A noção de “negatividade” ou de “positividade” não diz respeito a um valor (ruim e bom), mas sim, se ligam, respectivamente, ao momento de reativação do campo político, sendo visualizada a condição contingente e precária da hegemonia; e, ao momento de sedimentação do campo social, sendo uma alternativa de sociedade afirmada como alternativa à ausência reconhecida na hegemonia até então sedimentada, buscando-se hegemônizar como a plenitude (impossível) da ordem social. Ver discussão do item 1.2 desta dissertação.

⁵⁷ Por este motivo os pólos representados na figura 1 se encontram entre chaves e não no interior de um círculo, pois nunca se configuram como identidades plenas, se constituindo cada um a partir da existência de um exterior (“eles”) que se nega sua existência, ao mesmo tempo, é o que lhe permite emergir como uma identidade, sendo esta, assim, sempre não-saturada.

possível”, pleiteando ser a universalidade do social. Tal condição, no entanto, é impossível de ser alcançada, pois, assim como a formação hegemônica, a alternativa contra-hegemônica também nunca será plena, sustentando-se na exclusão de outras possibilidades e, portanto, sendo sempre ameaçada por isso que a impede de existir.

Laclau e Mouffe (1985) apontam, ainda, que é importante para o estabelecimento da relação de equivalência que cada antagonismo democrático emerge em oposição a um conjunto sobredeterminado⁵⁸ de práticas e discursos que criam diferentes formas de subordinação a um grupo específico de sujeitos políticos, e não em oposição a simples referentes empíricos – homem, branco, heterossexual, etc. Esta necessidade decorre do fato de que, do contrário, haverá dificuldades de articulação entre estes antagonismos, pois cada um ignorará a especificidade do espaço político em que outros antagonismos emergiram. Este apontamento decorre da concepção de Laclau e Mouffe (1985) de espaço político, que o entendem como constituído por uma multiplicidade de práticas que, para se manterem como plenas, criam diferentes exclusões, existindo, assim, múltiplos espaços políticos. Por exemplo, “o espaço político de emergência da luta feminista se constitui no interior do conjunto de práticas e discursos que criam as diferentes formas de subordinação da mulher” (LACLAU & MOUFFE, 1985, p. 132, tradução nossa), devendo aquela luta se dirigir contra este conjunto de práticas e discursos e não contra o referente empírico “homem” (o homem enquanto realidade biológica). Do contrário, haverá dificuldades em situações como naquelas em que se faz necessário se contrapor a práticas e discursos que acarretam na subordinação de homens e mulheres, como a luta pela liberdade de expressão ou a luta contra a monopolização do poder econômico.

Diante destas considerações, observam-se, nas entrevistas, relatos que se aproximam da noção de articulação, apesar de estes relatos estarem pautados mais no desejo de construí-la do que na já concretização desta prática.

⁵⁸ Laclau e Mouffe (1985) retomam o conceito de *sobredeterminação* da obra de Althusser, sendo a psicanálise e a lingüística os campos originais de formulação deste conceito. O conceito de *sobredeterminação* é definido por Freud, segundo os autores, como um tipo muito específico de fusão “que implica uma dimensão simbólica e uma pluralidade de significados. O conceito de *sobredeterminação* é constituído no campo do simbólico e não tem qualquer significado fora deste campo” (p. 97, tradução nossa). Segundo Laclau e Mouffe (1985), o significado potencial mais profundo do uso deste conceito por Althusser foi ter permitido afirmar que o social se constitui como uma ordem simbólica, o que implica na inexistência de uma literalidade última que o reduziria a momentos necessários de uma lei imanente. Assim, “não existem dois planos, um da essência e outro da aparência, já que não existe possibilidade de se fixar um sentido literal *último* através do qual o simbólico deva ser um plano de significação secundário e derivado” (p. 98, tradução nossa). Esta compreensão faz com que se negue qualquer essência à sociedade ou aos agentes sociais, sendo a regularidade destes decorrentes de formas precárias de fixação no interior de determinada ordem social.

Neste sentido, o MST aborda que diferente do que era a bandeira da reforma agrária no início da formação do movimento, baseando-se apenas na luta pela terra, hoje ela se configura como um modelo oposto ao modelo hegemônico de desenvolvimento para o campo (modelo que apresenta como um *momento* o agronegócio), devendo ser uma bandeira de todos os movimentos, do campo e da cidade, já que tal modelo hegemônico é aquele que impede a existência do camponês no campo - e assim o expulsa para a cidade -, mas impedindo também sua existência na cidade, já que, reduzido ao espaço da periferia e da favela, lhe são negados direitos sociais básicos como moradia, educação, saúde, trabalho.

Deste modo, aqui se observa a compreensão de uma unidade dos movimentos em torno de um projeto político não pela importância da conquista da reforma agrária como uma bandeira específica - o que se configuraria somente como uma “estratégia de aliança” -, mas pela referência de que a reforma agrária é um centro contra-hegemônico em torno do qual as lutas devem ocorrer, no sentido em que a afirmação deste projeto alternativo de desenvolvimento implica na possibilidade de existência da pluralidade de subordinados (no campo e na cidade). Assim, o ponto nodal estabelecido é significado na *negatividade* do modelo de desenvolvimento capitalista (compreendido como um modelo que, para se sustentar, depende da exclusão de camponeses e implica na exclusão de urbanos, não sendo nele possível a construção de direitos iguais), e *positivado* na alternativa de um modelo que permita camponeses e urbanos viverem dignamente. Portanto, a reforma agrária seria um ponto nodal para a democratização social, um “significante vazio” que permitiria articular diferentes movimentos sociais, na medida em que possibilitaria a luta pela existência dos camponeses e pela conquista de direitos – moradia, saúde, educação, etc. – nas cidades, pautando uma igualdade inexistente na conjuntura presente: o direito à dignidade pelos subcidadãos.

Esse negócio da estratégia é interessante de falar que cai naquilo que antes nós estávamos falando dos objetivos, das estratégias. A Edith citou também o êxodo rural, se você for vê na década de 40 você tinha 80% da população brasileira no campo e 20% na cidade, hoje se tem o inverso, 20% no campo e 80% na cidade e a tendência é você chegar nos níveis de São Paulo, é você ampliar o nível de São Paulo que é 9% da população do campo e 91% na cidade. Essa é a meta do capital. E esses nove que ficam no campo eles não ficam no campo com seus projetos não, eles ficam submetidos aos projetos das grandes transnacionais voltadas para exportação, eles estão lá no que eles chamam de parceria né e integração que é o seguinte: o cara produz frango, mas não é pra ele, ele nem pode comer o frango, se ele comer o frango ele paga multa. Ele faz todo o frango pra vender para uma dessas aí, sadia e etc. Ele produz soja pra vender, ele só produz uma coisa também, ele não pode diversificar não, se ele produz fruta é para indústria de processamento e nisso eles tem o domínio. Por isso que é estratégia pra gente do que vocês estão pesquisando aí do que é estratégia se aliar com todos os povos tradicionais que defendem o

território, a luta é por território. Existe uma ofensiva, eles têm que entrar para dentro do campo para fazer essas grandes plantações (Chumbinho, MST).

Mas, hoje, nesse atual momento, qual é a análise nossa do MST? A bandeira da Reforma Agrária tem que se tornar uma bandeira da sociedade brasileira. E aí qual que é a análise que a gente faz? Hoje, talvez quem vai sofrer menos com a crise, chamada superprodução do capital, mas vai além disso, é quem está na cidade. E esse fluxo do campo pra cidade, esse êxodo rural que foi muito rápido no Brasil, de fato ele hoje, nesse momento em que estamos vivendo de crise mundial, e aí a alimentação, a agricultura também sofre com isso, é que os camponeses são os que menos vão sofrer. Porque, no mínimo, eles vão ter condições de produzir pra comer, e quem está nas cidades? Se perde emprego, a gente perde a capacidade de sobrevivência no meio urbano, e que considerando é um contingente de número de pessoas muito grande. Então, para nós hoje a Reforma Agrária, o meio urbano hoje não apoderar disso enquanto saída, inclusive para própria crise, para o campo brasileiro, é, de fato, nós do MST só não vamos dar conta. Por isso que nós nos aliamos à Assembléia Popular no meio urbano. Estamos vindo também para o meio urbano, nós temos experiência no Paraná, em São Paulo com as Comunas da Terra, que é essa experiência que nós de Minas estamos criando (Edith, MST).

É tornar um pouco a alternativa das pessoas, esse processo que a gente vem dizendo aí do êxodo, foram enviados pra cá sem ter aquilo que foi prometido: o emprego, a moradia, a qualidade de vida, a saúde pública, educação, não tem nada disso. Foram feitas as favelas. Agora tem um novo projeto no programa do Kassab, que em Belo Horizonte a gente vê muito claro isso, que é de tirar tudo quanto é pobreza ali do hipercentro, nesse projeto Vila Viva, e manda pra periferia das grandes cidades. Os que estão lá no campo, como a Edith disse, a Reforma Agrária saiu da pauta do governo, é preciso limpar o campo pra chegada desses projetos de desenvolvimento dos grandes monocultivos aí, pra comodite e tal, então são enviados também. Então, essa faixa de periferia das grandes cidades ela tá explodindo de contradições, de exploração e a gente viu nesse processo de massificação dessa ocupação nossa (Ocupação Dandara⁵⁹), de 150 famílias que entraram tem 1500 hoje, 1000 acampadas, 500 na lista de espera. São famílias que não tão pedindo um pedaço de moradia somente, tão pedindo uma alternativa! de dignidade, são famílias que tão optando! pela dignidade, porque existem outras saídas pra elas também, existe a saída de colocar filho em sinal de trânsito, existe a saída também de mendigar, existe a saída da prostituição, existe a saída do tráfico de drogas, principalmente, para juventude. Mas são famílias que disseram que não! que não vão procurar essas saídas, que vão procurar saídas inclusive constitucional (Chumbinho, MST).

Outra aproximação com a noção de articulação proposta por Laclau e Mouffe (1985) pode ser observada no relato da MMM, ao compreender a necessidade de se considerar as lutas anti-capitalista e anti-patriarcal como transversais na construção da mudança social.

⁵⁹ Ocupação de uma área urbana na periferia de Belo Horizonte há mais de 30 anos sem nenhuma destinação e com uma dívida de IPTU próxima a 18 milhões de reais, da qual uma Construtora alega ser proprietária. A ocupação foi e é coordenada pelo MST, pela Brigadas Populares e pelo Fórum de Moradia do Barreiro, tendo se iniciado no primeiro semestre de 2009, já existindo hoje na área mais de mil famílias ocupadas. Esta ocupação é chamada de Ocupação Rururbana pelo fato de se encontrar numa área urbana, mas propor o desenvolvimento de uma produção agrícola no interior da área ocupada como forma dos ocupados produzirem renda em seu benefício, construindo uma aliança entre atores defensores da reforma urbana e da reforma agrária. O nome Dandara é em homenagem a uma liderança brasileira na resistência negra, tendo ela sido companheira de Zumbi dos Palmares (“Correio Brigadista 2009 – Boletim Especial” - ANEXO II BP).

Assim, a entrevistada aponta o horizonte da luta anti-capitalista como um projeto político coletivo a diversos movimentos sociais, mas ressignificando este horizonte no sentido de afirmar que ele deve se pautar numa luta anti-capitalista não-androcêntrica. Neste sentido, ela compreende que se o capitalismo acarreta na negação da existência dos pobres, já que nega direitos sociais a estes ao promover uma intensa desigualdade social; a mudança social não pode ocorrer na negação de outra “inexistência”, a das mulheres⁶⁰, devendo se considerar, na construção desta mudança, tanto o trabalho produtivo quanto o trabalho reprodutivo, bem como a reprodução dos valores que acarretam na subordinação das mulheres.

A lógica capitalista para se reproduzir, aponta a entrevistada, depende da divisão entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, sustentando, ao mesmo tempo, esta divisão: a discriminação às mulheres, já que são estas as “enjauladas” no espaço privado da reprodução, devido ao patriarcado; e a exploração do trabalhador, pois a produção da mais-valia no espaço produtivo depende de que exista alguém que se responsabilize pela reprodução da vida daquele trabalhador explorado no presente (o marido), e de futuros trabalhadores para serem explorados no futuro (os filhos).

É o que a gente que é feminista fala: “trabalhador e trabalhadora não para em pé se não tiver o que comer! quem lavar a roupa! quem fazer comida! e ter uma casa pra morar, um teto pra morar”. Então não adianta falar que só a produção que importa, reprodução do viver é extremamente necessária! (Entrevistada, MMM).

⁶⁰ É importante destacar que, segundo a entrevistada da MMM, o termo mulher é compreendido como uma identidade construída em oposição a uma lógica de subordinação às mulheres, decorrente de práticas e discursos como a divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, a afirmação de um papel social inferiorizado em diferentes espaços sociais, a exigência de um casamento monogâmico e heterossexual. Assim, reconhece a diversidade existente entre as mulheres (mulheres negras, mulheres brancas, mulheres camponesas, mulheres urbanas, mulheres indígenas, mulheres heterossexuais, mulheres homossexuais, mulheres em situação de prostituição, mulheres da classe trabalhadora, mulheres burguesas) e, desta forma, a multiplicidade de formas de opressão, mas afirma a possibilidade destas diferentes “mulheres” se identificarem em torno de uma identidade comum: como “mulher”:

Entrevistador: nesse sentido, pensando que também! na década de 80 o movimento feminista viveu um momento importante! que foi do questionamento da própria categoria mulher! você tem aí então a história das Mulheres do Terceiro Mundo. como que vocês pensam hoje a categoria mulher!?

[...]

Entrevistada (MMM): ela se trata disso! Da identificação do ser mulher via qual que é o papel que eu exerço na sociedade. Não é nem questão se eu tenho um peito! ou se eu tenho uma vagina! Ou se eu posso reproduzir ou não. É qual que é o papel, qual que é o papel social mesmo! o que que... o que que me coloca! nesse lugar de mulher? né! é o meu trabalho! é a minha família! é a minha escola! é a igreja! então, são esses instrumentos do Estado que me colocam nesse espaço de ser mulher. Então, é inclusive no fato da própria opção sexual. Então a pessoa se identificar como mulher para gente é uma categoria que tem um papel social! Então esse papel social ele sofre opressão, portanto, a gente se identifica enquanto mulher.

para gente não dá! pra lutar! só no espaço da produção, para gente o espaço da reprodução é muito importante! Então a questão do rompimento com o privado, para gente o privado também é político! então discutir aquela coisinha lá de quem divide o trabalho! dentro de casa? para gente isso é político! Isso reflete uma estrutura... social... e... então é um problema. Só que é um problema! que... é aquela coisa... se a gente enquanto movimento não pautar! nenhuma outra... né! entidade vai fazer isso. Então é um problema, mas é um problema naquele sentido a ser solucionado! [...] Então para gente os problemas são! aquilo que eu comecei a falar: é o rompimento com o patriarcado que, sem ele! o capitalismo não estaria tão desenvolvido. Não estaria tão... caminhando, por mais que esteja em crise, mas não estaria tão conformado. A classe trabalhadora não estaria tão bem encaixada. O operariado não estaria tão... bem... é... desvalorizado como é. Então, esses problemas eles continuam. Então, para gente...é... na questão da luta pela sobrevivência, então, o fato das mulheres não terem creche, por exemplo, pros seus filhos, impede que ela se organizem! Impede que elas tenham um trabalho que possa! investir na sua educação... impede que ela participe na associação de bairro... impede com que ela tenha uma atuação política na sua comunidade. Então, para gente é um outro problema... o que que impede isso né? É... que mais? É a questão da falta de autonomia sobre o próprio corpo, sobre a própria vida! A determinação de que mulher realizada é mulher bem casada! bem estudada! e bem dotada! saber cozinhar, lavar, passar e ser boa de cama. Isso, por mais banal que pareça, está cada dia mais incrustado assim, mesmo na juventude, a gente percebe (Entrevistada, MMM).

É diante da busca da construção de uma articulação entre os movimentos sociais que a MMM vai afirmar a importância de que estes movimentos reconheçam que a luta política está para além das fábricas, compreendendo que a classe trabalhadora não se reduz aos operários fabris, nem às reivindicações destes, englobando também homens e mulheres das lutas populares. Deste modo, o ponto nodal estabelecido é significado na *negatividade* do modelo de desenvolvimento capitalista, reconhecido como um modelo que, para se sustentar, nega a existência das mulheres e dos pobres, não sendo ele passível de promover direitos iguais; e *positivado* na afirmação de uma alternativa anti-capitalista não-androcêntrica, central na promoção de uma ampla democratização social, ao se pautar, assim como observado no MST, na afirmação de uma igualdade inexistente no presente, construída pela pluralidade de subordinados, não se constituindo somente como uma conquista específica no interior do próprio sistema.

Cuba é um exemplo de que não adianta só romper com o capitalismo. E a Europa é um exemplo de que não adianta ter capitalismo desenvolvido, porque a vida das mulheres é... o patriarcado da Europa e de Cuba tá lá, né! E pouco mexido! assim... pouquinho... alguma coisa, uma ou outra coisa está remexido aí pelas feministas que foram queimadas na história. Mas... tá... é uma coisa que...é isso, é um projeto de emancipação humana né! não é só das máquinas! não é só de ocupação das fábricas! Isso é essencial! Mas pra gente é... eu aprendi com umas companheiras da Argentina que é: “revolucionemos as casas! as praças! e as Câmaras!” Então não dá só para revolucionar o espaço público não. Acho que a gente precisa romper! inclusive o que que é público e o que que é privado para conseguir entender esse raio! de

machismo, de patriarcado, sistema que é esse que nos mantém tão enjauladas (Entrevistada, MMM).

A defesa deste projeto contra-hegemônico, anti-capitalista, não-androcêntrico pode também ser observado no documento “Marcha Mundial de las Mujeres 1998-2008 Uma década de luta internacional feminista” (ANEXO IV MMM):

Nossa posição como feminista no Fórum [Social Mundial] é evitar que as lutas de mulheres e a desigualdade de gênero sejam tratadas como uma questão de identidade. Desejamos expressar que as mulheres, as pessoas de cor, os homossexuais ou indígenas são cidadãos ativos da mudança global. Quais são nossos desafios comuns e que ações podemos coordenar para combater a ordem patriarcal, racista e capitalista, e criar opções para este outro mundo que nos comprometemos a construir? Declaramos firmemente que outro mundo não pode ser construído sem estas perspectivas diferentes coordenadas em um claro projeto político de mudança. Não falamos de integrar as mulheres na ordem atual, lutamos para mudar o mundo no sentido que seja uma sociedade justa para todas as mulheres (não somente para algumas) e para os homens, como expressa a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade (p. 37, tradução nossa).

Sendo que na “Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade”, presente neste mesmo documento, se explicita:

A Marcha Mundial das Mulheres da qual fazemos parte, identifica o patriarcado como o sistema de opressão às mulheres e o capitalismo como o sistema de exploração de uma imensa maioria de mulheres e de homens por parte de uma minoria. Estes sistemas se fortalecem mutuamente. Se fundamentam e se conjugam com racismo, sexismo, misoginia, xenofobia, homofobia, colonialismo, imperialismo, escravismo e trabalho forçado. Constituem a base dos fundamentalismos e integristas que impedem as mulheres e os homens serem livres. Geram a pobreza, a exclusão, violam os direitos humanos, particularmente os das mulheres e põem a humanidade e o planeta em perigo. Rechaçamos este mundo! Propomos construir outro mundo onde a exploração, a opressão, a intolerância e as exclusões não existam mais, onde a integridade, a diversidade, os direitos e liberdades de todas e todos sejam respeitadas (p. 61, tradução nossa).

A compreensão das mulheres como “excluídas dos excluídos”, considerando o patriarcado uma contradição fundamental de ser pautada em qualquer projeto de mudança social, também é visibilizada na entrevista com as Brigadas Populares:

A contradição que a gente prima pela superação dela é a do patriarcalismo, da relação, da dominação dos homens pelas mulheres, da estrutura monogâmica familiar de dominação do patriarca, do homem. Então isso coloca as mulheres numa situação, são as excluídas dos excluídos (Joviano, BP).

Bem como no documento “A linha política (maio 2008)” (ANEXO V BP) desta organização, no qual também se afirma a importância de se combater conjuntamente o capitalismo e o patriarcado na luta pela mudança social:

A situação vivenciada pelas mulheres na sociedade contemporânea não decorre da discriminação, mas da dominação. O problema fundamental, portanto, é que vivemos em uma sociedade patriarcal que, em sua fundação, não considerou a questão da mulher, ou, quando a considerou, o fez tomando-a como objeto. Trata-se de uma sociedade pautada pela supremacia masculina, sob a qual as diferenças de gênero são tornadas relevantes para a distribuição de benefícios, para desvantagem sistemática das mulheres. Gênero determinará uma diferenciação na dimensão da cultura, de modo que tudo o que é vinculado ao feminino será tratado como inferior, pior, não racional. Por outro lado, é também uma dimensão estruturante da economia, que implicará as diferenciações entre trabalho pago e trabalho doméstico não pago, funções mais e menos valorizadas, dentre outras. Desse modo, o feminismo que advogamos demanda uma transformação social profunda que requer, por um lado, a superação do modo capitalista de produção e, por outro, o fim do patriarcado. Embora haja um “casamento bem acertado” entre patriarcado e capitalismo, o patriarcado existe antes mesmo do capitalismo, como já demonstrou Engels. Por isso, concomitantemente à superação do sistema capitalista, é necessária a superação do patriarcado, promovendo-se uma transformação cultural que, de fato, implemente um princípio de igualdade entre homens e mulheres. Isso significa que os termos da nova sociedade devem ser fruto de deliberação ativa também das mulheres, como protagonistas desse processo. Mas essa transformação não é algo que virá em um determinado momento, razão pela qual devemos contribuir no debate e na intervenção nas seguintes linhas principais: i) combate à violência doméstica; ii) fim da divisão sexual do trabalho; iii) empoderamento das mulheres nos espaços políticos; iv) igualdade salarial entre homens e mulheres; v) garantia de direitos sexuais e reprodutivos, dentre outros (não paginado).

Estes relatos referentes ao MST e à MMM, aproximações da noção de prática articulatória, apesar de serem desejos a se realizar, não estando efetivamente concretizados, encontram-se na luta cotidiana dos grupos e permitem-nos reforçar a crítica à redução da luta dos movimentos sociais contemporâneos às lutas particulares, organizadas em torno da lógica da diferença.

É importante lembrar que a nova positividade do social, afirmada por um projeto hegemônico, não se encontra dada *a priori*. Assim, se estas aproximações apontam para possibilidades de nomear a “Coisa”, tal nomeação é sempre uma construção contingente à prática articulatória. Portanto, estas aproximações dizem apenas de horizontes possíveis de nomeação. Deste modo, é importante considerarmos o que Laclau (2005) salienta sobre a distinção entre vacuidade e abstração quanto à concepção deste processo de nomeação da cadeia de equivalência:

o que reveste crucial importância é não confundir *vacuidade* e *abstração*, isto é, não conceber o comum denominador expresso pelo símbolo popular como um traço

positivo compartilhado em última instância por todos os laços da cadeia. Se assim fosse, não haveríamos transcendido a lógica da diferença. [...] uma cadeia equivalencial *deve* ser expressada mediante a catexia de um elemento *singular* porque não estamos tratando com uma operação conceitual de *encontrar* um traço comum abstrato subjacente em todos os agravos sociais, mas com uma operação performativa que constitui a cadeia como tal. É como o processo de condensação nos sonhos: uma imagem não expressa sua própria particularidade, mas uma pluralidade de correntes muito dissimilares do pensamento inconsciente que acham sua expressão nessa única imagem. É bem conhecido como utilizava Althusser esta noção de condensação para analisar a Revolução Russa: todos os antagonismos da sociedade russa se condensavam em uma unidade ruptural em torno das demandas de “pão, paz e terra”. [...] A esta altura devia está claro porque estamos falando de “vacuidade” e não de “abstração”: pão, paz e terra não são o comum denominador *conceitual* de todas as demandas sociais russas de 1917. Como em todos os processos de sobredeterminação, agravos que não tinham nada a ver com estas três demandas se expressavam, no entanto, através delas (p. 125-127, tradução nossa).

Considerando também que toda articulação se constitui a partir de uma relação de equivalência que nunca é totalizante, na medida em que não significa o fim da particularidade dos sujeitos, apesar de implicar numa ressignificação da identidade de cada um deles, já que isso representaria a divisão do espaço discursivo em dois campos plenos - o que impossibilita qualquer subversão das diferenças (LACLAU & MOUFFE, 1985) - é interessante considerar o posicionamento do grupo NA sobre a construção da luta política, ainda que este posicionamento esteja mais próximo de uma noção de abstração do que de vacuidade.

As entrevistadas do grupo afirmam que a construção de uma forma de unidade se faz importante, na medida em que os adversários que subjuga todos os subcidadãos não são tão distintos e não serão os responsáveis pela construção de processos de democratização social. Contudo, ressaltam que a construção desta unidade não se deve dar em detrimento da pluralidade de vozes, no sentido em que não pode se caracterizar pela redução da luta a bandeira de um movimento específico, como se esta fosse capaz de englobar a totalidade, ou seja, representasse uma equivalência total.

NA (Cássia): Eu não acho que as pessoas vão assim se conscientizar sabe e falar: “não, é, realmente eu explorei esse povo a vida inteira, agora eu vou dar licença pra eles pegarem uma parte desse bolo aqui também”, sabe, eu acho que não. E aí eu acho que os Movimentos, assim, quem está e aí os parceiros, quem está realmente se incomodando com essa desigualdade eu acho que precisam ter espaço para cada um reivindicar o que acha que é importante, assim, que não tá contido, às vezes, nas reivindicações do outro, mas também se articular, porque em alguns momentos a gente está enfrentando o mesmo adversário, só que com demandas diferentes, que a gente sabe quem concentra poder e privilégio: são grupos muito semelhantes mesmo e que concentram várias características que são diferentes das nossas e por isso, das nossas e dos grupos gays, né, assim e dos sindicalistas, e que por essa junção, né, de características se consideram superiores e dignos de maior privilégio. Então, acho que em alguns momentos a gente para ter força, a gente precisa realmente de conseguir identificar junto com os colegas aí dos outros Movimentos em que medida em que as nossas lutas elas podem ser conciliadas assim pra enfrentar o adversário

que tá longe da gente sabe, não tá nem aqui nem lá no Movimento Gay, nem lá nos Sindicalistas, sabe.

NA (Flávia): Eu to pensando né nas minhas ações, mas eu ainda acredito que eu acho que nós temos que ir pra rua sabe e tomar... eu acho assim que o diálogo ele é muito bacana, sabe, eu acho que ele funciona em alguns momentos, mas a gente tem que estar juntos, unidos, nós estamos muito dispersos, os Movimentos, cada um cuidando do seu projeto, correndo atrás do seu edital e eu acho que a gente tem que voltar a focar as nossas ações ali todas e, sabe, e estar juntos, militar juntos, estar mais próximo, estar mais juntos. Só assim a gente vai ser ouvida, eu acho que a gente caiu muito nessa questão, assim, a gente se deixou levar muito pelo capitalismo, desse distanciamento, sabe, de interesses pessoais, que aí acabou favorecendo o interesse de poucos, de algumas organizações e aí foi dispersando muito a luta, acho que a gente tem que voltar e focar as nossas lutas para uma Marcha só, eu acho que isso que funciona.

NA (Cássia): Pois é, mas eu acho que tem que ser uma Marcha que várias vezes possam fazer presença, não é uma Marcha que um fulano ou então um grupo do Movimento X considera que a luta dele é a mais relevante e aí a bandeira dele vai dar conta de todas as outras e aí a gente vai ter que gritar só aquilo ali, não, nós vamos te ajudar a gritar por isso aí, mas, por favor, reconheça que a nossa demanda também é legítima, sabe, assim, e se responsabilize em alguma medida pelo o que a gente está discutindo.

3.1.2. Estratégia de Aliança

Esta forma de vínculo entre movimentos sociais, diferentemente da Estratégia de Articulação, caracteriza-se pela construção de ações que não se configuram como uma convergência em torno de um projeto político contra-hegemônico - baseado numa ampla democratização da vida social. Estas ações se estabelecem pelo o compartilhamento de algumas bandeiras específicas, em momentos pontuais, sem a pretensão de se subverter as posições diferenciais de sujeito, a fim de fortalecer a luta pela conquista das mesmas. Uma representação sintética do que aqui definimos como *Estratégia de Aliança* poderia ser:

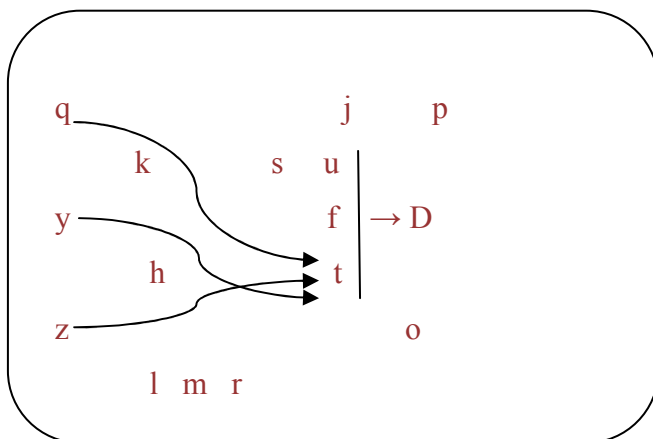


FIGURA 2 – Estratégia de Aliança

Nesta figura, as letras minúsculas q, y, z representam antagonismos democráticos, as letras minúsculas u, f, t são *momentos* que se encontram articulados no interior do projeto hegemônico sedimentado, representado pela letra maiúscula D. Já as outras letras minúsculas (k, h, l, m, r, s, j, p, o) representam antagonismos democráticos que não apresentam vínculos com q, y, z, u, f, t naquela determinada ocasião ou em torno da bandeira específica reivindicada por q, y, z naquela determinada ação.

A figura 2 então busca demonstrar três movimentos sociais que, apesar de não estabelecerem uma articulação entre eles, se unem em torno de uma determinada reivindicação, contrária a certa prática ou discurso específico da hegemonia (t), para fortalecer ações contra-ofensivas a esta prática ou discurso: “y” e “z” seriam movimentos que já apresentavam, nas suas reivindicações, a bandeira de luta contrária ao discurso ou prática empreendida por “t” (por exemplo, luta do movimento feminista e do movimento LGBT contra lógicas sexistas hegemônicas), unindo-se em razão deste compartilhamento, enquanto “q” constrói aquela aliança com “y” e “z” a partir da inclusão daquela bandeira em suas pautas de luta (por exemplo, a inclusão da luta contra lógicas sexistas no movimento sindical). Ou seja, aquela bandeira não fazia parte de suas lutas até então.

Desta maneira, a estratégia de aliança caracteriza-se por duas formas de aliança entre os movimentos. Uma primeira que se define pelo que Laclau (2005), como apontado anteriormente, afirma ser importante distinguir do processo de nomeação da cadeia de equivalência (distinção entre *vacuidade* e *abstração*): pela identificação de um traço compartilhado entre os movimentos sociais, que constroem vínculos em torno de uma determinada ação (caso entre y e z na figura 2), não tendo ocorrido, portanto, uma resignificação da lógica da diferença, permanecendo a luta política no âmbito dos antagonismos democráticos. Desta forma, os movimentos sociais se aliam pelo fato de ambos apresentarem, na sua agenda política, aquela determinada demanda, ainda que possam ter concepções distintas sobre a compreensão e as formas de se conquistar esta demanda específica.

Neste sentido, podemos entender a construção de aliança entre o MST e a BP em torno da ocupação Dandara, na medida em que este vínculo se constrói, como apontado no ANEXO VI BP (“Histórico Dandara (abr. 2009)”), mediante a luta pela função social da propriedade, prevista na Constituição Brasileira, pauta esta que já se fazia presente nos dois grupos. É interessante apontar para o fato de que se este vínculo não se caracteriza pela construção de uma estratégia de articulação, focando-se em um aspecto específico da hegemonia a partir de

um traço presente nos dois movimentos, sua realização permite o fortalecimento da relação entre reforma urbana e reforma agrária, construindo como alternativa uma ocupação rururbana, contribuindo para a aproximação de dois sujeitos políticos que compartilham uma mesma pauta.

A BP também aponta construir alianças como esta com relação a outras frentes de trabalho que possui, como com o Movimento Estudantil na frente de Juventude e com o Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade na frente Anti-Prisional.

Quanto ao MST, também pode ainda se considerar a construção de aliança com outros grupos do movimento do campo, no intuito de somar força para manutenção da população no campo e contra os grandes inimigos do campo que expulsam os camponeses: fazendeiros, investidores do agronegócio. Neste sentido, pode-se citar a aliança com o Movimento dos Pequenos Agricultores, o qual também apresenta como bandeira política a defesa pela agricultura familiar.

Outra demonstração desta forma de aliança pode ser a construção de vínculos do grupo NA com outros grupos que apresentam a discussão anti-racista (como com o Grupo Mulheres em União e com o Grupo Odum Orixás) ou que fazem o debate sobre a temática feminista (como com a MMM e com a Articulação Brasileira de Jovens Feministas). Além disso, construíram junto com outros grupos de mulheres de Belo Horizonte o grupo cultural chamado Atitude de Mulher, de maneira a dar visibilidade à presença da mulher no movimento cultural de Belo Horizonte. Neste caso também, se o objetivo não era de construir uma estratégia de articulação entre movimentos sociais - sendo o grupo constituído em torno de uma reivindicação existente no interior de diferentes grupos de mulheres (importância da visibilidade das mulheres no interior do movimento cultural de Belo Horizonte) e com fins de se montar um espetáculo de dança para o Festival da Arte Negra de Belo Horizonte -segundo as entrevistadas, a construção do Atitude de Mulher trouxe conquistas importantes referentes à visibilidade dos movimentos culturais na cidade, à visibilidade das mulheres no interior destes movimentos e ao combate à discriminação às mulheres:

NA (Flávia): E já era o começo de outros grupos, que aí foram lá com seus grupos articular, mas foi um momento muito importante assim: não só para os grupos, mas também para Belo Horizonte. Porque a Secretaria de Cultura passou a funcionar, na PUC nós apresentamos em todas as PUC. Então, essa questão de mostrar a questão da mulher no Hip Hop, até pros meninos do Hip Hop, teve a discussão do Hip Hop Chama que aí teve a discussão de gênero, sexualidade e redução de danos, foi muito mesmo em função da presença da mulher, dessa cobrança de falar, dar visibilidade, então foi um momento muito importante.

NA (Cássia): eu considero que alguns avanços já foram conseguidos, mas durante um período, e aí eu acho que bem nesse período que eu entro para o Atitude de Mulher e para Negras Ativas em 2006, acho que em 2005 também, teve alguns embates que foram fortes. E aí quando se consegue, por exemplo, fazer esse processo lá do Hip Hop Chama dos debates públicos de gênero, sexualidade e convidar e conseguir uma participação grande tanto do Movimento, quanto de estudantes, um público jovem muito assim, o auditório lá do Chico Nunes ficava lotado! Eu acho que foi um marco mesmo, sinal de algum avanço que teve na cidade sabe, e mesmo de conseguir que os meninos começassem a refletir mais sobre que tipo de letra, como que eles estavam dizendo das mulheres e que tipo de relação que eles tinham com essas mulheres no Movimento, em casa, nos grupos. Você tinha muita mulher que às vezes era backvocal, mas que não aparecia e aí assim um movimento mesmo de tentar sempre questionar e problematizar sobre o que era necessário avançar ainda. Eu lembro, nem sei de quem que foi essa fala, não sei se foi da Áurea, mas todo mundo super satisfeito com a coisa dos debates e tal e com a coisa do Hip Hop Chama e aí uma pessoa questionou, isso foi a gente comentando num ensaio do Atitude de Mulher é: ‘mas assim ainda tem coisa que a gente precisa, ainda tem barreiras que às vezes são sutis e que a gente precisa desconstruir, eu não sei se vocês repararam, mas na construção do processo a coisa da logística ficava muito mais em cima das meninas e a coisa sei lá que demandava habilidades técnicas tipo filmagem, microfone, não sei o que os meninos comandando assim, o que que é isso sabe? Será que a gente realmente tem déficit (rss) nessas habilidades técnicas e os caras não sabem organizar umas cadeiras em cima do palco sabe?’

A construção do Fórum das Centrais Sindicais, apontada por Temístocles (CUT), também pode ser compreendida como esta forma de aliança. Este Fórum, de acordo com o entrevistado, apresenta como objetivo a aproximação entre as diferentes Centrais Sindicais existentes hoje no país, na busca de se construir ações e posições conjuntas frente a negociações com os empresários e com o governo, ao invés de as Centrais isoladamente estabelecerem esta negociação, contribuindo, assim, para uma diminuição da fragmentação no interior do movimento sindical.

Cabe considerar também o posicionamento da entrevistada da MMM com relação à importância da construção de aliança com a Via Campesina, visto que a MMM é um movimento transversal no que tange às lutas camponesas e lutas urbanas:

existe uma aliança internacional entre a Marcha Mundial das Mulheres e a Via Campesina, que são os movimentos camponeses que aqui no Brasil se expressam através do MST, do MAB, que é o Movimento dos Atingidos por Barragens, pelas pastorais do campo. A gente acredita que essa aliança das mulheres e com esses movimentos fortalece! a luta no campo e a luta na cidade. A gente sempre deixa claro! que o movimento de mulheres, no caso a Marcha!, não é um movimento urbano! Ele é um movimento transversal! É um movimento que cabe! a mulher do campo e que cabe a mulher da cidade. Mas pra gente é muito importante! a luta das mulheres no campo. Então quando a gente tem um inimigo grande aí que é o latifúndio no campo a gente vem com todo... o aparato aí do capitalismo para oprimir a vida dessas mulheres. Então para gente, uma aliança estratégica, declarada! é a Via Campesina (Entrevistada, MMM).

Uma segunda forma de aliança é aquela em que movimentos sociais que não apresentavam uma determinada pauta passam a incorporá-la em suas lutas, ao reconhecerem a legitimidade daquela reivindicação no processo de democratização social almejado por estes, e a construir lutas conjuntas em torno daquela bandeira, sem que isso necessariamente acarrete num processo de ressignificação da identidade de cada um dos movimentos sociais que se aliaram pontualmente (caso de q com y e z na figura 2).

Esta última forma de aliança é concebida como uma aproximação ao que Laclau (2005) vai caracterizar como um momento “metonímico” (uma relação de contigüidade entre movimentos sociais), anterior à construção e nomeação de uma cadeia de equivalências. O autor aborda os mecanismos retóricos na discussão sobre o processo de nomeação de uma cadeia de equivalência pelo fato de compreender que “uma reagregação ou um deslocamento retórico tem precisamente a função de emancipar um nome de suas referências conceituais unívocas” (p. 140, tradução nossa). Assim, continua Laclau (2005):

Permita-me introduzir na discussão um exemplo que já tenho discutido em outra parte. Imaginemos um determinado bairro onde existe violência racial e as únicas forças locais capazes de organizar uma contra-ofensiva anti-racista são os sindicatos. Agora bem, em um sentido estritamente literal, a função dos sindicatos não é lutar contra o racismo, mas negociar os salários e outras questões similares. No entanto, se a campanha anti-racista é empreendida por sindicatos, é porque existe uma relação de *contigüidade* entre as duas questões em um mesmo bairro. Uma relação de deslocamento entre termos, problemas, atores, etc. é o que se denomina, em retórica, uma metonímia. Suponhamos agora que esta conexão entre lutas anti-racistas e sindicais continua por um certo período de tempo: neste caso, vamos começar a sentir que existe um vínculo natural entre os dois tipos de luta. Assim, a relação de *contigüidade* vai começar a se converter em uma relação de *analogia*, a *metonímia* em uma *metáfora*. Este deslocamento retórico implica em três mudanças principais: Primeiro, apesar do particularismo diferencial dos tipos iniciais de lutas e demandas, se está criando entre eles certa homogeneidade equivalencial. Segundo, a natureza dos sindicatos se modifica neste processo: deixam de ser a pura expressão de interesses setoriais precisos e se voltam em maior medida – se desenvolve uma variedade de articulações equivalenciais – ao ponto nodal na constituição de um “povo”. Terceiro, a palavra “sindicato” se converte no nome de uma *singularidade*, no sentido em que a temos definido antes: já não designa o nome de uma universalidade *abstrata* e se converte no nome de um agente social concreto, cuja única essência é a articulação específica de elementos heterogêneos que, mediante este nome, cristaliza uma vontade coletiva unificada (p. 140-141, tradução nossa).

Com relação a esta forma de aliança, podemos apontar a consideração pelo entrevistado da CUT de que esta tem incorporado na sua história bandeiras do movimento feminista, do movimento ecológico, do movimento LGBT, devido ao fato de as considerar importantes para o processo de democratização da sociedade brasileira e para a emancipação dos trabalhadores. Assim, o entrevistado explicita que a CUT participou na Conferência Rio+10 e vem participando do debate sobre os transgênicos, no qual se alia com o MST.

Também afirma que a CUT apóia a realização das Paradas LGBT no país desde o início desta forma de manifestação pública. E ainda, que foram construídas na CUT a Secretaria de Juventude, Secretaria da Mulher Trabalhadora e Secretaria do Meio Ambiente.

No documento “Cronologia das Lutas (março 2009)” (ANEXO III CUT), observa-se que a cota mínima de 30% de mulheres nas instâncias de direção da CUT foi aprovada na 6ª Plenária Nacional da CUT, em 1993. Note-se ainda que no 5º Congresso Nacional da CUT (1994) foi decidido “que a CUT deveria priorizar lutas nas questões de gênero e política racial” (não paginado); que na 12ª Plenária Nacional da CUT (2008) foi discutido “o respeito às cotas de gênero, a criação das secretarias de Juventude e Combate à Discriminação Racial” (não paginado). Em outro documento (“Ato político (agosto 2009)” - ANEXO VI CUT), aponta-se que em agosto deste ano a CUT aderiu oficialmente à Frente Nacional pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, tendo Artur Henrique, presidente atual da CUT, afirmado que esta é uma luta de todos, homens e mulheres.

No que tange a alianças com o movimento negro, na parte Apresentação do documento “Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e pela vida (nov.1995)” – ANEXO II NA–, consta o seguinte agradecimento à CUT:

Gostaríamos de fazer uma menção especial à participação de Vicente Paulo da Silva, Vicentinho, presidente da Central Unica dos Trabalhadores (CUT), que desde a aprovação da proposta da Marcha levada pelo Movimento Negro unificado (MNU) ao encontro de sindicalistas negros cutistas, realizado em maio de 1995, em Brasília, desempenhou importante papel na garantia da aliança, muitas vezes conturbada, entre o movimento negro e o movimento sindical, sem nenhuma dúvida uma das razões essenciais do êxito alcançado pela Marcha (não paginado).

Assim, concordamos com Mouffe, em entrevista realizada juntamente com Laclau, que

Uma hegemonia não pode ser formada por um movimento meramente absorver outras lutas. Esta ameaça tem repetidamente sido posta na história. Na Grã Bretanha, o Partido Trabalhista tem feito tentativas de absorver o movimento de mulheres, mas as mulheres têm afirmado corretamente que não é suficiente ser apenas mais uma demanda na lista do Partido Trabalhista. Se o feminismo é para estar ligado ao Partido Trabalhista, a estrutura do Partido tem que mudar, incluindo suas instituições, sua linguagem e sua cultura (1998, não paginado, tradução nossa).

Contudo, afirmamos que esta forma de aliança pode propiciar condições de aproximação entre os movimentos sociais, contribuindo para o enfraquecimento da fragmentação entre eles, bem como para um possível deslocamento de uma relação de

contigüidade para uma relação de *analogia*, de maneira a potencializar estratégias de articulação.

Assim, concordamos também com a entrevistada da MMM, como anteriormente descrito, que a construção desta forma de aliança pode contribuir para a construção de articulação, uma vez que possibilita que bandeiras específicas de cada um dos movimentos sociais aliados sejam reconhecidas por outros movimentos sociais, ainda que em uma ação pontual, e assim, fortalecidas; bem como propicia condições de troca de experiências de luta entre os movimentos. Aspectos que podem contribuir para um amplo desvelamento da negatividade da hegemonia e, assim, para a construção de uma nova positividade do social a partir da equivalência entre diferentes subcidadãos.

Deste modo, ressaltamos a constituição da Assembléia Popular: esta pretende ser um espaço que possibilite o estabelecimento de vínculos entre diferentes atores sociais, de maneira que estes construam alianças em torno de determinadas bandeiras de luta, constituam ações em conjunto, no intuito de se elaborar a partir destes vínculos o Projeto Popular para o Brasil⁶¹, isto é, uma nova positividade do social.

A Assembléia Popular é a **organização do povo**. O poder da Assembléia Popular emana do povo organizado que assume o seu poder. Já existem milhares de formas de organização e participação do povo: movimentos sociais, cooperativas, grupos auto-geridos, associações e redes de empreendimento nos diversos setores da economia, sindicatos, comunidades tradicionais (quilombolas, povos indígenas, etc.), clubes de mulheres, grupos culturais, agroindústrias familiares, etc. A Assembléia Popular é um processo de coordenação e articulação das organizações do povo. É **abrangente**. Quer ser um reagrupamento, o mais amplo possível, das forças populares construindo a democracia autêntica. Reúne forças distintas, mas todas lutam por uma outra sociedade, não dominada pelo poder do dinheiro. Organiza-se em todos os níveis, priorizando a organização na **base**, nas ruas, nos bairro e nos municípios. Articulação e coordenação, mas sem perder a diversidade e especificidade dos grupos. A Assembléia Popular é **plural**. Integra forças sociais, com perspectivas, estratégias e lutas distintas, próprias a cada entidade. A diversidade das contribuições é uma força e riqueza para superar as atitudes setoriais e corporativistas, na perspectiva duma transformação política do país. [...]. O método participativo, com muitos debates e propostas, deve desembocar na construção, desde a base até o plano nacional, de um **projeto popular para o Brasil**. [...] Não é pouca coisa. É no andar que se faz e se descobre o caminho (Documento “Assembléia Popular. De onde vem? Para onde vai?” – ANEXO I AP-MBH –, não paginado).

⁶¹ Cabe apontar que se, por um lado, a construção deste Projeto Popular para o Brasil encontra-se pautada na elaboração de vínculos entre diferentes sujeitos políticos em torno de uma alternativa justa de sociedade, por outro lado, segundo Bernadete (AP-MBH), a forte presença da Igreja, sobretudo, nas direções nacionais da AP, dificulta a incorporação de demandas como, por exemplo, a legalização do aborto, a criminalização da homofobia. Assim, a construção de lutas conjuntas em torno destas demandas se faz dificultada neste espaço de articulação.

Ainda com relação a esta forma de aliança, observa-se, em alguns dos grupos entrevistados, que estas alianças são construídas também no intuito de incorporar suas pautas em outros movimentos sociais, de modo a construir legitimidade das mesmas junto a estes outros sujeitos políticos. No documento “Marcha Mundial de las Mujeres 1998-2008 Una década de lucha internacional feminista” (ANEXO IV MMM) se afirma:

Nosso chamamento é como uma cadeia de laços: mudar a vida das mulheres para mudar o mundo... Isto significa que não existe nem análises nem demandas “específicas” ou “secundárias” e que é hora dos diversos movimentos assumirem as reivindicações das mulheres e defenderem-as, pois estas são essenciais para a mudança. Portanto, devemos realizar um trabalho constante para ampliar nossa agenda, com a ajuda de um aprendizado contínuo de outras lutas. É assim que imprimiremos a marca feminista nos debates e nas ações, amplificando a voz das mulheres onde, inclusive nos meios progressistas, está geralmente silenciada [*acallada*] (p. 34, tradução nossa).

Mais à frente, neste mesmo documento, aponta-se: “As alianças são ainda mais evidentes para realizar lutas concretas: direito ao aborto, direito das lésbicas, direito das mulheres imigrantes na Europa” (p. 37-38, tradução nossa).

Diante dessa busca por ampliar as bandeiras do movimento, é também possível compreender a ênfase atribuída pela entrevistada da ABGLT quanto ao uso do *advocacy* como uma ferramenta política. Segundo a entrevistada, o uso do *advocacy* não se restringe a ações nos espaços legislativo, executivo e judiciário, podendo ser realizado junto a qualquer ator político, no intuito de propiciar que este se alie ao movimento com relação a uma determinada bandeira reivindicada⁶².

Neste capítulo, portanto, buscamos discutir duas formas de vínculos entre movimentos sociais, enfocando que, se a estratégia de articulação se estrutura mediante a construção da lógica da equivalência e a estratégia de aliança, não necessariamente, proporciona uma redefinição das identidades, levando ao rompimento com a lógica da diferença, isso não significa entender tais estratégias, a priori, como opostas na construção da luta política. Defendemos que estas duas estratégias podem ser complementares, uma vez que a construção de alianças pode servir para potencializar a formação de uma cadeia de equivalência dos seguintes modos: por propiciar o reconhecimento pelos diferentes movimentos de que enfrentam adversários semelhantes, e que são estes os responsáveis pela impossibilidade de

⁶² No documento “Projeto Somos. Desenvolvimento Organizacional, *Advocacy* e Intervenção para ONGs que trabalham com gays e outros HSH (2005)” – ANEXO V ABGLT - *advocacy* é definido como “um conjunto de ações dirigidas a quem toma decisões, em apoio a uma causa política específica, levando em conta a conjuntura de aliados, adversários e pessoas não mobilizadas” (p. 57).

existência dos diferentes subcidadãos; por fomentar visibilidade e conferir legitimidade a pautas políticas muitas vezes invisibilizadas diante da dificuldade, como apontara Pinto (1999), de movimentos sociais abrirem “mão de identidades protegidas ou reformular demandas que se tornaram canônicas em certos movimentos” (p.90-91); por enfraquecer o processo de fragmentação dos movimentos sociais, o qual, longe de favorecer a construção de um projeto contra-hegemônico, é uma condição facilitadora para a manutenção da hegemonia dominante.

Cabe ressaltarmos, deste modo, que não estamos a defender que a luta dos movimentos sociais se reduza a estratégias de aliança, mas sim que, ao invés de afirmarmos dicotomias como lutas reformistas (estratégias de aliança) x lutas revolucionárias (estratégias de articulação), argumentamos a importância de compreendê-las como complementares. Sobretudo se considerarmos que assim pode ser possível aproveitar as “brechas” da hegemonia sedimentada para a construção de uma nova positividade do social, ou ainda, o fato de que muitas vezes nem mesmo estratégias de aliança são passíveis de serem estabelecidas frente às estratégias de “expansão hegemônica” e “expurgo à diferença”, desenvolvidas pela hegemonia sedimentada. São estas últimas que abordaremos no próximo capítulo.

Antes, entretanto, cabe considerarmos mais um aspecto: é possível que, ao mesmo tempo, um mesmo movimento social estabeleça estratégia de articulação e estratégia de aliança? Pensar sobre esta questão requer lembrarmos, ao menos, de duas condições referentes à prática articulatória: a) que nenhuma equivalência é total, ou seja, não implica no fim das particularidades de cada um dos antagonismos democráticos presentes na cadeia de equivalência - do contrário não haveria possibilidade de uma relação equivalencial, já que os antagonismos seriam iguais e não equivalentes. Desta forma, como o processo de nomeação da cadeia de equivalência se pauta numa singularidade decorrente da prática articulatória, se todos os movimentos sociais na relação de equivalência se reconhecem em torno deste “nome”, isso não significa, contudo, que o projeto hegemônico abarque todas as particularidades de cada um dos movimentos; b) a construção de um projeto hegemônico tem como fim a diminuição das possibilidades de significação do campo social, dividindo o espaço social e condensando significados em torno de dois pólos antagônicos, de modo a se afirmar universal.

Assim, temos uma tensão inerente à construção de uma cadeia de equivalência entre a autonomia e a subordinação de cada um dos componentes da cadeia. Segundo Laclau (2005):

a inscrição equivalencial tende a dar solidez e estabilidade às demandas, mas também restringe sua autonomia, já que estas devem operar dentro de parâmetros estratégicos estabelecidos para a cadeia como um todo. [...] A tensão entre estes dois momentos é inerente ao estabelecimento de toda fronteira política e, de fato, de toda construção do “povo” como um agente histórico. Finalmente, está a questão dos limites deste duplo jogo de subordinação e autonomização das demandas particulares. A cadeia somente pode viver dentro da tensão instável entre estes dois extremos, e se desintegra se um deles se impõe totalmente sobre o outro. A unilateralização do momento da subordinação transforma os significantes populares em uma essência [*entelequia*] inoperante incapaz de atuar como um *fundamento* para as demandas democráticas. [...] Por outro lado, a autonomização, mais além de certo ponto, conduz a uma lógica pura das diferenças e ao colapso do campo equivalencial popular (p. 163-164, tradução nossa).

Desta maneira, propomos ser possível a um movimento social articulado em torno de uma cadeia de equivalência estabelecer alianças referentes àquelas particularidades que não foram subsumidas na articulação. Alianças estas que podem inclusive ocasionar em deslocamentos naquela cadeia de equivalência, na medida em que particularidades que se encontravam desarticuladas da cadeia passam a se expressar também em torno daquela cadeia.

Laclau (2005), na análise daquela tensão presente na construção da cadeia de equivalência, afirma que há simplificações que devem ser resolvidas. Uma destas simplificações⁶³ refere-se à limitação da inserção de demandas insatisfeitas na cadeia de equivalência. Assim, esclarece o autor:

uma demanda pode não ser incorporada na cadeia equivalencial porque se opõe aos objetivos particulares de demandas que já são laços desta cadeia. Se o particularismo das demandas individuais fosse totalmente neutralizado por sua inscrição equivalencial, esta possibilidade poderia ser descartada, mas sabemos que isso não ocorre. Portanto, uma cadeia equivalencial não somente se opõe a uma força ou um poder antagônico, mas também a algo que não tem acesso a um espaço geral de representação. Contudo, “opor-se” significa algo diferente em ambos os casos: um campo antagônico é inteiramente representado como o inverso negativo de uma identidade popular⁶⁴ que não existiria sem esta referência negativa; mas no caso de uma externalidade que se opõe ao interior somente porque não tem acesso ao espaço de representação, “oposição” significa simplesmente “deixar à parte” e, portanto, não dá forma em nenhum sentido à identidade do que está dentro. [...] Este tipo de exterioridade é o que vamos denominar *heterogeneidade social*. A heterogeneidade, concebida desta maneira, não significa *diferença*; duas entidades, para serem diferentes, necessitam de um espaço dentro do qual esta diferença seja representável, enquanto que o que agora estamos denominando heterogêneo pressupõe a ausência deste espaço comum (p. 175-176, tradução nossa).

⁶³ Além desta, outra simplificação apontada por Laclau (2005) diz respeito a formas de a hegemonia confrontar projetos contra-hegemônicos que não apenas a partir da lógica da diferença. Discutiremos esta questão no próximo capítulo.

⁶⁴ Em um momento posterior a esta citação, após ter discutido a heterogeneidade presente no processo de construção de qualquer projeto hegemônico, na crítica, portanto, a uma fronteira imóvel entre hegemonia e contra-hegemonia, Laclau (2005) alude: “a oposição entre A e B nunca vai se tornar completamente A-nãoA. A ‘essência-B’ de B será, em última instância, não dialetizável. O “povo” sempre vai ser algo mais que o oposto puro do poder. Existe um real do “povo” que resiste à integração simbólica” (p. 191, tradução nossa).

Laclau (2005) também vai denominar este tipo de heterogeneidade inerente à dinâmica social de *elemento irrepresentável*. Laclau afirma, nesta passagem, que este tipo de heterogeneidade não significa *diferença*, na medida em que não há um espaço comum entre a cadeia equivalencial e o *elemento irrepresentável*, em decorrência da oposição a este por parte de “objetivos particulares de demandas que já são laços desta cadeia”. Contudo, ao compreender esta heterogeneidade como aquilo que é “marginal”, que “está à parte” de qualquer bloco antagônico, e não como aquilo que é antagônico à cadeia, a entendemos como semelhante ao que Laclau e Mouffe definiram em *Hegemonia e Estratégia Socialista* como *elemento*: “qualquer diferença que não está discursivamente articulada” (1985, p.105, tradução nossa). O que difere do que chamam de “*momento*”: “As posições diferenciais, na medida em que elas aparecem articuladas dentro de um discurso, nós chamaremos *momentos*” (1985, p. 105, tradução nossa, *itálico no original*), concebendo “discurso” como “A totalidade estruturada resultante da prática articulatória” (1985, p. 105, tradução nossa).

Neste sentido, propomos então que movimentos sociais que se encontram no interior de uma cadeia de equivalência podem se aliar tanto a outros movimentos que também fazem parte desta cadeia - no que tange a particularidades de cada um que não foram subsumidas na equivalência -, quanto a estes *elementos* que não estão representados em nenhum bloco antagônico (as letras minúsculas fora das chaves presente na figura 1), sendo este o motivo de mais uma vez ressaltarmos o deslocamento presente na construção de projetos hegemônicos (uso diferenciado das letras A e A', D e E na figura 1). Deslocamentos estes que podem ser visibilizados na seguinte afirmação de Laclau (2005): “toda transformação política não somente implica uma reconfiguração de demandas já existentes, mas também a incorporação de demandas novas (isto é, de novos atores históricos) à cena política – ou seu oposto: a exclusão de outros que estavam presentes previamente” (p. 193, tradução nossa).

Deste modo, pode ser que *elementos irrepresentáveis*, que inicialmente não faziam parte de nenhuma cadeia de equivalência presente no campo da discursividade -por se oporem a particularidades de agentes que já se encontravam articulados na cadeia -, ao se aliarem com alguns componentes da cadeia de equivalência, que não lhe são opostos, promovam deslocamentos nesta e, assim, passem a se expressar em torno da mesma diante da exclusão daqueles componentes que resistiam a esta integração simbólica. A estratégia de aliança teria, então, proporcionado legitimidade àquele *elemento*, até então deixado à parte, fazendo com que componentes que se encontravam articulados na cadeia reconhecessem sua importância

para a afirmação do projeto hegemônico, transformando não só aquele *elemento* em um *momento*, mas também alterando o próprio significado atribuído ao projeto hegemônico.

Capítulo 4

Resistências da hegemonia a possibilidades de “outro mundo possível”: expansão hegemônica e expurgo à diferença

Na impossibilidade da plenitude de qualquer objetividade que se faz necessária à repressão de alternativas antagônicas de sociedade: diante disso que se podem compreender as possibilidades da afirmação do projeto hegemônico como universal e, ao mesmo tempo, a precariedade de qualquer universalidade, fazendo das relações sociais uma relação de poder. Assim, se, por um lado, a mudança social depende daqueles em condição de subcidadania vislumbrar uma nova positividade do campo social, a partir do reconhecimento da negatividade da hegemonia sedimentada; por outro lado, a hegemonia até então sedimentada, como qualquer projeto hegemônico, busca se sustentar frente ao que possa vir lhe antagonizar.

Nesta medida, alguns aspectos da conjuntura política brasileira são abordados pelos entrevistados como modos de manutenção das práticas e discursos hegemônicos, aspectos estes relacionados ao papel dos movimentos sociais na sociedade contemporânea. Abordaremos neste capítulo a terceira categoria analisada nesta dissertação: *papel dos movimentos sociais e resistências hegemônicas*⁶⁵.

Podemos tratar os modos de atuação da hegemonia a partir de duas formas distintas. Uma marcada por uma expansão hegemônica, caracterizada: a) pela incorporação pela hegemonia sedimentada de algumas reivindicações dos movimentos sociais na dimensão da lógica da diferença, de modo que os laços entre as posições de sujeito se mantenham como laços diferenciais, não como laços antagônicos, no intuito de dificultar a divisão do espaço social em dois pólos antagônicos; b) pela atuação da hegemonia a partir da construção de vínculos entre antagonismos democráticos contrários à hegemonia e *momentos* presentes na própria cadeia hegemônica, enfraquecendo a luta política não somente pela reprodução da lógica da diferença, mas pela promoção de deslocamentos nas relações antagônicas.

Outra forma de atuação da hegemonia é definida pelo expurgo⁶⁶ à diferença, a partir da invisibilidade e/ou criminalização dos movimentos sociais, seja pela omissão de suas ações, seja pela manipulação de informações e construção de uma imagem pejorativa dos

⁶⁵ Categoria esta que, como indicado no Capítulo 2, compreende o entendimento dos grupos sobre qual deve ser o papel dos movimentos sociais no momento presente, e implicações de outros atores (ONG, Estado, imprensa), na tentativa de manutenção da hegemonia sedimentada.

⁶⁶ Entendido como “livrar o que é nocivo ou imoral” no Dicionário Aurélio (Cf. FERREIRA, 2000).

movimentos sociais, na busca de impossibilitar a legitimidade dos mesmos e, assim, dificultar a construção de apoio às demandas dos movimentos.

4.1. Expansão hegemônica

As diferentes entrevistas realizadas apontam para um elemento importante da conjuntura política dos últimos anos no Brasil, sobretudo, após o ano de 2003, com o início do governo Lula: a aproximação entre movimentos sociais e Estado. Esta conjuntura política parece atravessar o comportamento de todos os grupos entrevistados, influenciando tanto a construção de diferenças entre os movimentos sociais, no que tange à compreensão da relação com Estado, quanto à criação de divergências internas aos movimentos, com relação às formas de ação a serem implementadas para a conquista das bandeiras políticas.

Em todas as entrevistas, aponta-se como papel dos movimentos sociais aquele de lutar por alternativas de sociedade e de gerar conflito no interior da sociedade presente através da organização e conscientização da população em torno das bandeiras políticas defendidas pelos movimentos, de modo a pressionar o Estado a atender as reivindicações dos movimentos, sejam elas pela ampliação dos direitos sociais, pela construção de políticas públicas, pelo cumprimento com a Constituição Brasileira, pelo financiamento de ações dos movimentos sociais.

A entrevistada da MMM ressalta a importância de se distinguir movimentos sociais e ONGs, afirmando que se aos primeiros cabe transformar a ordem social, produzir enfrentamentos ao Estado, não lhes cabe se comportar como ONG, ou seja, se restringir à manutenção da sustentabilidade da sociedade.

o papel do movimento social não é só isso! O papel do movimento social não é só manter sustentabilidade, não é cumprir papel de Estado! isso é papel de ONG né! e muito... é... muito... precarizado! (Entrevistada, MMM)

Segundo o entrevistado da BP, a disseminação de ONG nas periferias do país, nos últimos anos, está pautada numa ação neo-liberal do Estado que busca uma “domesticação” das periferias, no sentido de se criar uma contenção da luta popular, através da concessão de algumas benesses. Aponta inclusive que a construção desta “barreira de contenção” se produz lado a lado com a criminalização da periferia.

É claro que essa aproximação ela não é a toa, né? Essa é uma estratégia dentro do neoliberalismo, do Consenso de Washington, a disseminação abusiva de ONGs de atuação dentro das periferias, pra criar mesmo essa barreira de contenção. Uma barreira de contenção no sentido de que a luta popular fica reduzida diante de um contexto numa periferia que tem três ONGs atuando, dando cesta básica, fazendo atividadezinhas com as crianças, então a organização popular ela perde a sua... perde o seu caráter é... combativo, digamos assim. Porque são feitas essas concessões, e aí, não é que se substitui a força repressiva pela atuação das ONGs, as duas coisas se dão paralelas. Por um lado você reprime a periferia, mata! as pessoas, porque é isso que a polícia faz dentro das favelas, mata! as pessoas, mas, por outro lado, você massageia, sopra a ferida. Por exemplo, o Aglomerado da Serra é Criança Esperança, é Fundo Cristão, é isso, é aquilo. São mais de noventa instituições que não entram em enfrentamento, não vão na estrutura da ordem social, no questionamento das contradições centrais da ordem social. Elas criam uma condição tal de oferecimento de algumas benesses, de algumas oficinas, cursos de capacitação e tudo mais, claro isso é importante, mas dentro de uma perspectiva maior cria essa barreira de contenção de contestação à ordem social. Ora, quais são as contradições centrais da sociedade hoje? Questiona-se isso? As ONGs, mais de duzentas mil que existem no Brasil. Então, é um pouco por aí quando a gente usa esse termo, barreira de contenção, de contenção quanto ao questionamento e a luta pela transformação da ordem social. Então, é nesse sentido que faz uso dessa expressão (Joviano, BP).

De acordo com Pinto (2008), a problemática das ONG deve ser pensada

como um fenômeno típico da atual fase do capitalismo, na qual impera o princípio da privatização não só na área econômica, como na dos serviços públicos prestados pelo Estado ao cidadão portador de direito. É neste cenário de Estado minimalista, de perda de direitos historicamente adquiridos, desobrigação do Estado com seus compromissos e do império do mercado para muito além das relações eminentemente econômicas que é possível entender as organizações não-governamentais e sua zona de sombra não tão virtuosa (p. 443).

Ainda relata a autora que sendo a base de todos os financiamentos das ONGs projetos apresentados a fundações internacionais e nacionais e ao Estado, projetos estes inclusive indispensáveis para sustentar as próprias estruturas das ONGs, “Algumas vezes as ONGs necessitam mudar o foco de sua ação para poder concorrer a financiamentos em áreas definidas pelas grandes financiadoras internacionais” (p. 445-446). É diante de implicações como esta, relativa às ONG focarem ações em torno de editais de financiamento, que o grupo NA aponta grande receio em se tornar uma ONG⁶⁷, mesmo reconhecendo a importância desta reorganização no que tange, sobretudo, às possibilidades de captação de recursos, já que a escassez de recursos é um problema enfrentado pelo grupo.

Entrevistador: E vocês falaram de CNPJ, o que vocês pensam da onguização dos Movimentos Sociais, o que vocês pensam de virar ONG ou não virar ONG?

⁶⁷ Segundo Pinto (2008), há três tipos bem delimitados de ONG no Brasil: “as que nasceram durante o regime militar, buscando uma brecha para a luta pela democracia, as que se derivaram dos movimentos sociais e as que se constituíram como prestadoras de serviços, o que se poderia chamar *grosso* modo de terceiro setor” (p. 443).

NA (Flávia): na verdade nós temos assim, desde 2003 nós pensamos, mas aí nós resolvemos abrir a gavetinha e colocar ali a ONG e falar: 'vamos vivenciar um pouco essa prática, vê como que a gente sobrevive, não vamos mexer com isso não, até porque nós viemos de outros grupos, passamos por um processo, porque o grupo teve esse processo e não teve um fechamento muito bacana, umas pessoas saíram, briga e torna uma empresa'. Então, a gente resolveu esquecer e aí nós tivemos assim uma certa resistência por um bom tempo. Mas a necessidade de momento fazia que a gente abrisse a gavetinha e tirasse e vamos discutir, nós temos um estatuto todo montadinho bonitinho, já passou pelo advogado, passou agora pela Monica lá de Recife e ele voltou pra gaveta. Então, no fundo a organização ela tem uma certa resistência, são várias questões, são várias experiências.

Entrevistador: Quais questões?

NA (Flávia): Medo mesmo assim dessa coisa de cair nessa coisa que cai as outras do mercado, da empresa, de virar uma empresa, virar uma captação de recurso, de viver em função de administrar.

NA (Cássia): Assim, lógico que a gente queria participar de alguns editais, pensar algumas coisas, mas a gente não quer ficar pensando ação em função de edital, inverter a lógica.

NA (Flávia): A gente quer pensar ação e ver assim qual que é a necessidade real! dela da gente buscar essa grana. É muito bacana! o que a gente faz, muito legal mesmo, mas a gente está precisando, a gente precisa de espaço, já tá na hora de um espaço, de um computador por conta.

NA (Cássia): Tem umas coisas que é foda mesmo assim, tem umas dificuldades que são mínimas, coisas básicas que a gente tinha que ter e não tem.

NA (Flávia): Transporte. A gente tem transporte para ir trabalhar, para ir para casa do namorado, para ir para casa da família. A gente não tem o transporte para militar, ele exige uma transição maior, aí você tem que almoçar então essas coisas... na hora que a gente, sabe, bate de frente, aí a gente pensa: "nossa, se a gente tivesse CNPJ, lá em São Paulo tem uma que só paga alimentação, paga estrutura e computador". Mas depois dá uma esfriada, a gente coloca na gaveta. Então, é um processo, mas eu acho bacana porque tem quase cinco anos que a gente está com isso amadurecido, estamos pensando, estamos discutindo. Então, quando nós tivermos, eu acho que a gente vai tomar todos os cuidados para não virar uma empresa, para não ficar em função de editais. Eu acho que ele vai tá mais consolidado, assim, pra cada uma, assim, e isso é muito importante. Mas, assim, a gente está gritante, momento já está por vir, está aí né.

NA (Cássia): a gente fica muito na dúvida mesmo, sabe, porque realmente, também não é CNPJ que pode, se a gente tiver o CNPJ que também não vai cair, tem uma coisa de organização interna também. Aí a gente sempre discute a necessidade de ampliar, mas aí a gente precisa ter condição de mobilizar pra ampliar o grupo e etc, assim. [...] Mas, o meu medo é de uma institucionalização muito pesada enrijecer a organização e tal. Eu acho que a gente tem muito forte um desejo e também uma afinidade por uma militância não muito formal, então, eu acho que isso facilita sabe é... inclusive a gente ter criticidade em relação ao trajeto que a gente tem feito e tal e os riscos de às vezes tomar uma posição mais institucional, mas eu acho que se a gente for seguir esse caminho mesmo nós vamos ter que estar sempre em alerta para não correr o risco de repetir umas coisas que a gente tá vendo assim em outras experiências que a gente não quer pra gente né. Agora eu acho assim, o Odum é muito a prova de que (rssi) não é só o CNPJ que garante alguns acessos, algumas coisas sabe, eu sei lá.

No que tange ainda à ação em torno de editais, Flavia (NA) acrescenta a fragmentação que esta ação gera na luta política:

nós estamos muito dispersos, os Movimentos, cada um cuidando do seu projeto, correndo atrás do seu edital e eu acho que a gente tem que voltar a focar as nossas ações ali todas e, sabe, e estar juntos, militar juntos, estar mais próximo, estar mais juntos. Só assim a gente vai ser ouvida, eu acho que a gente caiu muito nessa questão, assim, a gente se deixou levar muito pelo capitalismo, desse distanciamento, sabe, de interesses pessoais, que aí acabou favorecendo o interesse de poucos, de algumas organizações e aí foi dispersando muito a luta (Flávia, NA).

Desta forma, se a proliferação de ONGs no país propicia possibilidades financeiras para ações de enfrentamento de desigualdades e exclusões existentes, sendo esta uma razão para grupos de movimentos sociais terem se tornado ONGs, observa-se nas entrevistas que elas acabam por servir também como uma forma de enfraquecimento da luta política. Este enfraquecimento seria ocasionado pelo fato de ONGs proporcionarem o atendimento de algumas necessidades imediatas da população sem interpelar a lógica de produção da subcidadania, o que leva a dificuldades na mobilização de subcidadãos em torno da mediação discursiva propiciada pelos movimentos sociais. Além disso, o enfraquecimento decorreria dos grupos concentrarem suas ações na busca por editais de financiamento, focando-se em ações específicas a um lócus da hegemonia. Assim, acabam por contribuir para a fragmentação da luta política e também para a própria limitação das ações dos grupos, na medida em que acabam por moldar, algumas vezes, suas ações àqueles editais.

Na interação dos movimentos sociais com o Estado, duas distinções são importantes a partir de considerações dos entrevistados. Uma diz respeito à necessidade de se diferenciar o papel dos movimentos sociais e o papel do Estado, a outra se remete à diferenciação entre a noção de Estado e a noção de governo. Destaca-se que há divergências entre os entrevistados no que tange ao recebimento de financiamento pelo Estado, bem como no que se refere à construção de ações por vias institucionais, em decorrência das possibilidades de limitação da luta política.

Enfatiza-se que se cabe ao Estado cumprir com a Constituição, construir, gerenciar e executar políticas públicas, os movimentos sociais devem sempre assumir um lugar de autonomia política nas suas relações com o Estado, não podendo, diante da aproximação com este, ter que limitar suas críticas ou enfatizar ações institucionais em detrimento do trabalho de base, da organização popular, ou, ainda, assumir o papel do Estado na operacionalização de programas governamentais.

Eu não vejo mal nenhum em construir um projeto! que seja em parceria, desde que a autonomia do movimento não seja respingada e desde que esses militantes do movimento não se acomodem! e acabem por isso esvaziando a possibilidade de mobilização. Então o que eu vejo! que aconteceu no Brasil nos últimos anos! foi justamente isso: o movimento social não deu resposta aos projetos populares que deveria dar, sempre mantendo o pé-no-chão com auto-crítica e tentando mobilizar mais gente. Acho que teve um certo esvaziamento, muita! cooptação e pouco! desenvolvimento mesmo, pouca concretização do que foi proposto (Entrevistada, MMM).

o programa “minha casa minha vida” tem Movimento Social que tá fazendo o trabalho do Estado, cadastrando famílias e inserindo as famílias no programa do governo. A gente tem uma idéia de que não! de que na realidade o Movimento Social, inclusive se algum dia a gente tiver realmente um governo dos trabalhadores, o papel! do Movimento Social é cobrar e nunca de se confundir com o Estado, senão a gente limita a participação do Movimento (Bruno, MTD).

Apesar de apresentarem críticas aos movimentos sociais assumirem a execução de tarefas que caberiam ao Estado, os entrevistados do MST ressaltam que se hoje os movimentos sociais estão executando políticas públicas, isso é decorrência da ausência do Estado no cumprimento do seu papel, salientando que esta inversão de papéis advém do sucateamento das políticas sociais produzidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Então, porque que traz esse grande tema hoje relação dos Movimentos Sociais com o Estado Brasileiro enquanto parceiro né? Enquanto parceiro porque acabou nós dos Movimentos Sociais hoje mais voltado para essa questão da institucionalidade, a execução de políticas públicas, estamos cumprindo um papel que o Estado deveria cumprir. Então, hoje quando aparece na mídia muito evidente né xxx direto as... as entidades ligadas, não só ao MST, mas ligadas às organizações sociais, é para trazer de fundo, não deveria tá em pauta as Entidades! Deveria tá em pauta o papel que o Estado tem que é cumprir as políticas públicas. E se os Movimentos Sociais e as Entidades ligadas às Organizações Sociais estão fazendo esse papel, porque está ausente o Estado, porque ele não está fazendo, por isso que nós estamos fazendo (Edith, MST).

O que tem de convênio com o governo é para prestar serviço que o governo deveria prestar para entidades que apóiam! o Movimento Sem Terra, e que é totalmente legal. Está lá nas leis tudo aí que isso deveria ser feito, inclusive quem gerou isso daí foi o governo passado, que são os tucanos, que são os democratas, que hoje em dia perseguem em relação... olha que contradição: eles sucateiam todos os serviços básicos que deveriam ser prestados como educação, como assistência técnica, como saúde, aí quando as Entidades que são solidárias se cadastram para prestar o serviço de assistência técnica, contratam os agrônomos que saíram das Universidades e botam os agrônomos para fazer assistência técnica, contrata médico, enfermeiro e etc. para fazer a assistência básica de saúde, e contrata educadores, as Universidades, principalmente, eles vêm bater nisso. Foram eles que retiraram esse serviço que o INCRA antes prestava, que os Ministérios prestavam e geraram! essa terceirização de serviço através das ONG e agora sucateiam (Edith, MST).

Assumindo uma postura mais crítica, diferente dos outros grupos entrevistados, a BP se posiciona no sentido de não estabelecer nenhuma parceria com o Estado no que tange à conquista de financiamento⁶⁸, uma vez que afirma que “quem paga a banda escolhe a música”, sendo um princípio da BP a autonomia política, financeira e organizativa.

As Brigadas Populares têm como um princípio central, é até um pleonasmo, se é princípio é central né?, mas é importante até, que é auto-sustentação financeira. Então as Brigadas não recebem dinheiro do Estado, as Brigadas não recebem dinheiro de Fundação Ford, de ONGs dentro da lógica do Consenso de Washington, neoliberal, de barreira de contenção e tudo mais. Então nós auto-financiamos a nossa organização, entendendo que se a gente não financiar a nossa organização nosso inimigo vai financiar e quem paga a banda escolhe a música. Então isso explica hoje organizações e movimentos estarem atrelados e não terem uma postura mais combativa frente a governos, frente ao Estado de maneira geral [...] Porque quando a organização se situa numa posição de enfrentamento ao Estado a forma que o Estado tem pra chantagear e pra poder cooptar essa organização, ou mesmo os militantes individualmente, é a partir disso, e o petismo foi o grande exemplo. Aqui em Belo Horizonte nós tivemos dezesseis anos de gestão petista, por exemplo, no caso da luta pela moradia, os coordenadores de núcleos, todos cooptados pela lógica da política habitacional. Então, tem um cargo dentro da prefeitura, conseguem aprovar projeto de auto-gestão e não vão mais para o enfrentamento, não vão para as ruas, não fazem organização popular, não constroem o poder popular. Então, assim, é em função disso de que o velho ditado “quem paga a banda escolhe a música”. Então, não vou citar nomes, mas tem grandes movimentos no Brasil que têm uma base social estabelecida, uma força social estabelecida, mas que não ataca o governo Lula, não ataca, porque senão não vai vir um projeto da Petrobras, senão não vai vir um projeto do ministério tal, tal, tal... Então, esse é um grande problema, então nós prezamos muito pelo auto-financiamento, por isso que eu achei importante a sua pergunta que é até, somos muito criticados por isso, muitas vezes, mas pra nós é um princípio fundamental se a gente quer manter a nossa autonomia política. Então, o auto-financiamento está estritamente vinculado com a autonomia política (Joviano, BP).

É exatamente neste ponto, referente aos movimentos sociais buscarem financiamento do Estado para suas ações, que é possível abordar aquela segunda distinção, notada anteriormente, como importante à compreensão da interação entre movimentos sociais e Estado: a distinção entre Estado e governo. Ela pode ser compreendida como uma resposta à posição de afastamento da BP em relação ao Estado, uma vez que se aponta ser direito dos movimentos sociais receberem financiamento do Estado para suas ações por duas razões, ao menos: a) há verbas estatais específicas para serem gastas com movimentos sociais, sendo

⁶⁸ A BP apresenta uma postura contrária ao recebimento de verba do Estado e também de ONGs pautadas numa lógica neo-liberal de “domesticação” das periferias. Assim, afirma como um princípio central a auto-sustentação do movimento e só aceita contribuição de parceiros na luta diante de três condições: a) o dinheiro não deve ser para manutenção de estrutura ou liberação de militante, apenas para ações pontuais concretas, pois se no futuro o apoio for retirado, isso não influenciará no andamento do trabalho da BP; b) o recurso tem que partir de uma solidariedade incondicional, baseada no critério da verdade, ou seja, no compromisso da BP de que o dinheiro será utilizado exatamente para o que foi solicitado; c) a necessidade da organização que propicia o apoio financeiro se encontrar no mesmo campo hegemônico que a BP.

estas fruto de luta destes movimentos; b) este financiamento é decorrente de dinheiro público e, portanto, de toda a sociedade, quando há muitas décadas foi somente direcionado para um grupo específico da sociedade: o empresariado.

Neste sentido, entrevistados salientam que o recebimento deste dinheiro não deve promover uma limitação na crítica e pressão dos movimentos sociais dirigidas ao governo, pois este dinheiro não deve ser compreendido como solidariedade de um governo, ficando os movimentos em “dívida” com este, mas sim como um direito dos movimentos sociais e uma ação de Estado.

a gente também não cair num certo idealismo assim de achar que a gente não vai de maneira nenhuma nos relacionar com o Estado, porque Estado é Estado. Então, assim, a gente cobra do Estado direitos sociais! Então é justíssimo a gente disputar o Estado, cobrar uma política pública sabe? tentar conseguir dinheiro do governo para financiar as atividades dos Movimentos sabe? na medida em que isso não interfira na nossa autonomia, então isso a gente acha que é legítimo! importante e necessário, porque esse dinheiro que está lá também é dinheiro de contribuição do povo brasileiro. Se a gente deixar isso vai só para as mãos dos grandões, para financiar a manutenção dessa sociedade (Bruno, MTD).

Liliane (ABGLT): o Movimento Social também tem que entender que, às vezes, eu também não sou contra de usar a verba do governo não, porque se a gente não usar o dinheiro ele não vai ser gasto e vai ser sumido, infelizmente. Porque o que que acontece, 10% recebem a verba pra ser gasta com os Movimentos Sociais, não sei se vocês têm idéia.

Entrevistador: Em cada ministério?

Liliane (ABGLT): Da saúde, no caso. Mas o governo federal ele dispõe 10% pra ser gasto, e isso realmente a gente tem que cobrar, porque, por exemplo, Belo Horizonte tem anos que não faz projeto pelo estado. Já entrou coordenador, saiu coordenador, entrou esse homofóbico que já foi mandado embora, e esse dinheiro está indo para onde? Então 10% é para Movimento Social, se a pessoa não for lá no estado e gastar, esse dinheiro é devolvido, e com as suas especificidades. Por isso existem os Conselhos, os Conselhos que lá dentro dos Conselhos vai se deliberar o gasto disso, não é a ONG, que isso é bom a gente ter entendimento também. Que assim, existe, igual eu fiz aquele relato fazendo aquela crítica que a gente esta gastando dinheiro do governo, mas a gente tem que saber como esta gastando, com edital: porque se você esta gastando com edital, você pode bater no governo, agora se eu estou recebendo dinheiro por fora, eu não posso bater no governo. Então, edital, eu estou sendo transparente, porque edital ele vai ser publicado, ele vai saber quanto, ele vai ser passado pelo Conselho, então ele terá uma transparência e tem uma ética. E a gente tem que gastar esse dinheiro, porque se nós não gastarmos esse dinheiro alguém lá vai consumir com esse dinheiro ou vai fazer uma prestaçãozinha, porque papel vale tudo. Então, é preferível que o Movimento faça isso, porque isso tá lá específico dentro da pasta da esfera do programa. Eu vou dar exemplo do Ministério da Saúde: ele pega essa verba, passa pro estado, o estado fica com uma porcentagem dessa verba, e o município tem outra. E nós temos o Plano Plurianual, que o Plano Plurianual que é chamado de PPA, a gente tem que ocupar isso aí, porque o Plano Plurianual você tem que especificar o que você quer nesse Plano Plurianual. E a gente tem que trabalhar com as emendas também, que às vezes a gente não conhece as emendas. Então, o Movimento também tem que ocupar a emenda, fazer com o dinheiro daquele deputado, ele tem que cobrar a emenda, porque senão aquele

dinheiro que seria para o Movimento Social vai para o bolso dele, e a gente não pode deixar, porque ele já recebe muito bem pra não fazer porra nenhuma.

O que que acontecia antes? Quem ocupava e fazia toda essa relação com o governo e com o Estado era sempre um setor, os empresários, se você pegar mesmo de 82 pra cá, Fernando Henrique, quem é que apropriou mais? Todos, eles indicavam os principais ministérios, ocupavam Conselhos de Fundos Públicos pra financiar fomento das entidades deles [...]. Então esse pessoal da Brigadas que lhe falou que quem financia paga a banda é verdade, mas aí quem é que financia? É o Estado Brasileiro. O Estado Brasileiro deve financiar mesmo, pelo menos proporcionalmente como financia os empresários, ele deve financiar os trabalhadores e as suas múltiplas organizações. Não é o governo, é o Estado Brasileiro, isso é sutileza muito grande, porque já no governo Fernando Henrique Cardoso o MST recebia recursos públicos do governo Fernando Henrique Cardoso, não é uma coisa que o governo Lula inventou. Que é o problema aqui agora... então, sempre foi apropriado pelo Estado, pelos empresários, desde 1500 foi pelos empresários. O que está acontecendo, até já no governo do Fernando Henrique começou acontecer um pouquinho, começou... o Collor colocou o Magre que era da Força Sindical como ministro do trabalho, começou outros setores também gradualmente ocupar espaço, não significa que a CUT, a CUT nunca teve no governo, institucionalmente. Assim como a FIEMG quando indica um ministro ou um secretário não é a FIEMG que tá ali, tem uma separação, é muito difícil fazê-la, mas formalmente, por exemplo, o Marinho era presidente da CUT, ele foi pro Ministério do Trabalho, ele não era mais presidente da CUT, saiu, claro, deixou de ser presidente e licenciou formalmente e foi assumir. O Paulinho, ele é deputado federal, ele é presidente da Força Sindical, é diferente o legislativo do executivo, mas se a CUT tiver um presidente que se elegeu deputado federal ele vai licenciar! aí vai cumprir o papel dele de parlamentar entendeu, aí o vice-presidente assume. Então essas... não é errado que o presidente da Força Sindical se eleja deputado, porque todos os empresários lançam deputados, porque nós trabalhadores não podemos lançar? O MST não possa? A CUT não possa? Devemos, que são outras arenas, outros terrenos que vão construindo brechas pra obter conquistas para os nossos representantes, e não só para os nossos representantes, mas para a sociedade, democratização da sociedade, políticas públicas universais, essa coisa toda. Agora, isso que você falou que não consegue entender, antes, eu não gosto muito dessa idéia de parceria, esse termo exatamente, todo mundo abusa desse termo, eu prefiro o termo aliado, esse termo ele possibilita uma movimentação diferente, entendeu, porque via de regra acontece isso que você falou mesmo, sobretudo as entidades que não são nossas, vinculados a nós, pagou fica vassalo, totalmente, sobretudo quando é gente despolitizada, que não tem partido político que orienta ideologicamente, entendeu. Agora é porque a compreensão é como se fosse o governo pagando, não é o governo, é o Estado Brasileiro, como ele financia tudo, ele financia tudo, se você pegar as empresas aí, EMBRAER, tudo, eles pegam dinheiro fora, eles mamam na teta do Estado Brasileiro, aí quando começam outros a receberem recursos “ah, é um crime!” Não é um crime (Temístocles, CUT).

O trecho anterior demonstra o posicionamento do representante da CUT, que afirma não ser apenas direito dos movimentos sociais receberem dinheiro do Estado, mas também que se faz importante para a conquista de suas bandeiras políticas ocuparem cargos institucionais, apoiar candidaturas para o legislativo, na busca de ampliar seus espaços no Estado a partir da inserção nele de representantes dos movimentos sociais. Também Liliane (ABGLT) ressalta a construção da luta política através da via institucional, sinalizando a importância da participação dos movimentos sociais nos Conselhos, na construção do PPA e,

em outra parte da entrevista, salienta a construção de *advocacy* como uma das formas principais de atuação da ABGLT hoje. No site⁶⁹ da ABGLT, a realização de *advocacy* nos espaços executivo, judiciário e legislativo é considerada como uma linha prioritária de atuação desta associação, e no ANEXO V ABGLT (“Projeto Somos. Desenvolvimento Organizacional, Advocacy e Intervenção para ONGs que trabalham com gays e outros HSH (2005)”)), as ações de *advocacy* são entendidas como “fundamentais para se garantir o exercício dos Direitos Humanos dos homossexuais” (p. 32)⁷⁰. Ademais, no documento “Resoluções do I Congresso da ABGLT (2006)” – ANEXO II ABGLT–, aponta-se a importância de se construir candidaturas LGBT, de modo a LGBT ocuparem cargos estratégicos para a explicitação das demandas do movimento, bem como terem suas demandas incluídas nas diretrizes políticas dos partidos políticos.

A CUT e a ABGLT são as que mais parecem se aproximar desta forma de ação, na medida em que os entrevistados dos outros grupos se não negam a importância das vias institucionais, afirmam que elas se fazem muito limitada para a luta política, pois a presença no interior do sistema não permite que se promova o rompimento com o próprio sistema. Além disso, defendem que a conquista das bandeiras políticas deve passar pela centralidade da organização e mobilização popular, e não pelo foco na decisão de alguns representantes nos espaços institucionais.

primeiro é enxergar que por mais que a gente tenha que reivindicar os direitos e que isso vai passar pela relação com o Estado, isso não se dá pelas vias institucionais assim colocadas tipo: “ah, vamos lá fazer uma abaixo-assinado e vamos né fazer ”, que isso não basta! assim, pode até estar casado uma coisa com a outra, mas que na verdade o povo tem que se organizar para ir para rua mesmo, para ir fazer pressão popular! As Assembléias Populares tentam motivar o povo nesse sentido, de que as mudanças que a gente quer mesmo não se consagram dentro desse sistema do jeito que ele está, precisa de um rompimento maior, mas isso só vai acontecer a partir do momento em que o povo se colocar mesmo para fazer isso, que não adianta a gente só colocar seja um representante, é preciso que tenha... a gente precisa de uma democracia direta, que é o povo... então a principal coisa é isso, a gente colocar o povo na rua e colocar o povo! para decidir, para conversar e buscar soluções para seus problemas, e não colocar na mão de uma ou duas pessoas (rsss) (Bernadete, AP-MBH).

⁶⁹ Site: www.abglt.org.br/prt/index.php acessado em 10 de dezembro de 2009.

⁷⁰ Cabe considerarmos que, na atualidade, há no Congresso Nacional uma forte bancada religiosa que impede a aprovação de pautas favoráveis aos LGBT ou ao movimento feminista como a criminalização da homofobia, a legalização do aborto; e também uma forte bancada ruralista, a qual dificulta a aprovação de medidas que beneficiem, por exemplo, a promoção da Reforma Agrária. Condições que apontam para a resistência de adversários dos movimentos sociais em instâncias estatais, colocando em questão tanto a importância dos movimentos sociais construírem um espaço maior no Estado, quanto à dificuldade dos movimentos em conquistar vitórias nestes espaços.

No interior do movimento feminista, durante a década de 1990, as entrevistadas da MMM e da AP-MBH apontam ter ocorrido uma divergência entre as feministas quanto à forma de ação do movimento, tendo alguns grupos feministas optado por atuarem institucionalmente na busca de se conquistar bandeiras políticas do movimento⁷¹. Decisão distinta da MMM, no que tange a esta afirmar a centralidade da organização popular na construção da mudança social, apesar de existirem militantes da MMM em cargos institucionais.

Neste sentido, no documento “Cadernos MMM 2008” – ANEXO II MMM –, aponta-se que a MMM

se constituiu como uma das mais importantes articulações do movimento feminista nos últimos anos. Um aspecto central para essa análise é o fato de ter possibilitado uma recomposição do movimento de mulheres a partir de uma mudança de agenda. Seu método de ação, que busca articular desde as mulheres de base, num amplo processo de mobilização e educação popular, também foi fundamental (p. 08).

Assim, neste documento ressalta-se que a MMM se colocou como alternativa ao processo de institucionalização do movimento feminista, marcado “de um lado [pela] profissionalização das ONGs e, de outro, pela entrada dessa temática no Estado através da criação de estruturas governamentais” (p. 07); e também como uma alternativa à perda de radicalidade do movimento de mulheres, diante do contexto de implementação do neoliberalismo, em que

A globalização era analisada como um dado irreversível e vista a partir de seus efeitos positivos e negativos sobre as mulheres [...] onde a palavra de ordem era ser propositivo, trabalhar em parceria com os governos e organismos multilaterais, colocando o estabelecimento de políticas públicas como um grande horizonte, mas sem questionar os limites dados pelo modelo de Estado vigente. Portanto, definido como ação fazer o possível, sem pretender mudanças estruturais. Por outro lado, as plataformas aprovadas nas conferências da ONU eram consideradas grandes avanços, mesmo que suas definições fossem genéricas, e sem questionar o fato de que elas não entram nos aspectos estruturantes das desigualdades (p. 07).

Salienta-se, contudo, que a entrevistada da MMM aponta que esta decisão não foi pautada na defesa de um afastamento completo com o Estado, e nem acarretou na impossibilidade da MMM construir vínculos com grupos do movimento feminista que escolheram privilegiar as vias institucionais. Mas sim por acreditar que o espaço institucional

⁷¹ Durante o processo de devolução, as participantes da MMM apontaram que, no caso brasileiro, a União Brasileira de Mulheres, a Associação de Mulheres Brasileiras e a Rede Feminista de Saúde são organizações que optaram, no interior do movimento feminista, pela via institucional de luta política.

é insuficiente para a promoção de uma ampla democratização social, tendo a “não aplicação dos planos de ação de igualdade de sexo que foram firmados por governos e instituições internacionais [mostrado] às feministas a importância das ações de rua e das mobilizações massivas” (“Marcha Mundial de las Mujeres 1998-2008 Una década de lucha internacional feminista” - ANEXO IV MMM-, p. 35, tradução nossa) para a efetivação de suas bandeiras políticas.

Entrevistada (MMM): Então, na década de 90 teve uma certa discordância entre as feministas no Brasil, e foi feito um caminho! Era opção! Ou a gente ia para dentro dos gabinetes assessorar! a construção de políticas públicas ou a gente ia construir com as mulheres! a organização e na raiz destes problemas ir, sem deixar de lado as políticas públicas, mas construir valoramento com as mulheres que não estão no espaço institucional, definitivamente não estão. Então, a partir de então a Marcha é vista como movimento de rua! como movimento de contestação, como movimento que o seu principal! foco é esse... construir o fortalecimento através de experiências populares!

[...]

Entrevistador: e aí então qual é a vantagem do feminismo popular em relação a essa...

Entrevistada (MMM): ao... ao feminismo institucional?

Entrevistador: é... esse outro caminho?

Entrevistada (MMM): olha, a vantagem! é que a instituição não dá conta de enxergar o trabalho invisível das mulheres. E o feminismo popular é uma coisa que para mim! e para Marcha a gente já tem até falado um pouco disso, que é educação popular. Sabe? Quem é que é a sujeita da história!? São as mulheres! Então, a Marcha é um sujeito político, é um movimento. Mas, não adianta ter pasta! em não sei aonde... é projeto não sei o quê... sendo que as sujeitas! mulheres continuam sem consciência feminista, sem se sentirem empoderadas para estarem aí nas ruas... então eu acho que a vantagem é a gente engrossar o caldo de mulheres que estejam cada dia mais empoderadas sobre as suas realidades! Então, a gente não abre mão disso!: a educação popular é um princípio de construir feminismo. Então, para isso! não... não dá! para construir! isso dentro de uma secretaria. Não dá! pra construir! isso dentro de um gabinete. Dá sim! para sistematizar, para gerar verba para certos recursos né! Mas, pra fazer mesmo! para constituir esse tão chamado feminismo popular não dá! Porque você vai se chocar com algumas limitações, porque você tá dentro né! ta dentro da instituição! Como é que você vai... romper! com a instituição que você está dentro? Então, eu acho que isso algumas mulheres que são da Marcha vivem... tem suas contribuições, estão lá dentro e elas mesmas falam: “olha! se não existirem vocês aí, não dá! para o nosso trabalho seguir aqui”. Tem gente que está na Coordenadoria da Mulher que é da Marcha... se a gente não tiver se movimentando pela cidade... denunciando e aglomerando cada mais dia mulheres que consigam fortalecer essa consciência feminista, não faz sentido elas lutarem lá na Coordenadoria da Mulher, por exemplo. E... até porque estes espaços! mesmo quando ocupados, eles são espaços mínimos! não têm recursos, são super desvalorizados, têm pouca verba, não têm grana nenhuma para conseguirem o trabalho que querem.

O grupo NA aborda que se a ocupação de espaços institucionais, nos últimos anos, pelo movimento negro foi e é decorrência de uma luta vitoriosa do movimento⁷²; por outro lado, ela não deveria se dar em detrimento da invisibilidade de ações não institucionais desenvolvidas por grupos que também buscam combater a discriminação racial (movimento quilombola, grupos religiosos de matrizes africanas), até mesmo porque outras formas de luta têm sido configuradas no espaço público hoje. Contudo, esta invisibilidade acabou por ocorrer, tendo mais força e visibilidade aquelas pessoas que ocupam cargos institucionais - inclusive são estas que conseguem se eleger como representantes do movimento para irem às Conferências Nacionais realizadas pelo Estado, segundo as entrevistadas.

Flávia (NA): Então, assim, porque na verdade foi se institucionalizando, claro que por causa de luta mesmo do Movimento Negro e aí se viu a necessidade, e o Município através de pesquisas percebeu, aí cria lá específico lá, tem a Coordenadoria do Negro e a Coordenadoria do Negro ela vai estipular o Movimento Negro. Se você for na Coordenadoria do Negro, igual ela passou uma referência, “ah, o grupo de mulheres do Movimento Negro”, ela tem todos lá, mas quando vai para ações, para as ruas, o que vai aparecer é a Coordenadoria, não mais os Movimentos Negros. Que antes você via assim: “o MNU fez um ato na praça 7”, “Agente Pastoral Negra fez não sei o que”. Não, você não vê mais, vai falar: “a Coordenadoria Municipal de Belo Horizonte fez”. Então, descaracterizou um pouco, foi uma luta nossa (rss) bacana, mas agora a gente ficou assim (rsss) a gente queria isso? Queria. Mas aí a gente fica com esse discurso, porque, assim não falando assim, mas é muito o discurso que o branco usa com a gente: “ah, não tem mais Movimento Negro?” Aí você fala: “não, tem Movimento Negro sim, as Negras Ativas é Movimento Negro, o Odum Orixás faz discussão racial”, porque quer desarticular e quer virar para gente e falar que a gente não está discutindo mais? Não, estamos. A gente conseguiu uma luta super bacana que foi uma Coordenadoria, porque não é só a Coordenadoria ali. É, o que a gente quer é que o governo assuma que existe discriminação contra a mulher, contra xxx não sei o que, a gente não queria que fosse uma ação que tampasse as outras ações, que pegasse algumas bandeiras e aí colocasse quando ele achasse melhor em algumas datas

⁷² As entrevistadas do grupo NA apontam como um marco importante da luta do movimento negro no Brasil a Marcha Zumbi dos Palmares, realizada em 1995, a partir da qual foi assinado um decreto presidencial criando um Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de desenvolver políticas públicas favoráveis à população negra. No documento “Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e pela vida (nov.1995)” – ANEXO II NA -, afirma-se que a Marcha contou com a participação de diferentes entidades do movimento negro, espalhadas por todo país, sendo que naquela ocasião “foi entregue ao presidente [Fernando Henrique Cardoso] um documento com as principais reivindicações do Movimento Negro, denunciando o racismo, defendendo a inclusão dos negros na sociedade brasileira e apresentando propostas concretas de políticas públicas” (não paginado).

Ao fazer referência a esta Marcha como um marco na história do movimento negro, Rodrigues (2006) relata que

Para além de uma simples comemoração pelo dia nacional da consciência negra, as organizações negras brasileiras empreenderam discussões sobre reparações e políticas de ação afirmativa, assumindo de vez uma postura de confronto em relação à falsa neutralidade do Estado brasileiro frente às desigualdades raciais. Se, até o início da década de 1990, o foco do movimento negro estava em se desmascarar o mito da democracia racial, a partir de agora há uma mudança para se pensar em políticas de promoção da igualdade racial e o acesso de negros e negras a espaços de decisão e poder (p. 190-191).

comemorativas. Não, não é isso, abafou um pouco? Abafou, mas os Movimentos estão aí, você vai nas comunidades você vê os Movimentos Negros.

Cássia (NA): Agora, de toda forma é bom pra se questionar: “que interlocução existe nesse espaço mais institucionalizado?” “Quais são as vias com visibilidade de quem está fazendo militância nas comunidades tem?” Porque, infelizmente, quem aparece é quem está ocupando cargos altos, é quem está dentro das Coordenadorias mesmo, e aí, por exemplo, no processo de Conferência quem vai pra Brasília não somos nós (rsss), nem nós nem os Quilombolas...

Assim como observado na entrevista com a representante da MMM, as entrevistadas do grupo NA afirmam que a luta desenvolvida fora dos espaços institucionais permite muitas vezes mobilizar e empoderar pessoas que não seriam atingidas por vias institucionais. Consideram ser fundamental a construção de processos de conscientização e de empoderamento para a efetivação da mudança social, sendo este o foco de sua ação, apesar de não serem contrárias às vias institucionais de luta. Ainda apontam, também como a entrevistada da MMM, que a opção pela institucionalização pode acabar por reforçar a deslegitimidade das lutas realizadas por canais não institucionais, inclusive pode contribuir para que adversários dos movimentos sociais afirmem a não necessidade das lutas populares, pois já teriam alcançado legitimidade no interior do Estado. Ademais, segundo a entrevistada da MMM, a centralidade na luta popular acarreta também nos grupos que optaram por esta forma de luta serem deslegitimados como movimentos reformistas.

Outro aspecto importante a se considerar, no que tange à relação entre movimentos sociais e Estado, é a vitória de Lula na disputa presidencial, em 2002, a qual trouxe uma maior complexidade para esta relação, na medida em que os movimentos sociais buscaram se aproximar e apoiar o governo, na expectativa de que enfim a “esquerda” havia assumido o Estado. Entretanto, o que se constatou foi exatamente que a vitória do PT nas urnas não configurou na alteração do Estado desejada pelos movimentos sociais, tendo o governo inclusive apoiado modelos de desenvolvimento que vão na contramão das reivindicações dos movimentos sociais, como no caso da bandeira da Reforma Agrária.

aqui não projeta um governo decente, e nós hoje temos essa clareza que não é mais, não é o projeto da Reforma Agrária, é tanto que o governo hoje não acredita, o governo hoje é... é óbvio acredita no projeto do desenvolvimento pro campo, o agronegócio, essa é uma bandeira do governo. A Reforma Agrária hoje não é mais prioridade dentro desse Governo, por isso que a Amazônia hoje vai para dentro do MDA, que é o Ministério responsável. Então pra nós hoje o sucateamento do próprio INCRA dentro desse governo hoje tem interferido bastante esse processo da aliança nossa com o próprio governo, na expectativa bastante... o corte! no orçamento da Reforma Agrária é um outro exemplo onde que, além do governo ferir a Constituição Brasileira, mas a própria relação histórica do Movimento e das organizações, e não é só do MST não, vamos falar aqui dos Movimentos Sociais. [...] E aí hoje isso nós do MST afirmamos e podemos afirmar com número para

vocês, olha o número de famílias que foram assentadas em 2008, não passou, a nível nacional, do MST foram 8000 famílias em 2008. Então, isso a nível nacional. Então, assim, hoje nós temos todos... talvez assim, todos os argumentos possíveis de dizer assim: “o governo nos últimos anos não fez, se olhar o que fez, foi muito aquém daquilo que historicamente nós acreditávamos lá em 2002 o que iria ser pós 2003 (Edith, MST).

Deste modo, se uma maior abertura do Estado foi possibilitada aos movimentos sociais, e se havia grande expectativa por parte de alguns movimentos sociais em construir processos de democratização social pela via institucional - na medida em que fossem efetivadas amplas reivindicações dos movimentos sociais -, estas expectativas se frustraram. Além disso, houve um enfraquecimento do processo de mobilização social, do caráter contestatório dos movimentos sociais, e uma fragmentação da esquerda brasileira.

o que que acontece né com o Lula: há uma é... todo mundo se aglutinava um pouco em torno do projeto que representava o PT e a figura do Lula assim né. Então para os Movimentos Sociais, a esquerda toda se aglutinava em torno disso, e aí eu acho que com o Governo chegando, o Lula chegando à presidência muitos dos Movimentos vão para dentro do Governo, se tornam Governo. Então, por exemplo, o Movimento de saúde, eu sou enfermeira, então o Movimento de Saúde foi um que todo mundo foi pra dentro do Ministério da Saúde assim sabe. [...] E, assim, lógico que está casado com uma coisa assim: “olha, você tem um projeto, você tem que defender um tipo de projeto”, por exemplo, na coisa da saúde, um projeto onde que o SUS acontecesse, onde que tivesse democratização da participação popular, então você vê oportunidade disso se efetivar, então você vai lá pra construir o projeto. O problema é que é indo para dentro disso se perdeu a mobilização social! não se continuou uma mobilização social pra que realmente garantisse que esses projetos fossem efetivados. Porque é isso né, o Estado não é uma coisa neutra, ele é um Estado capitalista e que tendo uma presença você vai conseguir alguns ganhos, mas você não vai mudar a natureza do Estado estando dentro na burocracia. Você pode conseguir alguns ganhos, pode ter um Governo mais progressista e tal, mas mudanças que realmente impactam, mude na vida das pessoas são mais difíceis. Então, aconteceu isso também, tipo mesmo os movimentos do campo, por exemplo, como o MST, acreditaram que indicando um Ministro, o cara lá do INCRA e tal não sei o que, garantiriam que a Reforma Agrária fosse efetivada. Pelo contrário, o próprio Lula, tem uns cartazes espalhado falando que uma fala do Lula antes, falando que era um absurdo alguém não fazer a Reforma Agrária e tal não sei o que e tal. E hoje a gente vê que há um retrocesso na Reforma Agrária. Tipo, se antes no Fernando Henrique tinha não sei quanto, hoje paralisou, não tem mais desapropriação de terra, não tem mais. Então é lógico que vai se desmistificando ao longo do processo, mas no início todo mundo vai pra dentro do Governo (Bernadete, AP-MBH).

Apesar desta configuração política, que contraria reivindicações dos movimentos sociais, alguns entrevistados afirmam a dificuldade de os movimentos atuarem de forma crítica ao governo, na medida em que o PT sempre foi um aliado histórico dos mesmos, e devido ao receio de que a crítica ao governo acabe por fortalecer a “direita” no país.

a burguesia sabe trabalhar talvez muito bem, é difícil para nós do Movimento que já tem uma tradição de esquerda é... de fato ir contra a essa própria esquerda, a gente... ou você se alia a burguesia, que tá dentro do Estado pra manter essa ordem, quando a gente vai contra o governo a nossa análise seria dar mão a palmatória da direita. Então, assim, o capital de fato ele colocou o Presidente da República de fato com uma capacidade de controlar as massas muito bem controladas, e nós do Movimento não somos diferentes, o Movimento é feito de gente, de gente que votou no Lula (Edith, MST).

Além disso, diante de políticas realizadas pelo governo, considerados por alguns entrevistados como assistencialistas ou compensatórias - na medida em que atendem interesses imediatos da população sem produzir uma alteração efetiva das lógicas de desigualdade e exclusão - o processo de enfrentamento por parte dos movimentos sociais, bem como a mobilização social, é dificultada.

na hora que você vê pesquisas o Lula com 85% de aprovação você fica assim pensando (rsss) como é que é isso assim. Você vai conversar com as pessoas nos bairros, no imaginário das pessoas eles estão xxx, do operário, você ir desmistificando isso é muito difícil. Na hora que chega ainda na cidade isso é mais forte ainda porque está nisso, no cotidiano das pessoas mesmo, então, diversas políticas mesmo assim né que a gente sabe que é compensatória, que isso aí não é nem uma migalha do que realmente o Estado devia fornecer para as famílias, mas que é uma certa resposta a uma demanda imediata que elas tem, então muita gente, muita gente mesmo, está nessa coisa assim do âmbito da sobrevivência mesmo, não é nem uma das possibilidades de acordo de fazer qualquer coisa, é de estar no capitalismo. Então, se consegue lá um apartamentinho e assim mesmo que você saiba que aquilo ali não é o que você devia ter e tem milhares de outras pessoas que não tem nem se quer a possibilidade de ter você acaba lutando por aquilo ali e defendendo isso, que isso também acontece, muitas lideranças começam a defender aquela política (Bernadete, AP-MBH).

o governo desenvolveu um papel que pra nós foi desmobilizador [...]. O Bolsa Família, além de ser um programa assistencialista, ele é um programa em que as pessoas se conformam apenas com aquilo, diferente de se o governo pegasse os 10 bilhões de dólares e investisse em educação, na Reforma Agrária, que não passa hoje de... hoje nosso orçamento pra Reforma Agrária é de dois bilhões de reais. Em todas as ações, por ano, contingenciado, porque foi contingenciado um bilhão agora. Então, olha só, e a Reforma Agrária é um programa que além de gerar emprego, gera educação, gera saúde, gera produção de alimentos, gera várias outras atividades hoje da nossa vida que prepara para vida e para nossa sobrevivência hoje. E o Bolsa Família, gera o quê? Gera uma dependência do Estado que quando cortar as fontes, as pessoas vão fazer o quê? Então, gerou assim um conformismo em torno dessa política pública e uma desmobilização dessa massa hoje, conforma a família. Você se conformar hoje com 150 reais é você se conformar em ser miserável até quando né? (Edith, MST).

Na quebra da expectativa de que as reivindicações dos movimentos sociais poderiam ser efetivadas, acirrou-se o embate entre as organizações da esquerda, havendo um fortalecimento da fragmentação, no sentido em que algumas mantiveram o apoio ao governo, enquanto outras se colocaram numa posição de enfrentamento ao governo.

tem muitas questões que envolvem a dificuldade de criação de unidade dentro da esquerda hoje né? [...] Uma outra dificuldade que a própria eleição do governo Lula criou de pessoas, de organizações, partidos que continuaram apoiando o projeto petista, que não, de popular não tem nada né? E de um outro campo que ficou em posição de enfrentamento ao governo Lula. Então isso criou uma cisão, uma fragmentação ainda maior (Joviano, BP).

Ricardo Gebrim (membro da Consulta Popular), na Plenária Estadual de Minas Gerais da AP, realizada nos dias 05 e 06 de dezembro de 2009⁷³, ao analisar a conjuntura política atual do Brasil, enfatizou a cisão na esquerda diante da vitória da candidatura de Lula à presidência da República. Para ele, esta vitória fez com que o Programa que unificava a esquerda, baseado na palavra de ordem “Lula-lá!” (chegada do Lula à presidência da República) se dissolvesse, acarretando numa divisão da esquerda que pode ser didaticamente representada da seguinte maneira: a) parte da esquerda aceitou a diminuição da radicalidade do Projeto Democrático Popular (construído em torno do PT na década de 1980) e, assim, continuou aliada ao governo; b) parte da esquerda passou a compreender o Lula como um “inimigo” no processo de mudança social, sendo radicalmente contrária ao governo; c) parte da esquerda se aglutina em torno do Projeto Popular defendido pela AP, apoiando o governo Lula quando este se aproxima das reivindicações dos movimentos sociais, mas mantém a luta política e a crítica ao governo quando este é contrário às demandas dos movimentos sociais.

Esta divergência relativa ao governo Lula é também verificada no interior dos próprios movimentos sociais. Stédile, no “Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Edição Especial (Jan-Fev 2009)” – ANEXO II MST –, afirma que:

Muitos companheiros – principalmente na nossa base – gostariam de estar mais próximos do governo, para conquistar mais benefícios. E há outros companheiros que, por esse não ser um governo de esquerda, acham que deveriam ter distância. Os dois estão certos, mas esse não é o centro da questão. O centro é que nós mantivemos nossa autonomia em relação ao governo (p. 05).

No que tange à CUT esta também tem vivenciado desfiliações de entidades, devido à divergência de posicionamento frente ao governo Lula, sendo considerada por estas entidades como uma Central Sindical governista. Na crítica às desfiliações ocorridas, no 10º Congresso Nacional da CUT, realizado este ano, Artur Henrique, presidente da CUT, declarou:

Não adianta nos chamar de chapa-branca. Nos últimos sete anos, quem mais fez greves foram os sindicatos da CUT, incluindo no setor público. Os sem-lutas e

⁷³ Plenária na qual participei das atividades, ocorrida no dia 05 de dezembro de 2009.

outros saíram da CUT, e eu digo que eles serão bem vindos de volta, mas saíram e não causaram o impacto que imaginavam. Sem mexer artificialmente na proporcionalidade, construímos esse grande Congresso. O que precisamos agora é ampliar nossa unidade interna para a disputa com as outras centrais” (documento “Correntes políticas avaliam mandato 2006-2009 e destacam combatividade da Central (agosto 2009)” – ANEXO V CUT -, não paginado).

Para a BP, há hoje no cenário político muitas lendas e poucos partidos políticos, entendendo estes como uma organização política fundada sob um programa político, sendo difícil construir uma classificação precisa dos partidos políticos. Contudo, aponta a importância de situar estes partidos em campos políticos determinados, definindo estes campos no documento “A linha política (maio 2008)” (ANEXO V BP) em “campo reacionário”, “campo neoliberal”, “campo nacional”, “campo da esquerda”.

Para a organização, o campo da esquerda é um campo político extremamente fragmentado, constituído, geralmente, por cisões de partidos maiores que já estiveram vinculados à esquerda; que não possuem um projeto consistente de sociedade; que apresentam grande dificuldade de articulação em torno de um projeto unitário e participação insignificante em governos e parlamentos. As organizações apontadas como destaque deste campo são PSOL, PSTU, PCB, PCO, PCR, Consulta Popular⁷⁴, Refundação Comunista,

⁷⁴ A fragmentação neste campo político pode ser visualizada na relação entre a BP e a AP-MBH. Durante a realização da entrevista com Joviano, a BP fazia parte da AP-MBH; contudo, no momento em que fiz a devolução, Joviano afirmou que a organização não participava mais da AP-MBH. Como justificativa apontou que a AP-MBH apresenta uma concepção de luta política muito atrelada à concepção da Consulta Popular, a qual se caracteriza, segundo o entrevistado, por ser uma organização política constituída por “pessoas ilustradas” que eventualmente no futuro, no processo revolucionário, irão dirigir este processo em torno de um projeto popular para o Brasil. Assim, afirmou que se, por um lado, a BP encontra-se no mesmo campo contra-hegemônico da AP-MBH (aliada à Consulta Popular), por outro lado, diverge desta quanto a concepções da luta política.

Já segundo Bernadete (AP-MBH), a BP nunca explicitou os motivos pelos quais resolveu se desligar da AP. Uma divergência existente entre a AP-MBH e a BP, apontada pela entrevistada, diz respeito ao modo como pensam a construção da luta política: enquanto a AP-MBH defende a relação entre reivindicações locais e reivindicações nacionais, a BP afirma que o projeto popular deve-se focar nas reivindicações locais, na medida em que a aglutinação em torno de pautas nacionais acaba por invisibilizar aquelas. De acordo com a entrevistada, a BP, por exemplo, afirmava que suas reivindicações, por serem locais, ficavam invisibilizadas na AP-MBH. Além disso, outro problema com relação à BP, de acordo com Bernadete, é que esta não assume externamente que é um instrumento político (na devolução que realizei com a BP, entretanto, que ocorreu após a saída da BP da AP-MBH, Joviano ressaltou que a BP se definia como uma organização política); diferente do que faz a Consulta Popular, a qual todos os movimentos sociais que fazem parte da AP-MBH hoje se encontram vinculados, tendo a Consulta Popular surgido nos mesmos moldes da AP. Sendo a questão, portanto, não só de divergências de leitura da conjuntura política pela BP e pela AP (no que tange a forma de construção da luta – afirmando a BP, segundo a entrevistada da AP-MBH, que eles estão focados na construção de trabalho de base, enquanto a Consulta Popular é um instrumento que busca construir quadros para a luta política), mas também da “impossibilidade” (termo utilizado pela entrevistada) de a BP construir hegemonia no espaço da AP. De acordo com a entrevistada, a presença da Consulta Popular na AP nunca teve por objetivo construir um espaço fechado, do qual só pudessem fazer parte aqueles que fossem da Consulta Popular, como se a AP fosse um espaço da Consulta Popular; pelo contrário, busca aglutinar diferentes movimentos sociais em torno da construção do projeto popular. Já a BP está tentando construir outro espaço de articulação de movimentos sociais – o Encontro de Comunidades de Resistência. O receio é que se reproduza no movimento popular o que ocorreu no

Corrente Petista, pequenas tendências no interior do PT. Já a maior parcela do PT e o PSDB são considerados os principais articuladores de outro campo político: o campo neoliberal, composto por

partidos políticos que defendem a modernização conservadora, sem rompimento com a estrutura do regime político vigente. Representam os interesses do grande empresariado nacional e internacional, independente da base social de que são originários. Dirigem as principais capitais e vários estados e possuem maioria nas vagas no Congresso Nacional. Existem diferenças na proposta de condução do modelo neoliberal, contudo convergem nas linhas fundamentais desse modelo (documento “A linha política (maio 2008) – ANEXO V BP -, não paginado).

Nesta relação com o Estado, três pontos podem ser considerados, a partir dos dados coletados junto aos grupos, os quais apontam para uma expansão da hegemonia, na medida em que acarretam no enfraquecimento da radicalidade das lutas dos movimentos sociais.

Um primeiro aspecto diz respeito à *concentração da luta política nas vias institucionais*. Esta concentração acarreta no enfraquecimento da mobilização social, no sentido em que acaba por colocar à margem o trabalho de organização popular, promovendo um afastamento com as bases dos movimentos. Ademais, contribui para a invisibilidade de ações construídas por grupos que buscam se focar na construção de lutas populares, ou ainda, a deslegitimação das lutas populares frente à afirmação de que os movimentos já se encontravam integrados ao Estado. Em concordância com estas limitações, a entrevistada da Marcha salienta a importância do feminismo popular:

na época da Lei Maria da Penha, a gente tava junto! A gente sabe! que a Lei Maria da Penha ela não vai resolver a violência, então nosso trabalho não é é... também virar as coisas, a gente ajuda a construir. Tem mulheres pelo interior deste país ou por outras cidades que ajudam... tão ajudando a construir as delegacias e tudo. Isso é uma ação! que faz parte! da vida destas mulheres, mas a gente acredita que o papel! do movimento é combater o machismo e antever! essa violência. Então como que a gente antevem essa violência? Então o trabalho concreto é na discussão sobre a autonomia mesmo! das mulheres. O que é essa autonomia? Autonomia financeira, autonomia... psicológica... então, para gente fortalecer o feminismo popular! é uma ação que se a gente não fizer ninguém vai fazer.

Ademais, a centralidade nestas vias institucionais acaba por promover também dificuldades de vínculos entre os movimentos sociais, na medida em que as reivindicações são incorporadas de maneira fragmentada pelo Estado, sendo criadas Secretarias, Coordenadorias

movimento sindical: isolamento entre as Centrais Sindicais, sendo a principal divergência entre elas relativa à aproximação de cada uma a um partido político.

ligadas a pautas de movimentos sociais específicos e que, por vezes, apresentam dificuldade de comunicação. Liliane (ABGLT) aponta, por exemplo, dificuldades em se integrar a discussão LGBT no interior da SEPPIR (Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial), apesar de hoje já se terem construído alguns acordos.

eu estive numa reunião até com o ministro da SEPPIR para gente fazer um posicionamento com a SEPPIR também, porque quando vai discutir a questão racial ela tem um poder muito grande, mas só que quando vai discutir a questão GLBT a SEPPIR acaba não tendo um olhar na questão dos LGBT afro-brasileiros. Você é macaco então é uma questão que vai ser posicionada porque é racismo, ou você é preto, mas se for a questão de falar que é viado e ele for negro não vai ter um questionamento. Então a gente pegou isso e teve uma reunião juntamente com o ministro colocando a nossa bandeira dentro da SEPPIR (Liliane, ABGLT).

Vide também as próprias Conferências de Políticas Públicas, sendo cada uma delas direcionadas a determinadas populações – Conferência de Política Pública para Juventude, Conferência de Política Pública para as Mulheres, Conferência de Política Pública de Igualdade Racial, Conferência de Política Pública LGBT, entre outras – reforçando, assim, uma dinâmica baseada na lógica da diferença, além de nem sempre as deliberações propostas nas mesmas serem efetivadas pelo Estado. Segundo o documento “A Linha Política (maio 2008)” (ANEXO V BP),

O regime político brasileiro, manifestação do Estado capitalista, é impermeável, ou seja, não atende as necessidades de participação popular nas principais decisões políticas. Porém se manifesta com uma capa de porosidade quanto às decisões secundárias, que não alteram substancialmente a orientação prevalecente, a orientação neoliberal. A multiplicação de conselhos, conferências, e fóruns temáticos criaram uma espécie de “participacionismo”, gerando a ilusão de democracia participativa. O que está colocado na verdade é uma estrutura eficiente de legitimação do regime e cooptação de movimentos sociais e lideranças políticas sob uma agenda governamental (não paginado).

O segundo aspecto diz respeito aos *vínculos dos movimentos sociais com partidos políticos*. Estes, por um lado, acarretam em dificuldades para a construção de enfrentamentos a governos representados por partidos que apresentam alianças com os movimentos sociais, como é o caso do PT, por mais que os movimentos reconheçam a importância desta autonomia e busquem construí-la.

Por outro lado, também fortalece a fragmentação entre os próprios grupos da esquerda, na medida em que implica em desacordos entre estes grupos com relação à proximidade com um ou outro partido, levando à promoção de lutas isoladas e à dificuldade de colocar em

debate pautas e concepções distintas sobre a construção da luta política. Assim, torna-se mais difícil a construção de enfrentamentos conjuntos à hegemonia dominante e se fortalece a organização das lutas em torno da lógica da diferença, facilitando a absorção das demandas pela hegemonia, servindo à sedimentação desta e, portanto, ao enfraquecimento das possibilidades de articulação entre os diferentes movimentos sociais.

Esta fragmentação, decorrente da proximidade partidária dos grupos, é visível nos processos de desfiliação que a CUT tem vivido. Segundo Temístocles (CUT) é fundamental que as Centrais Sindicais possuam uma autonomia política, financeira e organizativa em relação a partidos políticos, já que não deve ser nem oposicionista nem governista por princípio, e sim capaz de dialogar autonomamente com o governo. Contudo, desfiliações da CUT estão ligadas à consideração da mesma como governista, posição incorreta, segundo Temístocles (CUT), e também de acordo com Artur Henrique, presidente da CUT, como vimos no trecho do ANEXO V CUT explicitado anteriormente.

Ainda um terceiro aspecto deve ser considerado. Este se remete à segunda simplificação que Laclau (2005) afirma ser importante esclarecer⁷⁵, de modo a evidenciar *deslocamentos presentes nos projetos hegemônicos não só relativos à lógica da diferença*. Segundo Laclau (2005), a absorção diferencial, de modo não antagônico, dentro do sistema simbólico existente, não é a única possibilidade à articulação de uma demanda dentro de uma cadeia equivalencial contra-hegemônica.

Laclau (2005) aborda a situação em que a fronteira antagônica, sem desaparecer, se borra, a partir da tentativa, por parte da hegemonia, de dissolver a cadeia equivalencial contra-hegemônica, através do estabelecimento de uma cadeia de equivalência alternativa a esta, constituída pela articulação entre demandas desta cadeia e demandas que fazem parte da hegemonia dominante, ou seja, que se opõem àquele campo contra-hegemônico.

Deste modo, uma mesma demanda particular recebe pressão advinda de dois projetos rivais e, com isso, a autonomia desta demanda é referenciada não somente na sua independência com relação à articulação equivalencial em torno da cadeia em que está articulada (ou seja, àquilo que apresenta de particularidade na relação equivalencial); mas também numa indecisão entre fronteiras equivalenciais alternativas, nas quais se articula em torno de laços equivalenciais totalmente distintos (isto é, a autonomia aqui se remete às suas virtualidades equivalenciais). Assim, teríamos duas maneiras antagônicas de construção da representação da plenitude ausente da sociedade, ou seja, do “povo” como ator histórico,

⁷⁵ A primeira simplificação foi discutida no capítulo anterior desta dissertação.

dependendo a significação deste de uma luta hegemônica, comportando o significante “povo” como um significante flutuante.

Diante desta consideração de Laclau (2005), na relação entre movimentos sociais e Estado aqui apresentada, podemos observar uma aproximação com esta lógica hegemônica de enfraquecimento da radicalidade de laços contra-hegemônicos na vitória de Lula à presidência da República.

Lula e o PT, segundo alguns entrevistados, historicamente, estiveram ao lado dos movimentos sociais, construindo conjuntamente com estes outra alternativa de Brasil, a qual se configurava na construção do Projeto Democrático Popular. Contudo, ações do governo Lula foram construídas em favor de grupos que se encontram exatamente no interior do projeto hegemônico contrário a estes movimentos sociais que se uniam em torno do Projeto Democrático Popular.

É diante desta compreensão que podemos entender o relato de Edith (MST), que afirma que o projeto de desenvolvimento para o campo enfatizado pelo governo Lula é o do agronegócio, não sendo a reforma agrária uma prioridade, diferente de quando, como aponta Bernadete (AP-MBH), Lula afirmava ser um absurdo não se realizar a reforma agrária no país. Ou também a colocação da BP, no ANEXO V BP, de que o PT e o PSDB são os principais articuladores de um mesmo campo político, caracterizado por partidos políticos que defendem uma “modernização conservadora” e que representam os interesses do grande empresariado nacional e internacional.

Apesar disso, os movimentos encontram dificuldades de enfrentamento ao governo, com o receio de favorecerem, desta maneira, seus próprios adversários. Neste sentido que podemos citar, mais uma vez, a colocação de Edith (MST):

a burguesia sabe trabalhar talvez muito bem, é difícil para nós do Movimento que já tem uma tradição de esquerda é... de fato ir contra a essa própria esquerda, a gente... ou você se alia a burguesia, que tá dentro do Estado pra manter essa ordem, quando a gente vai contra o governo a nossa análise seria dar mão a palmatória da direita. Então, assim, o capital de fato ele colocou o Presidente da República de fato com uma capacidade de controlar as massas muito bem controladas, e nós do Movimento não somos diferentes, o Movimento é feito de gente, de gente que votou no Lula (Edith, MST).

Deste modo, poderíamos dizer que se o Projeto Democrático Popular, estabelecido em torno do PT, servira até um dado momento como um “significante vazio”, possibilitando uma delimitação de fronteira entre esquerda e direita, a articulação do PT e de Lula com atores contrários àquela cadeia de equivalência contra-hegemônica fizeram com que o Projeto

Democrático Popular deixasse de ser um significante que abarcasse a pluralidade de antagonismos democráticos que fazia parte da cadeia. Assim, os significantes “esquerda”, o “povo”, tomaram o lugar de um “significante flutuante”. Diante do Projeto Democrático Popular não mais representar a “plenitude ausente” da ordem simbólica, novos projetos têm tentado disputar o “nome” a ser conferido à esquerda, como é o caso do Projeto Popular para o Brasil, sem contudo o PT e o Lula se tornarem, para todos os antagonismos democráticos, atores antagônicos a eles.

Neste sentido, se faz possível entender a dissolução da esquerda, apontada por Ricardo Gebrim (membro da Consulta Popular) na Plenária Estadual de Minas Gerais da AP - realizada em dezembro de 2009 - ao redor de projetos distintos e os rompimentos de vínculos que ocorreram entre movimentos sociais e as divergências internas aos próprios movimentos sociais. Junto a esta dissolução da esquerda, Gebrim também ressaltou que há outro agravante para a mudança social: para parte da base dos movimentos sociais, o programa atual do PT é o que mais se aproxima de um programa da esquerda no Brasil, sendo desprezadas possibilidades mais radicais da esquerda.

Bernadete (AP-MBH) observa que, atualmente, os espaços de vínculos entre movimentos sociais na região metropolitana de Belo Horizonte encontram-se isolados entre si, gerando dificuldades de construção de lutas conjuntas e de uma mobilização mais ampla: a AP-MBH (mais voltada para o trabalho de base, sendo composta por movimentos de bairro, movimentos sociais e pastorais sociais); o Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial (reúne sindicatos, sobretudo, aqueles vinculados à CUT); o Fórum Mineiro de Luta, o qual construiu dois Seminários Contra a Crise, aglutinou movimentos sociais em torno da luta do dia 30 de março de 2009 e a luta do dia 1º de maio de 2009, mas já nesta última se encontrava enfraquecido, devido ao fato de existir outro Fórum, em âmbito nacional, que tinha objetivos semelhantes a este – o Fórum das Centrais Sindicais. Deste modo, hoje não há nenhum espaço que consiga aglutinar todos os movimentos sociais, gerando dificuldades em mobilizar os diferentes movimentos sociais em torno de uma luta conjunta.

Diante do reconhecimento da insuficiência do governo Lula em efetivar um projeto político capaz de satisfazer as reivindicações de movimentos sociais que construíram historicamente lutas conjuntas com o PT, na avaliação da MMM - presente no documento “Jornal da Marcha (out. 2005)” – ANEXO I MMM -, o governo Lula

a despeito de melhorar algumas políticas públicas, duas coisas fundamentais não mudaram: o esquema político da governabilidade baseada em aliados de ocasião mantidos com benefícios e a ilusão do poder que pode comprar a impunidade [...]

Também não mudou a política econômica neoliberal. O ministro Palocci [...] tenta nos convencer de que não há alternativa, mas na verdade trata-se de uma opção política em favor do capital. O desemprego permanece alto e os empregos criados se concentram na faixa de até dois salários mínimos. Ao agir desta maneira o governo e o partido forneceram à direita a possibilidade de ir para o ataque, de se apresentarem como éticos, de afirmarem que não há alternativa de esquerda que não seja corrompida no exercício do poder, de que não há homem do povo que possa governar o país (p. 01).

Contudo, se estes aspectos relativos à expansão hegemônica – *concentração da luta política nas vias institucionais; vínculos dos movimentos sociais com partidos políticos; deslocamento presentes nos projetos hegemônicos não só relativos à lógica da diferença* – devem ser considerados na análise das possibilidades de um projeto contra-hegemônico, é importante salientar a complementaridade entre Estratégias de Articulação e Estratégias de Aliança que temos debatido nesta dissertação. Deste modo, consideramos também o quão importantes ações em torno de demandas específicas podem ser para a construção da mudança social.

Assim, se a expansão da hegemonia, por um lado, objetiva manter a disputa entre os grupos em torno de laços diferenciais e enfraquecer a radicalidade da luta contra-hegemônica; por outro lado, o reconhecimento da existência dos subcidadãos no interior da hegemonia possibilita, mesmo que de maneira ainda incipiente, tornar visível a precariedade de toda hegemonia e fortalecer a socialização da política (DOIMO, 1993; DAGNINO, 2000). Desta maneira, pode proporcionar a inserção de pautas até então invisibilizadas ou marginalizadas, e a compreensão por parte dos subcidadãos de que estes têm direito a ter direitos, e que o espaço público não deve se reduzir a grupos privados⁷⁶.

Em convergência com esta consideração, Prado & Costa (2009), ao analisarem a dinâmica dos movimentos sociais contemporâneos a partir de noções como aquelas de

⁷⁶ Se críticas ao governo Lula foram apontadas por todos os entrevistados, avanços também foram considerados por alguns entrevistados, a partir da eleição do governo Lula. O entrevistado da CUT afirma que diferente de momentos anteriores, não se tem realizado uma política, pelo executivo federal, de criminalização dos movimentos sociais; ocorreu um expressivo aumento de recursos para a agricultura familiar, apesar de também ter se financiado o agronegócio e não ter sido realizada a reforma agrária desejada; se criou um expressivo número de empregos; foi possibilitada a construção de diálogo com os movimentos sociais, promovendo uma democratização do Estado; foram construídas Conferências Temáticas de Políticas Públicas. A liderança da ABGLT também aponta a promoção destas Conferências como um avanço, bem como o Plano Nacional que vem sendo desenvolvido junto ao Estado para a construção de políticas LGBT. O MST também, mesmo que crítico ao governo, reconhece que, sobretudo no primeiro mandato do governo Lula, ocorreram alguns avanços no campo da agricultura familiar. O MTD também reconhece que avanços foram realizados, enfatizando inclusive que apesar de não se estar satisfeito com o governo Lula e nem ser possível dizer que este é um governo que possui um conteúdo político de interesse dos trabalhadores, diferente de outros setores da esquerda, não apóia a concepção de que não há diferenças entre um governo do PT e um governo do PSDB.

hegemonia, concebida por Laclau e Mouffe, de política e polícia⁷⁷, trabalhadas por Jacques Rancière, afirmam:

a instituição das partes dos “sem parcela” no interior da hegemonia, é condição para a emergência da política, ou seja, da visibilidade da contingência de toda polícia, na medida em que os “sem parcela” instituem uma nova divisão do sensível ao constituírem outra comunidade na qual executando uma série de atos de palavras que mimetizam aqueles concebidos como dotados de palavra, descobrem-se pela transgressão como seres falantes (como seres passíveis de firmar promessas e estabelecer contratos) e, assim, reivindicam serem contados: a compreensão do dano do sensível pelos “sem parcela” já os fazem necessariamente iguais àqueles concebidos como dotados de palavra, já que pressupõe uma divisão igualitária que destrói aquela divisão anterior (p. 79).

4.2 Expurgo à diferença

Este outro modo de resistência da hegemonia frente a reivindicações dos movimentos sociais - diferentemente do modo de expansão hegemônica, no qual algumas pautas dos movimentos sociais são reconhecidas, mesmo que de maneira parcial – caracteriza-se por invisibilizar ações em defesa da ampliação da democratização social por parte destes movimentos e por construir maneiras de criminalizá-los, de forma a não apenas deslegitimá-los, contribuindo para a desmobilização social e para a diminuição do apoio social às lutas, mas também de justificar ações repressivas sobre os mesmos. Setores conservadores do judiciário, do legislativo e da imprensa são vistos por alguns entrevistados como importantes atores na realização destas ações contrárias aos movimentos sociais.

Cabe lembrar aqui a constituição de uma concepção neo-conservadora, apontada por Laclau e Mouffe (1985), que, frente à influência do imaginário democrático na emergência dos novos antagonismos políticos, afirma que a sociedade vive um ‘excesso de democracia’ e uma onda de igualitarismo que tem feito dela ingovernável; que se está colocando em risco o verdadeiro ideal de igualdade ao se substituir a noção de igualdade de oportunidades pela de igualdade de resultado, de igualdade entre indivíduos pela de igualdade entre grupos.

No documento “Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e pela vida (nov.1995)” – ANEXO II NA –, aponta-se a omissão, por parte da imprensa, das reivindicações publicizadas por esta Marcha - marco na luta do movimento negro no Brasil - e

⁷⁷ Rancière (1996) define *política* como uma conturbação do curso do consentimento, um rompimento com a distribuição geométrica das partes que compõem uma comunidade, a partir do desvelamento da contingência daquela ordem e, assim, da visibilidade da igualdade de qualquer um com qualquer outro. Já a *polícia* é entendida como o conjunto de processos pelos quais se opera aquela ordem do consentimento e da gestão dos corpos.

dos resultados da mesma, como o decreto presidencial de criação do Grupo de Trabalho Interministerial, com fins ao desenvolvimento de políticas públicas de valorização da população negra: “O texto do decreto, negligenciado pela grande imprensa, como de resto o documento da Marcha e tudo o mais, só teve circulação até agora no Diário Oficial” (não paginado).

A direção do MST, no Editorial do “Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Abr. 2009)” – ANEXO IV MST –, aponta para a forma como a ação de deslegitimação dos movimentos sociais e a justificativa da repressão aos mesmos se vincula diante de ações da mídia e dos Poderes do Estado:

Antes mesmo que os setores reacionários do poder judiciário, a mídia trata de criminalizar as lutas populares, as organizações da classe trabalhadora e seus militantes e dirigentes. Não interessam os fatos ou a realidade. Interessa a versão dos fatos, interessa a realidade que a mídia cria para atender seus interesses e objetivos corporativos. Criado o clima junto à sociedade de estigmatizar as lutas, sempre haverá um juiz de plantão para criminalizar as lutas populares ou uma repressão policial justificada. Assim, as classes dominantes buscam, constantemente, aperfeiçoar seus instrumentos políticos, ideológicos e repressivos para, cada vez mais, restringir e coibir as lutas populares como forma das classes subalternas de fazerem política. [...] Os seguidos pronunciamentos dados pelo atual presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), doutor Gilmar Mendes, telefonando para que os governadores estaduais atuem contra as ocupações de latifúndios, também se inserem neste contexto de inibir a atuação dos movimentos populares e de preservar os interesses do capital (p. 02).

Uma ação recente de criminalização do MST foi decorrente de uma ocupação feita pelo movimento em uma fazenda “grilada” (segundo o MST) pela empresa Cutrale, tendo sido noticiada pela imprensa a realização de vandalismos por parte dos integrantes do MST na fazenda. Diante desta divulgação, considerada pelo MST como uma manipulação de informação, no documento “Nota de esclarecimento sobre os recentes acontecimentos (out. 2009)” – ANEXO I MST – referente à ocupação da fazenda da Cutrale, o MST esclarece:

Os companheiros e companheiras do MST de São Paulo reafirmam que não houve depredação nem furto por parte das famílias que ocuparam a fazenda da Cutrale. Quando as famílias saíram da fazenda, não havia ambiente de depredações, como foi apresentado na mídia. Representantes das famílias que fizeram a ocupação foram impedidos de acompanhar a entrada dos funcionários da fazenda e da PM, após a saída da área. O que aconteceu desde a saída das famílias e a entrada da imprensa na fazenda deve ser investigado. [...] O MST luta há mais de 25 anos pela implantação de uma Reforma Agrária popular e verdadeira. Obtivemos muitas vitórias: mais de 500 mil famílias de trabalhadores pobres do campo foram assentados. Estamos acostumados a enfrentar as manipulações dos latifundiários e de seus representantes na imprensa. À sociedade, pedimos que não nos julgue pela versão apresentada pela mídia. No Brasil, há um histórico de ruptura com a verdade e com a ética pela grande mídia, para manipular os fatos, prejudicar os trabalhadores e suas lutas e defender os interesses dos poderosos. Apesar de todas as dificuldades, de nossos

erros e acertos e, principalmente, das artimanhas da burguesia, a sociedade brasileira sabe que sem a Reforma Agrária será impossível corrigir as injustiças sociais e as desigualdades no campo. De nossa parte, temos o compromisso de seguir organizando os pobres do campo e fazendo mobilizações e lutas pela realização dos direitos do povo à terra, educação e dignidade (não paginado).

No momento próximo a esta divulgação “manipulada” de informações, segundo o MST, foi aprovada no Congresso Nacional Brasileiro uma CPI para investigar a relação entre o MST e repasses de recursos públicos destinados à Reforma Agrária para o MST, a partir do requerimento da senadora Kátia Abreu (Democratas – TO), e sob forte pressão dos partidos de oposição (PSDB, Democratas).

Para a autora do requerimento, “O MST enfrenta a sociedade brasileira e o Congresso Nacional. Eles não têm limites nem medo de nada porque o governo ampara silenciosamente - e outra vez pelo INCRA e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - repassando recursos de cooperativas de fachada” (Documento “Governo ampara invasões do MST (out. 2009)” – ANEXO VII MST – ,não paginado).

Contudo, como apresentado anteriormente, de acordo com Edith (MST),

O que tem de convênio com o governo é para prestar serviço que o governo deveria prestar para entidades que apóiam! o Movimento Sem Terra, e que é totalmente legal. Está lá nas leis tudo aí que isso deveria ser feito, inclusive quem gerou isso daí foi o governo passado, que são os tucanos, que são os democratas, que hoje em dia perseguem em relação... olha que contradição: eles sucateiam todos os serviços básicos que deveriam ser prestados como educação, como assistência técnica, como saúde, aí quando as Entidades que são solidárias se cadastram para prestar o serviço de assistência técnica, contratam os agrônomos que saíram das Universidades e botam os agrônomos para fazer assistência técnica, contrata médico, enfermeiro e etc. para fazer a assistência básica de saúde, e contrata educadores, as Universidades, principalmente, eles vêm bater nisso. Foram eles que retiraram esse serviço que o INCRA antes prestava, que os Ministérios prestavam e geraram! essa terceirização de serviço através das ONG e agora sucateiam.

E segundo um Manifesto produzido pelo MST, contrário à criminalização do movimento:

O ataque ao MST extrapola a luta pela Reforma Agrária. É um ataque contra os avanços democráticos conquistados na Constituição de 1988 – como o que estabelece a função social da propriedade agrícola – e contra os direitos imprescindíveis para a reconstrução democrática do nosso País. É, portanto, contra essa reconstrução democrática que se levantam as lideranças do agronegócio e seus aliados no campo e nas cidades. E isso é grave. E isso é uma ameaça não apenas contra os movimentos dos trabalhadores rurais e urbanos, como para toda a sociedade. É a própria reconstrução democrática do Brasil, que custou os esforços e mesmo a vida de muitos brasileiros, que está sendo posta em xeque. É a própria reconstrução democrática do Brasil, que está sendo violentada. É por essa razão que se arma, hoje, uma nova ofensiva dos setores mais conservadores da sociedade

contra o Movimento dos Sem Terra – seja no Congresso Nacional, seja nos monopólios de comunicação, seja nos lobbies de pressão em todas as esferas de Poder. Trata-se, assim, ainda uma vez, de criminalizar um movimento que se mantém como uma bandeira acesa, inquietando a consciência democrática do país: a nossa democracia só será digna desse nome, quando incorporar todos os brasileiros e lhes conferir, como cidadãos e cidadãs, o direito a participar da partilha da riqueza que produzem ao longo de suas vidas, com suas mãos, o seu talento, o seu amor pela pátria de todos nós (“Em defesa da democracia e do MST (set. 2009)” – ANEXO VI MST -, não paginado).

Bernadete (AP-MBH) aponta a ação de criminalização dos movimentos sociais por parte da imprensa como uma contribuição para a desmobilização social, na medida em que

quando a gente faz essas é... de ir pra rua, de fazer algum tipo de enfrentamento somos tidos como como bandidos, como gente que está destruindo patrimônio público, que está fazendo, prejudicando os outros, sendo que na verdade o prejuízo está sendo muito maior (rsss) para o povo do que aquilo que está sendo colocado.

Cássia (NA) também afirma ser a mídia um “grande adversário” dos movimentos sociais e, assim, aponta a importância de se construir meios de comunicação que sejam capazes de promover algum enfrentamento aos posicionamentos ideológicos contrários aos movimentos produzidos por aquela.

É, a mídia convencional acho que é o nosso grande, assim, eu acho que a mídia ela não existe sozinha, mas quem está por trás, né, assim, quem usa essa mídia enquanto instrumento ideológico, acho que é um grande adversário que não só a gente tem, acho que boa parte dos Movimentos, mas a gente fica muito conversando que precisa de desenvolver uma estratégia de comunicação que dê conta de fazer uma cosquinha nessas estratégias aí midiáticas e poderosas mesmo, sabe, Fred (Cássia, NA).

Compreensão também ressaltada no documento “A linha política (maio 2008)” - ANEXO V BP –, no qual se aponta a dificuldade de construção de uma imprensa de “classe”:

A imprensa possui um papel importante na disseminação da ideologia do Bloco Neoliberal. As camadas médias da sociedade são as principais consumidoras da imprensa escrita, consomem publicações, sejam jornais, revistas, livros, etc. majoritariamente alinhados a ideologia dominante. A mídia eletrônica de massas com destaque para as emissoras de TV e rádio são as principais fontes de informação para a classe trabalhadora, e por isso oferecem uma cultura rebaixada e conservadora. Até o momento as organizações não conseguiram construir um enfrentamento real neste campo, ações dispersas e pouco organizadas existem e resistem a repressão estatal, com destaque para as rádios comunitárias. Os sindicatos e partidos de esquerda se retiram da luta por uma mídia da classe e priorizam seu trabalho em boletins inofensivos, ou exploram pequenos espaços cedidos pela mídia burguesa (não paginado).

Cabe considerar ainda, quanto a estas dificuldades de disseminação de práticas e discursos da esquerda, seja mediante a omissão e criminalização dos movimentos sociais, seja mediante a dificuldade em se construírem meios de comunicação favoráveis aos movimentos sociais, o enfraquecimento da Teologia da Libertação na Igreja Católica e o fortalecimento de grupos conservadores no interior da Igreja Católica, bem como de Igrejas protestantes também conservadoras. Condições estas apontadas no momento de devolução com a MMM e com a entrevistada da AP-MBH e no documento “A linha política (maio 2008)” - ANEXO V BP.

Na Igreja Católica a Teologia da Libertação passa por um momento de profunda desmobilização, as pastorais sociais diminuíram significativamente sua capacidade de mobilização e diálogo político com a sociedade. O neopentecostalismo atinge hoje cerca de 20 % da população, as principais Igrejas deste tipo, atuam como grande empresas no mundo da comunicação, dirigindo inúmeras rádios e canais de tv (ANEXO V BP, não paginado).

Como observa Sader (1988), a Teologia da Libertação, a partir da atuação das pastorais sociais, teve papel importante na emergência dos movimentos populares brasileiros na década de 1980, ao servir como um discurso mobilizador para as classes populares, possibilitando a estas se reconhecerem como cidadãos que apresentavam “direito a ter direitos”, devendo lutar coletivamente contra os fundamentos da injustiça social. Diante do período ditatorial brasileiro, o espaço das pastorais católicas era uma das únicas possibilidades de comunicação da esquerda com aqueles que objetivava mobilizar para a luta política.

Estes dois modos de resistência da hegemonia a alternativas antagônicas a ela – expansão hegemônica e expurgo à diferença - demonstram dificuldades para a construção de um projeto contra-hegemônico, atuando, por um lado, no enfraquecimento da radicalidade das lutas e, por outro, na deslegitimação dos movimentos sociais. Ao discutir a democratização na América Latina no interior do quadro neoliberal dos anos 1990, Baquero (1996) afirma que a efetivação das reformas econômicas desejadas pelo programa neoliberal depende do enfraquecimento de grupos de oposição às políticas neoliberais, as quais - como apontado por Baierle (2000) e Dagnino (2000) - têm acarretado na eliminação de direitos consolidados, na precarização de políticas sociais e na ampliação das desigualdades sociais.

Diante destas dificuldades e das possibilidades de vínculos discutidas no capítulo anterior, sob que concepções políticas, referentes ao desenvolvimento da história e ao sujeito da luta política, os processos de democratização têm sido compreendidos pelos grupos

entrevistados? Que formas de ação consideram importantes para a realização destes processos? Foi a partir destas questões que buscamos discutir no próximo capítulo a última categoria construída para esta dissertação: *mudança social*.

Capítulo 5

Concepções de luta e o processo de democratização social: indeterminação da história, pluralidade de sujeitos políticos, formas de ação

Para os entrevistados, a sociedade almejada é uma sociedade marcada pela justiça social, pela desnaturalização e rompimento com os privilégios existentes na sociedade brasileira que acarretam na desigualdade e na exclusão de diferentes grupos sociais. O caminho apontado para esta mudança social está baseado, sobretudo, no acúmulo de conquistas parciais, no estabelecimento de relações entre lutas cotidianas e decorrentes de necessidades imediatas e lutas políticas mais amplas, de modo a constituir, a partir e na construção de um processo parcial de conquistas, um bloco contra-hegemônico.

Compreender este caminho exige que levemos em conta noções de desenvolvimento da história e de sujeito histórico da luta política, de forma a apontar o “como” (modo que ocorrerá) e o “quem” (os responsáveis pela realização) da mudança social. Neste capítulo abordaremos a última categoria analisada nesta dissertação: *mudança social*⁷⁸.

Afirmações próximas a concepções marxistas tradicionais de transformação social são observadas em algumas entrevistas, como se pode notar na afirmação de que a superação do “capitalismo” é o fim capaz de englobar a totalidade do social, de modo que as lutas por “reconhecimento”, em algumas passagens, são concebidas, mesmo que consideradas importantes, como incapazes desta totalidade por serem lutas fragmentárias.

Contudo, considerações sobre a luta cotidiana apontam para a importância de se rever a noção de “classe trabalhadora”, de se reconhecer a pluralidade de hierarquias sociais a serem enfrentadas na luta política, de se conquistar vitórias, ainda que parciais, para a construção de “outro mundo possível”. Estas considerações se aproximam muito menos de definições precisas e apriorísticas relativas ao processo histórico, de uma teleologia da história, mesmo que se afirme como horizonte a superação do capitalismo; e muito mais da necessidade de se considerar aspectos conjunturais no desenvolvimento da luta política, apontando para uma indeterminação quanto à forma da mudança social.

Entrevistador: Como seria possível essa transformação social? Como vocês pensam essa mudança da sociedade?

⁷⁸ Como indicado no Capítulo 2, esta categoria compreende concepções dos grupos sobre o processo de democratização social, bem como formas de ação consideradas pelos mesmos como importantes para se alcançar a sociedade almejada.

Bruno (MTD): Oh, primeira coisa que eu acho importante é... a gente... até nos estudos a gente vai descobrir muito isso e na observação da experiência do dia a dia da luta: que não dá para a gente ficar fazendo previsões, bolas de cristal, dizendo exatamente a forma como vai se dar o processo de Revolução, é... isso é uma coisa muito séria, muito importante pra nós.

A teoria da Revolução Brasileira deve ser concebida enquanto uma ação prático-reflexiva de interpretação da formação social e econômica do Brasil. Neste sentido não cabe dogmas e fórmulas postuladas a priori, pois é a própria dinâmica da luta de classes, o terreno fértil que propiciará a superação da sociedade burguesa. Deste modo o caminho ao socialismo no Brasil, é resposta às mazelas geradas pelo desenvolvimento do capitalismo, processo pelo qual nos constituímos enquanto povo, entendendo este como todos aqueles setores sociais vítimas da exploração capitalista e da dependência externa (Documento “A linha política (maio 2008)” - ANEXO V BP, não paginado).

Os entrevistados salientam a importância de se considerar conjunturas relativas ao sistema hegemônico. Isto pode ser verificado, por exemplo, na compreensão de alguns deles quanto à crise econômica mundial que emergiu em 2008. Para eles ela possibilitaria uma maior abertura à construção de vínculos entre os diferentes movimentos sociais e colocaria novamente em pauta o socialismo, já que é uma crise da lógica do próprio sistema hegemônico, e que exigia uma resposta coletiva referente a outras alternativas possíveis a este sistema.

Então, com essa coisa da crise também tem tido um esforço maior no sentido de construir uma unidade. Então, mesmo gente que se enfrenta o dia inteiro tipo CONLUTAS, CUT e tal, não sei o que, tem tentado sentar junto para construir pautas comuns (Bernadete, AP-MBH).

buscamos sempre estar nos espaços de articulação da esquerda, né? Nos espaços para construir a unidade, principalmente nesse cenário que a gente vive hoje de crise econômica, que o grande desafio que se coloca no cenário de crise econômica é a construção de unidade. E um exemplo disso é esse acampamento que nós estamos aqui, que é fruto dessa unidade das Brigadas com o MST, junto com o Fórum de Moradia do Barreiro, casando aí as bandeiras da reforma agrária com a reforma urbana (Joviano, BP).

como a gente está de crise do capital! a gente tem feito esforços! para se unir assim... para construir unidade! Mas é difícil! Então, se você perguntar: qual é o papel dos movimentos neste momento para o processo revolucionário? É construir unidade. [...] eu acho que agora a gente tem possibilidades de... dessas coisas... de aumentar! assim a força! porque o capitalismo está em xeque! Então a crise é do sistema! não é de nada. A crise é do sistema! não tem um... né! então. Você vê o povo indo falar de socialismo! na televisão. Morro de medo! Gente, Ciro Gomes falando de socialismo... muito engraçado. Mas é isso assim, como o capitalismo está em xeque! agora o socialismo voltou a pauta... voltou a ser falado. Talvez a gente fale de diversos socialismos, mas pelo menos não é mais proibido falar de socialismo. Antes falava: “oh, está viajando” “oh, sua lunática”. Então, a gente está num momento diferente! a gente está numa conjuntura diferente. Não é brincadeira um presidente!

é... falar socialismo ou morte (xxx) (xxx). Isso é serio! É... não... não... essas demissões que tão acontecendo elas vão... vai cair assim... efervescência da população quando toca na questão econômica, nas dificuldades para colocar o de comer em casa... para pagar o aluguel... elas... movem! essa população né! fazem o tom ideológico! É uma questão de sobrevivência, mais uma vez (Entrevistada, MMM).

A consideração da conjuntura também se demonstra quando se afirma a necessidade de se reconhecer aspectos históricos da própria sociedade brasileira. Neste caso, podemos citar a compreensão da BP de que diante da intensa concentração da população nas cidades - o que acarretou graves contradições - o processo de mudança social brasileiro será popular e urbano. Esta concentração populacional se articula com o incentivo ao êxodo rural, presente há décadas nos projetos de desenvolvimento do país, e com a intensificação deste êxodo decorrente da entrada do modelo do agronegócio no campo, como apontado pelas lideranças do MST.

A revolução brasileira, a gente entende que ela vai ser, nesse sentido, uma revolução popular e uma revolução urbana né? Diferentemente de alguns processos históricos que ocorreram de revoluções de matriz basicamente camponesa. Por quê? Simples. Quase noventa por cento da população está nas cidades, onde as contradições são mais agudas. Onde estão concentrados os avanços tecnológicos, as condições objetivas e subjetivas para se pensar um processo de transformação da sociedade. Então, ela vai ser também urbana, e não está na próxima esquina. É um processo, claro, a gente não tem a ilusão de pensar que nossos filhos possam viver uma sociedade comunista ou algo parecido, mas, enfim, essa crise econômica coloca alguns desafios e coloca na pauta do dia a palavra de ordem pelo socialismo, coisa que alguns anos atrás se teria ressalva de se dizer (Joviano, BP).

Ainda cabe apontar o posicionamento de algumas entrevistadas – como das integrantes do NA e da representante da ABGLT – referente à compreensão da luta política como uma luta permanente, distanciando-se da idéia de uma sociedade plena.

Mas, assim, eu acho que transformação numa sociedade que é construída assim com relações de poder ela acontece é no embate mesmo, e aí, assim, nós vamos... e, assim, ia ser muito louco se a gente conseguisse eliminar as relações de poder, eu não sei, assim, se isso é possível, sabe (rsss), não sei. Então, eu acho que a gente vai ter que começar pelo menos fazer os lugares aí nas suas relações serem um pouco mais permeáveis, sabe, se não é possível acabar com elas, então acho que para transformar as pessoas vão precisar estar transitando mais e isso hoje em dia, assim, não acontece. Acontece mais que ontem, mas ainda tem muito para melhorar (Cássia, NA).

Entrevistador: Como você pensa a transformação social pela qual você e muitos militantes estão lutando? Para onde você acha que ela está indo e qual é o caminho que tem que ser trilhado pra chegar até lá?

Liliane (ABGLT): Ah, essa receita eu não tenho pronta, é difícil viu, porque assim, tudo que você constrói na luta, você acha que construiu, aí você vai perceber que tem mais coisas para construir. Eu acho muito difícil isso, porque se você pegar a luta toda da história de luta, de outros Movimentos, você percebe isso o tempo todo, é uma luta que ela nunca vai ter fim, eu acho que por isso que ela nunca vai parar, ela vai ter que está... só que ela vem com processos diferenciados, ela não vai dar de forma igual a essa que nós estamos passando agora, então ela vai ser trilhada de forma diferente, então você acha que você fez, você não fez. Porque o que acontece? As pessoas estão chegando e elas vão ter outra cabeça nova, o que você está lutando, o que você acha que você está fazendo hoje não é mais a luta da geração que está vindo, não é mais, elas estão renovando aquilo ali e estão pensando. Então você tem que estar acompanhado o novo e quando você está acompanhado o novo aí você se perde, você acha que fez muita coisa, que você acaba vendo não fez, falta mais ainda, tem tudo isso.

Na construção de um caminho indeterminado da mudança social quem seria o sujeito da história para estes entrevistados? Pensar esta resposta requer reconhecer a importância atribuída por eles à construção de vínculos entre as lutas dos diferentes movimentos sociais, sendo ressignificada a noção de classe trabalhadora⁷⁹, ressaltada a ideia de projeto popular, e reconhecida a importância da pluralidade de vozes. Mas ainda assim, quem dirigiria este bloco contra-hegemônico?

Se, por um lado, os entrevistados do MTD e da BP afirmam ser fundamental aquela ressignificação da noção de “classe trabalhadora” e concebem tanto lutas por “reconhecimento” quanto lutas por “redistribuição” como importantes no processo de mudança social, por outro lado, apontam para um lugar diferenciado do operariado, os mesmos compreendidos como somente uma parte da “classe trabalhadora”, na luta rumo a uma sociedade socialista. Esta postura decorre de compreenderem que devido ao fato de os operários se encontrarem no interior do processo produtivo, podem atuar diretamente neste, tendo maior capacidade de enfrentar a burguesia do que outros sujeitos que podem somente interferir indiretamente. Isto é: que não possuem condições de agir diretamente no processo produtivo na construção da luta política. Consideram também que se os “novos” movimentos sociais (movimento negro, movimento feminista, movimento LGBT) devem ser considerados aliados na luta, necessitam de afirmar um conteúdo de classe, pois, do contrário, não serão capazes de construir a mudança social.

⁷⁹ O MTD aponta que a definição de “classe trabalhadora” está pautada na luta pela sobrevivência, devendo incorporar homens e mulheres que precisam vender “energia, suor, a cabeça e a mente para sobreviver”, não se reduzindo aos operários. Nesta direção que o MST, a MMM, a AP-MBH, a BP vão ressaltar que a noção de “classe trabalhadora” deve incorporar a classe operária e as classes populares. NA e ABGLT também apontam para a ideia de que a luta deve ser uma luta construída em conjunto por todos os subcidadãos. De acordo com Bernadete (AP-MBH), o termo “povo” busca abarcar todos estes que se encontram em condição de subcidadania.

Primeiramente, assim, as classes populares elas podem não ser a classe dirigente de um processo de transformação. Quando eu falo classes populares estou falando do favelado, do vendedor de pipoca, da doméstica. Mas eles são imprescindíveis dentro do processo, de um processo revolucionário. Então não descartamos que o operariado, que o operário tem mais condições, pelo lugar que ele ocupa dentro do processo produtivo, de dirigir um processo revolucionário, mas sem o vendedor de pipoca, a doméstica, os favelados, as classes populares espoliadas do espaço urbano, esse processo revolucionário não chegará a termo (Joviano, BP).

é fundamental que um projeto de transformação incorpore certas demandas que foram historicamente omitidas dos processos revolucionários e tudo mais, como a questão racial, você citou... a questão da luta contra a homofobia, da luta LGBT, da luta das mulheres. Então, é fundamental que essas bandeiras estejam em qualquer projeto de transformação social, estejam contempladas como parte estruturante, a superação de todas essas opressões. O capitalismo tem a genialidade de criar cada vez opressões em todos os campos da vida. Então essas lutas identitárias são fundamentais. A grande questão que se coloca, que é uma perspectiva inclusive influenciada pela pós-modernidade, é de fragmentação! dessas bandeiras, de não uma visão, não uma visão da totalidade! do sistema, da superação da ordem social como uma totalidade, e isso implicando superação dessas opressões, mas sim a luta atomista, a luta fragmentada! nesses campos. Da luta racial, da luta das mulheres, da luta ambiental, que hoje é muito forte né? Então, qualquer projeto dessas lutas tem que ter um conteúdo de classe, um corte de classe, pra que aponte para totalidade da ordem social (Joviano, BP).

A gente acha que não existe divergência, não pode existir divergência entre a luta popular e a luta dos trabalhadores, nós não vamos fazer esse projeto nosso sem a participação dos trabalhadores, então os metalúrgicos, os... todo mundo do setor produtivo eles são fundamentais, inclusive são eles que vão dá conta mesmo sabe? de puxar, de dirigir assim e tal, mas que isso não se faz sem a presença do povão mesmo, dos trabalhadores, das classes populares. Que são a grande massa mesmo do povo e que vive as contradições né gente, não sei o que vocês acham vivendo no dia-a-dia aí, mas a gente vive as contradições, o povão vive as contradições, a gente vive né, o tempo todo assim! (Bruno, MTD).

a gente acha que esses novos! Movimentos Sociais eles agregam! para luta, desde de que a gente não caia... não perca o horizonte estratégico, sabe? a gente tem muito esse cuidado no MTD assim. O problema que a gente sente das mulheres, dos negros, ele não vai se resolver na plenitude dos marcos de uma sociedade capitalista entendeu? então isso que um pouco de uma teoria, entendeu? Que eu acho que as meninas da Marcha também têm isso muito forte, que esses Movimentos eles são até às vezes policlassistas, por exemplo, no Movimento GLBT às vezes tem pessoas que não são da classe trabalhadora.

[...]

Mas a gente acha que a gente tem que dar esse recorte sabe que é diferente né. Mesmo a questão da Reforma Agrária, que é um negócio que hoje no Brasil o MST conseguiu pautar, se vê que vários lugares aconteceu reforma agrária, mas dentro dos marcos capitalistas, então a gente tenta trabalhar esses direitos sociais como parte! da luta para! uma sociedade mais socialista mesmo (Bruno, MTD).

Assim, se a revisão da noção de classe trabalhadora, caracterizada pela crítica à sua redução ao operariado, devendo englobar todos aqueles que se encontram em condição de subcidadania, aponta para a idéia de que o sujeito histórico deve ser decorrente da prática articulatória entre os diferentes subcidadãos; a compreensão acima indica - ainda que feita na

busca de defender a importância da participação das “classes populares”, dos “novos” movimentos sociais no processo de mudança social - um lugar diferenciado do operariado, reafirmando uma condição privilegiada das relações de produção e da dimensão econômica na ruptura em direção ao processo de mudança social. O que pode apontar para uma limitação na construção do “povo” e, assim, para dificuldades na construção de estratégias de articulação, como a afirmada pela entrevistada da MMM, relativa à compreensão de que na conjuntura atual, se os trabalhadores formais no campo da esquerda são os que apresentam maior recurso financeiro, estrutural e de poder político, não são os que mais fazem luta, sendo os movimentos sociais populares aqueles que se apresentam mais mobilizados na construção da luta política. Contudo, em razão daqueles maiores recursos por parte dos trabalhadores formais, os movimentos sociais populares acabam por se encontrar em posição desprivilegiada nos momentos de construção de vínculos.

Cabe ressaltar que não estamos aqui a negar a importância de se romper com as desigualdades decorrentes das relações de produção, com as desigualdades econômicas nas sociedades capitalistas, sobretudo, em países como o nosso em que, como aborda Doimo (1993), foi implementado um “Estado de mal-estar social”. O que estamos a abordar é o privilégio do espaço produtivo como ponto de ruptura da mudança social, diante do qual não haveria motivo de não se afirmar o proletariado como um sujeito diferenciado na luta política, a dimensão econômica como central e as outras identidades como somente agregados a esta luta, ainda que reconhecidas como importantes. Lembremos aqui a consideração da entrevistada da MMM de que não adianta romper apenas com o capitalismo, sendo necessário construir uma luta anti-capitalista não-androcêntrica. Também lembremos da afirmação no documento “Marcha Mundial de las Mujeres 1998-2008 Una década de lucha internacional feminista” (ANEXO IV MMM) de que na luta para “mudar o mundo”, “não existem nem análises nem demandas “específicas” ou “secundárias”, e que é hora dos diversos movimentos assumirem as reivindicações das mulheres e defenderem-nas, pois estas são essenciais para a mudança.” (p. 34, tradução nossa).

Este nosso apontamento decorre da afirmação do descentramento do espaço político nas sociedades contemporâneas, não existindo um único centro de poder, e sim uma pluralidade de centros de poder relativo na estrutura capitalista. Também decorre, assim, da consideração de que

posto que toda universalidade se constrói somente através da sobredeterminação de uma série indefinida e aberta de demandas concretas, a força que haverá de encarnar estas ‘universalidades relativas’ é indeterminada e será somente o resultado de uma

luta hegemônica. Isto é exatamente aquilo no que a política consiste. Existe aqui duas dimensões: por um lado, posto que nenhuma força é em si e por si encarnação do universal, uma 'vontade coletiva' somente consolidará sua hegemonia se conseguir apresentar-se a outros grupos como a força capaz de promover a melhor ordem social possível para assegurar e expandir uma universalidade que a transcende. A assimetria entre 'universalidade relativa' e força que a encarna abre assim a via para uma competência [*competencia*] democrática entre os grupos, já que o universal não tem medida comum com nenhuma das forças que podem momentaneamente encarná-lo. Mas, por outro lado, tampouco o 'universal' tem uma existência e um sentido fixos, a margem das forças sucessivas que o encarnam (LACLAU, 1993a, p. 96, tradução nossa).

Com exceção daquelas compreensões relativas ao MTD e à BP, todos entrevistados afirmam que a mudança social será um processo decorrente da construção de vínculos entre diferentes movimentos sociais, que atuam em torno de diferentes antagonismos democráticos (ainda que, como vimos nos capítulos anteriores, a luta cotidiana dos grupos demonstram apenas aproximações à construção de uma estratégia de articulação, estando enfraquecido os vínculos entre os atores da esquerda na atualidade). É na importância atribuída a estes vínculos que, mesmo diante de obstáculos decorrentes de diferenças quanto a concepções em torno da luta política, as entrevistadas da MMM, do grupo NA e da ABGLT vão salientar a busca pela formação dos mesmos.

A gente inclusive discute isso: como a gente é historicamente! propriedade privada dos homens, da igreja e do Estado! é... e a gente sabe da onde que surgiu essa necessidade de saber de quem que é o pai e... do casamento monogâmico e da... do impedimento da igreja católica da mulher realizar aborto! Então... isso é uma coisa que é do âmbito... que o patriarcado está mais forte! Então, que a classe como um todo não acolhe como algo... é... importante. Por quê? Se o papel da mulher é reproduzir mão de obra isso para burguesia ou para o Estado ou para o patriarcado é o que interessa. Se você pegar o mapa de onde que no mundo o Brasil é... o aborto é legalizado!? É do meridiano para cima. África, América Latina para baixo, os trópicos, daqui para baixo não são, então, assim é... de onde vem isso? a necessidade de... de... como assim que as mulheres vão ter direito ao próprio corpo? Vai ter política pública para decidir se ela vai ter filho ou não? Então, isso para gente é transversal! é político! Não... não... não é algo que está ali só no âmbito privado. É a primeira causa de mortalidade materna em Belo Horizonte! ponto final! (rssh) Como assim, tem mulheres morrendo mais... de aborto inseguro do que de eclapse! Então, é grave para gente! mas não é... da mesma forma para outros movimentos em que se tem uma visão androcêntrica e que isso vai ser deixado de lado e só depois que ocuparem as fábricas! só depois que tomarem o poder! é que essas coisas... assim como a saúde, a luta por saúde, por educação... então, os vícios, eu acho que eles permanecem. Então, é... para gente não deixa de ser importante, mas não é para o todo da classe A gente tem plena certeza disso, inclusive quando a gente vai fazer articulação a gente fala: 'oh! Nós estamos juntas na luta contra o capitalismo! Agora eu quero ver! a gente quer ver se vocês estão junto com a gente na luta contra o patriarcado'. E definitivamente não estão. Inclusive há companheiros! que falam isso. Que isso não vai fazer diferença na luta contra o capital, portanto... não é... não é que se interesse. Isso é muito sério! Para gente... e é isso que a gente sempre avisa: 'olha companheiros! a gente não está aqui brincando! de ser feminista! a gente não está brincando! de construir poder popular! isso vai chegar um ponto que para gente é essencial! E a gente não vai abrir mão'. Então, se você for pensar assim... se hoje a

gente tivesse essa oportunidade, com certeza causaria... desgastes! e rompimentos com alguns... é... com algumas... organizações (Entrevistada, MMM).

Entrevistador: a [entrevistada], por exemplo, da Marcha Mundial, quando eu fiz essa questão pra ela, ela fala: 'é, é importante a gente construir a unidade, mas, por exemplo, quando a gente vai debater a questão do aborto eles vão falar não, essa questão não vai dar para gente fazer unidade, não vai dar, vamos construir unidade sim, mas essa questão deixa para depois', então...

Flávia (NA): Pois é, não é só no meio das mulheres que tem a questão do aborto, têm várias questões que são muito complicadas, assim, o outro que é... são pares não dão conta de discutir, não querem discutir, mas aí vai ter alguma coisa que a gente pode caminhar junto em comum e aí cada respeitando as suas bandeiras, porque também não dá pra colocar todo mundo igualzinho ali.

Cássia (NA): É tem algumas coisas que não vão ser conciliadas.

Flávia (NA): Não vão, não vão ser, então eu acho que... e aí por causa disso de ficar 'ah, não vai ser, não vai ser conciliada' foi se afastando e acho que não deve

Cássia (NA): é diferente de fragmentar. Eu acho que assim, reconhecer em que momento que a gente realmente não concorda e não vai concordar é diferente de fragmentar nos momentos em que é possível caminhar junto.

Eu acho assim, a gente faz um pré-julgamento sem ocupar espaço, e se a gente vai ocupar um espaço vai haver diferença. Vai haver diferença sim, mas a partir do momento que eu começo a me posicionar, que as pessoas começam a falar assim: 'nossa, mas esse viado eu imaginava assim', vão falar assim, mas aí a gente vai reeducando a pessoa, ela vai entender que a minha luta, além de eu querer a minha luta específica, ela vai estar precisando de mim na mesma luta, nós vamos fazer a mesma luta, não dá para diferenciar, vai ter um momento diferenciado, mas em vários momentos a gente tem que estar juntos, está me entendendo como. Porque, por exemplo, se eu quero falar só sobre homofobia na escola vai chegar um momento em que vai ser um saco, o trabalho vai acabar. Se você for parar para pensar não vai ter mais discurso. Agora se eu levo o trabalho com um leque muito mais aberto, eu vou levar, por exemplo: 'ah, hoje eu quero falar sobre ecologia'. Por que eu não posso falar sobre ecologia, mas incluindo a questão da homofobia? Tem formas? Tem formas. Se a gente for inteligente e saber agregar aquilo ali é muito legal (Liliane, ABGLT).

A compreensão de Laclau e Mouffe sobre a importância de se construir uma articulação entre os diferentes movimentos sociais na construção de uma luta democrática é decorrência do reconhecimento da impossibilidade de se afirmar um sujeito ontológico da luta política, bem como um ponto de ruptura privilegiado, na medida em que isso significaria uma limitação do caráter sobredeterminado da prática articulatória sob um fundamento anterior à própria articulação. Por isso que, segundo Mouffe (1988), o fato de algum grupo social jogar um papel central na luta política decorre não de uma razão ontológica, e sim da capacidade política do grupo e de condições históricas favoráveis a ele no momento da articulação entre os antagonismos.

É também no reconhecimento da impossibilidade de se definir na sociedade contemporânea - marcada pela sujeição de diferentes grupos sociais a diferentes mecanismos produzidos pelo capitalismo, que não se reduzem a contradição capital x trabalho - o sujeito histórico como um sujeito unívoco e privilegiado, como fora definido o proletariado no século XIX e início do século XX, que Houtart (2006, p. 424) vai afirmar que o sujeito histórico é um sujeito popular e plural, sendo democrático “não somente por sua meta, mas também pelo próprio processo de sua construção” .

A crítica a um desenvolvimento pré-determinado da história e à ontologia do sujeito histórico coloca em pauta a importância de se compreender que a construção do bem comum e a forma de se alcançá-lo deve se dar num processo de construção coletiva, e não através de critérios abstratos ou da imposição de dogmas por algum sujeito político que se posicione como o revelador da verdade. Desta maneira, a unidade política construída em torno da utopia da sociedade justa e os caminhos a se seguir para concretizar este futuro almejado requerem considerar o conjunto de tradições culturais presentes em determinado tempo e lugar, se estabelecendo através de uma construção permanente entre os atores (MOUFFE, 1996; HOUTART, 2006).

Cabe ressaltar inclusive que mesmo que a emergência dos diferentes movimentos sociais decorra do processo de ampliação da revolução democrática, suas concepções sobre igualdade, liberdade não necessariamente são as mesmas, podem ser significadas de distintas maneiras, encontrando estes significados em contínua disputa no campo discursivo (LACLAU & MOUFFE, 1985, MOUFFE, 2000b).

A crítica a um desenvolvimento pré-determinado da história e à ontologia do sujeito histórico também coloca em questão interpretações sobre a mudança social, baseadas na dicotomia entre “novos” movimentos sociais e “velhos” movimentos sociais. Bem como afirmações de que a luta parcial representa, necessariamente, o abandono do socialismo como horizonte histórico ou o contentamento com a impossibilidade de se superar o capitalismo (ZIZEK, 2003; 2007).

A dicotomia “novos” movimentos sociais X “velhos” movimentos sociais pode ser questionada diante de grupos entrevistados estabelecerem uma relação entre a busca do reconhecimento pela cidadania e a necessidade de se colocar em questão lógicas redistributivas, apontando para uma relação entre cultura e política e para a inter-relação entre aqueles dois modos de injustiça social.

É neste sentido que, como apontado anteriormente, a MMM compreende que a lógica capitalista depende da divisão entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Esta divisão

reproduz a discriminação às mulheres, já que são elas as “enjauladas” no espaço privado da reprodução, devido ao patriarcado, e, ao mesmo tempo, a exploração do trabalhador, pois a produção da mais-valia no espaço produtivo depende de que exista alguém que se responsabilize pela reprodução da vida daquele trabalhador, explorado no presente, e de futuros trabalhadores para serem explorados no futuro.

A relação entre as categorias raça e classe já foi salientada por autores como Jessé de Souza (2003). Este autor demonstra que, Brasil, os negros, com a abolição da escravidão, foram abandonados à própria sorte, servindo a inabilidade deles em se integrarem à lógica produtiva capitalista, decorrente deste abandono, de justificativa para a reprodução do preconceito racial no interior da própria lógica produtiva. Assim, se aquele abandono reforça o preconceito racial, já que, frente à escassa pré-socialização dos negros a pressupostos sociais e psicossociais da sociedade capitalista, passaram a ser julgados como detentores de uma “personalidade” improdutiva e disruptiva para os interesses da sociedade; o preconceito racial reforça a desigualdade de classe, já que justifica menores salários e a ocupação de cargos menos valorizados socialmente pelos negros. Para Souza (2003), a marginalização dos negros e a constituição de uma “ralé” nacional, mais do que decorrência da “cor da pele”, deriva da combinação de abandono e inadaptação dos mesmos aos pressupostos da sociedade competitiva capitalista.

As integrantes do grupo NA, durante o processo de devolução da entrevista, definem o racismo como um elemento estruturante da organização do capital, que delimita as relações, marca os papéis sociais e a redistribuição de recursos e bens. Assim, consideram que a discriminação de classe no Brasil é caracterizada pela condição racial, sendo os pobres em sua maioria negros, e que o racismo é um dos elementos estruturantes do capitalismo no Brasil hoje, sendo fundamental combatê-lo.

Além disso, ao se definirem como um grupo de *mulheres negras* jovens de periferia e favelas, apontam a importância de se relacionar raça e classe à categoria gênero, relação esta que pôde ser visualizada através da cisão promovida no Brasil das mulheres negras, no interior do movimento negro, e na dificuldade das mesmas em se verem representadas no interior do movimento feminista (RODRIGUES, 2006).

A relação entre orientação sexual e classe é discutida por Butler (2000), ao apontar o modo como operações homofóbicas contribuem para o funcionamento da economia política, servindo para a preservação da noção de família heterossexual, entendida pelo Estado como uma unidade econômica, negando direitos aos LGBT de herdar propriedades do companheiro morto, ou ainda, como apontado por Liliane (ABGLT), restringindo as possibilidades de

LGBT se inserirem no mercado, sobretudo, no que tange a travestis e transexuais, para as quais muitas vezes existe como única possibilidade de sobrevivência a prostituição.

A relação entre homofobia, patriarcado, racismo e desigualdade social, na sociedade brasileira, é afirmada pelo entrevistado da BP⁸⁰ quando este expõe que por mais que as mulheres tenham conquistado ganhos políticos e econômicos, recebem salários menores, são tratadas numa posição subalterna no interior da divisão social do trabalho, e consideradas responsáveis pelo trabalho doméstico; no que tange aos negros, recebem menores salários, são discriminados e a cultura africana (religiões de matriz africana, por exemplo) é marginalizada; no caso dos homossexuais, apesar das conquistas do movimento LGBT, os homossexuais são concebidos de forma discriminatória nos meios de comunicação, sendo reafirmado o preconceito e o ódio aos mesmos.

Além disso, como apontado anteriormente, Dagnino (2000) explicita que os movimentos populares urbanos reconhecem mudanças culturais como fundamentais ao processo de democratização social, uma vez que perceberam

que não tinham que lutar apenas por seus direitos sociais – moradia, saúde, educação, etc. – mas pelo próprio direito a ter direitos [...] [na medida em que] ser pobre significa não apenas privação econômica e material, mas também ser submetido a regras culturais que implicam uma completa falta de reconhecimento das pessoas pobres como sujeitos, como portadores de direitos. [...] Essa privação cultural imposta pela ausência absoluta de direitos, que em última instância se expressa como uma supressão da dignidade humana, torna-se então constitutiva da privação material e da exclusão política (p. 82).

Ainda, como afirmado por Mouffe (1988), a dicotomia entre classe trabalhadora e “novos” movimentos sociais é uma dicotomia estéril, desde que se reconheça “que os trabalhadores não podem ser reduzidos a sua posição de classe e estão inseridos em outros tipos de relações sociais que formam outras posições de sujeito” (MOUFFE, 1988, p. 98, tradução nossa).

A segunda hipótese, aquela de que a luta parcial significa o abandono do socialismo e contentamento com o capitalismo, não se sustenta, na medida em que em todas as entrevistas se afirma, ao mesmo tempo, a importância de conquistas parciais na construção da luta política, e - em umas mais (MTD, BP, MMM, CUT, MST, AP-MBH) em outras menos (NA, ABGLT) - a divergência com os valores capitalistas de exploração, com a concentração de renda e de bens, com a dicotomia entre o trabalho reprodutivo e trabalho produtivo (que

⁸⁰ Ainda que se aponte um privilégio das relações econômicas na luta política como vimos anteriormente, o que contribui para a reprodução de dicotomias entre “lutas por redistribuição” e “lutas por reconhecimento”.

acarreta na desvalorização do primeiro), apontando a necessidade de se superar estes elementos no processo de mudança social.

É na decorrência da expansão das fronteiras de acumulação do capitalismo que se entende a expulsão dos camponeses do campo, diante da disseminação do modelo do agronegócio no país, e, conseqüentemente, a dificuldade de se fazer a reforma agrária no Brasil.

o êxodo rural, se você for vê na década de 40 você tinha 80% da população brasileira no campo e 20% na cidade, hoje se tem o inverso, 20% no campo e 80% na cidade e a tendência é você chegar nos níveis de São Paulo, é você ampliar o nível de São Paulo que é 9% da população do campo e 91% na cidade. Essa é a meta do capital. E esses nove que ficam no campo eles não ficam no campo com seus projetos não, eles ficam submetidos aos projetos das grandes transnacionais voltadas para exportação [...] Por isso que é estratégia pra gente do que vocês estão pesquisando aí do que é estratégia se aliar com todos os povos tradicionais que defendem o território, a luta é por território. Existe uma ofensiva, eles têm que entrar para dentro do campo para fazer essas grandes plantações, principalmente na área da celulose e na área da energia (Chumbinho, MST).

Também em decorrência da expansão das fronteiras de acumulação do capitalismo que se compreende a intensificação da desigualdade social e, assim, a manutenção e reprodução da pobreza, que faz com que as favelas se proliferem, ao mesmo tempo em que a especulação imobiliária aconteça, sendo necessário realizar ocupações urbanas no país para que muitos tenham direito ao direito constitucional de moradia.

A cidade é produzida socialmente e apropriada individualmente pelos rentistas da especulação imobiliária, que é a pior espécie de capitalista, que ganha sem produzir nada, sem empregar ninguém. Só mantendo terreno para engorda e, no caso da construção civil pesada, valorizando os loteamentos e tudo mais. [...] Vejam bem, uma cidade como Belo Horizonte, uma cidade com o olhar das elites, a maior parte da população vivendo precariamente sem acesso aos equipamentos, com dificuldade de acesso ao trabalho também, enquanto uma minoria privilegiada usufruindo das potencialidades do que de há melhor do processo de urbanização, industrialização que o país sofreu intensamente. Então são contradições centrais e, por exemplo, quando a gente fala, eu falo um pouco mais porque, porque eu inclusive tenho mais apropriação da luta pela reforma urbana, Belo Horizonte tem um déficit habitacional quantitativo de sessenta mil unidades, esse é um dado de 2002 e é quantitativo, e é um dado oficial, o que eu já desconfio um pouco. Então, a pessoa tem um barraco caindo aos pedaços em cima do morro, não entra no déficit. Então, é quem está em situação de rua, quem está morando de favor e quem arca com mais de trinta por cento da sua, de seu salário com aluguel, esse é o déficit habitacional: sessenta mil famílias em 2002. Por outro lado, você tem setenta mil imóveis ociosos, a mesma pesquisa da Fundação João Pinheiro, está no site da prefeitura. Essa é uma contradição estrutural do sistema. Então, com base nisso o que nós vamos querer? Se há tanta gente sem casa e tanta casa sem gente, vamos desapropriar esses imóveis. E não é nada fora da ordem que nós estamos, é o que está na Constituição, é o que está no Estatuto da Cidade, então é um pouco por aí. Superar essas contradições (Joviano, BP).

É deste modo que também se reconhece a importância de se lutar por Títulos de Moradia a fim de garantir aquele direito constitucional de moradia:

Existem, segundo dados da PBH, mais de 15.000 moradias em Vilas e Favelas sem títulos de propriedade. São ocupações urbanas antigas, organizadas de forma espontânea ou como estratégia de luta do povo trabalhador, que ainda não se concretizaram. Por isso, a comunidade do Felicidade e o MTD anunciam: outras lutas por títulos de moradia virão (Documento “MTD no Conjunto Jardim Felicidade conquista títulos de moradia” – ANEXO II MTD -, não paginado).

É em decorrência da expansão das fronteiras de acumulação do capitalismo que também se pode entender a reprodução de discriminações de gênero, de raça e de orientação sexual, a partir da retroalimentação evocada anteriormente entre a desigualdade e exclusão decorrente destes processos de hierarquização social e aquela promovida pela hierarquia de classe social.

Uma melhor compreensão para se abordar a importância de conquistas parciais, na luta pela mudança social, poderia ocorrer a partir da análise das lógicas impressas pelo capitalismo após a Segunda Guerra Mundial (“Estado de bem estar social” ou “Estado de mal estar social”; mercantilização das relações sociais), que proporcionaram a politização de diferentes formas de subcidadania, apontando para a impossibilidade de se entender a luta política a partir de um único ponto de antagonismo. Em conjunto com as conseqüências advindas da fase neo-liberal do capitalismo - precarização das relações de trabalho, diminuição de políticas sociais e privilégio de políticas monetárias, “deslocalização” do capital - que aprofundaram desigualdades e trouxeram dificuldades para a construção de enfrentamentos políticos, como a identificação do adversário, o grande número de desemprego, a disseminação da idéia de que não haveria outras alternativas de sociedade.

Tais condições, juntamente com a crítica ao marxismo e o desencantamento produzido pelo “socialismo real”, acarretaram uma “crise” da esquerda (Cf. LACLAU & MOUFFE, 1985; SADER, 1988, 2002; DAGNINO, 2000) e, assim, na necessidade de reformulação do pensamento da esquerda em torno de uma concepção alternativa ao marxismo clássico. Apesar de se manter fundamental a construção de uma possível unidade política, ao ser ressaltada a noção de hegemonia, fez-se necessário reconhecer que a mudança social não ocorrerá a partir de uma alteração imediata e unilateral do sistema, determinada aprioristicamente. Ela requer a transformação de múltiplas lógicas de opressão, as quais, ainda que muitas vezes interligadas, não podem ser enfrentadas apenas pela superação de uma lógica específica, sendo necessário conceber o espaço político como um espaço pluricentrado.

Consideramos esta uma hipótese mais provável, já que se coaduna com a crítica à ontologia do sujeito - no sentido em que vai ao encontro da pluralidade de antagonismos políticos e da impossibilidade de se afirmar um sujeito privilegiado da história -, e também com a crítica à teleologia da história, pois rompe com a definição *a priori* dos caminhos da mudança social, sendo a construção da sociedade almejada decorrência não de um *a priori* abstratamente determinado, mas de um processo de objetivação do social, que como qualquer outra objetivação - no sentido atribuído a este termo por Laclau e Mouffe – é precária e contingente.

No debate entre Laclau e Žižek sobre as possibilidades de se construírem alternativas de sociedade no nosso tempo presente, segundo Žižek (2003; 2007), a retirada na obra de Laclau da centralidade da classe social, a partir da defesa da indeterminação da luta política, considerando a luta de classe como somente mais uma forma de luta possível, acabou por acarretar numa postura teórica reformista, que privilegia lutas identitárias particulares, que longe de combater o sofrimento produzido pelo capitalismo, contribui para o esforço ideológico do capitalismo de invisibilizar a homogeneização produzida por ele, sendo estas demandas particulares incorporadas pelo próprio sistema capitalista (ŽIŽEK, 2007).

Mais do que isso, segundo Žižek (2003), a passagem de um sujeito unívoco e privilegiado da luta de classe para uma irreduzível pluralidade de lutas políticas esconde uma importante questão: a consideração de que o capitalismo é a única opção, renunciando Laclau as alternativas de superação deste sistema. Esta renúncia, segundo Žižek (2003), nos leva a questionar até que ponto ela acarreta não somente na perda da alternativa socialista, mas também na própria despolitização da política, já que esta deve significar a “arte do impossível”, ou seja, objetivar a alteração do marco que determina o funcionamento das coisas (ŽIŽEK, 2007).

Contrariando esta consideração de Žižek (2003; 2007) de que Laclau acaba por construir uma teoria “reformista” da sociedade, cabe considerar que Laclau e Mouffe enfatizam que a construção de uma luta hegemônica de esquerda implica na constituição de uma lógica da equivalência entre todos os antagonismos democráticos contrários à subordinação, de modo que o espaço social seja dividido, condensando significados em torno de dois pólos antagônicos. Desta maneira, segundo Mouffe (1988), o projeto da esquerda, baseado na lógica da equivalência, questiona não só as relações estruturais da produção capitalista, mas também diferentes formas de subordinação interpeladas pelos movimentos sociais, e que não se reduzem às arenas econômicas.

Além disso, a crítica de que as lutas identitárias marginais, defendidas por Laclau, acabam por ser incorporados pelo capitalismo, não o ameaçando, mas pelo contrário, contribuindo para a invisibilidade da homogeneização produzida por ele, pode ser problematizada a partir da distinção entre o que Laclau e Mouffe denominam de lógica da equivalência e de lógica da diferença. A construção de cadeias de equivalência entre as lutas políticas é exatamente a estratégia política enfatizada por Laclau e Mouffe para dificultar a assimilação e neutralização das mesmas dentro do projeto da direita, pelo fato de dividirem o espaço social em pólos antagônicos. Diferente da lógica da diferença, que por se restringir à afirmação da particularidade, permite, assim, que as demandas sejam satisfeitas pelo sistema hegemônico de direita - que se baseia sempre num distanciamento entre privilegiados e não-privilegiados.

Ademais, de acordo com Laclau e Mouffe (1985), um projeto democrático radical, não pode se furtar da utopia, ou seja, da possibilidade de negar a ordem social para além do ponto em que somos capazes de ameaçá-la, uma vez que se pauta não só no reconhecimento da negatividade da hegemonia, mas também na afirmação de uma nova positividade do social, de modo a sedimentar uma nova lógica hegemônica. Lembremos aqui o paradoxo que domina a dinâmica social:

existe liberdade [possibilidades de auto-determinação do sujeito] porque a sociedade não consegue constituir-se como ordem estrutural objetiva [por conseguinte, não consegue constituir o sujeito como pleno]; mas toda ação social tende à constituição deste objeto impossível e à eliminação, portanto, das condições da própria liberdade (LACLAU, 1993a, p. 61, tradução nossa).

Portanto, será mesmo que a não centralidade da luta de classe significa, necessariamente, uma despolitização da política, ou seja, a renúncia da alteração do marco de funcionamento das coisas? Será mesmo que o que se renuncia com a não centralidade da luta de classe é a possibilidade de outras alternativas de sociedade? Parece que o que Laclau e Mouffe renunciam verdadeiramente é à consideração de que exista um “marco de funcionamento das coisas” pré-determinado e que este seja, necessariamente, a dimensão econômica, afirmando que o radicalismo da sociedade encontra-se na contingência. Nas palavras de Laclau (2005):

Zizek afirma que seu desacordo comigo descansa no fato de que, para ele, os elementos que intervêm na luta hegemônica não são iguais, de modo que sempre existe um que “ao mesmo tempo que forma parte da cadeia, sobredetermina o horizonte mesmo”, o que significa, segundo ele, que é mais forte que a luta pela hegemonia, e que estrutura o terreno no qual esta tem lugar. Agora bem, a afirmação

de que existe uma desigualdade essencial entre os elementos que participam na luta hegemônica é algo com que certamente coincido – a teoria da hegemonia é, precisamente, a teoria *desta* desigualdade –, mas Zizek não está apresentando um argumento *histórico*, mas um argumento *transcendental*: para ele, em toda sociedade possível, este papel determinante corresponde necessariamente à economia (neste ponto pareceria que estamos voltando àquelas distinções ingênuas da década de 1960 entre “determinação em última instância”, “papel dominante”, “autonomia relativa”, etc.). A primeira coisa que podemos dizer – esta é, novamente, outra de suas metáforas vazias – é que Zizek está utilizando erroneamente a categoria freudiana de “sobredeterminação”. A instância da sobredeterminação depende totalmente, para Freud, de uma história pessoal: não existe nenhum elemento que sobredetermine em e por si mesmo. No entanto, se Zizek nos diz que, como um a priori histórico, alguns elementos estão predestinados a ser os sobredeterminantes, está abandonando completamente o campo freudiano – de fato está mais próximo de Jung. Em seu desespero por defender a “determinação em última instância pela economia”, Zizek se refere, em alguns casos, a um último reduto de naturalismo que se deveria manter. Mas isto não serve. Não se pode unir duas ontologias incompatíveis. Ou bem a sobredeterminação é universal em seus efeitos, ou bem a sobredeterminação é uma categoria regional, que está rodeada por uma área de determinação plena que, posto que estabelece os limites dentro dos quais a sobredeterminação pode operar, se converte no campo da ontologia fundamental” (p. 293-294, tradução nossa).

Outra consideração realizada por Zizek (2003), ainda com referência à consideração da teoria democrática radical e plural de Laclau e Mouffe como “reformista”, diz respeito à afirmação de que a renúncia da esquerda contemporânea em lutar por alternativas possíveis ao capitalismo está pautada no temor de que a construção de projetos políticos que busquem efetivamente alterar a ordem existente, por melhor que seja, pode acabar por se transformar em um projeto protototalitário inaceitável e perigoso. Desta forma, segundo Zizek (2007), esta postura acaba por considerar a democracia sempre como um futuro inacessível, caindo na ‘armadilha’ de uma política marginalista, “aceitando a lógica dos estalidos momentâneos de uma politização radical ‘impossível’, que contém as sementes de seu próprio fracasso, e deve retroceder ante a ordem existente” (ZIZEK, 2007, p. 252-253, tradução nossa). Assim, de acordo com Zizek (2003), pode-se até questionar se esta idéia não implica uma postura cínica de que apesar de sabermos que iremos fracassar, devemos persistir na busca.

Uma possibilidade de problematização desta consideração é que: se é correto afirmar que, para Laclau e Mouffe, a democracia é um projeto a ser incessantemente buscado, sendo sua plenitude inacessível, já que toda objetividade será sempre precária; por outro lado, longe de esta ser uma concepção pessimista de democracia, como parece pressupor Zizek (2003), Laclau salienta que é no reconhecimento de que nenhum projeto é inabalável que se instaura a potencialidade do discurso de liberdade, pois como ninguém pode se afirmar como a consciência verdadeira do mundo, abre-se a possibilidade para várias perspectivas credíveis em um determinado momento histórico (LACLAU, 1996).

Dessa forma, não estaria nesta compreensão também a falha da colocação de Zizek (2003; 2007) de que para Laclau o capitalismo é a única alternativa de sociedade possível? Como qualquer outra totalidade, para Laclau, o capitalismo também não seria um sistema não-suturado? Portanto, mais uma vez, não parece que Laclau se pautava na defesa da impossibilidade de alteração do sistema capitalista, apesar de, sim, afirmar o perigo de um projeto totalitário, pois diante da inexistência de uma essência fundamental da sociedade, este implicaria, certamente, na ruptura da liberdade. Para Laclau (2005)

se questionarmos as duas premissas iniciais de Zizek, chegamos a um cenário no qual existe mais lugar para a esperança. Em primeiro lugar, em referência à parcialidade das lutas. Como temos visto ao longo deste livro, não existe nenhuma luta ou demanda que não tenha uma área de irradiação equivalencial. Zizek se equivoca quando apresenta as lutas, por exemplo as multiculturais, como secundárias e totalmente integráveis dentro do sistema existente. De fato, apresentar o problema em torno de qual delas é mais fundamental, é totalmente inapropriado. Como temos visto, a centralidade sempre está relacionada com a formação de identidades populares que não são outra coisa que uma sobredeterminação de demandas democráticas. Portanto, a centralidade de cada uma delas não vai depender de sua posição dentro de uma geometria abstrata de efeitos sociais, como pretende Zizek, senão de sua articulação concreta com outras demandas em uma totalidade popular. Isto obviamente não garantirá o caráter “progressista” dessa totalidade, mas sim cria um terreno dentro do qual podem ter lugar várias tentativas hegemônicas. Em segundo lugar, podemos entender claramente porque não existe nada tal como uma luta anticapitalista *per se*, senão efeitos anticapitalistas que podem derivar, em certo ponto de ruptura, da articulação de uma pluralidade de lutas. [...] No entanto, subsiste um problema: qual é o conteúdo semântico do “anticapitalismo”? É o anticapitalismo um significante vazio, em cujo caso o “capitalismo” seria uma construção do movimento anticapitalista, o “outro lado” de uma fronteira que constitui a unidade do campo de equivalências anticapitalistas? Ou o capitalismo é mais bem a lógica subjacente de todo o sistema, em cujo caso o anticapitalismo somente pode ser um efeito interno da lógica mesma do próprio capitalismo? Aqui fica claro o que é que me separa de Zizek. Ele permanece dentro do campo da imanência total, enquanto para mim, o momento da negatividade é irreduzível. Esta é a razão pela qual, em nossa visão, o ator histórico central – inclusive ainda que em certo ponto pode empiricamente ser uma “classe” – sempre vai ser um “povo”, enquanto que para Zizek sempre vai ser uma “classe” *tout court* (p. 296-297, tradução nossa).

Em outra parte do mesmo livro, Laclau afirma:

não existem pontos privilegiados de ruptura e disputa a priori; os pontos antagônicos particularmente intensos somente podem ser estabelecidos contextualmente e nunca deduzidos da lógica interna de nenhuma das forças enfrentadas tomadas na forma isolada. Em termos práticos não existe motivo para que as lutas que têm lugar dentro das relações de produção devam ser os pontos privilegiados de uma luta global anticapitalista. Um capitalismo globalizado cria uma miríade de pontos de ruptura e antagonismos – crises ecológicas, desequilíbrios entre diferentes setores da economia, desemprego massivo, etcétera –, e é somente uma sobredeterminação desta pluralidade antagônica a que pode criar sujeitos anticapitalistas globais capazes de levar adiante uma luta digna de tal nome. E como demonstra a experiência histórica, é impossível determinar a priori quem vão ser os atores

hegemônicos nesta luta. Não resulta em absoluto evidente que venham ser os trabalhadores. Tudo que sabemos é que vão ser os que estão fora do sistema, os marginais que são decisivos no estabelecimento de uma fronteira antagônica (2005, p. 188-189, tradução nossa).

Ainda cabe apontar a consideração de Bernadete (AP-MBH) de que hoje, faz-se necessário (re)construir o significado do termo socialismo, na medida em que, além da pluralidade de sujeitos a serem considerados na construção do processo de mudança social, a elite passou a nomear o socialismo a partir da associação deste termo com o socialismo construído no Leste Europeu, com o Stalinismo. Assim, é preciso que os movimentos sociais construam o significado da sociedade pela qual lutam cotidianamente, não estando este definido a priori – esta é uma tarefa que a AP, de acordo com Bernadete, busca conduzir através da organização do Projeto Popular para o Brasil.

Além disso, segundo Temístocles (CUT), hoje, diante de mudanças históricas vivenciadas nos últimos anos, como o declínio da URSS, projetos progressistas na América Latina, como o ocorrido na Bolívia, permite considerar que possibilidades de “mundos possíveis” estão para além da dicotomia capitalismo/socialismo.

o mundo hoje tem outros paradigmas, não é só isso hoje, entendeu, de capitalista ou socialista, tem mais, o Evo Morales não fala disso, o Evo Morales fala de outros valores, entendeu. Eu fui à Bolívia, vai lá e fala que você é marxista, e daí? Isso diz pouco, porque o Marx não levava e não integrava a dimensão dos cocaleiros, dos mineiros. Então hoje tem que ter formulações superiores que algumas pessoas estão buscando fazer entendeu (Temístocles, CUT).

Ademais, a extensão do capitalismo contemporâneo para uma dimensão globalizada acarretou em dificuldades de se estabelecer delimitações claras entre “nós” e “eles”, em se identificar de modo preciso quem são os adversários e como enfrentá-los, sendo este um obstáculo importante a ser levado em conta na construção da mudança social hoje. João Pedro Stédile, no “Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Edição Especial (Jan-Fev 2009)” – ANEXO II MST -, ao falar do desenvolvimento do capitalismo na década de 1990, em direção a um capitalismo internacionalizado, dominado pelo capital financeiro, afirma com relação à luta pela Reforma Agrária que:

Antes era mais fácil, havia a ocupação do latifúndio e a gente enfrentava o fazendeiro. Agora não. Agora, mesmo quando a gente ocupa uma fazenda, em geral, por trás do fazendeiro tem uma grande empresa, tem o Estado brasileiro, que o protege, colocando em primeiro lugar não a eliminação da pobreza e da desigualdade, mas a produção [...] Se antes o camponês tinha ódio do latifundiário, e muitas vezes um ódio pessoal, agora ele tem que desenvolver consciência de classe. Ele tem que compreender que o inimigo agora é o sistema, a Monsanto, a Nestlé, inimigos que a gente não conhece tão bem (p. 04).

A entrevistada da MMM afirma esta mesma dificuldade na identificação dos adversários da luta hoje:

voltando a importância das transnacionais né! é... antes você tinha uma... é... crises isoladas! meio que demoravam! um certo tempo pra chegar. Hoje não, hoje você tem um escritório na Itália! e um tanto de trabalhador na FIAT aqui em Betim. Então, é diferente. A crise da FIAT não está na Itália! (rsss) Entendeu? Então é... a burguesia ela é transnacional! Ela não é... não são cinquenta famílias que têm a maior renda per capita do que todos os brasileiros do país. A gente não está lidando! só com essa burguesia. Os nossos inimigos eles... eles.. não estão aqui. Eles são... eles se deslocam! eles estão no computador... eles estão nos números da bolsa, capital financeiro. Então... é... uma coisa que para gente não... não deixa de ser concreta: classe! a questão econômica! manutenção da vida! e tudo tá muito aqui, mas... o que rola é que o capitalismo financeiro internacional é uma... é um outro tipo de... de... inimigo. A gente não sabe nem quem é! a gente sabe o nome das empresas, mas a gente não sabe nem qual país as vezes, a gente... [...] mas... é isso! o capital ele se deslocou! então a classe ainda não sabe lidar direito com isso, a gente ainda não... não... não sabe. Por isso a importância, e hoje tem se reunido, tem um... Comitê é... por continente de discussão sobre a crise e de é... construção de lutas. Não dá! para classe trabalhadora do Brasil achar que vai fazer o enfrentamento da crise, não dá! o negócio é transnacional (Entrevistada, MMM).

Diante das considerações aqui apresentadas, referentes à insuficiência de se compreender as possibilidades de mudança social a partir de dicotomias como “novos” movimentos sociais x “velhos” movimentos sociais, lutas “revolucionárias” x lutas “reformistas” podemos lembrar que vivemos hoje um tempo em que temos perguntas fortes e respostas fracas, na medida em que as experiências existentes vão além dos conceitos e teorias construídas pelas Ciências Sociais, cabendo a nós expandir o presente e contrair o futuro (SANTOS, 2002).

5.1. Democratização social: formas de ação salientadas pelos movimentos sociais

Ao menos três formas de ação são salientadas pelos entrevistados no que tange à promoção da mudança social: conscientização e mobilização política; luta por demandas específicas; construção de uma alternativa comum de sociedade.

Diante da análise do processo de subjetivação como entendido por Laclau e Mouffe, deve-se ressaltar a existência de uma disputa entre alternativas possíveis de se compreender o social, cabendo aos movimentos sociais estabelecerem discursos e práticas que possibilitem a construção e fortalecimento de identidades políticas, de maneira que aglutinem um grande

número de indivíduos e grupos em torno de suas bandeiras políticas⁸¹. É desta forma que podemos compreender a seguinte colocação de Cássia (NA):

a gente encontra várias pessoas assim com um super potencial, que tem uma discussão muito legal e que são jovens e negros e com uma experiência foda e que acham que não dão conta de fazer um tanto de coisa, porque elas aprenderam e continuam escutando que elas não dão conta e que algumas situações, alguns espaços e algumas experiências não são para elas. Aí eu acho que é bem aí que a gente começa a cutucar, sabe, com as nossas armas.

Todos os entrevistados enfatizam que a mudança social depende de a população estar consciente das lógicas de opressão; mesmo porque, como enfatiza a entrevistada da MMM, a construção do poder popular é concebida numa forma que

não seja um poder de gado! você vai tocar gado para ir numa manifestação... ou você vai... achar que as pessoas ali são... é... alienadas, manipuladas e quanto mais gente você colocar no ônibus e for para Brasília: ‘beleza! Eu acho legal!’ Não! a gente não acredita nesse processo. Então, eu acho que o nosso papel enquanto movimento social é isso: é fortalecer a consciência da classe! e fortalecer de uma forma feminista.

[...]

não nos interessa, assim, eu falo no caso da Marcha, nas últimas lutas que a gente tem construído, não nos interessa ter um bando de gente nas ruas sem saber o que está fazendo. Um bando de mulher na rua gritando, com uma bandeira que não sabe o nome! com um lenço que não sabe o que significa! se não tem um processo anterior que faça sentido! da pessoa estar na rua, além! do comer, do vestir, do morar.

Neste sentido, os diferentes grupos constroem ações de *conscientização e mobilização política* para que, assim, possam efetivamente promover a luta popular, decorrendo estas ações de duas frentes complementares: formação política e participação na luta⁸².

De acordo com o entrevistado da BP, a formação política é uma importante ferramenta de conscientização e mobilização política, uma vez que “não há prática revolucionária sem

⁸¹ Cabe ressaltar que, para Laclau e Mouffe, a interpretação da condição de subordinação como uma condição de opressão pelos indivíduos não se encontra pautada em uma noção de conscientização, caracterizada pela emergência de um interesse “autêntico” do sujeito, como se houvesse superado a condição de falsa consciência. Esta compreensão não é possível no interior da Teoria Democrática Radical e Plural, desenvolvida por estes autores, exatamente pelo fato de que a constituição identitária é entendida como discursivamente mediada, não sendo possível afirmar a existência de um interesse autêntico a ser desvelado, mas somente que há diferentes possibilidades de se interpretar o real, sendo o discurso dos movimentos sociais, pela politização de formas de subordinação, apenas um dos discursos possíveis de mediação entre agente e estrutura social.

⁸² De forma semelhante a estas frentes de conscientização e mobilização política, Klandermans (2002) subdivide o processo de mobilização em dois passos (“steps”): mobilização de consenso, a qual se remete à disseminação das visões do movimento; mobilização de ação, que se refere à transformação daqueles que adotam a visão do movimento em participantes, necessitando, assim, os movimentos sociais dos resultados da mobilização de consenso e de se concentrar naquelas pessoas que apresentam uma disposição comportamental para participar na luta política travada pelo movimento.

uma teoria revolucionária” (Joviano, BP). A partir dos grupos entrevistados, observa-se que esta frente de formação política se constrói através da promoção de cursos sobre a conjuntura política (adversários, aliados, mecanismos de funcionamento da sociedade, estratégias de enfrentamento, etc.) – como o Curso Luís Carlos Prestes, organizado pela BP; o Curso Levante Juventude, organizado pelo MTD, por exemplo - sendo estes cursos promovidos pelas próprias organizações ou em parceria com universidades.

vocês já ouviram falar do 13 de Maio? é um grupo de formação política que tem ai, está fazendo cursos, vai tem um em Montes Claros agora, vai ter em Belo Horizonte também mais para frente, tem o... a própria assembléia popular que faz umas atividades de formação de vez em quando, tem o curso Realidade Brasileira que a gente fez também como MTD é... e vira e mexe os Movimentos Sociais estão conseguindo galgar alguns espaços de formação na universidade. Tem um... um... têm três grandes cursos nacionais assim, quatro! talvez de formação política para os Movimentos Sociais brasileiros hoje. Um é na Universidade Federal de Juiz de Fora, com o pessoal do serviço social que tem um curso de realidade latino-americana, que envolve assim mais ou menos umas cem pessoas, e a gente traz, o Movimento indica pessoas do Brasil inteiro que vão, estudam assim (xxx). Tem na Federal do Espírito Santo um curso de economia política, que é do pessoal da faculdade de economia mesmo, o Reinaldo que ajudou como professor lá militante sabe? que... que... que participa. Está acontecendo na Federal do Rio de Janeiro também dois cursos, um curso que é o que eu participo também pelo MTD, que é um curso de realidade do capitalismo contemporâneo também, discutindo um pouquinho mais com foco na questão da energia, que é o Movimento que articulou que o movimento dos atingidos por barragens e... um curso de filosofia. Na Federal do Rio Grande do Sul também, na Federal do Rio de Janeiro que foi o MST que articulou também e que participam vários Movimentos Sociais. Esses cursos são mais sistematizados. São dois anos de duração, estudando um mês. E a Escola Nacional Florestan Fernandes, você já ouviu falar? Que é aquela escola que o MST faz que também tem feito alguns cursos assim, que não são assim tão institucionais como os cursos de universidades que já existem, mas são cursos também bem dedicados. Tem um curso lá que é o latino que eles fazem, que eles chamam até gente da America Latina inteira assim dos Movimentos Sociais para passar 4 meses! estudando lá né, a pessoa fica lá 4 meses recluso só estudando economia política (Bruno, MTD).

Também se caracteriza pela construção de espaços de diálogo junto a indivíduos já mobilizados localmente pelo movimento social ou que sejam alvo deste movimento: construção de “Rodas de Conversa e Poesia” pelo grupo NA com o objetivo de empoderar e organizar mulheres em torno do enfrentamento a formas de opressão, bem como delas levarem tais discussões para outros grupos dos quais participam; construção de “hortas comunitárias” nas periferias de Belo Horizonte pela MMM, na busca de atrair mulheres destas regiões e, assim, construir junto a elas reflexões críticas sobre as bandeiras defendidas pela MMM; organização de “Grupos de Produção” pelo MTD, com o objetivo tanto de reinserir desempregados no mercado de trabalho quanto de debater com estes os mecanismos de exploração vivenciados na sociedade, sobretudo, aqueles relativos á lógica de produção capitalista; organização de grupos de mulheres, de jovens nas ocupações, feito pela BP, para

se discutir os problemas enfrentados por estes grupos e também as contradições consideradas fundamentais a serem superadas.

A formação política abarca ainda a distribuição de folhetos, fanzines e informativos pelos grupos, como o “Recado das Minas”, feito pelo NA, que se define, segundo as entrevistadas, pela produção de textos com linguagem acessível, para serem distribuídos em situações políticas expressivas, em situações de conflito, na comemoração de datas de luta importantes, a fim de dar visibilidade ao debate político referente ao evento em que são distribuídos, de modo a informar as pessoas sobre condições de opressão.

Além disso, uma importante forma de conscientização e mobilização política se dá a partir da construção de assembleias populares nas periferias, de modo a aglutinar lideranças e população local para se debater os problemas imediatos daquela região e, a partir disso, relacionar as pautas locais às lógicas de opressão mais amplas.

aí então no ano passado que a gente consegue rearticular esse comitê [AP-MBH] trazendo bairros e tal e aí a gente casa a coisa da luta dos bairros com lutas nacionais também, que não ficava só no âmbito ali local, mas casava, por exemplo, uma das bandeiras que a gente ano passado foi a questão da tarifa social da Cemig, por exemplo, da questão da energia, que era uma coisa que estava acontecendo no Brasil inteiro, inclusive diferentes Estados que tiveram ganho assim, que as pessoas conseguiram realmente que fosse cumprido uma lei que era nacional, e aqui a gente não teve esse ganho, mas a gente fez essa luta com os bairros e tal, e acho que apresentamos para os bairros que não adiantava fazer uma abaixo-assinado, não adiantava ir lá na CEMIG conversar (rsss), que a gente tinha que ter um processo de conscientização das pessoas. Foi bem bacana porque ano passado a gente teve vários processos de mobilização, luta mesmo, que juntou todo mundo da cidade e tal. Não sei se vocês viram em junho do ano passado, por exemplo, que a gente parou o trem da Vale lá no São Geraldo, lá no bairro São Geraldo, junto com a comunidade de lá, a comunidade enfrentava outros problemas, morte de gente na hora de atravessar e essas coisas assim que reivindicava transposição da linha, só que isso não acontecia, e aí a gente casou com essa coisa da tarifa, da luta também porque aqui em Minas a Vale, por exemplo, a gente paga 10,67 por cada Kw, a Vale paga 10,03 por cada Kw né⁸³ (rsss). Então, porque que uma grande empresa é beneficiada desse jeito e o consumidor tem que pagar isso? Então, a gente casou essas duas lutas e aí tivemos... paramos por metade do dia o trem lá, no São Geraldo, foi bem bacana, a comunidade e aí conseguimos uma coisa da transposição da linha, que está em obras, tal, para transpor a linha (Bernadete, AP-MBH).

Na afirmação deste processo de conscientização e formação política, o trabalho de base é ressaltado pelos entrevistados como uma importante ferramenta na luta política. Segundo o documento “Repasse Encontro Nacional da Assembleia Popular” (nov. 2008) –

⁸³ Na 1ª edição do “Jornal da Assembleia Popular Mutirão por um novo Brasil (maio 2009)” (ANEXO V AP-MBH), aponta-se que “uma família mineira paga em torno de 63,78 reais por 100 KW de energia enquanto a empresa VALE paga apenas 3,30 reais pela mesma quantidade de 100 KW” (p. 04).

ANEXO III AP-MBH, o trabalho de base apresenta como princípio que “todos nós somos capazes e têm saberes e só aos oprimidos interessa a luta” (não paginado) e como tarefas:

1) acirrar as crises e desmascarar suas causas; 2) elevar o nível de consciência do povo trabalhador; 3) aumentar o estado de ânimo das massas; 4) descobrir sementes de lutadores e militantes; 5) conhecer a realidade concreta e material, a história de lutas, as forças políticas existentes; 6) fazer ações concretas (o povo só vem para a luta quando tem certeza que terá vitórias); 7) manter organizado grupos de base; 8) fazer formação política; 9) sair do território, enxergar para além; 10) acumular forças para a grande batalha (não paginado).

De acordo com Bernadete (AP-MBH), a AP-MBH tem enfrentado dificuldades na construção do trabalho de base, encontrando problemas na mobilização de militantes dos bairros para a participação nas Plenárias Metropolitanas. Ela considera que isso pode ser decorrência do fato de que como as lutas dos bairros são muito locais, os militantes encontram dificuldades de se inserir nos espaços de vínculos. Outro aspecto apontado por participantes da AP-MBH, quanto ao trabalho de base, é a necessidade de se aglutinar mais pessoas na construção do mesmo, para que seja possível, assim, um trabalho mais permanente com os bairros. Segundo Bernadete (AP-MBH), a crise econômica de 2008 produziu um maior esvaziamento dos espaços de vínculos entre movimentos sociais, na medida em que cada movimento necessitou retornar para suas lutas específicas, a fim de manterem ou ampliarem suas próprias bases, de modo a sobreviverem.

Quanto à frente da participação na luta, alguns entrevistados apontam ser esta uma condição importante para a conscientização e mobilização política, já que propicia uma condição favorável para que os indivíduos construam uma identidade coletiva⁸⁴ com o grupo. A história de Edith de pertença ao MST e seu compartilhamento de valores e crenças com movimento demonstram a formação desta identidade coletiva com um grupo:

o meu trabalho que eu faço no Movimento hoje, assim várias pessoas que vem disponibilizar a força de trabalho, é muito diferente da força de trabalho do mercado, é um trabalho que a gente faz acreditando que vai haver uma recompensa lá na frente, coletiva! que não é um resultado pessoal meu. É um tipo de realização

⁸⁴ Segundo Prado (2002), a formação de identidade coletiva é um elemento fundamental para a politização das relações de subordinação, remetendo-se ao sentimento de pertença do indivíduo a um determinado grupo, a práticas cotidianas do grupo na construção de redes sociais, nas quais os atores, instituições ou organizações se colocam como colaboradoras ou adversárias do grupo, e ao "compartilhamento de valores e crenças que definem uma cultura política do grupo, colaborando na configuração e mediação da relação entre diferentes grupos" (PRADO, 2002, p. 66). Outros dois elementos considerados fundamentais pelo autor, para a politização das relações sociais, são: passagem da relação de subordinação para relação de opressão; demarcação de fronteiras políticas entre os grupos sociais.

pessoal minha, eu fui para um acampamento eu tinha nove anos de idade, então eu cresci no MST, eu fui para o MST em 88, quando nós ocupamos a primeira fazenda em Minas Gerais e... [comendo] cesta básica envenenada (rsss) do governo, mas também aprendendo a produzir, a plantar enfim. E fui educada dentro do MST, fui educada por um Movimento que hoje eu tenho uma tarefa de retribuir essa educação, mas em função de um resultado coletivo, de um projeto que seja coletivo para a sociedade brasileira. E assim são vários militantes que vocês se depararem (Edith, MST).

Segundo Temístocles (CUT), com relação ao processo de conscientização e mobilização política, o indivíduo precisa dar somente o “primeiro passo” (participar em alguma luta), pois depois disso, se ele tiver internalizado valores coletivos referentes à luta, ele é “capturado” pelo movimento social. A construção deste “primeiro passo”, segundo os entrevistados, decorre, predominantemente, da busca por necessidades imediatas como a conquista de um pedaço de terra para morar e cultivar, de uma moradia, de melhores salários, de vivências de discriminação.

Bruno (MTD): o chamado que leva as pessoas pra luta em geral é por um ganho, uma possibilidade de ganho real! É porque hoje em dia como a consciência não está tão grande são poucas pessoas que vêm assim, ‘vamos participar’, participar não chama ninguém.

Entrevistador: Vamos fazer a Revolução

Bruno (MTD): Não, nem fala isso né, isso afasta às vezes as pessoas. ‘Vamos reunir’, isso aí não atrai ninguém, as pessoas precisam de motivo que as mobilizem a gastar energia entendeu. Então a gente pensa em trabalhar muito com essas pautas mais econômicas. Os Movimentos mais... alguns mais novos, modernos, GLBT, Feministas, às vezes eles têm um pouco de crítica a isso, porque não vão lutar por uma questão econômica real, é mais uma condição de opressão mais subjetiva, é valido! também, mas nós do MTD trabalhamos muito com essa pauta econômica mesmo.

Então o que leva alguém a participar de alguma coisa? Infelizmente é isso, devia ser outras coisas mais, outros valores, outras necessidades, mas basicamente a necessidade imediata de reivindicações: salários tão ruins, as condições de trabalho estão ruins, a condição de saúde se tiver ruim, as condições de trabalho e de saúde do trabalho, essas coisas todas, isso leva a pessoa a dar o primeiro passo. Ao dar o primeiro passo, se ela é ganha para valores coletivos maiores, mais nobres, mais universais, ela entra como foi o meu caso. Na verdade, a pessoa só tem que dar o primeiro passo, o resto é... sabe como é que é, eu me olho assim para trás, foi um pouco isso, eu podia ter feito outras coisas, mas eu fui capturado para outra perspectiva, você entendeu de... mas começou a partir de luta salarial, não foi revolução, não foi necessidade de um novo governo no estado, não foi o partido, foi salário: ‘vão discutir salário?’ ‘Vamos’ ‘Então to dentro’. Participei, entendeu, então é isso. Acho que é a necessidade da pessoa (Temístocles, CUT).

A gente trabalha com os excluídos dos excluídos da sociedade. Quem vem para o MST hoje são aquelas pessoas que não têm mais onde procurar, não têm mais por onde fugir de um problema que causa miséria. Então, as pessoas hoje que vêm para o MST é porque o Movimento se tornou a última saída que ele tem pra melhorar de

vida. Não, isso não exclui que no Movimento não vem pessoas por simpatia, seja estudantes, por exemplo, que vêm para o MST, mas a porta de entrada no Movimento, assim do número, desde a formação nossa das mais de 300 mil famílias que hoje foi regularizada pelo Movimento durante os 25 anos, o maior contingente entra pelas ocupações de terra que vem em função da conquista de um pedaço de terra (Edith, MST).

No meu caso, eu acho que era muito porque... assim (rsss) eu não venho é... antes do Negras Ativas eu acho que eu tinha uma trajetória muito mais de atuação comunitária do que política assim de ir pro quebra pau mesmo sabe. Mas, enfim, já tinha uma trajetória de atuação lá no meu bairro, Goiânia, e aí com... dentro de um projeto que se propunha discutir, principalmente, a questão racial e trabalhar isso assim, a necessidade de uma igualdade racial. E aí que fez uma super diferença, assim, na minha vida em relação à, primeiro, aprender a valorizar uma origem, e, segundo, me identificar com ela, e aí que, realmente assim, eu acho que produziu uma mudança, sabe, na minha percepção assim das coisas. Mas aí ser mulher lá dentro entendeu ainda, às vezes, me fazia pensar que talvez não era só a questão da necessidade de rever essas relações sociais que estava colocada, pelo menos para mim, entendeu, e aí não só para mim, para as minhas colegas mulheres lá dentro também. E aí, e nem só a questão de ser moradora de periferia, tava colocada. E aí quando eu fui me aproximando das meninas e veio o convite para Negras Ativas eu vislumbrei a possibilidade de tentar tratar dessas coisas de maneira mais conectada. E aí para lhe falar a verdade, a questão da juventude, assim, apesar de eu já ter uma reflexão que era muito mais teórica! sobre o assunto, assim, me tocou mesmo quando eu comecei a militar junto com as Negras Ativas é a tomar na cabeça, sabe, pelo fato de ser jovem nessa vida aí de militância política. Aí eu falei: ‘é, realmente: se posicionar enquanto jovem em alguns momentos vai ser importante, inclusive para denunciar esse negócio, sabe, que isso? Será que eu vou ter que viver 45 anos, 50 pra poder falar?’ (rss). Então, foi mais ou menos isso (Cássia, NA).

De acordo com alguns entrevistados, vive-se atualmente um quadro de forte desmobilização social, apontando, como descrito anteriormente, tanto aspectos relativos a uma expansão da hegemonia – atuação das ONG, a centralidade nas vias institucionais, fragmentação e dificuldade de enfrentamento da esquerda frente ao governo Lula – quanto às ações de invisibilidade e criminalização dos movimentos sociais – promovidas por instâncias estatais, pela imprensa.

Desta forma, alguns entrevistados afirmam a importância dos movimentos sociais construírem ações de conscientização da população, de combate à criminalização dos movimentos sociais. Ademais, dizem da importância dos movimentos proporcionarem àqueles que já deram o “primeiro passo” a possibilidade de transformarem os interesses imediatos, que os levaram a participar de determinada ação, em interesses coletivos para a construção da luta política.

Entrevistador: como que os movimentos sociais então apoiariam! essa ação, essa luta revolucionária? Como eles construiriam essa ação revolucionária?

Entrevistada (MMM): assim, o que a gente tem feito? É isso que você... que eu te relatei assim é... primeiramente! construir trabalho de fortalecimento popular! As

peças identificarem que elas são trabalhadoras e que... é... elas são oprimidas! e que esse problema não é um problema só delas, que é um problema da maioria das pessoas do país, da América Latina e que isso não é natural! não é natural que Deus quis que umas pessoas fossem pobres! e outras pessoas fossem ricas, acumulassem e explorassem as outras. Então a coisa está muito no início! É... é de formação mesmo... é de mobilização social... acho que o papel dos movimentos no processo revolucionário é esse. Eu não sei qual que é o papel dos partidos, eu não sei qual que é o papel dos governos que são socialistas acho... porque eu não entendo mesmo, mas o que eu entendo hoje: qual que é o papel do movimento social no processo revolucionário? É de formação do povo! de formação com! o povo, é da gente se sentir povo, se sentir trabalhador, trabalhadora e ir experimentando! as... as formas... as alternativas que a gente tem de revolução do cotidiano e não perdemos de vista! uma revolução estruturante.

Companheirada, não tá fácil não gente, as pessoas para gente construir a nossa consciência da necessidade da luta e dedicar a vida a isso é muito trabalho! Muitas vezes a gente gasta nossa energia militante demais não é nem para ter vitória real!, mas é para trazer gente, para somar. E isso também é uma beleza, é uma potencialidade da coisa. Então, na Dandara vocês podem ter certeza, daquelas 1000 pessoas, famílias que estão lá vai ter muita gente que vai sair de lá e vai estar militando nos Movimentos sabe, vai estar potencializando, vai pular da consciência econômica, da luta econômica, individual, corporativa da minha casa por uma luta mais coletiva. E é bem diferente! da pessoa ganhar uma cesta básica e a pessoa lutar! para ter uma cesta básica que seja, para pessoa lutar pra ter uma casa e a pessoa lutar! pra ter uma casa. Na luta a pessoa se junta, se organiza, divide tarefas, debate, se relaciona, marca uma reunião com peixe grande, percebe a contradição do processo, fica incomodada, angustia, chora, entendeu. Tem que estudar, porque tem alguma coisa que está errada, entendeu. No processo da luta a gente forma militante e são esses militantes que vão construir, estão construindo, vão construir a Revolução, um projeto mesmo de uma sociedade alternativa, diferente, socialista que a gente quer (Bruno, MTD).

No documento “Cadernos MMM 2008” – ANEXO II MMM -, afirma-se que o rompimento da MMM com as vias institucionais de luta, centrando-se na mobilização, na educação popular, na auto-organização das mulheres propiciou saldos positivos para a luta política:

Com a MMM vimos a retomada da mobilização nas ruas, a organização ampla das mulheres desde a base, articulando do nível local ao internacional, a construção e o reforço das alianças com vários movimentos sociais. Houve um crescimento da legitimidade perante outros movimentos mistos, a partir da participação no plebiscito da dívida externa e posteriormente na campanha contra a ALCA. A participação no Fórum Social Mundial possibilitou ampliar a visibilidade e articulação da MMM, além de expressar seu envolvimento e compromisso com o movimento anti-globalização. Essa participação permitiu ampliar, intensificar debates antes muito restritos, como, por exemplo, sobre a mercantilização do corpo e da vida das mulheres. Um outro saldo muito positivo da constituição da MMM como um movimento permanente foi o crescimento da unidade entre mulheres urbanas e rurais. Isso pode ser verificado não apenas pelo fato de que ambos setores estão em uma mesma agenda, mas também pelo crescimento do apoio e participação das urbanas na Marcha das Margaridas e pelo crescimento de ações conjuntas entre rurais e urbanas (p. 08).

Alguns entrevistados consideram que momentos de crise econômica, como o vivenciado atualmente, são propícios a uma maior mobilização daqueles em condição de subordinação. Esta compreensão decorre do fato de que se estes vivenciam situações precárias em momentos de estabilidade do sistema social, nos momentos de crise tais situações se intensificam em grande medida. Entretanto, sobretudo no momento da devolução realizada com os grupos, apontam que os movimentos sociais não foram capazes de mobilizar grande contingente de pessoas para a luta.

Segundo Bernadete (AP -MBH), uma das razões desta dificuldade de mobilização é que a bandeira da luta contra a crise é uma bandeira muito ampla, que dificilmente consegue aglutinar os movimentos de bairro. Caso muito diferente, por exemplo, da bandeira da tarifa social de energia, a qual, ao mesmo tempo em que é uma pauta passível de se vincular com bandeiras nacionais - luta pela soberania nacional, pela reestatização da Vale, contra o valor do kw/h pago pela Vale com relação ao pago pela população -, é também mais palpável para a população (a conquista da tarifa social de energia interfere no valor da conta de luz da população). Ademais, a construção de vínculos entre os movimentos sociais em torno da bandeira contra a crise econômica tinha como expectativa que as Centrais Sindicais conseguissem mobilizar um grande contingente de pessoas, o que não aconteceu, tendo isso frustrado militantes e, assim, contribuído para uma maior desmobilização social.

Quanto ao eixo *luta por demandas específicas*, salienta-se a promoção de mudanças cotidianas, de conquistas parciais, consideradas por alguns grupos como lutas estratégicas para a organização popular, para a conscientização da população, para a conquista da mudança social.

também não dá para esperar quando! a revolução acontecer. Acho que a revolução é um processo e ela tem que começar agora! Então, ela tem que começar no rompimento do... com meu rompimento com os padrões de beleza impostos... é com meu relacionamento, é na minha... na minha prática social enquanto enfermeira... individualmente! Mas é coletivamente! também, da forma como a gente se estrutura enquanto movimento social... é... na forma que a gente dialoga com outros movimentos sociais... do jeito que a gente quer construir o poder popular... (Entrevistada, MMM).

ganho real! concreto! para o povo! é ganho para nós político, entendeu. Uma categoria ganhar mais, que bom! Os metalúrgicos conseguir aumentozinho de salário é menos dinheiro, é menos mais valia que o patrão está ganhando, bom demais gente, é isso que nós queremos mesmo entendeu. Gente que estava sem casa conseguir casa, bom demais! Entendeu. Direito social que estamos conseguindo, é um processo de construção de acúmulo de força. Então, assim, não podemos ser, sabe, assim sabe, esse sentimento de egoísmo: 'ai não, mais é só uma luta individual! corporativa deles de ganhar uma casa! ou de ganhar um salário a mais'.

Não, isso é luta que passa pelo indivíduo, mas a luta é da classe, de acúmulo de força e vitória real (Bruno, MTD).

Bom, nós partimos é, Frederico, partimos das demandas reais do povo. Tem até uma frase do Marx: “a verdadeira transformação é a transformação das necessidades reais”. Então partimos, por exemplo, no caso aqui da moradia, se mobiliza um contingente populacional para essa luta pela moradia, e a partir daí, por meio, tendo como ferramenta as ocupações urbanas, que ela não é um fim em si mesmo, ela é um meio pra fazer uma denúncia da situação, para pressionar o poder público, para poder garantir uma vida digna para as pessoas, mas a partir daí buscar elevar essa luta, que parte do imediato, parte do estômago, uma luta de reposição salarial, é o dinheiro do aluguel que vai deixar de ir para o lixo para poder voltar para subsistência da família; parte dessa luta imediata e com a tarefa de, a partir daí, da tomada desse território, elevar para um patamar político essa luta. Então, criar condições que as pessoas aqui passem por um processo de tomada de consciência e de conscientização da grandeza dessa luta, que não se reduz a casa, vai muito para além, e passa a ter um acordo político com a organização em torno do nosso projeto político. Então, elevar isso para outro patamar que não se restringe apenas ao imediato dessa luta, que tem como proposta garantir a mobilização. Bom, então aí as ocupações são uma das estratégias (Joviano, BP).

Neste eixo, observam-se *estratégias de aliança* entre alguns movimentos sociais, em torno de bandeiras específicas, funcionando estas como um elemento estratégico da luta política, uma vez que a continuidade dos indivíduos na luta depende da obtenção de algumas conquistas. Temos, por exemplo, a construção da Ocupação Dandara, a partir de estratégia de aliança entre BP, MST, Fórum de Moradia do Barreiro; a formação do Grupo Atitude de Mulher, por mulheres de grupos de mulheres da região metropolitana de Belo Horizonte; o projeto Resgate dos Quintais, a luta pela soberania alimentar, ou a Marcha das Margaridas, ações realizadas a partir da aliança entre mulheres do campo e da cidade; a luta pela tarifa social de energia e por títulos de moradia numa aliança entre os movimentos sociais que fazem parte da AP-MBH

E um exemplo disso [de construção de alianças] é esse acampamento que nós estamos aqui [Ocupação Dandara], que é fruto dessa unidade das Brigadas com o MST, junto com o Fórum de Moradia do Barreiro, casando aí as bandeiras da reforma agrária com a reforma urbana (Joviano, BP).

como, por exemplo, a luta pela soberania alimentar. As mulheres camponesas e as mulheres da cidade, a gente tem construído tanto alternativas de... por exemplo, aqui no bairro tem o projeto Resgate dos Quintais! como uma forma é... que parece invisível, mínima! mas é uma forma de resgatar a questão da alimentação, da saúde, mas é também de discutir qual é a imposição do mercado sobre os enlatados...sobre os alimentos transgênicos... ou inclusive sobre os agrotóxicos... então, parece uma coisa mínima! cotidiana! mas para gente é uma forma de enfrentamento, é mínima, mas também quando a gente junta estas mulheres que estão lá na sua horta plantando e leva pra porta de uma... grande... é... transnacional alimentícia elas sabem o que elas estão fazendo. Então, vai desde desse micro! desse espaço... que é privado! até a questão do espaço público e que ultrapassa! inclusive as fronteiras do próprio país. Então, tem Fóruns, teve o Fórum em Helenice sobre Soberania

Alimentar que a Marcha e a Via Campesina construíram junto com outros movimentos camponeses (Entrevistada, MMM).

A população do Bairro Jardim Felicidade organizada no Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) se mobiliza nesta quinta-feira para exigir da URBEL os títulos de propriedade de suas moradias. [...] A população espera pelos Títulos de Moradia há **cerca de 23 anos** [...] basta a vontade política da Prefeitura de Belo Horizonte para regularizar a situação fundiária dos moradores do Bairro Jardim Felicidade, considerado a maior ocupação da história do movimento dos sem-casa desta capital. A Luta conta com o apoio da Assembléia Popular Metropolitana, articulação de movimentos sociais que, em Belo Horizonte, envolve o Movimento dos Sem-Universidade (MSU), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Via Campesina, entre outros (Documento “MTD do Bairro Jardim Felicidade exige Títulos de Moradia” - ANEXO IV MTD -, não paginado).

A construção destas lutas por demandas específicas ocorre, sobretudo, através de vias não institucionais. Cabe apontar a descrença, por parte dos movimentos sociais, da efetividade de estratégias institucionais para a conquista de suas bandeiras políticas. Com exceção da liderança da ABGLT e da CUT, observa-se, nos outros entrevistados, uma desesperança quanto à efetividade da luta a partir da participação em Conferências, Conselhos, da ocupação de cargos institucionais por militantes de movimentos sociais, da construção de candidaturas políticas para a promoção da mudança social, apesar de também utilizarem estas vias de luta.

Esta descrença encontra-se alicerçada, como vimos no capítulo anterior, na compreensão de que os interesses da classe trabalhadora não são interesses considerados centrais ou importantes nestes espaços; na limitação existente nestes espaços no que tange à construção da mudança social; no risco do enfraquecimento da mobilização social e de ações de enfrentamento ao Estado. É frente a esta desesperança nas vias institucionais, agravada com a quebra da expectativa com o governo Lula, que, segundo Bernadete (AP-MBH), a AP tem buscado construir o Projeto Popular para o Brasil, a partir do estabelecimento de vínculos entre diferentes sujeitos da esquerda, tendo como centro da luta a organização popular:

Essa coisa de construir um projeto para o Brasil, um projeto popular para o Brasil que trouxesse, que colocasse em pauta esse debate do projeto assim que até então é... fazia-se uma análise de que é... essa proposta é... do projeto no âmbito das eleições não sei o que a gente via que tinha se perdido, que tinha eleições atrás de eleições, mas que não tinha mais discussão de projetos na sociedade, caía na questão do marketing e tal e perdeu isso. Então, umas das principais coisas que a Assembléia Popular contestava é que o povo devia se organizar pra construir um projeto e não apostar em candidatos, no eleitoral, mas que é o povo organizado que construía um novo país, um país justo, então uma das coisas da Assembléia Popular é isso, fugir dessa coisa institucional, da via eleitoral (Bernadete, AP-MBH)

Com relação ao último eixo salientado, *construção de uma alternativa comum de sociedade*, trata-se de construir o que foi anteriormente denominado de *Estratégia de Articulação*, mesmo considerando os entrevistados dificuldades em se promover tal projeto:

a) fragmentação das ações entre os movimentos sociais, ocorrida nas últimas décadas devido a diferentes fatores, como o processo de “ongzação” dos movimentos, proporcionado pela lógica neo-liberal hegemônica; o distanciamento entre os movimentos, pelo fato de uma compreensão prévia destes de que haveria muitas dificuldades em se estabelecer vínculos, em decorrência de diferenças nas concepções de mudança social, de estratégia política; a vitória do PT em prefeituras, estados e sobretudo no governo federal, acarretando numa cisão no interior da esquerda entre aqueles que apóiam e aqueles que se opõem ao governo;

b) criminalização e invisibilidade das ações dos movimentos sociais como forma de resistência da hegemonia, acarretando na deslegitimação das ações dos movimentos sociais e na construção de uma imagem pejorativa dos mesmos, dificultando, assim, a construção da luta política;

c) reprodução de lógicas de opressão internas aos movimentos sociais como o machismo (apontado pelo entrevistado da CUT, no interior do movimento sindical; por NA, no interior do movimento cultural de BH; por Liliane (ABGLT), no interior do movimento social LGBT), o adultocentrismo (relatado pelo grupo NA como existente em diferentes âmbitos de discussão pública), a homofobia (visibilizada no interior do movimento feminista diante da dificuldade de travestis e transexuais em se inserir no movimento; no interior do movimento sindical, e em espaços que a Igreja se faz presente, sendo as pautas LGBT marginalizadas, como indicado por Liliane (ABGLT)), o racismo (observado na história do movimento feminista, como indicado pelo NA, a partir da dificuldade de inserção das mulheres negras neste movimento).

Na afirmação da importância desta articulação entre os movimentos sociais na construção de um “outro mundo possível”, no “Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Edição Especial (jan/fev 2009)” – ANEXO I MST –, afirma-se que no processo de redemocratização e abertura política do Brasil, na década de 1980, instrumentos políticos importantes de organização da classe trabalhadora foram construídos (como o PT, o MST e a CUT), tendo estes produzido um projeto político Democrático Popular. Contudo, com a derrota do projeto socialista, no final da década de 1980, e com o desenvolvimento do capitalismo no campo e na cidade, os instrumentos políticos forjados naquela época têm perdido sua combatividade. Os vínculos da esquerda em torno do projeto político Democrático Popular encontram-se enfraquecidos, ao mesmo tempo em que estes atores não

conseguiram construir nenhum projeto político que o superasse, sendo a unidade entre trabalhador do campo e da cidade condição importante para se enfrentar a crise vivenciada pela esquerda.

Compreendendo a construção de vínculos entre os movimentos sociais como importantes para a efetivação da luta política, no ano de 2009, vínculos se estabeleceram em torno das reivindicações contrárias aos efeitos da crise econômica mundial de 2008 sobre a “classe trabalhadora”, sendo um dos lemas o de que “o povo não é culpado pela crise”. Bandeiras de luta unificadas foram construídas por diferentes movimentos sociais em torno das manifestações do Dia do Trabalhador, da Jornada de Luta ocorrida entre os dias 10 e 14 de agosto, do 15º Grito dos/as Excluídos/as.

O documento “Dia de luta! 30 de abril. Manifestação do dia do trabalhador e da trabalhadora” (ANEXO I LC), assinado por diferentes entidades⁸⁵, explicita como pautas de luta: defesa do emprego e da renda, redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, reforma agrária e reforma urbana, valorização dos servidores e dos serviços públicos.

No que tange à Jornada de Luta, o “Jornal Brasil de Fato – Edição Especial Crise (julho 2009)” – ANEXO II LC - aponta que “MOVIMENTOS SOCIAIS, centrais sindicais e partidos de esquerda brasileiros estão elaborando uma plataforma unitária a ser defendida nas próximas jornadas de luta [...]. O objetivo é mostrar para a sociedade que existem alternativas populares à situação atual” (p. 04). Como bandeiras unitárias aprovadas pelas entidades e organizações populares a serem explicitadas nas manifestações do dia 14 de agosto, estas foram, segundo o Jornal: não às demissões; pela ratificação das Convenções 151 e 158 da Organização Internacional do Trabalho; redução dos juros; fim do *superavit* primário; redução da jornada de trabalho sem redução de salários e direitos; reforma agrária e reforma urbana; fim do fator previdenciário; em defesa da Petrobrás e das riquezas do pré-sal; por saúde, educação e moradia; por uma legislação que proíba as demissões em massa; pela continuidade da valorização do salário mínimo e pela solidariedade internacional aos povos⁸⁶.

No documento “Grito dos/as Excluídos/as 7 de setembro de 2009” (ANEXO III LC) se afirma que

⁸⁵ O documento é assinado por: CUT-MG, UGT-MG, CTB, CGTB, NCST-MG, CONLUTAS, Intersindical, MST-MG, Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial, Via Campesina, MAB, Assembléia Popular, MLB, MLC, UNE, UBES, AMES-BH, DCE-UFGM.

⁸⁶ Segundo o Jornal, as entidades que estavam a construir a Jornada de Luta eram: CGTB, CTB, CUT, Força Sindical, NCST, UGT, Intersindical, Assembléia Popular, Cebrapaz, CMB, CMP, CMS, Conam, FIDM, Marcha Mundial das Mulheres, MST, MTL, MTST, MTD, Oclae, UBES, UBM, UNE, Uneafro, Unegro/Conen, Via Campesina, CNTE, Círculo Palmarino.

A crise nos apresenta 2 faces: de um lado, tem todo o lado perverso [concentração de renda, aumento do desemprego, exclusão social, intensa devastação do meio ambiente]. E de outro, pode ser um instante extremamente criativo, tempo de lançar novas sementes e, como o lavrador, acreditar em suas potencialidades ocultas. Assim, o lema 'Vida em primeiro lugar: a força da transformação está na organização popular'. Este lema apela para a necessidade de transformação, não vinda de cima, de um messias mas através da organização popular e da elaboração de um Projeto Popular para o Brasil (não paginado).

O Grito dos/as Excluídos/as, segundo o mesmo documento, busca:

denunciar o modelo político e econômico que, ao mesmo tempo, concentra riqueza e renda e condena milhões de pessoas a exclusão social; Tornar público, nas ruas e praças, o rosto desfigurado dos grupos excluídos, vítimas do desemprego, da miséria e da fome; Propor caminhos alternativos ao modelo capitalista neoliberal, de forma a desenvolver uma política de inclusão social, com a participação ampla de todos os cidadãos/as⁸⁷ (não paginado).

Segundo entrevistados, assim como havia uma expectativa de que a crise potencializasse a mobilização popular, também se esperava que ela contribuísse para a construção de vínculos que permitissem a afirmação e construção de um projeto comum de sociedade, mesmo tendo ciência das dificuldades que teriam de enfrentar. No entanto, apontam que, infelizmente, esta expectativa também não se concretizou, na medida em que a importância de se construir unidade na luta se restringiu a falas, à construção de fóruns de debate, e a algumas iniciativas conjuntas, não tendo se consolidado até o momento vínculos mais permanentes entre os movimentos sociais.

Há também que salientar, no que tange à construção de vínculos entre diferentes lutas políticas, a organização do Fórum Social Mundial, espaço criado por diferentes atores da esquerda no intuito de se elaborar alternativas globais às práticas capitalistas atuais. Segundo Sader (2002),

O Fórum Social é um ponto de encontro excepcional para a reunião de todas as forças anti-sistêmicas em escala mundial. Não tem precedentes tanto por sua diversidade – que reúne não somente partidos e correntes políticas, mas também movimentos sociais, ONG, grupos em favor dos direitos civis, sindicatos – como por seu caráter não-estatal e não-partidário. [...] Em segundo lugar, o Fórum busca criar a possibilidade de uma aliança entre forças radicais da periferia e do centro, que reestabelece uma conexão *rota* pelo triunfo do neoliberalismo e a queda da URSS. [...] Em terceiro lugar, o Fórum permite que as contribuições teóricas, sociais e políticas ao projeto convirjam no mesmo espaço, sem que se determine uma

⁸⁷ O 15º Grito dos/as Excluídos/as, segundo o documento, teve a participação de igrejas, pastorais sociais, sindicatos, Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial, Brigadas Populares, Marcha Mundial das Mulheres, Movimento de Lutas de Vilas e Favelas, CONLUTAS, Maristas, MTC, CEB, Caritas-MG, Fórum Político Interreligioso, Vicariato Episcopal para Ação Social e Política, Assembléia Popular, Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual, AMES-BH.

hierarquia, reparando, em certo modo, o legado da esquerda histórica, abordando as temáticas de uma globalização alternativa (p. 127-128, tradução nossa).

Contudo, de acordo com Joviano (BP), apesar da importância do Fórum Social Mundial como um espaço de trocas e de vínculos entre diferentes atores da esquerda, poucos encaminhamentos elaborados no Fórum são concretizados.

no caso do Fórum Social Mundial é um espaço importante de articulação da esquerda mundial, inclusive porque a luta ela é internacionalista, as Brigadas defende o internacionalismo como bandeira, porém está muito imbuído dessa lógica pós-moderna da fragmentação, do atômico. Então, a gente participa do Fórum Social Mundial, vai lá, mas mais um espaço de articulação, de articulação, porque concretamente poucos encaminhamentos ali se tornam realidade, geram frutos... Então, é um espaço para poder estar em contato com organizações de outros países, organizações de outros continentes e garantir é... é... que essas relações gerem frutos para além daquele espaço ali.

Compreensão também compartilhada por Sader (2002) no sentido de que este afirma como uma das deficiências do Fórum Social Mundial a incapacidade de se converter as virtudes do Fórum, como aquelas apontadas acima, em “uma força política – seja no âmbito dos governos ou dos parlamentos como no terreno da mobilização de massas – que permita exercer eficazmente um veto sobre as políticas neoliberais reinantes ou empreender outras formas inovadoras de ação política” (p. 128, tradução nossa).

Cabe considerarmos novamente que *estratégias de aliança e estratégias de articulação* não são estratégias *a priori* opostas, podendo ser complementares na construção de “outro mundo possível”. Assim, se dificuldades de construção de vínculos são apontadas, ressaltamos novamente que estratégias de alianças, ainda que pontuais, podem contribuir para a aproximação entre os movimentos sociais na construção de lutas concretas, para o fortalecimento e legitimidade de bandeiras políticas a serem reconhecidas na significação do projeto contra-hegemônico, para conquista de vitórias parciais, condições que se fazem importantes para possibilidades de se construir práticas articulatórias. Ademais, a busca pela elaboração de vínculos, reconhecida por todos entrevistados como uma estratégia fundamental para a luta política, mantém os grupos mobilizados em direção a uma ampla democratização social, proporcionando a construção de novas alianças e articulações em torno da utopia desejada, de modo a combaterem diferentes formas de subordinação, como também dificultarem a assimilação dos movimentos sociais no interior da mesma hegemonia que nega dignidade àqueles a quem buscam defender.

Se as ambições escatológicas e epistemológicas contemporâneas são mais modestas, como nos diz Laclau (1993a), cabe sabermos como diferentes movimentos sociais no mundo contemporâneo constroem vínculos entre si. Pode ser esta a questão primordial de nosso tempo, e não aquela que busca incessantemente encontrar a “repressão primordial”, o “sujeito autêntico”, o “marco de funcionamento das coisas”. Afinal, se esta busca pode não nos levar à dissipação dos movimentos sociais na experiência das identidades, caindo as lutas na armadilha dos particularismos, pode ser que nos leve a desperdiçar as experiências do presente. Nossa tentativa nesta dissertação foi de contribuir para a resposta àquela questão primordial...

Considerações finais

Nossos problemas de pesquisa foram elaborados diante da tensão de como construir vínculos entre diferentes sujeitos políticos, de modo que estes não se dissipem na experiência das identidades, caindo no risco dos particularismos, mas não se percam na afirmação de uma universalidade que negue a liberdade em nome da igualdade. Assim, foram eles: que possibilidades de democratização social têm sido construídas diante do descentramento do espaço político e da pluralidade de sujeitos políticos? O que tem sido pensado sobre a unidade política da esquerda hoje? Que estratégias têm sido desenvolvidas pelos movimentos sociais a fim de se combater às diferentes formas de desigualdade e exclusão politizadas como formas de opressão na atualidade, de modo a se construir uma luta contra-hegemônica?

Deste modo, discutimos, inicialmente, elementos importantes a ser considerados na emergência dos movimentos sociais contemporâneos, bem como suas implicações nas análises sobre as possibilidades de mudança social. Abordamos, assim, críticas a posições marxistas referentes a considerações sobre o sujeito da história, o desenvolvimento da luta política, tomando a noção de articulação, como compreendida por Laclau e Mouffe, uma centralidade na análise sobre a constituição de um “outro mundo possível”.

Seguimos, então, para uma apresentação dos caminhos trilhados na construção desta dissertação e dos procedimentos metodológicos adotados, de modo a esclarecer como chegamos às análises produzidas nos capítulos posteriores. Ainda, caracterizamos, de maneira breve, cada um dos grupos investigados, salientando a origem e a estrutura organizativa dos mesmos, haja visto que no APÊNDICE II foi colocado um quadro específico a cada um dos grupos, nos quais constam outras características dos mesmos: bandeiras de luta, adversários, papel dos movimentos sociais, vínculos entre movimentos sociais, mudança social, problemas enfrentados.

A partir da discussão teórica e da apresentação metodológica, começamos então a caminhar rumo a possibilidades de respostas aos nossos problemas de pesquisa. Fizemos debates, considerações, análises, no intuito de produzirmos um texto que apresentasse coerência e densidade teórica, que fosse capaz de trazer elaborações a partir da Teoria Democrática Radical e Plural, das entrevistas com representantes dos grupos, das devoluções com os mesmos e dos documentos coletados junto aos grupos; mas que também implicasse em um cuidado quanto às formas de se enlaçar a teoria e o que diziam aqueles que estavam cotidianamente lutando por um mundo melhor, de modo a não sobrepor um a outro, mas sim

buscar maneiras em que a teoria contribuísse para se analisar os grupos e os grupos contribuíssem para trabalharmos a teoria.

Nesta busca, tentamos distinguir possíveis estratégias de vínculos entre os grupos analisados e apresentar as implicações destas para a luta política. Deste modo discutimos que, por um lado, a estratégia de articulação é fundamental na promoção de uma sociedade radical e plural, ao proporcionar como horizonte uma ampla democratização social, a partir da construção de equivalências entre diferentes movimentos sociais. Por outro lado, se faz importante não considerarmos, *a priori*, na luta política, a estratégia de aliança como pejorativa.

Esta consideração foi construída mediante o reconhecimento de que a estratégia de aliança pode se encontrar numa relação de complementaridade e não necessariamente de contraposição à estratégia de articulação. A estratégia de aliança rompe, ainda que de maneira momentânea, com a fragmentação entre os movimentos sociais, sendo uma resposta ao isolamento dos atores políticos. Ela pode acarretar em vitórias, mesmo que parciais, que proporcionem maior dignidade aos subcidadãos e que são também importantes para que estes se reconheçam como pessoas que têm “direito a ter direitos” e, assim, continuem na luta por uma sociedade justa. A estratégia de aliança pode, ainda, fortalecer bandeiras e estratégias de luta, às vezes invisibilizadas por outros movimentos sociais, e propiciar vínculos mais permanentes entre eles, colaborando para a produção de laços equivalenciais. A ampliação de um conhecimento mútuo entre os movimentos sociais e das diferentes lógicas de opressão facilitam o estabelecimento de fronteiras políticas na construção da luta, contribuindo para o reconhecimento amplo da negatividade da hegemonia dominante. Deste modo, a estratégia de aliança pode possibilitar a passagem de um momento de *contigüidade* entre as lutas para um momento de *analogia* entre as mesmas, servindo à construção de um projeto contra-hegemônico.

Discutimos também que um movimento social presente em uma cadeia de equivalência é capaz de construir, ao mesmo tempo, estratégia de articulação e estratégia de aliança, visto que a equivalência não significa o fim da particularidade de cada *momento*. Por tal razão, pode ser que alianças produzidas por ele venham a implicar em deslocamentos da cadeia equivalencial, inclusive ao serem realizadas com *elementos* que, por se encontrarem em oposição à particularidade de outros componentes da cadeia, foram impossibilitados de fazer parte da mesma.

Elaboradas estas possibilidades de estratégia de vínculos e as suas implicações para a luta política, passamos a apontar modos de atuação da hegemonia dominante, que têm como

fim o enfraquecimento das possibilidades de reativação do político, de modo a se manter como única alternativa de sociedade, limitando possibilidades de democratização social. Desta maneira, buscamos diferenciar dois modos de atuação da hegemonia dominante. O primeiro deles, denominado *expansão hegemônica*, reconhece os antagonismos democráticos como possibilidade de existência. Contudo, visa apaziguá-los, seja mantendo-os numa relação baseada na lógica diferencial, seja pela constituição de uma cadeia equivalencial alternativa, composta por antagonismos da cadeia contra-hegemônica e também por atores que são parte da própria hegemonia que aquele antagonismo buscava enfrentar.

O segundo modo, nomeamos de *expurgo à diferença*, o qual, diferente do anterior, ao invés de reconhecer os antagonismos democráticos como possibilidade de existência, compreende-os como uma diferença nociva e imoral, buscando desta forma invisibilizá-los ou criminalizá-los, construindo e reproduzindo um caráter pejorativo desta diferença a fim de deslegitimá-la e enfraquecer as possibilidades de apoio a ela.

Apresentadas, portanto, possibilidades de estratégias de vínculos entre os movimentos sociais e formas de resistência da hegemonia à luta por outra positividade do social, travada pelos movimentos sociais, no último capítulo buscamos tratar das concepções dos grupos investigados sobre o sujeito da história e o modo de desenvolvimento da luta política na construção de processos de democratização social. Mostramos que se, por um lado, algumas considerações apontam para elementos que não poderiam ser parte da Teoria Democrática Radical e Plural - como a compreensão do espaço produtivo como ponto de ruptura privilegiado da mudança social e da centralidade da dimensão econômica frente a outras demandas políticas -, pelo fato de restringirem o caráter sobredeterminado da luta política, por outro lado, todos entrevistados ressaltam a exigência de se reconhecer a pluralidade de formas de opressão na construção de outra sociedade e a indeterminação do desenvolvimento da luta política. Assim, eles apontam para uma revisão da noção de classe trabalhadora e para a importância de conquistas parciais no processo de mudança social. Diante disto, também salientamos a insuficiência de dicotomias como aquelas entre “novos” movimentos sociais / “velhos” movimentos sociais, lutas reformistas / lutas revolucionárias na análise da dinâmica social.

Ademais, neste capítulo, apresentamos formas de ação apontadas pelos entrevistados como importantes à construção de “outro mundo possível”, discutindo estas formas a partir de três eixos: conscientização e mobilização política - marcado pela importância de processos de formação política e de construção de uma identidade coletiva com os grupos; lutas por demandas específicas - no qual se salienta a construção de estratégias de aliança entre os

movimentos sociais; construção de uma alternativa comum de sociedade, estando presente neste a busca pela construção de uma estratégia de articulação. Eixos que se encontram relacionados àquela revisão da noção de classe trabalhadora e à compreensão da mudança social, a partir não de uma ruptura imediata, e sim de um processo indeterminado da história no qual se fazem importantes vitórias parciais. Compreensão esta decorrente de uma proposta de construção da mudança social a partir da elaboração de um projeto popular, sendo a Assembléia Popular um espaço importante para esta construção. Propomos caracterizar a Assembléia Popular como um espaço que objetiva proporcionar o deslocamento de estratégia de aliança para estratégia de articulação, constituindo-se em torno do compartilhamento de demandas e construção de ações conjuntas entre movimentos sociais distintos, a fim de se elaborar o Projeto Popular para o Brasil.

Seguimos por este caminho no intuito de construir uma dissertação que trabalhasse os problemas de pesquisa propostos através das características daquele texto que almejamos desde o início. Estamos certos que chegamos a uma “estação”, mas também que “restos” ficaram no caminho e que a estrada continua.

Discutimos estratégias de vínculos e dissemos das implicações de cada uma delas. Contudo, análises mais específicas sobre o modo que cada um dos movimentos sociais tem construído aquelas estratégias de vínculos, no decorrer da luta política, são importantes de serem realizadas, na medida em que podem evidenciar em que direções estão caminhando e, assim, quais horizontes podem ser possíveis a estes grupos. Ademais, análises referentes ao que propusemos quanto à complementaridade entre estratégia de aliança e estratégia de articulação, a partir de investigações específicas a cada movimento social, também são necessárias.

De forma complementar, análises mais pormenorizadas precisam ser construídas para se compreender os meandros dos modos de resistência da hegemonia frente às lutas dos movimentos sociais. Aqui discutimos somente alguns elementos que podem contribuir para estas análises, distinguimos alguns modos de resistência e propusemos algumas conseqüências destes modos na luta dos movimentos sociais. Não analisamos, entretanto, como eles atuam especificadamente em cada um dos grupos analisados. Como movimentos sociais que se tornaram ONGs têm ou não conseguido escapar ao processo de resistência da hegemonia. Como se construiu historicamente o enfraquecimento da radicalidade do Projeto Democrático Popular, constituído durante a década de 1980, e que serviu à esquerda brasileira como horizonte de conquista da sociedade almejada.

Outro passo nesta estrada, ainda a se percorrer, é a análise de processos alternativos de integração continental, como a ALBA, e das redes internacionais de movimentos sociais, com as quais alguns dos grupos entrevistados constroem alianças. Esta análise se faz importante frente à construção de alternativas ao modelo neoliberal e à dificuldade dos movimentos sociais em identificarem de forma clara suas fronteiras políticas frente à globalização capitalista, o que implica, conseqüentemente, em um obstáculo para o estabelecimento de antagonismos democráticos e, assim, para a construção da luta democrática.

No doutorado, que iniciarei em março deste ano, também no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, buscarei discutir um pouco destes caminhos ainda a se percorrer. O projeto de doutorado pretende ser um aprofundamento desta dissertação na medida em que tem como problema de pesquisa analisar dificuldades na elaboração de estratégia de articulação entre os movimentos sociais, tomando como eixos de investigação: a) o processo de subjetivação política: que mediações discursivas têm sido construídas por indivíduos e grupos que se encontram em situações de subordinação? Que implicações estas mediações discursivas trazem para a construção da participação política e, assim, para a construção de uma contra-hegemonia? Cabe entender, por exemplo, as implicações dos discursos empreendidos por ONG e por grupos de movimentos sociais que se encontram focados na via institucional de luta na construção da participação política daqueles em condição de subcidadania; b) os modos de resistência da hegemonia: como a expansão hegemônica e o expurgo à diferença têm atuado sobre alguns dos movimentos sociais contemporâneos brasileiros? A compreensão de como discursos conservadores tem repercutido na sociedade brasileira é importante de ser analisada.

Deste modo, se nesta dissertação o centro de nossos problemas de pesquisa eram as possibilidades de estratégia de vínculos entre os movimentos sociais contemporâneos na elaboração de processos de democratização social, no doutorado coloca-se como fundamental entender, por exemplo, a construção do enfraquecimento da radicalidade do Projeto Democrático Popular, que serviu à esquerda brasileira como alternativa de realização da plenitude ausente da ordem social. Projeto este que, se conquistou um dos seus grandes objetivos – “Lula-lá” –, não produziu mudanças esperadas pelos próprios movimentos sociais que participaram de sua construção. Outro ponto a ser compreendido são as implicações de discursos conservadores na construção de lutas contra-hegemônicas.

Estamos agora próximos a mais um processo eleitoral de âmbito nacional. Por um lado, se a maioria dos grupos por nós entrevistado afirma não ser a via institucional a centralidade da luta, e também se apontamos para como esta via pode acarretar no

enfraquecimento da luta política pela mudança social, por outro lado, estamos em um momento em que novamente os subcidadãos, os militantes da esquerda terão que se posicionar no processo eleitoral. Lembremos que se a via institucional não é entendida como central, ela também não é negligenciada pelos grupos e, ademais, tem implicações nos modos de resistência da hegemonia e nas estratégias de vínculos entre os atores políticos. Frente à quebra da expectativa com o governo Lula e a fragmentação da esquerda decorrente desta insatisfação, o processo eleitoral pode apontar por onde caminhará o Projeto Popular, ou os projetos populares.

É difícil terminarmos, sobretudo, cômicos do quanto ainda há por se investigar. Contudo, temos que terminar. Terminamos, então, com alguns versos:

“Posso dizer que cantei
Aquilo que observei;
Tenho certeza que dei
Aprovada relação
Tudo é tristeza e amargura,
Indigência e desventura,
Veja, leitor, quanto é dura
A seca no meu sertão”
(ASSARÉ, 2005, p. 128)

E, ainda que consciente do “quanto é duro” o enfrentamento às lógicas hegemônicas, não abandonamos a utopia pela construção de sociedades radicais e plurais.

Referência

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. Introdução: O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: _____ (Ed.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 15-57.

ASSARÉ, P. *Patativa do Assaré: uma voz do nordeste*. 2ª ed. São Paulo: Hedra, 2005. 131p.

BAIERLE, S. G. A explosão da experiência. Emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Ed.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 185-217.

BAQUERO, M. Cultura política e neoliberalismo na América Latina. In: PINTO, C. R.; GUERRERO, H. (Ed.). *América Latina: o desafio da democracia nos anos 90*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS/Associação de Universidade Grupo Montevideo, 1996, p. 131-142.

BLEE, K. M.; TAYLOR, V. Semi-structured interviewing in social movement research. In: KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG, S. (Ed.). *Methods of social movement research*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002. p. 92-117.

BUTLER, J. El marxismo y lo meramente cultural. *New Left Review*, 2, p. 109-121, Maio/Junho 2000.

DAGNINO, E. Cultura, cidadania e democracia. A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 61-102.

DOIMO, A. M. *Movimento Popular no Brasil Pós-70: Formação de um campo ético-político*. 1993. 254 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

DOMINGUES, J. M. Sistemas sociais e subjetividades coletivas. In: _____. *Ensaio de sociologia: teoria e pesquisa*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 12-38.

EXPURGO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Miniaurélio Século XXI Escolar*. O minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. P. 307.

FRASER, N. ¿De la redistribución al reconocimiento? Dilemas em torno a la justicia em una época “postsocialista”. In: _____. *Justicia interrumpida: Reflexiones críticas desde la posición “postsocialista”*. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad de los Andes, 1997. p. 17-54.

GREEN, J. N. *Além do Carnaval: A Homossexualidade Masculina no Brasil do Século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000. 541p.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva social. *Cadernos Pagu*, 5, p. 07-41, 1995.

HOUTART, F (2006). Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In BORON, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Ed.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO.

HOWARTH, D. Hegemonia, subjectividade política y democracia radical. In: CRITCHLEY, S.; MARCHART, O. (Ed.). *Laclau: Aproximaciones críticas a su obra*. Buenos Aires: Fondo de cultura Economica, 2008. p. 317-343.

HOWARTH, D.; STAVRAKAKIS, Y. Introducing discourse theory and political analysis. In: HOWARTH, D.; NORVAL, A. J.; STAVRAKAKIS, Y. (Ed.). *Discourse theory and political analysis: Identities, hegemonies and social change*. Manchester: Manchester University Press, 2000. p. 01-23.

JAVALOY, F.; RODRÍGUEZ, A.; ESPELT, E. Cómo surgen, crecen y triunfan los movimientos sociales. In: _____. *Comportamiento colectivo y movimientos sociales*. Madrid: Prentice Hall, 2001. p. 245-289.

KLANDERMANS, B. (2002). The demand and supply of participation: Social psychological correlates of participation in a social movement. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 2, n. 3, 83-114, jan./jul. 2002.

LACLAU, E. Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo. In: _____. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1993a. p. 19-99.

LACLAU, E. Posmarxismo sin pedido de disculpas (con Chantal Mouffe). In: _____. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1993b. p. 111-145.

LACLAU, E. Beyond Emancipation. In: _____. *Emancipation(s)*. Londres: Verso, 1996. p. 1-19.

LACLAU, E. *La Razón Populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica de Argentina, 2005. 312 p.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and Socialist Strategy*. Towards a radical democratic politics. London: Verso, 1985. 197 p.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. Hearts, Minds and Radical Democracy. London, junho 1998. Entrevista concedida a REDPEPPER MAGAZINE. Disponível em: <<http://www.redpepper.org.uk/Hearts-Minds-and-Radical-Democracy>>. Acessado em: 10 Dez.

LANE, S. T. M. Psicologia Social na América Latina: por uma ética do conhecimento. In: CAMPOS, R.H.; GUARESCHI, P. *Paradigmas em Psicologia Social: A perspectiva latino-americana*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 58-69.

LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. Psicologia: Ciência ou Política? In: MONTERO, M. (Ed.) *Accion y Discurso*. Venezuela: Eduven, 1991. p. 05-69.

MACHADO, F. V.; PRADO, M. A. M. Movimentos Homossexuais: A Constituição Da Identidade Coletiva Entre A Economia E A Cultura. O Caso De Dois Grupos Brasileiros. *Interações*, São Paulo, v.10, n.19, p. 35-62, jan./jun. 2005.

MAHEIRIE, K. Contribuições da psicologia social na análise dos movimentos sociais. In: CAMINO, L.; LHULLER, L.; SANDOVAL, S. (Ed.) *Estudos sobre comportamento político*. Teoria e pesquisa. Florianópolis, SC: Obra Jurídica, 1997. p. 161-173.

MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MELUCCI, A. Para uma teoria dos movimentos sociais. In: _____. *A invenção do presente*. Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 29-69.

MONTERO, M. Construcción, desconstrucción y crítica: teoria y sentido de la psicología social comunitaria en América Latina. In: CAMPOS, R. H; GUARESCHI, P. *Paradigmas em Psicologia Social: A perspectiva latino-americana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 70-87.

MOSCOVICI, S. Sociedade e teoria em psicologia social. In: _____. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 111-166.

MOUFFE, C. Hegemony and new political subjects: toward a new concept of democracy. In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. (Eds.) *Marxism and the interpretation of culture*. Chicago: University of Illinois Press, 1988. p. 89-104.

MOUFFE, C. Democratic politics and the question of identity. In: RAJCHMAN, J. (Ed.). *The identity in question*. New York: Routledge, 1995. p. 33-45.

MOUFFE, C. *O Regresso do Político*. Lisboa: Gradiva, 1996. 206 p.

MOUFFE, C. *The democratic paradox*. Londres/Nova York: Verso. 2000a. 143 p.

MOUFFE, C. Deliberative democracy or agonistic pluralism? *Political Science Series*, Institute for Advanced Studies, Vienna, 72, p. 01-17, Dez. 2000b.

PINTO, C. R. J. ONGs. In: AVRITZER, L.; BIGNOTTO, N.; GUIMARÃES, J.; STARLING, H. M. M. (Ed.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 441-447.

PINTO, C. R. J. Democracia como significante vazio: a propósito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 1999. Disponível em: < <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/6927/4200> >. Acesso em: 01 dez. 2009.

PRADO, M. A. M. Psicologia política e ação coletiva. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 1, n. 1, 149-170, Jan./Jul. 2001.

PRADO, M. A. M. Da mobilidade social à constituição da identidade política: Reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, 59-71, Jun. 2002.

PRADO, M. A. M.; COSTA, F. A. A raridade da política e a democracia: os movimentos sociais entre sujeitos e identidades. In: BERNARDES, J.; MEDRADO, B. (Ed.). *Psicologia social e políticas de existência: fronteiras e conflitos*. Maceió: ABRAPSO, 2009. p. 71-82.

PRADO, M. A. M.; RODRIGUES, C. S. Por que a psicologia social é política? Identidades coletivas e movimentos sociais na contemporaneidade. In: ROSA, E. M.; SOUZA, L.; AVELLAR, L. Z. (Ed.). *Psicologia social: temas em debate*. Vitória: ABRAPSO, 2008. p. 201-225.

RANCI, C. A interação entre pesquisadores e atores sociais. In: MELUCCI, A. *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 43-66.

RANCIÈRE, J. (1996). *O Desentendimento*. Política e Filosofia. São Paulo: 34 Literatura S/C Ltda, 1996. 138 p.

RODRIGUES, C. S. *As fronteiras entre raça e gênero na cena pública brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras*. 2006. 234 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 329 p.

SADER, E. Más alla de la sociedad civil: la izquierda después de Porto Alegre. *New Left Review*, 17, 118-129, 2002. Disponível em: <<http://www.newleftreview.org/?getpdf=NLR25105&pdflang=es>>. Acesso em: 05 set. 2009.

SANDOVAL, S. A. M. A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais. *Educação e Sociedade*, Campinas, n. 34, 122-130, dez. 1989.

SANDOVAL, S. A. M. O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a reaproximação da sociologia e da psicologia social. In: CAMINO, L.; LHULLER, L.; SANDOVAL, S. (Ed.). *Estudos sobre comportamento político*. Teoria e pesquisa. Florianópolis: Livraria e Editora Obra Jurídica Ltda, 1997. p. 13-23.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p.237-280, out. 2002.

SMITH, A. M. *Laclau and Mouffe: the radical democratic imaginary*. London: Routledge, 1998. 236 p.

SOUZA, J. *A construção social da subcidadania*. Para uma sociologia da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 212p.

SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 576 p.

ZIZEK, S. ?Lucha de clases o posmodernimso?!Sí, por favor! In: BUTLER, J.; LACLAU, E.; ZIZEK, S. *Contingencia, hegemonía, universalidad*. Diálogos contemporáneos en la izquierda. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003. p. 95-140.

ZIZEK, S. La subjetivación política y sus vicisitudes. In: _____ *El espinoso sujeto*. El centro ausente de la ontología política. Buenos Aires: Paidós, 2007. p. 183-259.